



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Carla Craice da Silva

Trajetórias residenciais em Lucas do Rio Verde (MT):
entre a produção vertical do campo e a ocupação horizontal da cidade

Campinas

2017

Carla Craice da Silva

**TRAJETÓRIAS RESIDENCIAIS EM LUCAS DO
RIO VERDE (MT): ENTRE A PRODUÇÃO
VERTICAL DO CAMPO E A OCUPAÇÃO
HORIZONTAL DA CIDADE**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Alvaro de Oliveira D'Antona

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA CARLA CRAICE DA SILVA E ORIENTADA PELO PROF. DR ALVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA.



CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 141826/2014-2

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38t Silva, Carla Craice da, 1986-
Trajetórias residenciais em Lucas do Rio Verde (MT) : entre a produção vertical do campo e a ocupação horizontal da cidade / Carla Craice da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Álvaro de Oliveira D'Antona.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade residencial. 2. Migração interna. 3. Agroindústria. 4. Espaço urbano. I. D'antona, Álvaro de Oliveira, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Residential trajectories in the city of Lucas do Rio Verde (MT) : between the vertical production of the countryside and the horizontal occupation of the city

Palavras-chave em inglês:

Residential mobility

Internal migration

Agribusiness

Urban space

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Álvaro de Oliveira D'Antona [Orientador]

Rosana Aparecida Baeninger

Roberto Luiz do Carmo

Denise de Souza Elias

Silvana Nunes de Queiroz

Data de defesa: 23-06-2017

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 23 de junho de 2017, considerou a candidata Carla Craice da Silva aprovada.

Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona
Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger
Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo
Profa. Dra. Denise de Souza Elias
Profa. Dra. Silvana Nunes de Queiroz

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Esta tese é, sem dúvida, o trabalho principal da minha trajetória no Doutorado. Contudo, acredito que minha formação acadêmica transborde a pesquisa desta tese, envolvendo outros projetos de pesquisa e de extensão. Assim, utilizo este espaço dos agradecimentos para lembrar um pouco dessa trajetória através daqueles que se fizeram essenciais à sua construção, mesmo correndo o risco de me esquecer de alguém.

Agradeço ao meu orientador, Álvaro D'Antona, pela confiança depositada no desenvolvimento da minha trajetória e pelas conversas que orientaram este trabalho. Agradeço também ao CNPq por viabilizar a manutenção cotidiana para dar continuidade com meus estudos.

Agradeço ao Roberto do Carmo pela presença nas bancas de qualificação e defesa, além da parceria em projetos de pesquisa e de extensão. À Rosana Baeninger pela presença nas bancas de qualificação, de defesa e pelas disciplinas de metodologia que tive oportunidade de cursar. Agradeço às professoras Denise Elias e Silvana Queiroz pela disponibilidade e contribuições durante a minha banca de doutoramento.

Sobre o trabalho de campo em Lucas do Rio Verde, agradeço à Kelly Cristina Camargo pela confiança e pela parceria ao longo de todo o Doutorado, além dos outros integrantes da pesquisa de campo, Sofia Furtado, Giovana Pereira e Felipe Vazquez. Essa tese não seria possível sem o intenso sol matogrossense que compartilhamos. Estendo o agradecimento à equipe do Nepo, em especial Rogério Ozelo, Raquel Jakob e Vânia Furlan, sempre atenciosos e competentes. Agradeço também aos entrevistados do município de Lucas do Rio Verde tanto os entrevistados do *survey* como os informantes pela recepção, por vezes, regada de sucos, cuca e chimarrão. Os acordos de campo não me permitem revelar seus nomes, mas estes reconhecerão este singelo agradecimento.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa *População, Ambiente, Espaço e Sustentabilidade* pelos inúmeros trabalhos e aprendizado. Em especial aos colegas Thaís Lombardi, Julia Côrtes, Igor Cavallini, Alex Manetta, Francine Modesto, Tathiane Anazawa e Thiago Bonatti. Agradeço também à Heloisa Pereira, grande amiga que me ensinou sobre os meandros da Amazônia e da pesquisa humana.

Agradeço à equipe “demográfica” do projeto Urbis-Amazônia – Ricardo Dagnino, Samira Saifi e Márcio Caparroz – e aos coordenadores do projeto – Miguel Monteiro e Ana

Cláudia Cardoso. Relembro sempre da generosidade da troca de conhecimento durante as reuniões e a comunicação digital, inspiração para trabalhos presentes e futuros.

Aos colegas do projeto de extensão de Educação Popular (Vila Soma): Pietro Aruto e Rodolfo Campos, entre professores, estudantes e coordenadores da ocupação, meus sinceros agradecimentos. O projeto demonstrou a importância do terceiro pilar – por vezes esquecidos – que sustenta a universidade pública brasileira, a extensão. E que nossos maiores desafios se encontram para além das grades as quais, infelizmente, cercam a universidade.

Agradeço aos colegas da coorte de 2011, início do meu mestrado. Em especial, agradeço àqueles que me acompanharam ao longo do doutorado: ao Luís Magalhães e à Alessandra Traldi, pelo compartilhamento de hotéis, de casas, de risadas e, claro, de reflexões críticas; à Rosa Colman e à Rosário Aparicio, pelo carinho de sempre; e à Natália Demétrio pelas longas conversas sobre os rurais e os urbanos. Os agradecimentos se estendem a outras coortes da Demografia – Katiane Shishito, Luiz Faria, Lina Vasquez, Bladimir Carabali e Jaqueline Romio; àqueles que compartilharam uma “bela sopa” – Dafne Sponchiado, Rodrigo Lira, Encina González, Fernanda Fortes, Késia Anastacio, Guilherme Ortega, Flávia Longo, Chandeline Baptiste, Fausto Guercio e Bárbara Estanislau; e aos amigos de outros carnavais – Adriana Peredo, Alline Kobayashi, Evaldo Gomes, Rafael Christofolletti, Cauê Fernandes e Flávia Santos. Com vocês pelos bailes da vida os processos foram mais suaves.

Por fim, agradeço ao apoio constante dos meus pais, Aparecida e Francisco, entre as palavras de incentivo, os abraços e a compreensão da minha ausência. O agradecimento se estende à minha irmã e meu cunhado, Linara e Sérgio, e ao meu enteado querido, Gabriel. O afeto de vocês é a razão do meu sorriso. Agradeço ao Thiago Pezzo com imenso carinho pelo cuidado essencial no dia-a-dia e por tornar meu olhar mais doce.

Mas esse não é o começo do fim. É apenas o fim do começo. A cerca só num certo sentido cerca a terra do índio e do pobre. Cerca, também, os direitos do proprietário, do fazendeiro, do capitalista. Cerca-os todos. Define o do pobre e o do rico. Mas, se o do pobre está dentro do que cercou o do rico, então, ao fechar, a cerca abre. Pois, a cerca fala, também, sobre os direitos daquele que foi cercado [...]. Se o direito é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito.

(José de Souza Martins. **Não há terra para plantar neste verão**. 1988 [1985])

RESUMO

A partir da década de 1970, os setores produtivos no Brasil passaram por uma intensa reorganização. Para a produção no campo, este processo abrangeu desde a incorporação capitalista de novas terras dos anos 1980, passando pelo processo de reestruturação produtiva. O município de Lucas do Rio Verde (MT) insere-se nesta dinâmica como grande produtor de *commodities*, por um lado, e com intensa dinâmica populacional e espacial no urbano, por outro lado. O intenso fluxo migratório e a intensa transformação intraurbana marcaram a breve história do município de pouco mais de trinta anos. A pergunta central que esta tese fez é sobre como se deu a distribuição dos imigrantes internamente à cidade. Condições migratórias distintas poderiam significar acessos diferenciados aos lugares de moradia? Esta tese buscou analisar a mobilidade residencial intraurbana de Lucas do Rio Verde, com o objetivo de compreender os processos sociodemográficos associados ao agronegócio e seus reflexos na distribuição espacial dos indivíduos no espaço intraurbano. A metodologia foi composta pela análise teórica conjugada a dados quantitativos secundários para reconstrução da história sociodemográfica do município e por uma coleta de dados primários para caracterizar as trajetórias residenciais intraurbanas dos múltiplos fluxos migratórios que constituíram a população da cidade. Os resultados indicaram que a intensa expansão urbana se articulava com diferentes dimensões do processo de desenvolvimento da cidade, como a criação de espaços vazios entre a área da cidade consolidada e os novos bairros ou como a forma de acesso à moradia. De modo geral, o primeiro bairro dos imigrantes se localizou em uma região central. Todavia a manutenção de residência nesses bairros dependeu das condições de vida de cada imigrante. Verificou-se que imigrantes de origem das regiões com piores inserções laborais, as regiões Nordeste e Norte, mudaram de residência maior número de vezes em média quando se compara a outros grupos migratórios. Como perspectiva de investigações futuras, reflete-se em que medida a circulação dos imigrantes não se relaciona às dimensões de condições precárias vivenciadas no lugar de origem e de destino, inclusive a moradia caracterizada pela condição de *permanentemente improvisado*. Contudo, e contraditoriamente, o improvisado pode se tornar a forma de moradia de um longo período.

ABSTRACT

Starting in the 70s, the productive sectors in Brazil underwent an intense reorganization. In the case of agricultural production, this process ranged from the capitalist incorporation of new lands in 1980s to the ulterior process of productive restructuring. Which also led to the rearrangement of rural and urban areas. The municipality of Lucas do Rio Verde (MT) conveys these dynamics in two ways. On one hand, as a major producer of commodities; on the other, exhibiting intense growth and transformation of population and urban spaces. The intense immigration flow and the considerable intra-urban transformation shaped the brief history of the municipality of little more than thirty years. The main question of this dissertation is about the internal distribution of immigrants in the city. Is it possible that different migratory conditions meant different access to housing? This work aimed to analyze the intra-urban mobility of Lucas do Rio Verde, seeking to understand the sociodemographic processes associated to agribusiness and its outcomes in the spatial distribution of individuals in the intra-urban space. The methodology design of this work utilized theoretical analysis combined with secondary quantitative data for the reconstruction of the sociodemographic history of the city. Additionally, primary data was collected to characterize the intra-urban residential trajectories of the multiple migration flows that constituted the population of the city. The results indicated that the intense urban expansion was not only related to the arrival of immigrants, but also to their access to housing. A considerable number of immigrants preferred as their first residence neighborhoods located in the center of the city. However, the maintenance in these areas depended on the living conditions of each immigrant. This applies to immigrants from the Northeast and North of Brazil, who arrived at the municipality in worse conditions. On average, they also changed housing more often. Consequently, the instability regarding the permanence in their homes engendered a *permanently improvised* condition. However, this improvised situation can turn into a long-time way of living.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (PIB) por setor da economia (em reais)	49
Gráfico 2 – Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) por setor da economia.....	49
Gráfico 3 - Produção de arroz, milho e soja (em toneladas)	52
Gráfico 4 – População por região de nascimento	92
Gráfico 5 - Estrutura etária da população total e da população imigrante	94
Gráfico 6 – Estrutura etária da população total	95
Gráfico 7 – Comparação entre o número de imigrantes e número de mudanças de residência por período.....	190
<hr/>	
Figura 1 – Mapa de localização do município de Lucas do Rio Verde.....	19
Figura 2 – Presença das empresas transnacionais e produção de soja (em toneladas).....	46
Figura 3 – Mapas com informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal.....	54
Figura 4 – Mapas com a taxa de urbanização por município	57
Figura 5 – Quadro com empresas exportadoras	70
Figura 6 – Mapas referentes ao crescimento populacional ao ano (em %)	88
Figura 7 – Mapas referentes ao saldo migratório	90
Figura 8 – Proporção de população ocupada na cadeia grãos-carne ou outras ocupações referente a população total acima de 14 anos	109
Figura 9 – Classificação ocupacional	139
Figura 10 – Setores censitários agregados em bairros.....	143
Figura 11 – Classificação dos bairros a partir da faixa de renda.....	146
Figura 12 – Quadro explicativo para a análise de rede.....	149
Figura 13 - Imagens de área construída (à esquerda) e imagem com a área de expansão (à direita).....	157
Figura 14 – Localização dos bairros criados após 2009 e seus equipamentos públicos	165
Figura 15 – Prédio da prefeitura (ao centro do círculo) e seu entorno em 2012	166
Figura 16 – Casas do bairro Tessele Junior (ou bairro da Sadia)	169
Figura 17 – Localização de endereços que eram residenciais e se tornaram comércios entre 2009 e 2015	177
Figura 18 e 19 – Pequenos prédios ao lado das ruínas de uma casa entrevistada em 2009 (foto à esquerda) e uma residência com fachada moderna (foto à direita), ambas localizadas na região central	179
Figura 20 - Localização de endereços que eram residenciais e se tornaram ruínas, espaço público ou estavam em construção entre 2009 e 2015	180
Figuras 21 e 22 – Casa de madeira no estilo das primeiras ocupações (foto a esquerda) e substituição da madeira por alvenaria (foto a direita)	182
Figura 23 – Mobilidade residencial intraurbana (Gráficos e estatísticas)	192
Figura 24 – Mobilidade residencial de acordo com a região de origem do imigrante	208
Figura 25 - Mobilidade residencial de acordo com a região de origem do imigrante.....	216
Figura 26 - Mobilidade residencial de acordo com a região de origem do imigrante.....	218

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Produção agrícola (volume e taxa de crescimento ao ano).....	51
Tabela 2 – Produção pecuária (volume e taxa de crescimento ao ano).....	52
Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários (total de estabelecimentos e estabelecimentos por área)	53
Tabela 4 – Migrantes entre áreas urbana (U) e rural (R) (em %).....	79
Tabela 5 – População total, taxa de crescimento populacional (% ao ano) e grau de urbanização.....	81
Tabela 6 – Imigrantes intraestaduais e interestaduais por lugar de destino (Mato Grosso, Alto Teles Pires e Lucas do Rio Verde)	84
Tabela 7 - Migrantes interestaduais por Unidade de Federação.....	85
Tabela 8 - Migrantes interestaduais por Unidade de Federação.....	96
Tabela 9 – População ocupada em estabelecimentos agropecuários.....	107
Tabela 10 – Características sociodemográficas da população ocupada distribuída por setor de atividade (em %*).....	111
Tabela 11 - Características da região de nascimento e de região de moradia 5 anos antes do ano do Censo Demográfico da população ocupada por setor de atividades (em %).....	113
Tabela 12 – Situação dos endereços por setor censitário visitado.....	132
Tabela 13 - Situação das unidades domésticas por setor censitário mapeado.....	134
Tabela 14 – Total de casos coletados através de aplicação de questionário por unidade de análise	136
Tabela 15 - Responsáveis pela Unidade Doméstica por momento da migração para o município	138
Tabela 16 – População ocupada por posição na ocupação (total e no agronegócio) e população aposentada	141
Tabela 17 – Divisão das faixas de renda dos bairros.....	144
Tabela 18 – Unidade doméstica por ocupações dos responsáveis, responsáveis aposentados ou sem ocupação.....	147
Tabela 19 – Comparação do crescimento entre população e setores censitários	158
Tabela 20 – Setores censitário por classificação rural/urbano	163
Tabela 21 – Caracterização do setor censitário por uso dos terrenos e densidade residencial (n. edificações residenciais/n. terrenos)	176
Tabela 22 – Endereços visitados em 2015 por mudança de situação de uso em comparação à 2009	177
Tabela 23 – Características dos imigrantes no momento de chegada à Lucas do Rio Verde por região de nascimento	197
Tabela 24 – Caracterização ocupacional*, aposentados e sem ocupação dos imigrantes de Lucas do Rio Verde distribuídos por região de origem.....	200
Tabela 25 – Características do domicílio dos imigrantes por região de nascimento.....	202
Tabela 26 – Comparação entre número de imigrantes e número de mudanças de residência por região de nascimento do imigrante	203
Tabela 27 – Características da mobilidade residencial dos imigrantes por região de nascimento do imigrante.....	205
Tabela 28 – Códigos e denominações das ocupações associadas à cadeia grãos-carne e suas referentes a 1991, 2000 e 2010 de acordo com a compatibilização da CONCLA	261

ÍNDICE DE SIGLAS

9º BEC (Nono Batalhão de Engenharia e Construção)
BASA (Banco da Amazônia)
BNH (Banco Nacional de Habitação)
BRF (Brasil *Foods*)
CAI (Complexo Agroindustrial)
CAMPO (Companhia de Produção Agrícola)
CFP (Companhia de Financiamento da Produção)
CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas)
CNAE-Dom (CNAE Domiciliar)
CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)
CONCLA (Comissão Nacional de Classificação)
Coagril (Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense)
Cooperlucas (Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde)
Credilucas (Cooperativa de Crédito Rural Lucas do Rio Verde)
Ema (Empresa Mato-grossense de Alimentos)
Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)
FETHAB (Fundo Estadual de Transporte e Habitação)
FICO (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste)
FUNAI (Fundação Nacional do Índio)
IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis)
MCMV (Minha Casa, Minha Vida)
NEPO (Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”)
NIH (National Institute of Child Health and Human Development)
PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)
PEA (Projeto Especial de Assentamento)
PIB (Produto Interno Bruto)
PIN (Plano Nacional de Integração)
PSF (Posto de Saúde da Família)
PROCEDER (Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado)
RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)
Sine (Sistema Nacional de Empregos)
SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)
TNC (The Nature Conservancy)
TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo 1	
DO VAZIO DEMOGRÁFICO ÀS EMPRESAS TRANSNACIONAIS:	
o processo de ocupação do Mato Grosso.....	23
1.1 O lugar do Mato Grosso no planejamento estatal ao longo do século XX.....	24
1.1.1 O urbano e a expansão da fronteira no Mato Grosso	35
1.2 A organização da produção agropecuária "em rede"	39
1.2.1 O estabelecimento da cadeia grãos-carne em números	48
1.2.2 O urbano na reestruturação produtiva do campo.....	55
1.3 A constituição sócio-histórica de Lucas do Rio Verde.....	60
Capítulo 2	
DOS AGRICULTORES AOS ADMINISTRADORES DA FAZENDA:	
migração e trabalho no agronegócio.....	75
2.1 A migração no Mato Grosso após os anos 1980	76
2.1.1 O estabelecimento de polos regionais de migração.....	87
2.2 As mudanças no mundo do trabalho e a migração	97
2.2.1 A estrutura laboral e as migrações no processo de territorialização do capital do agronegócio	106
Capítulo 3	
DAS QUESTÕES DE PESQUISA AO BANCO DE DADOS:	
aspectos metodológicos	117
3.1 Os projetos de pesquisa	118
3.2 O trabalho de campo.....	123
3.3 O banco de dados.....	134
3.4 A análise dos dados	147
Capítulo 4	
DAS CASAS DE MADEIRA AOS PRÉDIOS E BAIRROS POPULARES:	
diferenciação do espaço intraurbano	152
4.1 A diferenciação do espaço intraurbano	154
4.2 A formação da estrutura territorial	158
4.3 Horizontalização da ocupação urbana e o planejamento público dos vazios urbanos ..	183
Capítulo 5	
DO NÚCLEO URBANO ÀS DISPARIDADES SOCIAIS INTRAURBANA	
a relação entre mobilidade residencial e migração	186
5.1 Mobilidade residencial e migração: as especificidades sobre o lugar onde se reside ..	189
5.2 A especificidade dos imigrantes por região de origem.....	196
5.3 A trajetória residencial dos imigrantes no espaço intraurbano de Lucas do Rio Verde	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	242
ANEXOS	255

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, dona Sueli¹ migrou ainda jovem para Lucas do Rio Verde, município localizado no Centro-Norte do estado do Mato Grosso. Naquela época, quase nada havia sido construído ali, “[...] era só mato e bicho para ser desbravado” segundo relato da entrevistada. Recém-casada, veio com Orlando, seu marido, que fez do mato lavoura, derrubando mata e árvores e transformando um solo de difícil cultivo em uma moderna plantação de soja. O casal descarregou três caminhões de mudança depois de quatro dias de estrada vindos diretamente do Rio Grande do Sul no meio do breu e da poeira, aspectos comuns vivenciados no interior do Mato Grosso naquela época. Um caminhão trouxe a mudança de casa: camas, armários, geladeira, malas com roupas. No segundo caminhão veio o trator para começar o plantio e o terceiro chegou carregado de equipamentos para a terra e para a manutenção do trator, equipando uma oficina para o maquinário.

Insatisfeita com sua sina e recriminando o marido pela aventura na qual o casal lançou sua sorte, Sueli implorou para que retornassem à terra de seus pais. Sua indignação foi se extinguindo à medida que as lojas, os mercados, as escolas e a estrada foram compondo a paisagem de Lucas do Rio Verde. Quando obtiveram as terras no campo através do projeto de colonização, também receberam um lote na cidade. Neste último construíram uma casa e para lá se mudaram quando os filhos entraram em idade escolar. A mesma realidade que o casal encontrou no campo encontrou nos lotes urbanos: poeira, lama na época de chuva e tudo a ser construído. Os anos se passaram e a cidade foi crescendo. Hoje a residência do casal localiza-se em uma área central, perto do comércio, da escola e do posto de saúde. Sueli e Orlando conhecem grande parte da vizinhança e identificam os moradores antigos pelo nome, especialmente os pioneiros que, para eles, construíram cada pedaço daquele chão.

Contudo, para Sueli, a cidade cresceu demais nos últimos tempos. Segundo ela, junto com a agroindústria chegou um “[...] povo estranho” e nem todos os bairros são bons para se viver como antes. Por exemplo, o ‘bairro da Sadia’ ou Tessele Junior, que ela considera um lugar perigoso. Bairro esse que acolheu Maria de Fátima, uma maranhense que imigrou para Lucas do Rio Verde há pouco mais de cinco anos justamente para trabalhar na agroindústria. Maria de Fátima, bem como grande parte dos seus colegas que trabalharam na Sadia, soube da oportunidade de emprego em Lucas do Rio Verde pelo caminhão de som nas

¹ Todos os nomes de entrevistados citados na tese são fictícios.

ruas da sua cidade natal, anúncio cujo conteúdo prometia uma vida tranquila no interior do Mato Grosso. O trabalho não era fácil, seu turno era durante a madrugada e Maria de Fátima presenciava frequentemente acidentes de trabalho; tampouco era fácil a convivência na vizinhança do bairro, casas idênticas a perder de vista sem muro nem intimidade, com pouco acesso ao comércio e longe do centro. Maria de Fátima buscou emprego em outras freguesias e, no momento da entrevista, ela estava trabalhando como faxineira e cuidadora de criança em diferentes casas. Apesar do trabalho não ser registrado em carteira como acontecia no período em que Maria de Fátima estava empregada na indústria, ela se considerava mais integrada ao cotidiano da cidade. Saiu da Vila da Sadia, vivia de aluguel e mudou algumas vezes de residência. Da mesma forma que Sueli e Orlando, Maria de Fátima acreditava que Lucas do Rio Verde oferece boas oportunidades de vida.

Estas são duas das muitas histórias que ocupam as ruas, esquinas, praças e casas de inúmeras cidades: famílias ou indivíduos que migraram em busca de construir a vida distante de seu lugar de origem. Apesar da mesma condição de migrante, não se consideram em circunstâncias semelhantes, seja devido à sua região de origem, seja pela atividade laboral que exercia, seja pelo bairro onde morava. As histórias da Maria de Fátima e da Sueli e seus pontos de conexão ilustram relações que permeiam as reflexões desta tese: as relações entre o campo e a cidade, entre o trabalho e a migração, entre a discriminação e a inserção laboral e, especialmente, entre a localização da residência e a condição de migrante em termos do lugar de origem e em termos do lugar ocupado na divisão social do trabalho na cidade.

Uma primeira preocupação dessa tese reside na relação da dinâmica migratória com a transformação da produção agropecuária no processo de reestruturação produtiva (HARVEY, 2014). O escopo teórico acerca da ocupação social de fronteira demonstra o quão essencial os fluxos migratórios se tornaram para a constituição demográfica do Mato Grosso nas décadas de 1970 e 80 (MARTINE, 1990, 1992; SAWYER, 1984; BRITO, 1997; BAENINGER, 1998). Em um primeiro momento, as políticas voltadas para a ocupação da Amazônia tratavam a região como um “vazio demográfico”, o que subentendia a necessidade de deslocamento de população de outros estados para a região. Nas áreas do Mato Grosso onde o agronegócio se consolidou a partir de 2000, a verticalização da produção no campo, ou seja, a estratégia de integrar as diversas etapas da cadeia produtiva em uma mesma localidade, teve a migração como uma de suas faces demográficas. O processamento de suínos e aves na agroindústria, integrado à expressiva produção de *commodities*, gerou intensos fluxos migratórios, seja associado à linha de produção da fábrica, seja pelos serviços gerais ou os

serviços especializados (CUNHA 2006, 2013; CARMO et al., 2012; CRAICE e LOMBARDI, 2014). A migração foi, portanto, a face demográfica preponderante no processo de constituição do agronegócio mato-grossense.

A transformação do setor agropecuário está relacionada ao processo mundial de divisão internacional do trabalho, no qual o Brasil, entre outros países, se inseriu enquanto fornecedor de matérias-primas agrícolas e minerais de baixo processamento (DELGADO, 1985; IANNI, 1979). Nos finais da década de 1990, a expansão da demanda mundial de *commodities*, sobretudo chinesa, reforçou a política brasileira de exportação de produtos primários pautada na regulação da comercialização mundial pelas grandes empresas, as *tradings companies* (DELGADO, 2012; MAZZALI, 2000). A partir dos anos 2000, a difusão do formato da produção agropecuária associada às empresas transnacionais se territorializou em áreas específicas do Centro-Oeste, constituindo manchas de modernização agropecuária (ARACRI, 2010; DELGADO, 2012). Neste processo, certas regiões do Mato Grosso se mostraram privilegiadas (FREDERICO, 2015; ARACRI, 2010), tendo a constituição de rodovias, a ação do Estado e as características fundiárias como uma das razões centrais para compreensão da dispersão do novo formato.

Muito já se avançou no tratamento da “marcha” populacional associada à “marcha” do capital do agronegócio para a região Centro-Oeste, análises costumeiramente realizadas sob a perspectiva regional. Porém, a verticalização da produção agropecuária significou mudanças também no espaço intraurbano. As mudanças na paisagem urbana – ebulição do mercado imobiliário, especialização comercial de áreas, vazios urbanos, condomínios fechados, grandes programas habitacionais (ELIAS e PEQUENO, 2007; MIGNACCO, 2011; MACEDO, 2013; PEREIRA, 2015) – têm significado a ocupação horizontal da cidade, ou seja, o espraiamento da mancha urbana ao invés do seu adensamento ou da sua verticalização. Aspectos estes perceptivos quando se visita as denominadas *idades do agronegócio* (ELIAS, 2011; ELIAS e PEQUENO, 2007). A estrutura territorial da cidade parece refletir o aprofundamento das relações globalizadas de produção, tendo em conta o interesse do agronegócio em produzir a própria cidade.

Encontra-se, por um lado, os fluxos migratórios em nível regional e, por outro lado, as transformações intraurbanas, ambas associadas ao capital do agronegócio. Essas duas dimensões estariam relacionadas? Fluxos migratórios com origens distintas se estabelecem na área – tanto para o “chão de fábrica” quanto para os serviços especializados – ao mesmo tempo em que o espaço intraurbano abriga sociabilidades diferenciadas – os condomínios

fechados de alto padrão e os bairros de habitação popular. Como esses migrantes se incorporam e (re)produzem o espaço intraurbano?

Neste sentido, a segunda preocupação desta tese é compreender a relação existente entre dois processos: as transformações da cadeia produtiva e a distribuição populacional no espaço intraurbano. Para analisar a distribuição populacional intraurbana, toma-se o conceito de mobilidade residencial intraurbana, entendido como toda mudança de residência dentro de uma determinada cidade independente do tempo em que ali se reside.

A mobilidade residencial tem sido tratada na literatura tanto em âmbito nacional como em âmbito internacional (SMOLKA, 1992a, 1992b, 1994; CUNHA 1995, 2015; VILLAÇA, 2001; DUHAU, 2003; DELAUNAY e DUREAU, 2004; MAGALHÃES e RIOS-NETO 2004; MOLINATTI et al., 2014; DOTA, 2015). Em uma dinâmica populacional caracterizada por alto grau de urbanização e com fecundidade e mortalidade em patamares baixos em relação às últimas décadas, o que tem modificado o volume populacional em uma determinada área são as múltiplas modalidades de movimento: migração sazonal, migração temporária, mobilidade pendular e, entre eles, a mobilidade residencial. Entretanto, pouco se discute sobre a mobilidade residencial fora das regiões metropolitanas e grandes cidades, apesar de cerca de 70% da população brasileira viver em municípios com menos de 500 mil habitantes segundo o Censo Demográfico de 2010.

Ainda assim, a literatura existente traz indícios sobre o que se deve perseguir na investigação que o presente trabalho se propõe. Segundo a revisão bibliográfica, um primeiro grupo de trabalhos enfatiza o aspecto individual e/ou familiar no momento da decisão de mudar de casa (MAGALHÃES e RIOS-NETO 2004; DUHAU, 2003). Um segundo grupo tem se debruçado em entender o fenômeno da mobilidade residencial e sua relação com as estruturas urbanas (VILLAÇA, 2001), ou seja, levar em conta o planejamento das cidades, as ações do Estado e/ou do mercado, a localização de infraestrutura ou as novas construções influenciando na decisão de mudança de residência (SMOLKA, 1992a, 1992b, 1994; CUNHA 1995, 2015; DOTA, 2015).

O presente trabalho busca incorporar as duas perspectivas para a construção do conceito de mobilidade residencial. Unir diferentes abordagens significa reconhecer que existe relação entre a dimensão socioeconômica e as dimensões individual e familiar no lugar onde se reside (CADWALLADER, 1992). Com isso, entende-se a mobilidade residencial enquanto fenômeno de construção histórica. Buscando relacionar as duas perspectivas, o trabalho se aproxima de um terceiro conjunto de obras (DELAUNAY e DUREAU, 2004;

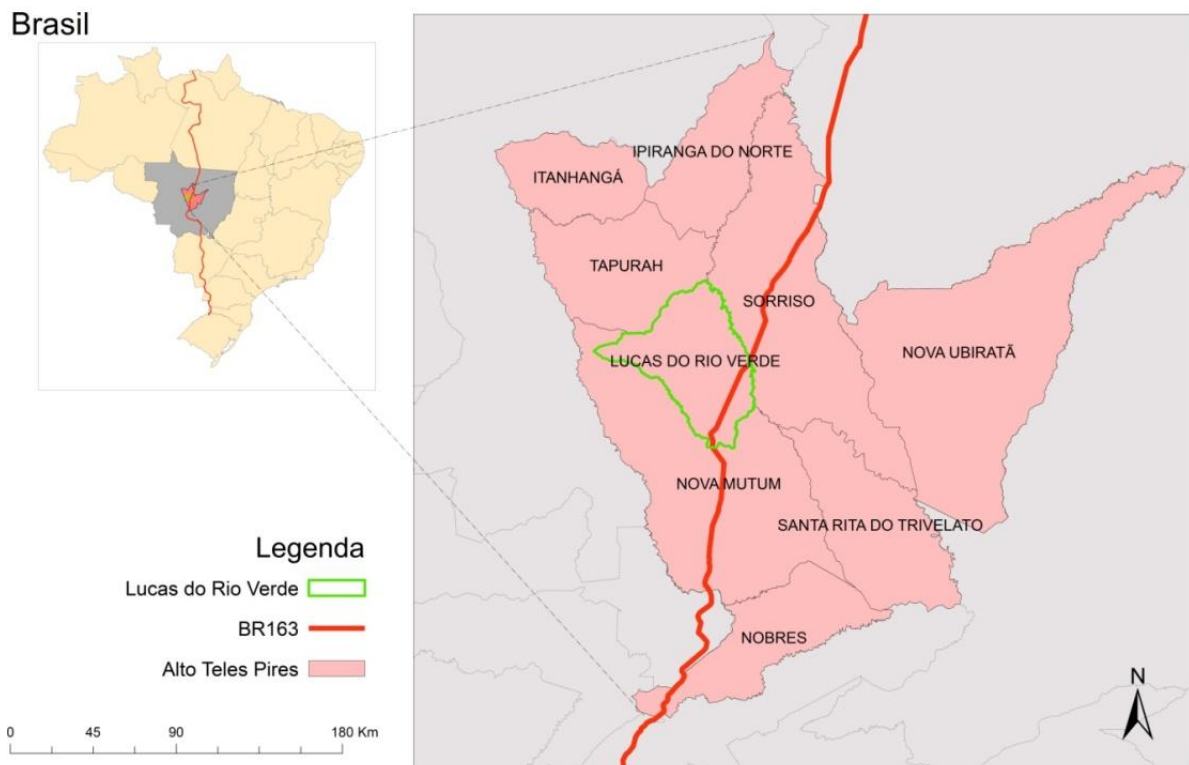
MENDONÇA, 2002; MOLINATTI et al., 2014) que defendem que “os itinerários residenciais refletem a história da cidade”² (DELAUNAY e DUREAU, 2004, p. 104).

O recorte socioespacial deste estudo foi o município de Lucas do Rio Verde, localizado no Centro-Norte do estado de Mato Grosso, conforme é possível visualizar no mapa da Figura 1. A fundação do município remonta ao contexto das políticas de ocupação do Mato Grosso na década de 1980. Na então Gleba Rio Verde pertencente ao município de Diamantino, um projeto de assentamento público foi constituído em 1982. Lucas do Rio Verde foi emancipado legalmente no ano de 1988. Com pouco mais de trinta anos, o município se destacou nacionalmente pela produção das *commodities* soja e milho, se configurando entre os dez maiores municípios produtores de tais grãos. Em 2008, o início das atividades da agroindústria de beneficiamento de aves e suínos marcou a verticalização da produção da região, aproveitando a grande produção de grãos já estabelecida na região e promovendo a integração da cadeia grãos/carne. Desde sua emancipação, as taxas de crescimento da sua população foram superiores às médias mato-grossenses e nacionais, indicando uma dinâmica demográfica intensa no município.

Neste sentido, a escolha de Lucas do Rio Verde como *locus* de pesquisa se deu pelos seguintes motivos: (i) às margens da BR-163, principal eixo de ligação de Mato Grosso a outros estados do país (São Paulo e Paraná ao Sul e o Pará ao Norte), o município se destacou pelo ímpeto da produção agropecuária, experimentando diferentes momentos: a ocupação pelas políticas nacionais, a reestruturação produtiva do campo e, recentemente, o estabelecimento da cadeia grãos-carne; (ii) o município se localiza em uma das regiões privilegiadas de expansão da produção de *commodities* após a década de 1990, a microrregião de Alto Teles Pires; (iii) o município apresentou o maior crescimento populacional no Mato Grosso e se encontrava entre os dez municípios do país em termos de taxa de crescimento demográfico entre 2000 e 2010, fator explicado pela dinâmica migratória; (iv) o município passou por uma intensa transformação intraurbana não apenas com expansão dos bairros novos, mas também pelas renovação dos bairros antigos (estabelecimento de comércios, reforma de moradias, mudança de moradores nas residências mais antigas) e da expansão da infraestrutura pública urbana. A escolha do recorte temporal dessa tese se apropriou do histórico do município, com início na década de 1980 até o ano de 2015, momento da pesquisa de campo apresentada posteriormente.

² No original, “[...] los itinerarios residenciales refleja la historia de la ciudad” (p. 104).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Lucas do Rio Verde



Fonte: Malha Digital Censo Demográfico, 2010. Elaboração própria.

O processo de estabelecimento do agronegócio tem relação com a dimensão socioeconômica, a dimensão demográfica e a dimensão territorial do espaço intraurbano (ELIAS e PEQUENO, 2007; MIGNACCO, 2011; CANALES e CANALES-CERÓN, 2016). A dimensão socioeconômica se refere ao processo de verticalização da produção do campo e à intensa dinâmica populacional. Ao mesmo tempo, tem-se um crescimento econômico e populacional atrelado ao desenvolvimento de desigualdades territoriais (BERNARDES, 2010; ELIAS e PEQUENO, 2007). Sobre a dimensão territorial, as mudanças mais perceptíveis em Lucas do Rio Verde foram a criação de áreas de comércio e a construção de bairros voltados para os trabalhadores da agroindústria; outras mudanças não são facilmente associadas ao processo, como as relações sociais de segregação e discriminação social (referentes à origem do migrante), a criação dos condomínios fechados e a construção de bairros afastados da malha urbana, esta promovendo a horizontalização da cidade, ou seja, o espraiamento da ocupação do solo.

Questiona-se se os fluxos migratórios, contrapartida demográfica da territorialização espacial do capital da agropecuária, se distribuem de forma uniforme pelo

espaço intraurbano ou se tiveram formas específicas de acesso à habitação – e condições habitacionais também específicas. A hipótese central é que ao longo do processo de reestruturação produtiva, ao qual Lucas do Rio Verde se inseriu pela sua produção agropecuária, a cidade passou a abrigar espaços diferenciados de acordo com a origem imigratória, o que significaria a concentração dos grupos de imigrantes em determinados bairros. Isto estaria associado à forma como se deu a inserção produtiva do município e a inserção do estado de Mato Grosso tendo como referência a refuncionalização da produção brasileira no contexto da reestruturação produtiva mundial. As repercussões desta forma de inserção não recaíram apenas na produção. Tem-se como segunda hipótese que esta abrange a totalidade do município, alterando por isso as dimensões populacionais e territoriais.

Para dar conta do debate multiescalar proposto pela tese, a construção metodológica envolveu quatro etapas: (i) a compreensão da constituição histórica de Mato Grosso e Lucas do Rio Verde através de revisão bibliográfica e dados; (ii) a análise da constituição da população através de revisão da literatura e dados do Censo Demográfico; (iii) a formação da estrutura territorial intraurbana através de relatos e dados da pesquisa de campo; e (iv) a reconstituição das trajetórias residenciais através da aplicação de questionários.

Estudar a mobilidade residencial intraurbana fora de uma área metropolitana coloca um desafio acerca dos dados utilizados, uma vez que esta informação não é captada em fontes de dados populacionais convencionais como o Censo Demográfico. O Censo Demográfico capta movimentos de residência entre cidades, não sendo possível reconstituir movimentos internos a estas. Para apreender a dimensão intraurbana de Lucas do Rio Verde, uma pesquisa de campo foi realizada, a qual contou com a aplicação de um *survey*, com entrevistas institucionais e com a coleta de informações com atores-chaves. Através da pesquisa de campo foi possível reconstituir a formação de novos bairros, as mudanças de equipamentos urbanos, as transformações de bairros antigos e analisar a associação de características sociodemográficas com a mobilidade residencial. Especificamente sobre a compreensão da formação da estrutura territorial, o trabalho de campo contou com dois pontos no tempo, 2009 e 2015³. A mesma amostragem de unidades domésticas foi utilizada em ambos os momentos, o que possibilitou compará-los para vislumbrar as transformações dos lugares visitados.

³ Em 2009, o trabalho de campo foi realizado no âmbito do projeto Desflorestamento da Amazônia e a Estrutura das Unidades Domésticas” e em 2015, no âmbito do projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: ‘follow-up’ do caso de Lucas do Rio Verde (MT).

O primeiro capítulo desta tese reconstruiu a história de Lucas do Rio Verde com foco na relação entre o urbano e o rural. Teve-se como ponto de partidas as políticas de ocupação do Mato Grosso das décadas de 1970 e 80 até a reestruturação produtiva na produção agrícola nos anos 2000 (ELIAS, 2006; DELGADO, 2012) que atingiu com ímpeto a região de Alto Teles Pires, onde Lucas do Rio Verde está localizado. Apesar do rural com a sua produção agropecuária pautarem a dinâmica sociodemográfica do município, não é na área rural onde sua população vive; o município apresentou intensa urbanização desde seu processo de formação. A aparente contradição entre campo e cidade é fundamental para compreender a constituição de Lucas do Rio Verde e seu destaque no agronegócio de uma perspectiva mundial.

A constituição histórica do município esteve desde seu primeiro momento associada às migrações internas de longa distância, o que perdurou ao longo de sua história. Mas não a qualquer migrante. O segundo capítulo tratou das particularidades dos fluxos migratórios associados ao processo de desenvolvimento do município, tendo profunda relação com a estrutura laboral em transformação. Se no momento da ocupação a política governamental privilegiou o migrante com capital no campo, no momento da reestruturação produtiva se intensificou a migração mais qualificada e a migração dos trabalhadores do “chão-de-fábrica” para o funcionamento da agroindústria.

O urbano surge como *locus* privilegiado para a constituição do cotidiano da população. Tal qual o desenvolvimento do agronegócio, o espaço intraurbano não está livre de contradições: os condomínios fechados convivem com os bairros operários, as casas de alto padrão convivem com as pequenas casas de madeira. Tratar do espaço intraurbano de forma quantitativa em um município de pequeno porte exigiu a realização de um trabalho de campo. O capítulo 3 trouxe as especificidades do trabalho de campo enfatizando a descrição do *survey*, a aplicação do questionário e o trato dos dados coletados.

Por fim, os capítulos 4 e 5 se debruçaram sobre o espaço intraurbano. O capítulo 4 tratou do aspecto territorial da estrutura intraurbana (VILLAÇA, 2001), a expansão da macha urbana e suas transformações ao longo do tempo. Este primeiro momento foi essencial para delimitar uma classificação dos bairros para a análise da distribuição populacional posterior. O capítulo 5 se debruçou sobre a mobilidade residencial, incorporando os dados coletados no *survey* e, enfim, elucidando sobre a relação entre mobilidade residencial e migração.

Esta tese pretende, por fim, oferecer uma explicação do processo de ocupação urbana do município de Lucas do Rio Verde a partir das condições e contradições de sua

estrutura produtiva predominante, qual seja, a agroindústria. As particularidades regionais da dinâmica migratória se entrelaçam à distribuição da população na dimensão local. Isto não acontece somente nas áreas metropolitanas, mas também em cidades de pequeno e médio porte e, neste caso, associado à verticalização da cadeia produtiva no contexto do agronegócio.

CAPÍTULO 1

DO “VAZIO DEMOGRÁFICO” ÀS EMPRESAS TRANSNACIONAIS:

o processo de ocupação do Mato Grosso

Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante. [...] Ontem eram bandeirantes só os que partiam do Planalto e dos seus subfocos de irradiação; hoje são todos quantos tomam parte na nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem “novos bandeirantes equipados de nova técnica” para o seu melhor aproveitamento econômico e social. [...] No menor ato brasileiro haverá sempre o “sentido bandeirante”. É uma condição para que a terra possua o homem e este a possua. Na grandeza que aí está – quase nove milhões de quilômetros quadrados – o papel da bandeira é, ainda, uma imposição da vida a que o brasileiro não poderá fugir, para se realizar. [...] Enquanto se puder, no Brasil, abrir uma estrada ou fundar uma cidade.

(Cassiano Ricardo, **Marcha para Oeste**. 1940)

Neste primeiro capítulo, buscou-se reconstruir a formação sociohistórica do Mato Grosso. Pretende-se mostrar a importância do urbano no Brasil e a concentração da população brasileira nas cidades, aspecto demográfico de suma relevância, associada às esferas política e social para além da concentração econômica ou do processo de industrialização. Com isso, justifica-se a escolha desta tese de se debruçar sobre o espaço urbano. Tal abordagem se faz relevante uma vez que, à primeira vista, as relações produtivas se estabeleceram no campo. Contudo, a relação entre campo e cidade é mais complexa quando se observa de forma aprofundada.

O primeiro item enfatizou o processo de ocupação populacional e econômico engendrado pelo governo militar a partir da década de 1970. O *vazio demográfico* – que era apenas um dos vários *vazios* da nação (econômico, social, político) considerados no discurso do governo – foi empregado para justificar o processo de ocupação da Amazônia. Cassiano Ricardo (1959), pensador defensor da Marcha para o Oeste citado na epígrafe, aponta que o protagonismo do projeto político do período coube às cidades e às estradas. Segundo Ricardo (1959), a figura dos novos bandeirantes (imigrantes), munidos de sua nova técnica (modernização agrícola), realizaria a incorporação do espaço *vazio* ao território nacional. Neste sentido, pretendia-se que o espaço tratado como *vazio* fosse ocupado pela produção agropecuária conduzida por produtores capitalizados, o que pouco remetia à figura do trabalhador rural que vivia no campo. Desta forma, as políticas governamentais traziam um plano político-econômico específico para a ocupação do estado do Mato Grosso.

A partir da década de 2000, as empresas transnacionais ganharam protagonismo na produção agrícola do Mato Grosso. Com isso, intensifica-se o projeto iniciado em um momento anterior, de produção de *commodities* voltada à exportação, agora profundamente fundida com o mercado mundial. Desse modo, o Brasil se fortalece como o celeiro do mundo. Este processo aconteceu fundamentalmente nos municípios às margens dos principais eixos rodoviários, a BR-163 e BR-364, as principais vias de escoamento da produção agropecuária. A segunda parte do capítulo trata desse processo de reestruturação produtiva no Mato Grosso enfatizando a microrregião de Alto Teles Pires, que é cortada pela BR-163 e na qual o município de Lucas do Rio Verde se localiza.

Por fim, a última parte deste capítulo tratou do processo de constituição histórica de Lucas do Rio Verde. Localizado ao Centro-Norte do estado do Mato Grosso e sob influência da BR-163, o desenvolvimento do município acompanhou a formação histórica tratada nos dois primeiros itens. A partir da reconstrução deste pano de fundo, demonstra-se a importância em se considerar fatores estruturais nacionais e mundiais para compreender a realidade local. Lucas do Rio Verde, acredita-se, representa uma dinâmica local sob intensa influência da dimensão macro, reproduzindo suas contradições.

1.1 O lugar do Mato Grosso no planejamento estatal ao longo do século XX

A expansão do complexo cafeeiro paulista nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do XX propiciou a acumulação de capital necessária ao fortalecimento e a expansão do capitalismo no território nacional. A atividade produtiva do café demandou uma infraestrutura que promoveu o estabelecimento de nova base produtiva capitalista em nível nacional (CANO, 2011c; CUNHA, 2002). O capital cafeeiro se desdobrou no estabelecimento de infraestrutura como ferrovias, portos e bancos e nas mudanças em termos de produção com a indústria e a agricultura além do café para atender a alteração do mercado consumidor que se formava no período. A vinda de imigrantes estrangeiros, trabalhadores livres e o então declínio do trabalho escravo provocaram o aumento da demanda por produtos e viabilizaram a produção de bens para o consumo em massa.

A economia brasileira, por um lado, ampliou sua inserção no mercado internacional e, por outro lado, se diversificou a fim de atender ao mercado interno. A agricultura e sua relação com o mercado externo trouxeram novas possibilidades para o desenvolvimento territorial do país, tendo São Paulo seu centro propulsor (CANO, 2011c).

Apesar da diversificação da economia, o complexo cafeeiro fortalecia a tradição agrária do país. Às cidades, neste contexto, coube servir como sustentáculo da reprodução da economia do campo e da vida social rural.

Durante o desenvolvimento do complexo cafeeiro, o Centro-Oeste foi uma das últimas regiões acionadas pelo capitalismo que se instalou no Brasil (CANO, 2011b). As ferrovias conectavam a produção cafeeira realizada no interior do país ao porto de Santos, trazendo maior agilidade no escoamento do café e maior rapidez no transporte e comunicação entre o interior e a cidade de São Paulo. Por São Paulo passavam cinco das principais artérias das rodovias, que seguiam também rumo à capital nacional, então Rio de Janeiro, e Minas Gerais, além do interior do estado.

Os tentáculos da produção cafeeira se expandiram paulatinamente pelas áreas no entorno de São Paulo, atingindo Minas Gerais, Paraná e Centro-Oeste. A área incorporada da região Centro-Oeste refere-se fundamentalmente ao que hoje se configura como o território do estado do Mato Grosso do Sul⁴.

Com o avanço do complexo cafeeiro paulista, o Centro Oeste foi palco de uma nova configuração na divisão territorial do trabalho. A lavoura cafeeira, praticada de forma extensiva, necessitava de ampla disponibilidade de terras e acabou por incorporar novas áreas. A penetração no oeste de São Paulo deu-se com a abertura de novas rotas com a construção de ferrovias. Quando o transporte ferroviário chega ao Triângulo Mineiro – última década do Século XIX –, os influxos dinamizadores da economia paulista atingem a região Centro Oeste. (CUNHA, 2002, p. 13)

No entanto, o Centro-Oeste apenas serviu enquanto retaguarda agrícola da economia paulista (CANO, 2011b; GUIMARÃES e LEME, 2002). Becker (2009, p. 19) não trata a área estritamente enquanto retaguarda do processo histórico-geográfico, “[...] mas sim como frente avançada desses processos”. Em outras palavras, o Centro-Oeste se incorporava à dinâmica capitalista tal qual São Paulo, porém assumindo função distinta a São Paulo atrelada às desigualdades regionais do país⁵. Apesar dos altos investimentos em transporte, com a construção da ferrovia entre Bauru (SP) e Corumbá (MT) na fronteira com o Paraguai, a produção agropecuária não ultrapassou os limites com a região Sudeste, o que fomentou a

⁴ Os limites do estado do Mato Grosso tal qual conhecido atualmente foi oficializado em 1977 durante o governo de Ernesto Geisel, separando o estado do Mato Grosso do Sul.

⁵ Este é um ponto controverso dentro da literatura pesquisada. Para Martins (2012), por exemplo, a região Centro-Oeste não estaria incorporada à economia capitalista brasileira até o momento das políticas governamentais de meados do século XX. Já Becker (2009) defende que a região Centro-Oeste se inseria na dinâmica capitalista brasileira desde o princípio, sendo que sua função se alterou ao longo do tempo conforme será apresentada ao longo do capítulo.

ocupação do Sul mato-grossense e de parte do centro. A principal função das suas terras era a criação de gado extensivo. Tal atividade dependia de grandes porções de terra e poderia ser realizada em grandes distâncias do mercado consumidor devido ao processo de conservação do produto. Além da criação do gado, se desenvolveu uma pequena produção de café nas terras do Mato Grosso adjacentes à São Paulo. Contudo, as atividades econômicas do estado se restringiam ao campo e aos pequenos arraiais e povoados ao longo da ferrovia, não adentrando ao interior do território.

O Estado e o capital estrangeiro se voltavam para os espaços de interesses econômicos. O Estado brasileiro buscou uma maior centralização política no final do período colonial e imperial, entretanto sua presença se limitou às áreas dos estados de Pernambuco, Bahia e a capital brasileira, Rio de Janeiro (CANO, 2011c). Após 1870, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul também passaram a atrair um maior controle do Estado. O capital estrangeiro realizou movimento semelhante ao movimento estatal, acompanhando os lugares com economias prósperas.

O complexo cafeeiro possibilitou ao Estado estabelecer condições institucionais para impulsionar o mercado interno (CANO, 2011c; GUIMARÃES e LEME, 2002). A partir da década de 1930 durante a decadência da produção cafeeira, o país iniciou um processo de acumulação com base urbana-industrial sob a égide de um Estado centralizador, promovendo a unificação do mercado interno. Novamente, o Centro-Oeste se incorporou de forma a suprir as demandas alimentícias e industriais do mercado interno já estabelecido no litoral. Porém, na década de 1930, a proposta do então presidente Getúlio Vargas consistia em efetivar a presença do Estado em todo o território nacional (CANO, 2011c). Os vínculos entre a área de produção e a área de consumo se tornaram mais intensos sob o controle mais próximo do Estado, uma vez que as regiões periféricas foram beneficiadas através de ações do governo federal. O *slogan* do processo foi a Marcha para o Oeste⁶.

⁶ O governo considerava o Centro-Oeste como território a ser controlado pela economia paulista ao mesmo tempo em que não considerava a população e a economia tradicional ali existente. O território de Mato Grosso não era um vazio demográfico como aclamado pelo discurso oficial. Dentro dos limites atuais do estado, viviam diversos povos tradicionais, como os Panará (ARNT et al., 1998) e os Kayabí (PAGLIARO, 2010). Martins (2012) denominou como fronteira tal situação no Centro-Oeste, caracterizada pelo conflito das diferenças étnicas e sociais entre *nós* que se consideram com o domínio da “civilidade” e os *outros* referente às populações tradicionais. Em uma imagem mais acentuada do processo, o que se observa são dois lados contrários, o da humanidade e o do natural ou não humano a ser “civilizado”. A ocupação da Amazônia se desenvolveu de forma trágica e permeada de conflitos (MARTINS, 2012) para além das exaltações no entorno dos pioneiros ou bandeirantes (RICARDO, 1959). As populações indígenas padeceram pelas investidas de posseiros, produtores de borracha já no início da década de 1940, o que causou o deslocamento de população, o parcelamento de aldeias ou a morte dos indígenas pelas epidemias. Estes grupos que habitavam o atual território mato-grossense

O resultado das mudanças inauguradas nos anos 30 é a integração das regiões brasileiras em uma mesma divisão do trabalho, sob o comando da economia paulista. No caso do Centro-Oeste, as políticas de Estado sobrepõem-se à formação econômica e social aqui descrita, moldada [...] pela história da ocupação mineratória e pecuária. A região passa a ter maior presença na vida nacional, modificando progressivamente sua face, à medida que a oferta elástica de terras estimula a penetração de colonos do Sul e do Sudeste no território goiano e mato-grossense. (GUIMARÃES e LEME, 2002, p. 34)

Apesar dos avanços, pouco se modificou substancialmente em termos econômicos durante o período Vargas em relação ao Mato Grosso. A infraestrutura precária renegou ao estado o modelo de economia recorrente na região: uma produção extensiva e pouco diversificada (CUNHA, 2002). Apesar disso, o período estabeleceu condições para posterior ocupação.

Entre 1950 e 1968, as ações do Estado se centralizavam na modernização urbana-industrial, e a atuação do governo se voltava para a agricultura apenas em momentos de maior demanda de abastecimento (MUELLER, 1992). A agricultura cresceu no período, porém com intensidade menor que a indústria e de forma instável. O crescimento da produção não estava associado ao investimento ou a adoção de tecnologia, mas sim se associava essencialmente à incorporação de novas terras no Paraná, Sul de Goiás e onde hoje se localiza o Mato Grosso do Sul.

A ocupação engendrada pelo governo militar é um ponto de inflexão relevante para se pensar a Amazônia (IANNI, 1979; SAWYER, 1984) e, em especial, o Mato Grosso. Primeiro, devido às políticas direcionadas à integração do território que influenciaram a dinâmica social no estado como um todo. A ocupação da Amazônia entra na pauta da política estatal por diferentes razões, dentre as quais se destacam a resolução de conflitos fundiários do Sul, Sudeste e Nordeste e o argumento da criação de uma unidade territorial nacional.

O segundo ponto relevante sobre a década de 1960 refere-se ao início a uma série de mudanças no desenvolvimento agropecuário brasileiro (DELGADO, 1985; MARTINE, 1991; MUELLER, 1992), particularmente importante para a ocupação estatal da Amazônia⁷

também sofreram investidas diretas do Estado com a remoção para outro território, o Parque Indígena do Xingu. Em 1968 os sertanistas Villas-Bôas buscaram contato com os Panará antes da construção da BR-163, porém, até o contato efetivo em 1973, as aproximações esporádicas com os trabalhadores das obras da estrada resultaram no contato com suas patologias levando, conseqüentemente, à morte de grande parte dessa população indígena (ISA, s. d.). Grande parte dos sobreviventes foi removida para o Parque do Xingu, porém os deslocamentos pelo território não cessaram, sendo frequentes as idas e vindas, por exemplo, dos Kayabí, para visita aos seus parentes que ainda vivem no imenso território que habitavam em tempos anteriores (PAGLIARO, 2010).

⁷ A região da Amazônia consiste em toda a região Norte (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), grande parte do Mato Grosso e Maranhão.

(BECKER, 2009; IANNI, 1979; MARTINE, 1992). A partir deste período, houve a implementação da estratégia de modernização da produção agrícola. As transformações foram de natureza técnica, demográfica e política, e viabilizaram um modelo de produção cuja contribuição fundamental consistia na produção agropecuária em larga escala, modelo o qual se impôs em grande parte do território nacional. A integração entre a indústria e a agricultura já estava em curso no país, no entanto ganhou um grande impulso nos governos de Juscelino Kubitschek (1956-60) e novamente a partir das políticas estatais de 1964 (DELGADO, 1985). O momento pós-guerra se caracterizou pelo aumento da mecanização e pelo consumo de pesticidas, processo facilitado pelo governo brasileiro através de políticas de incentivo e por empresas norte-americanas através do fornecimento de equipamentos e produtos. Deste modo, houve uma mudança no padrão tecnológico da agricultura baseado na importação de insumos.

O movimento refere-se especialmente à crescente maquinização e quimificação da produção agrícola, popularmente conhecido como “Revolução Verde” (MARTINE, 1991). O novo pacote tecnológico prometia o aumento da produtividade do plantio, contudo de forma restrita, uma vez que o desenvolvimento da tecnologia voltava-se basicamente para as grandes *commodities*, em especial da pesquisa em sementes. “O aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionada ao uso integrado de máquinas e insumos químicos” (MARTINE, 1990, p. 22). Deste modo, a modernização no Brasil, denominada como “modernização conservadora” (DELGADO, 1985; MARTINE, 1991; ABRAMOVAY, 2007), dependia do avanço tecnológico estrangeiro que buscava a produção em larga escala de *commodities* e, logo, tinha como foco exportação da produção⁸.

Denomina-se como *conservadora* a modernização da agricultura no Brasil, uma vez que o projeto não ambicionava promover uma ruptura com a estrutura social existente. A modernização da agricultura se desenvolveu com base em aliança que envolveu a burguesia nacional, logo, o Estado sob seu controle, e o capital estrangeiro (DELGADO, 1985). Este pacto político estrutura o capitalismo brasileiro até hoje, um capitalismo dependente dos países desenvolvidos. A produção agropecuária da pequena propriedade foi tratada como segundo plano durante o período da modernização, tendo um dos pontos principais a política

⁸ Diferentemente do Brasil, um grupo dos países desenvolvidos (como Estados Unidos e Europa Ocidental) apresentou um processo de estruturação da agricultura pautada no paradigma da unidade familiar. Nestes países, a estrutura de produção agropecuária conta com milhares de pequenas unidades, com intenso controle do Estado e outras organizações do setor (ABRAMOVAY, 2007). Nestes casos, deve-se compreender a propriedade familiar no seu contexto de desenvolvimento do capitalismo sob a ação do Estado, onde as pequenas propriedades realizam uma produção de grande volume e elevada produtividade pautada por um intenso desenvolvimento tecnológico.

de créditos estatais cujos maiores privilegiados eram os grandes proprietários e as empresas com grandes capitais e a produção de gêneros alimentícios para exportação⁹ (MARTINE, 1991). Deste modo, as características da estrutura agrária já dada foram reforçadas, com uma intensificação da concentração de terras, a predominância de grandes latifúndios, a pobreza rural, o coronelismo (ABRAMOVAY, 2007) e, conseqüentemente, a forte saída de camponeses do meio rural (MARTINE, 1991).

O segundo momento, pós-1965, também se caracterizou pela integração da base técnica da agricultura com o denominado Complexo Agroindustrial (CAI) (DELGADO, 1985) ou a chamada industrialização da agricultura (GRAZIANO da SILVA, 1982). Foram instaladas indústrias de bens de produção, como tratores e insumos agrícolas, destinadas à agricultura no país. Paralelamente, desenvolve-se a indústria de processamento de produtos de origem agropecuária, em parte dirigidos ao mercado interno e em partes dirigidos à exportação. O estabelecimento do CAI se concentrou fundamentalmente nos estados do Centro-Sul do país. Contudo, para Delgado (1985), o CAI, situado no âmbito da modernização agrícola, carregava consigo as mesmas limitações desta, visto que as estratégias de progresso tecnológico eram sensíveis às condições externas, considerando a dependência dos investimentos e do mercado estrangeiro, e às condições internas, com dependência dos créditos estatais e dos grandes capitais.

O principal mecanismo utilizado para promover a modernização do campo foi o crédito agrícola subsidiado (MARTINE, 1991). A política de crédito agrícola era prática comum desde um momento anterior ao governo militar. Entretanto, o novo padrão adotado em 1965 ampliou a política com objetivo de incrementar a produção de mercadorias (DELGADO, 1985). A concessão do crédito subsidiado estava sujeita a submissão do produtor às práticas pré-determinadas de produção, como a utilização de insumos. Isto possibilitou o aumento de produtividade em curto espaço de tempo de um grupo específico de produtores. Nem todos os produtores tiveram acesso ao crédito já que apenas aqueles mais capitalizados, com grandes propriedades e com terras mais férteis, poderiam se comprometer junto às instituições públicas financeiras (MARTINE, 1991). De tal modo, os incentivos estatais se direcionavam fundamentalmente aos produtos com maior relação industrial, que

⁹ Miró e Rodríguez (1982) mostram diferentes perfis de protagonismo do Estado na política agrária da América Latina. Enquanto o Estado no Brasil teve um papel de criar “incentivos” para iniciativa privada interna e exterior, em países como Peru e Bolívia o Estado se tornou protagonista para promover a reforma agrária. Isto demonstra que as políticas do Estado foram primordiais ao desenvolvimento do campo, porém estas não homogêneas e priorizam aspectos diferentes do desenvolvimento agrário.

poderiam ser processado e exportado, aumentando a participação da indústria no setor agropecuário (IANNI, 1979).

Ao mesmo tempo em que o governo incrementava a política de créditos, a pequena produção permaneceu sem investimentos (IANNI, 1979). Os pequenos produtores ocuparam as terras menos férteis produzindo através da agricultura de subsistência, com mão-de-obra familiar, vendendo o excedente, sem acesso ao crédito e sem acesso à assistência técnica (MARTINE, 1991). As décadas de 1960 e 70 foram marcadas pela intensa concentração da propriedade da terra, já que "além de reserva de valor, a terra tem ainda constituído importante meio de acesso a outras formas de riqueza, de que são exemplos típicos o crédito rural e os incentivos fiscais" (GRAZIANO da SILVA, 1982, p. 77).

O processo de modernização agrícola não foi instantâneo e nem homogêneo em todo o território da Amazônia (nem ao menos em outras partes do território nacional), o qual apresentava barreiras relativas à natureza do solo, à concentração de investimentos e à disponibilidade de infraestrutura. Para transpô-las, políticas específicas de integração territorial foram desenvolvidas. Primeiramente, pode-se apontar a construção de malhas rodoviárias que possibilitaram a circulação de pessoas e de produtos, estabelecendo as condições gerais¹⁰ para as atividades produtivas se desenvolverem (LOJKINE, 1997). A fixação de empresas transnacionais¹¹ pressupunha a existência de condições mínimas para reprodução da produção e da força de trabalho. Como afirmou Sawyer (1996, p. 157), "[...] a Amazônia não é um espaço privilegiado para o capital" especialmente no momento anterior às grandes obras de infraestrutura. O governo militar empenhou-se em constituir uma malha rodoviária de conexão entre o litoral e o interior e na construção de uma rede urbana, estabelecendo a administração pública pelo território. Isto viabilizou as bases materiais para sustentar uma posterior aproximação de empresas transnacionais (IANNI, 1979).

O avanço pelo território nacional também significou a criação de política de incentivos econômicos voltada à entrada e ao estabelecimento do capital. Para Ianni (1979, p. 62), a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco

¹⁰ Para Lojkine (1997) a reprodução do capital necessita do processo global de produção e de circulação do capital, que vai além da unidade produtiva. Estas seriam as *condições gerais*, que envolvem os meios de circulação de produção e os meios de consumo coletivo, como os serviços de educação, saúde, cultura, que sustentaria a reprodução da força produtiva.

¹¹ É importante ressaltar que a questão dos eixos de ligação está fortemente associada à expansão econômica onde estão incluídos os agentes de civilização e de modernização (MARTINS, 2012). Este não foi o primeiro movimento econômico nem o primeiro movimento demográfico em direção ao denominado confins humanos (MARTINS, 2012). Todavia, este foi um passo relevante para a política proposta pelo regime militar, que buscava justamente a integração ao Centro-Sul do país.

da Amazônia (BASA) em 1966 marcou “[...] o início de uma nova fase de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia”. A SUDAM foi o órgão técnico responsável pelo planejamento do desenvolvimento econômico da Amazônia; já o BASA era o órgão financeiro, que concentrava e disponibilizava os recursos creditícios para os projetos aprovados pela SUDAM. Foram estes dois órgãos “[...] que realizaram uma real e dinâmica articulação das políticas governamentais para a Amazônia com as exigências de capitalismo dependente” (IANNI, 1979, p. 225), viabilizando o modelo econômico agressivo adotado desde o golpe de 1964. A atuação da SUDAM e do BASA foi circundada por outros órgãos federais, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os incentivos e favores fiscais e creditícios no período se intensificaram visando uma economia do tipo de exportação. As ações na Amazônia beneficiaram, sobretudo, grandes empresas de exploração agrícolas, minerais, pecuárias, a constituição de latifúndios e, com menor ímpeto, as industriais. Estava em curso, portanto, a expansão de um tipo de desenvolvimento específico que, antes de promover as particularidades locais, fomentava o processo econômico centralizado no Centro-Sul.

O processo de constituição das condições gerais para a produção no Centro-Norte tinha como contrapartida a incorporação do mercado consumidor de industrializados no Centro-Sul (IANNI, 1979). Neste período, promoveu-se, em certa medida, a popularização do consumo de alimentos industrializados, de eletrodomésticos e de produtos como os maquinários e insumos agrícolas para a produção. Ao passo que a Amazônia foi sendo incorporada ao território nacional, a economia do eixo Centro-Sul se fortaleceu.

A expansão da fronteira amazônica só pode, pois, ser compreendida a partir da inserção do Brasil nesse final do século XX, no contexto da nova escala da relação capital-trabalho articulada aos interesses do capital industrial e financeiro e referenciada à produção de um espaço planetário [...] O Estado coordena a nova divisão inter-regional do trabalho, com contradições e ambigüidades. Ele reorganiza o caos das relações sociais impondo-lhes uma racionalidade, a sua, tendo como instrumento privilegiado o espaço: o econômico se reconsidera em termos espaciais - fluxos e estoques - e o Estado tende a controlá-los e coordená-los, integrando e rompendo o espaço anterior, e produzindo seu próprio espaço. (BECKER, 1985, p. 358)

O conceito de fronteira se mostra controverso na literatura (SAWYER, 1984; MARTINE, 1992; MARTINS, 2012; BECKER, 2009, 2013). O ponto em comum sobre a noção de fronteira, em grande parte do arcabouço de teórico levantado, se refere à integração de caráter capitalista à economia nacional de determinado território. Contudo, os autores se diferenciam em termos de forma e intensidade de integração. Martine (1992) trata a fronteira

com uma área para expansão agrícola, servindo para aliviar as tensões das áreas agrícolas tradicionais. Na leitura de Martine (1992), a terra incorporada tinha como finalidade o incremento agrícola sem, contudo, “[...] alterar o sistema fundiário, nem as formas predominantes de organização social, nem a base tecnológica da estrutura dominante” (MARTINE, 1992, p. 1). Para Sawyer (1984), não seria necessariamente o estabelecimento do capitalismo amadurecido, mas uma ideia de transição para este modo de produção. Esta ideia se aproxima da perspectiva da frente pioneira proposta por Martins (2012). A frente pioneira seria “[...] dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora” (MARTINS, 2012, p. 132). Becker (2009) amplia o conceito de fronteira. A autora não trata a ideia de fronteira meramente como o processo da expansão da produção agropecuária. A fronteira, para a autora, seria “[...] um espaço não plenamente estruturado e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas” (BECKER, 2009, p. 20). No sentido de Becker (2009, 2013), o conceito deve ser tratado a partir da “[...] complexidade do novo contexto histórico em que vivemos” (BECKER, 2009, p. 20), tornando-o flexível ao tempo histórico que se analisa. Muito antes de definir e classificar etapas, as reflexões sobre fronteira em cada autor auxiliam a compreender os processos engendrados em diversos momentos na Amazônia. Para a presente discussão, as leituras sobre a expansão da fronteira contribuem para compreender as bases para o desenvolvimento capitalista na Amazônia a partir da década de 1960.

O desenvolvimento capitalista da Amazônia estava articulado ao Plano de Integração Nacional (PIN) de 1970, da criação da POLAMAZÔNIA e da criação Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro).

O Polocentro foi instituído em 1975, quando já eram visíveis os problemas dos programas na Amazônia. Dentro da concepção de pólos de desenvolvimento foram selecionadas 12 áreas de atuação e passou-se a conceder generosos estímulos, especialmente via crédito subsidiado, aos que desejassem investir ali, na agricultura. No seu período de vigência (1975- 80), o Polocentro promoveu, diretamente, a incorporação de cerca de 2,5 milhões de ha - especialmente em soja e em pastagens -, mas o efeito-demonstração amplificou bastante o seu impacto” (MUELLER, 1992, p. 76-77).

Os maiores investimentos liberados pela SUDAM se destinaram ao setor agropecuário, processo que igualmente ocupou as maiores porções de terra (IANNI, 1979). O Mato Grosso recebeu a maior parte dos incentivos liberados pela SUDAM na agropecuária

em comparação aos outros estados da Amazônia. Do total de incentivo para o setor, 64% foram aplicados no estado entre os anos de 1965 e 1977 (IANNI, 1979). Apesar de significativamente menores em termos de valores, os investimentos na agroindústria também se concentraram no Mato Grosso em relação aos outros estados da Amazônia, sendo que 33,6% do total direcionaram-se para o estado.

Todavia, deve-se ponderar sobre a real aplicação dos incentivos fiscais e creditícios. Sawyer (1984) trata dos possíveis desvios de parte do montante do Estado direcionado às empresas, que serviriam de pretexto para a aquisição de imensas glebas, constituindo *frentes especulativas*. Antes do desenvolvimento da agropecuária em tais terras, estas serviam como investimento para grandes empresas e grandes proprietários.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) propunha integrar economicamente o país, com planejamento entre o período de 1975 até 1979. Para isso, se apoiava em duas linhas principais (FERNANDES e NEGREIROS, 2004): a substituição de importação de bens intermediários e derivados de petróleo e o fomento às exportações de produtos industrializados. Para o Centro-Oeste, planejava-se a produção e processamento da soja. O Estado consolidava o parque industrial juntamente com a fase ascendente do “milagre econômico” do país e de maior inserção dos produtos agrícolas no mercado internacional, inclusive a soja.

A década de 1980 foi um divisor de águas na estrutura social do país em termos econômico e político com o esgotamento do padrão de financiamento da economia brasileira como havia se sucedendo desde a década de 1940 (MELO, 1995). Anteriormente a década de 1980, o padrão de financiamento se apoiava em três supostos: no investimento dos oligopólios centrais, nos fundos públicos montados no período pós-guerra e no acesso ao mercado internacional de crédito. Esta base ruiu nos anos 80. Não cabe aqui entrar em detalhes sobre os fatores internacionais, no entanto cabe sublinhar alguns pontos. Primeiramente, os investimentos externos dos países centrais nos países periféricos encolheram e se voltaram às próprias economias centrais. Ademais, o mercado internacional de crédito se desmobilizou, restando como fontes de financiamento as agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Todavia, a crise econômica dos anos 80 não significou o arrefecimento do setor agroexportador, que, ao contrário, se expandiu no período (MELO, 1995). Entre 1980 e 1984, o crédito subsidiado agrícola se reduziu pela metade, de 250 bilhões para 125 bilhões de cruzados. Porém, isto não significou uma redução do crédito subsidiado para toda a produção

de forma igualitária. O governo reestruturou a política do crédito agrícola, substituindo o crédito agrícola subsidiado genérico para um crédito dirigido a setores produtivos agroexportadores (MARTINE, 1991). Houve maior seletividade dos beneficiários a favor de produtos de melhor desempenho na agricultura de exportação, sendo os principais produtos beneficiados a cana-de-açúcar, a soja, o cacau, o algodão e a laranja. Além dos subsídios, estes produtos dispunham de mecanismos de valorização e de políticas de preços mínimos. Deste modo, o momento favorável para a agricultura, especificamente a exportadora, foi garantido contrariando a tendência de crise de outros setores da economia.

O crédito concentrado teve reflexo na estrutura e nas relações de produção quando comparado à década de 1980 com o período anterior, entre 1965 a 79. O número de pequenos estabelecimentos cresceu, fato explicado pela diminuição de recursos federais dirigidos ao setor, resultando no menor interesse do capital especulativo por terras rurais (MARTINE, 1991). Em Mato Grosso, o número de estabelecimentos com menos de 100 hectares aumentou de 36.948 para 46.088 entre 1980 e 1985 (IBGE, 1980 e 1985). Apesar do crescimento, sua representatividade em comparação ao total de propriedades pouco se alterou, pois houve o aumento das propriedades com menos de 100 hectares de forma mais intensa, associado ao menor interesse do capital especulativo e à incorporação de novas terras ao centro e ao Norte do estado.

As políticas de crédito juntamente com a crise econômica da década de 1980 proporcionaram um campo fértil para a expansão e para o estabelecimento da soja como um dos principais produtos da economia mato-grossense. Os investimentos concentrados refletiram no incremento da área de lavoura temporária de 7% ao ano no período. Entre este crescimento, estava o complexo da soja (BERNARDES, 1996).

O Estado exerceu um papel preponderante para a consolidação do complexo da soja no Brasil. Isto aconteceu não apenas devido aos créditos como também aos investimentos no transporte, na armazenagem, na produção de fertilizantes, no custeio, na comercialização e nos subsídios fiscais para o estabelecimento da indústria processadora; além do papel de regulador da comercialização (MAZZALI, 2000). Apenas para o estado do Mato Grosso, a produção da soja expandiu 275% entre 1985 e 1995 (IBGE, 1985 e 1995) com produção de 4 milhões de toneladas. Em 1985 a produção de soja do Mato Grosso era a quarta maior do país, sendo que os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul eram os maiores produtores respectivamente. Em 1995, o Paraná foi o maior produtor do país e o Mato Grosso passou à segunda posição em dez anos.

A crise fiscal na década de 1980 (CANO, 2011b) teve reflexos profundos nas relações estabelecidas no campo (MAZZALI, 2000; ELIAS, 2006; ARACRI, 2010) como será abordado posteriormente. Cabe ressaltar que a disponibilidade creditícia do Estado brasileiro se arrefeceu, abrindo oportunidades para novas alianças para a produção rural a partir da década de 1990 (MAZZALI, 2000).

1.1.1 O urbano e a expansão da fronteira no Mato Grosso

O processo de urbanização da população brasileira, quer dizer, de concentração de população em áreas definidas como urbanas, foi intenso entre as décadas 1950 e 1980. O grau de urbanização¹² saltou de 36,2% para 67,7% no intervalo de trinta anos segundo dados do Censo Demográfico. O estado de São Paulo se destacou nesse processo, com taxa de urbanização de 52,6% em 1950 com aumento para 88,6% em 1980, incremento superior a 30% em sua taxa, uma urbanização mais acelerada quando se compara às outras regiões do país. Apesar do destaque para São Paulo, o processo de urbanização se desenvolveu de forma dispersa em todo território nacional. Entre 1960 e 1970, o incremento da taxa de urbanização foi de cerca de 10% para todas as regiões brasileiras (GRAHAM e HOLANDA, 1980). O crescimento da taxa de urbanização foi superior nas regiões Sudeste e Sul e nos estados de Mato Grosso e de Goiás quando comparados ao Norte e Nordeste. Neste sentido, outros fatores além da industrialização, como políticas macroeconômicas e de desenvolvimento regional, levaram à concentração populacional nas cidades entre 1930 e 1980 (CANO, 2011a), tendo o Estado um papel preponderante durante este processo (MIRÓ e RODRIGUÉZ, 1982). Este item reúne elementos para explicar o processo de urbanização do Mato Grosso entre as décadas de 1970 e 1990.

O espaço urbano não deve ser compreendido meramente como lugar de destino e atração dos imigrantes no processo de ocupação do Mato Grosso. Outros fatores estão por trás da concentração populacional na cidade, dentre eles a organização social da produção agrícola (MARTINE, 1992; SINGER, 1977). A forma como o território do Mato Grosso se estruturou, considerando a distribuição fundiária e a política de incentivos, culminou num processo considerado por Martine (1992, p. 8) como uma expansão *fracassada* da fronteira. Para tal qualificação, o autor considerou a incapacidade das políticas em promover a absorção dos

¹² A taxa de urbanização indica a proporção de moradores em áreas urbanas sobre o total de população em determinada localidade.

excedentes populacionais com origem de áreas rurais e com destino às áreas rurais, bem como lograr no aumento da produção agrícola por meio de incorporação de terras (MARTINE, 1994).

O dito *fracasso*¹³ se constrói pela comparação entre os distintos momentos de expansão da fronteira¹⁴, os quais podem ser divididos em três (MARTINE, 1992). A primeira expansão se iniciou entre 1930 e 1960 com a incorporação de terras localizadas no Oeste paulista, no Paraná, no Oeste de Santa Catarina e em parcela do Mato Grosso do Sul. As principais características deste primeiro momento eram: a estrutura fundiária equitativa; a proximidade do mercado consumidor, fundamentalmente localizado em São Paulo; a disponibilidade de infraestrutura de transporte como portos e estradas; e a ampla experiência dos colonos com a produção agropecuária. Neste período, o movimento populacional teve como destino principal as áreas rurais, e não teve a intervenção de políticas do Estado como premissa.

A segunda fase de expansão da fronteira se concentrou nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão, com início na década de 1940 até os fins da década de 1960. A região foi alvo de investimentos governamentais sob a justificativa do desenvolvimento nacional (MARTINE, 1994), no entanto os principais investimentos recaíram sobre a construção de Brasília e a ampliação da malha viária de ligação da nova capital ao Centro-Sul e à Belém, e não necessariamente ao desenvolvimento da produção agropecuária. Apesar deste último aspecto, até os anos 50, houve o incremento das migrações para o rural em tais áreas, indicando uma absorção da população no campo (MARTINE, 1994).

Em contraste às primeiras ondas de expansão, a terceira fase de expansão teve sua migração e sua economia desenvolvida sob forte diretriz do Estado. Sua abrangência correspondia aos estados de Mato Grosso e à região Norte do país. A ação estatal tinha duplo sentido: o de satisfazer o grande capital e o de controlar o fluxo dos pequenos produtores. Tanto os incentivos governamentais para a modernização quanto o fomento de grandes projetos agropecuários culminaram em um processo especulativo sobre as terras e, conseqüentemente, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários (MARTINE, 1992). Deste modo, a terceira fase de expansão da fronteira não resultou no estabelecimento da população na área rural, nem como proprietários da terra, nem como trabalhadores das

¹³ Graziano da Silva (1982) entende esse mesmo processo como o “fechamento da fronteira”.

¹⁴ Deve-se ater que Martine (1992) trata como fronteira a expansão das áreas agrícolas conforme explicitado anteriormente.

grandes propriedades tendo em vista o caráter especulativo da grande propriedade. Portanto, tem-se que a migração populacional que se destinava às fronteiras no Mato Grosso tinha como destino prioritário as cidades (MARTINE, 1992). Este talvez não fosse o destino primeiro dos imigrantes, contudo a forma como se estruturou a expansão da fronteira levou estes migrantes a encontrarem sua sobrevivência nas cidades.

Estas cidades, pequenas ou médias¹⁵, fomentaram um processo de urbanização disperso no Mato Grosso. Entre os anos de 1950 e 80, o aumento da taxa de urbanização no Sudeste teve como grande catalisador o processo de metropolização (SCHIMDT, 1983). Já o crescimento da taxa de urbanização do Mato Grosso é explicado pelas cidades médias e pela criação de pequenos núcleos urbanos associados ao processo de expansão da fronteira. O ritmo da criação dos municípios de Mato Grosso foi intenso, sobretudo a partir da década de 1970. Entre 1960 e 1970, o número de municípios no estado aumentou de 29 para 34, quer dizer, apenas 5 municípios novos foram emancipados. Em contraste, em 1980, o número de municípios saltou para 55, com a fundação de 21 novos municípios no estado.

Pode-se dizer que as relações sociais na fronteira da Amazônia se desenvolvem fundamentalmente nas áreas urbanas (BECKER, 1985; MARTINE, 1992), dado que sua expansão estaria associada ao modelo de acumulação capitalista engendrado pelo governo militar. O desenvolvimento da economia nacional pressupunha a larga presença de capital estrangeiro adquirindo terras e angariando investimentos nacionais através de projetos (IANNI, 1979; MARTINE, 1992; MIRÓ e RODRÍGUEZ, 1982). Longe de se pretender consolidar a reforma agrária no país, o que se desenvolveu na Amazônia foi grandes projetos de exploração agropecuária e mineral. Confundia-se, portanto, Amazônia e recursos naturais, ignorando-se a população existente anteriormente, as tradicionais ou aquelas já fixadas em áreas urbanas e rurais com poucos recursos. Antes de a política estatal de integração nacional promover a ocupação populacional do campo, suas diretrizes privilegiavam a ocupação do urbano pelos migrantes espontâneos, pelos migrantes dos projetos de colonização e, até certo ponto, pelas populações tradicionais. Propunha-se, assim, um modelo de expansão que direcionava as terras do rural aos grandes projetos e/ou grandes proprietários, restando aos migrantes espontâneos a vida no urbano em curto ou médio prazo.

¹⁵ É imprescindível salientar certas particularidades do processo de urbanização de cada região. Por exemplo, as cidades pequenas e médias importantes para a urbanização do Sudeste, Sul e Mato Grosso e Goiás envolveram ao mesmo tempo o urbano do processo de metropolização (SCHIMDT, 1983) e aquele envolvido na expansão da fronteira (MARTINE, 1992). Na verdade, Graham e Holanda (1980) ponderam a análise do urbano simplesmente pelas as taxas de urbanização, que possibilita verificar o crescimento urbano, mas diz pouco sobre “urbanização” (GRAHAM e HOLANDA, 1980, p.746).

A Amazônia se conectava ao espaço global através dos núcleos urbanos, que consistiam em nós de conexão, uma vez que “[...] sua integração é a integração ao espaço urbanizado, e se efetua através do urbano” (BECKER, 1985, p. 385). Os núcleos urbanos permitiram a mediação e gestão do espaço pelo Estado e, conseqüentemente, a realização daquele território como espaço global (BECKER, 1985). Em outras palavras, os núcleos urbanos aproximam o Estado da sociedade civil difundindo valores e comportamentos através das suas instituições e organizações urbanas, ao mesmo tempo em que integra o espaço local ao espaço global. Os núcleos urbanos na política estatal:

- 1 – constituem-se como os dispositivos espaciais que sustentam a circulação principalmente da força de trabalho e do capital, circulação que responde por seu crescimento e pela organização da rede;
 - 2 - são a base da ação político-ideológica do Estado e, embrionariamente;
 - 3 – exercem papel generativo na região.
- (BECKER, 1985, p. 360)

O espaço urbano da Amazônia não era homogêneo e se desdobrou em distintas configurações. Para Ianni (1979), existiam dois tipos de povoados, aqueles que surgiram para atender determinados projetos agropecuários e aqueles que surgiram com os migrantes espontâneos dispostos a explorar a terra. Becker (1985) aponta para quatro modelos de núcleos urbanos:

1 – a urbanização “espontânea”, com a ação indireta do Estado, onde houve ampla apropriação privada da terra por empresas de grupos econômicos ou grandes fazendeiros, restando pouco espaço para o campesinato;

2 – a urbanização dirigida, referia-se ao modelo planejado pelo Estado ou pelas companhias particulares;

3 – a urbanização de grandes projetos privados;

4 – a urbanização em áreas tradicionais.

É importante atentar que estes modelos não se excluem mutuamente, podendo coexistir em uma mesma localidade¹⁶. Estes modelos apresentados por Becker (1985) mostram que o urbano existia no planejamento político da Amazônia, seja quando os incentivos destinam-se para as empresas, para os grandes proprietários ou para a colonização em menores propriedades.

¹⁶ Becker (1985) aponta o caso de Marabá para mostrar um híbrido dos modelos. A cidade conta com o núcleo tradicional constituído pela antiga rede fluvial de transporte e comunicação, com o núcleo planejado pelo Estado e com o núcleo de constituição “espontânea”.

Sobre a urbanização no Mato Grosso, Mueller (1981) aponta que os projetos de colonização particular se concentraram no estado. Estes projetos se diferenciam dos projetos de colonização.

[...] ao contrário da colonização pública, voltada que está principalmente a migrantes pobres e que chegam à Amazônia com poucos recursos próprios, a colonização particular tem como clientes principalmente de ex-minifundistas do Centro-Sul e do Sul do país, que venderam suas terras a preços altos e puderam, assim, adquirir lotes rurais substancialmente maiores que os que tinham antes. O capital que trazem do sul e a receita da venda da madeira retirada dos lotes geralmente permitem a esses colonos iniciar suas atividades agrícolas com a aplicação de certa tecnologia e objetivando a produção para mercados. (MUELLER, 1981, p. 22)

Grande parte dos núcleos urbanos do Mato Grosso que surgiram na década de 1980 foi constituída pelas colonizadoras particulares através de incentivos do Estado. Com a aplicação de tecnologia e com grandes propriedades, a produção voltava-se essencialmente para as *commodities* de exportação.

A partir da década de 1990, o panorama do processo socioeconômico do Mato Grosso ganhou novos protagonistas, as empresas transnacionais (como Cargill, ADM, Bunge entre outras), sem excluir o Estado do processo. As relações entre o urbano e o rural, que já eram intensas no momento da ocupação descrito acima, se complexificam. O urbano passou a assumir cada vez mais funções de regulação da produção agropecuária (ELIAS, 2006; BERNARDES, 2010). Com isso, os núcleos urbanos se tornam inerentes ao próprio processo de incremento da produção agropecuária. Entretanto, o processo de desenvolvimento após 1990 não se deu de forma homogênea em todo território mato-grossense, sendo essencial considerar a disposição das cidades e o desenho das rodovias para se compreender a territorialização do capital do agronegócio. O próximo tópico irá se debruçar sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios às margens da BR-163, com foco na microrregião de Alto Teles Pires na qual se localiza Lucas do Rio Verde.

1.2 A organização da produção agropecuária "em rede"

A constituição socioeconômica do Mato Grosso traz características importantes que auxiliam compreender o desenvolvimento do estado a partir da década de 1990. Destacam-se a estrutura fundiária concentrada, a constituição de elos entre o local e o global efetivados pelas cidades, a utilização de tecnologia na produção agropecuária, o desenvolvimento da malha viária e, em relação aos aspectos anteriores, a produção de

commodities. Estas características não são homogêneas em todo território do estado, porém auxiliam a compreender seu desenvolvimento posterior.

Faz-se necessário salientar aspectos sobre dois quesitos supracitados. A agricultura moderna no cerrado foi viabilizada através da pesquisa tecnológica. O desenvolvimento de estudos pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) trouxe rentabilidade e produtividade ao solo que se acreditava improdutivo para algumas culturas (DELGADO, 1985). Outro ponto relevante foi a construção de uma malha viária que, mesmo de forma precária, possibilitou a circulação de bens produtivos e de consumo ao Mato Grosso. As áreas às margens da rodovia tiveram maior impacto ao processo aqui tratado como produção agropecuária “em rede” (MAZZALI, 2000), incluindo a microrregião de Alto Teles Pires onde se localiza o município de estudo desta tese, Lucas do Rio Verde.

Na década de 1980, o contexto nacional foi marcado pela redemocratização do país após quase duas décadas de regime militar. Restauraram-se os direitos civis e os direitos políticos como o direito ao voto e a liberdade de expressão. Porém, ao passo que direitos foram restaurado, o movimento produziu concomitantemente uma fragmentação institucional e um “cinismo cívico generalizado” (MELO, 1995).

O Estado desempenhou papel decisivo durante o longo processo de construção da nação. Nas décadas de 1980 e 1990, acirrou-se uma crise múltipla, em várias dimensões: econômica (sem crescimento), social (esgarçamento e sem direção de propósitos coletivos) e política (sem soberania). Consolida-se a total desarticulação do Estado, impotente para organizar, coordenar e regular ações construtivas e romper a inércia. (BRANDÃO, 2008, p. 149)

Antes da desarticulação do Estado representar uma ausência de política, ela expressa o processo de abertura comercial e de intensificação da transnacionalização da economia. Neste processo, se desenvolveu uma política com base na *guerra de lugares* (BRANDÃO, 2007) entre estados e entre municípios, renegando a estes a disputa por investimentos estrangeiros. A estratégia dos municípios e dos estados de atração de investimentos assumiu um tom de marketing local na busca de empresas, exaltando apenas um ou um pequeno conjunto de aspectos em detrimento de outras atividades potenciais (MELO, 1995; BRANDÃO, 2007). O desenvolvimento municipal passou a se subordinar aos interesses de empresas privadas, dado que os programas de incentivos fiscais estaduais e municipais passaram a ser formulados com finalidade exclusiva de servir a determinada empresa.

Este processo não se restringe a um contexto nacional, mas estava inserido na reestruturação produtiva mundial (HARVEY, 2014).

[...] embora desde o início do comércio em grande escala a agropecuária comercial se desenvolva no país, caracterizando a história econômica e a ocupação do território, somente quatro séculos mais tarde ela apresenta mudanças radicais. Isto se deve ao fato de a revolução tecnológica também ter atingido essa atividade, que passa a incorporar os principais paradigmas da produção e do consumo globalizados, em consonância com as transformações gerais do restante da sociedade. (ELIAS, 2006, p. 2)

Dentro deste contexto, a produção agropecuária se transformou com a entrada das empresas transnacionais e de grupos nacionais especializados tanto no consumo doméstico, (como de laticínios e abate) como na agroindústria de exportação (como as *commodities* como óleo e farelo de soja e suco de laranja). Com grande produção de matérias-primas e o aparato técnico voltado para um número reduzido de atividades, as regiões e os municípios do Mato Grosso se inseriu na guerra de lugares fortalecendo suas atividades produtivas primárias. Na verdade, este foi um processo relevante em distintos estados brasileiros, o que significou um processo de re-especialização em *commodities* (DELGADO, 2012).

Houve uma profunda mudança na forma de produção não apenas pela introdução de novas técnicas, mas na própria organização da cadeia produtiva. A comunicação possibilitou a integração do espaço local à rede digital, aos fluxos de informações e à nova organização espacial e política estabelecida em nível global (SANTOS, 1996). A construção da rede permitiu o estabelecimento de uma nova racionalidade no processo produtivo como um todo: a velocidade. A comunicação promoveu uma nova forma de produção cujo desenvolvimento transcorre numa temporalidade única de caráter planetário, promovendo a integração espaço-tempo globalmente (BECKER, 2007a). Permite-se o espaço onde a agropecuária se enraizava se realizar enquanto parte do espaço global. Simultaneamente, a produção do campo passou a ser regida pelas mesmas leis de outras esferas da produção econômica (ELIAS, 2006).

O desenvolvimento tecnológico que possibilitou a organização produtiva da agropecuária se conectar ao espaço global não se restringiu à comunicação. As instituições de pesquisa se empenharam na geração de insumos artificiais que permitiram o maior controle biológico das plantas e animais, tornando-as menos vulneráveis às adversidades naturais. Conseqüentemente, o ciclo biológico foi adequado à temporalidade única, respondendo de forma controlada à organização da produção, distribuição e consumo (ELIAS, 2006).

Para o setor agroindustrial, o modelo com base no tempo uno teve repercussões na distribuição espacial para a organização da cadeia “em rede” (MAZZALI, 2000). Os processos foram se tornando mais automatizados através da informatização da produção. Em primeiro lugar, a automatização “[...] redefiniu as relações entre os segmentos industriais e distribuidor, ao possibilitar a organização dos pedidos dos grandes supermercados aos fornecedores diretamente por computador” (MAZZALI, 2000, p. 74). Em segundo lugar, o avanço na comunicação permitiu o maior controle das etapas da produção e as empresas passaram a priorizar as relações com os fornecedores através de alianças, também denominado de sistema de *parcerias*¹⁷.

As parcerias representaram um estágio mais avançado no âmbito das relações entre fornecedores e clientes. Elas expressam um estreitamento de ligações, por meio do compartilhamento de decisões quanto aos métodos de produção e à qualidade dos materiais utilizados e, mais significativamente, ao investimento conjunto em projetos voltados para o interesse comum. (MAZZALI, 2000, p. 49)

É importante assinalar que a redução da oferta de créditos estatais possibilitou o desenvolvimento de outras opções de financiamento e de comercialização de safra (MAZZALI, 2000). As *trading companies* ou empresas transnacionais, além de indústrias de máquinas e de insumos agrícolas, se aliaram ao Estado para o desenvolvimento do que se denominou agronegócio (FREDERICO, 2015). As *trading companies* funcionam como intermediárias entre a mercadoria e a exportação, seja para o mercado consumidor, seja para o setor produtivo, sendo responsáveis pela comercialização do produto. Elas possuem contratos com os produtores que vão além da simples compra do produto, envolvendo o financiamento da produção e o oferecimento do suporte técnico, funcionando através do sistema de parcerias.

O papel das empresas transnacionais se modificou durante entre 1980 e 1995 no mundo como um todo.

Neste período, as dinâmicas globais de demandas em transição e a aceitação da premissa neoliberal, de liberalização dos mercados regionais a caminho de um

¹⁷ Surgiram outras formas de inter-relações entre empresas no período, como a subcontratação e a franquia, além da já citada parceria (MAZZALI, 2000). “Entretanto a parceria é especialmente importante, pois pauta a relação entre empresa e fornecedor na cadeia de carne/grãos, tão relevante para o contexto da economia mato-grossense. Com respeito às estratégias da agroindústria voltadas para os fornecedores agrícolas, ressaltam-se as especificidades das orientações na reformulação das relações. Assim, na esfera das interações da agroindústria com os produtores integrados de frangos e de suínos, sobressaiu-se a preocupação com o aprimoramento dos índices técnicos, visando à maior padronização e à elevação substancial da qualidade da matéria-prima.[...] Na esfera das relações com os fornecedores de embalagem e de insumos industriais, emergiram importantes parcerias no interior do subsegmento soja/óleos, objetivando a redução dos custos operacionais” (MAZZALI, 2000, p. 91).

mercado global, levaram a uma crescente presença dessas corporações em diversas etapas das redes produtivas alimentares, a partir da década de 1990. Uma forte pressão se faz sentir em setores como sementes, fertilizantes e agroquímicos, principalmente a partir dos avanços da biotecnologia. A flexibilização passou a se constituir com o princípio orientador do processo de reestruturação e de reorganização das atividades produtivas e da estrutura administrativa das empresas do setor. A inserção dessas corporações se deu tanto horizontalmente, como verticalmente, gerando concentração de mercado e privilegiada posição de poder econômico estratégico. (SILVA, 2013, p. 9-10)

Houve uma expressiva reconcentração de capital financeiro nessas empresas, transformando-as em “bancos-não-bancos” (CANO, 1995). Sua nova forma de atuação na organização produtiva promoveu uma nova forma de relacionamento entre as empresas. O financiamento oferecido pelas transnacionais abarcam diferentes tipos de produtos e insumos, podendo ser utilizados para a aquisição de bens de maior valor como o maquinário ou para a compra de implementos agrícolas. O pagamento ocorre através da moeda “soja”¹⁸ (ARACRI, 2010), empregada como lastro no momento do estabelecimento do contrato¹⁹. De tal modo, as empresas garantem o controle de estoque do produto para suas plantas industriais esmagadoras ao mesmo tempo em que conseguem controlar o preço no mercado.

A associação dos produtores com as *trading companies* garantiria àqueles a inserção no mercado mundial. As empresas processadoras possuem normas e padrões sobre as técnicas e produtos comercializados, o que cria uma dependência dos produtores dos serviços por elas oferecidos (MAY e LIMA, 2007). As empresas, deste modo, atuam, além da compra dos produtos (soja e milho), no fornecimento de insumos para o manejo do cultivo (pesticidas e sementes) até técnicas para a forma de colheita. Através da padronização as empresas garantem a produtividade e evitam a inadimplência dos produtores²⁰.

O papel central passou a ser exercido pelas empresas transnacionais, as quais organizavam a rede de produção e controlavam o mercado através da monopolização do

¹⁸ Em recente pesquisa de campo, um sócio de uma empresa de representação de nutrição vegetal relatou que realiza o comércio de produtos em saca de soja e de milho. Posteriormente ele comercializa o estoque com as *trading companies*. Desta forma, não são apenas as *trading companies* que utilizam a soja enquanto lastro para a comercialização, mas diferentes empresas passaram a utilizar esta forma de comercialização.

¹⁹ “O cálculo do empréstimo é feito da seguinte maneira: primeiramente, os técnicos a serviços das tradings elaboram um plano orçamentário, geralmente feito em dólar, e que inclui as quantidades e os preços de todos os insumos e itens de custeio e o valor da mão-de-obra dos serviços técnicos especializados; em seguida, esse total é dividido por um valor de garantia fictício de uma saca (que no caso da soja é de 60kg) e multiplicado por um número mínimo de sacas por hectare que serve de parâmetro de produtividade e que é obtido a partir do histórico das colheitas anteriores; o resultado desse cálculo é o número de sacas por hectare que o produtor deverá entregar à trading como garantia para o pagamento da dívida” (ARACRI, 2010, p. 170-171).

²⁰ Tal controle não previne problemas na safra como adversidades climáticas ou outras circunstâncias durante a safra.

financiamento e distribuição tecnológica (CANO, 1995; ARACRI, 2010). Sua atuação não desenvolvia de forma isolada, se integrando às empresas contratadas para a realização de serviços diversos associados aos procedimentos tecnológicos que, no caso da produção agrícola, abarcam assistência, aplicação de insumos, difusão de tecnologias. Conduziu-se, assim, a especialização dos serviços (SANTOS, 1996).

Tomando como exemplo a Fiagril, a empresa controla a distribuição de defensivos agrícolas (Agripec, DVA e Syngenta), sementes (Adriana, Agromen, Fundação MT, Monsanto e Pioneer) e fertilizantes (Fertipar e Península). O pacote crédito inclui, além desses insumos, assistência técnica (regulagem dos equipamentos, elaboração de históricos de produção e análises de solo), capital de custeio (para a compra de outros itens, como combustíveis) e a agricultura de precisão para a aplicação dos adubos. (ARACRI, 2010, p. 170)

Neste caso, a empresa Fiagril ofereceria ao produtor o financiamento e adquiriria sua produção de grãos para venda futura, enquanto os recursos seriam repassados para, por exemplo, à Fertipar que entregaria os fertilizantes agrícolas. A Fertipar, por sua vez, poderia contratar uma empresa especialista na agricultura de precisão para a aplicação dos fertilizantes na propriedade.

Podemos identificar uma terceira fase da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira em meados da década de 1970. Nesse período, dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão de sociedade anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de holdings, cartéis e trustes, com atuação direta nos CAIs. (ELIAS, 2003, p. 231).

O que se constituiu nos finais dos anos 1990 na produção agrícola foi tido como o desenvolvimento do *agronegócio* (DELGADO, 2012; FREDERICO, 2015), que mais se refere ao desenvolvimento do seu formato de negócio que privilegia grupos específicos dentro da produção agrícola. Para Delgado (2012) e Frederico (2015), a ideia do agronegócio não se restringe às mudanças técnicas, uma vez que estas não possuem um poder explicativo das transformações sociais do processo. Para se compreender o agronegócio no Brasil, além das cadeias agroindustriais, é necessário ter em conta o formato das propriedades e a presença do Estado.

Para o estado do Mato Grosso, o momento de transição para o modelo em rede se deu no início da década de 2000 (ARACRI, 2010). Inicialmente, a Bunge (de origem holandesa) e a Archer Daniel Midlands (ou ADM, de origem norte-americana) se fixaram no território mato-grossense como é possível visualizar nos mapas da Figura 2. Atualmente,

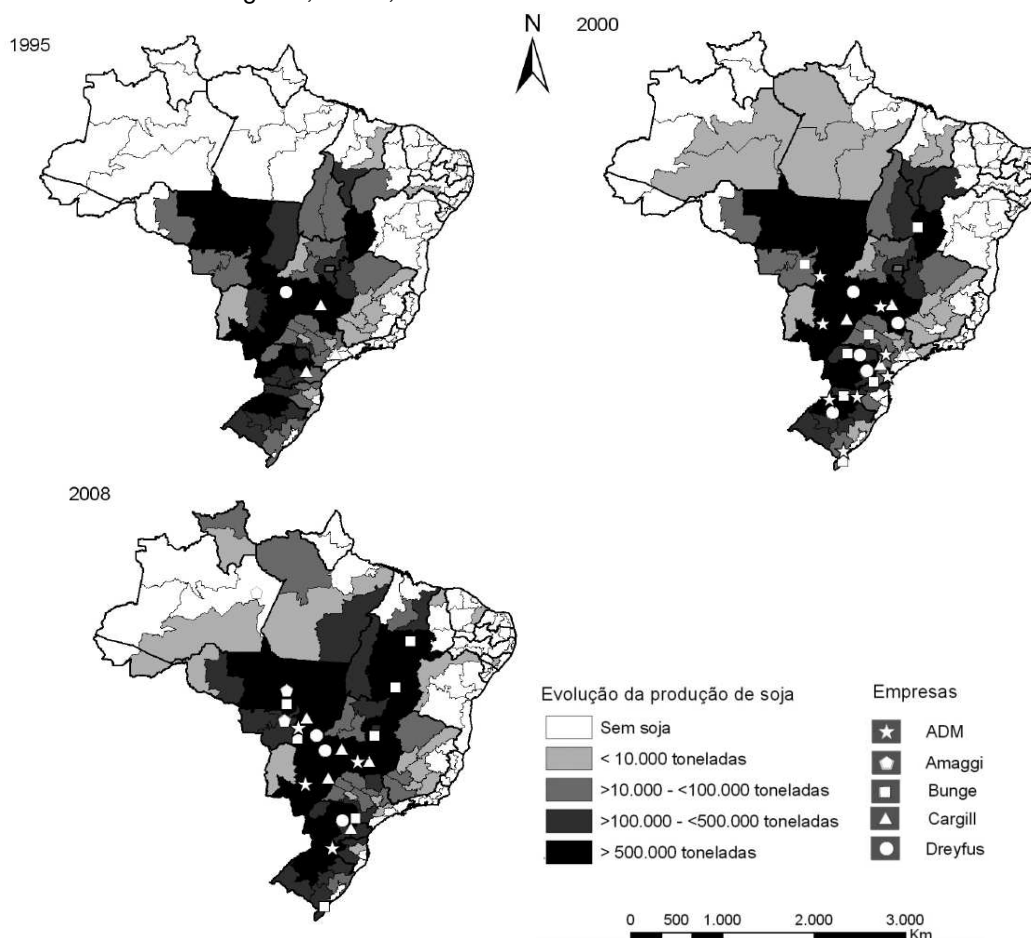
outras empresas transnacionais implantaram tal modelo na região como a americana Cargill e a francesa Louis Dreyfus Commodities (ou apenas Dreyfus), constituindo junto com as anteriores o que se denomina como grupo ABCD. Somam-se às transnacionais de origem brasileira, a Amaggi e a Fiagril.

Enquanto o espaço urbano se desenvolvia como *locus* privilegiado para a acumulação e circulação de capital e organizador do mercado de trabalho e ideológico do planejamento político, ele passou a carregar intrinsecamente um fator de mudança (BECKER, 1985). As cidades passam a crescer de forma autônoma e constituir um mercado local, rompendo o caráter dominante dos núcleos regionais. Nesse sentido, a expansão agropecuária, bem como o estabelecimento de relação com o mercado mundial, foi impulsionada por atores locais ou regionais (BECKER, 2009), e não necessariamente por políticas federais. Tal aspecto está relacionado à crise da década de 1980 que engendrou o processo de promoção das cidades através de marketing no âmbito nacional (BRANDÃO, 2007).

As empresas transnacionais e o modelo organizativo de produção “em rede” (MAZZALI, 2000) não adentraram de forma homogênea pelo estado do Mato Grosso. Algumas regiões e algumas cidades foram prioritárias, que, em grande medida, se localizavam na proximidade da rede rodoviária estabelecida anteriormente. Entretanto, não apenas a questão logística se mostrou um fator preponderante. Becker (2007a) indica outros elementos relevantes na expansão da soja, como a integração política local, que influenciou no chamado marketing das cidades (BRANDÃO, 2007).

Os mapas da Figura 2 mostram a expansão das empresas transnacionais a partir de 1990 no país todo. Em 2000, elas passam a se instalar no Sul do Mato Grosso na região de Rondonópolis, município historicamente constituído como um entreposto da região em função de sua localização, próxima da BR-364 construída nos anos 1960 (GUIMARÃES e LEME, 2002). A partir 2004, as empresas começam a expandir em direção às BR-163 e BR-364, porém é apenas em 2008 que sua rede atinge a região do médio-Norte matogrossense, onde se localiza Alto Teles Pires.

Figura 2 – Presença das empresas transnacionais e produção de soja (em toneladas)
Mesorregiões, Brasil, 1995 – 2008



Fonte: HEREDIA et al., 2010, p. 165.

Nota: A presença das empresas representadas por figuras geométricas no mapa não está atualizada, porém auxilia a visualização da expansão de tais empresas e do grande território que elas influenciam.

Estabeleceu-se na região, ao longo da reestruturação produtiva, um modelo de produção pautado em técnicas e desenvolvimento científico com pouca mão-de-obra, com produção de monoculturas com propriedades de grandes extensões, dependente fundamentalmente do mercado internacional. Constituiu-se uma empresa rural, o agronegócio²¹, muito além de apenas uma propriedade, com forte dependência dos atores para “além da porteira” (ARRUDA, 2007), ou seja, o que acontece fora da propriedade se tornou mais relevante do que a produção em si.

Outra face do estabelecimento da produção de grãos é a aproximação da cadeia grãos/carne no Mato Grosso com a instalação da agroindústria alimentícia. Para Mazzali (2000), foi durante o processo de reestruturação agroindustrial, com início nos finais de 1970

²¹ O termo foi inicialmente utilizado na década de 1970, associado ao termo *agribusiness*. No Brasil, o termo passou a ser utilizado após 1980 associado ao Complexo Agroindustrial (CAI) (ARRUDA, 2007).

se estendendo até os anos 90, que se realizou de fato o entrelaçamento das cadeias da soja, óleos e carne. O deslocamento da produção de grãos para o Centro-Oeste na década de 1970 culminou no processo de agroindustrialização da região a partir dos anos de 1980.

A Sadia, importante empresa nacional e mundial do setor alimentício implantou empresas especializadas na área de genética animal em Cáceres ao Sudoeste do estado e em Várzea Grande (MT), localizada no entorno da capital Cuiabá, ainda na década de 1970. A empresa também adquiriu um frigorífico neste último município. Porém, foi a partir de 1985 que as empresas líderes na indústria alimentícia, Sadia e Perdigão, investem substancialmente em Mato Grosso (ESPÍNDOLA, 2014), com foco nos eixos de circulação e, particularmente, nas margens da BR-163. Para Mazzali (2000), as empresas Sadia e Perdigão, juntamente com a Cevai, se configuram como empresas líderes na cadeia soja/óleos/carne, ou seja, aquelas que concentram grande parte deste mercado. Em 2011, houve a fusão das duas primeiras empresas gerando a Brasil Food (BRF), a qual “passou a concentrar 53% da produção de industrializados de carnes no Brasil, 62,2% de congelados de carnes, 60,5% de massas, 52,9% de pizzas, 56% de margarinas e 11% de lácteos” (ESPÍNDOLA, 2014, p. 1876).

Por um lado, as empresas de processamento de carne se beneficiavam da proximidade e da grande oferta da matéria-prima, a soja e o milho, para produzir ração a baixo custo (BERNARDES, 2010). A região já contava com substancial concentração técnica. Por outro lado, a vinda dessas empresas foi impulsionada por vantagens concedidas pelos governos locais, como terrenos oferecidos para suas instalações, infraestrutura urbana e isenção de impostos por determinado período (BERNARDES, 2010).

Os incentivos não vieram estritamente do governo local:

No âmbito do governo estadual foi dada ênfase à melhoria das vias; na instância federal dominaram os subsídios governamentais, cujas formas de financiamento, apesar de altamente modernizadoras também filtram e selecionam, além das obras viárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desencadeando-se, portanto, uma política que visava o aumento da produção e da produtividade. (BERNARDES, 2010, p. 5)

A consolidação da reespecialização em *commodities* se desenvolveu também através de financiamento do Estado. Durante as décadas de 1990 e 2000, Mato Grosso foi beneficiado por incentivos para a consolidação do agronegócio da região. Entretanto nem todas as regiões recebem a mesma atenção. Dentre os recursos concedidos a produtores e cooperativas, no Mato Grosso, 36% se concentraram em Alto Teles Pires entre os anos de 1999 e 41,5% no ano de 2002 dentre as 22 microrregiões do estado (ARANTES, 2012). O que

se estabeleceu é a especialização produtiva de determinadas áreas tendo como consequência a territorialização do agronegócio.

A entrada da cadeia carne/grãos no Centro-Oeste se deu a partir de bases tecnológicas e modelos de procedimento de criação mais desenvolvidos que aqueles do modelo tradicional do Sul e Sudeste do país (BERNARDES, 2010; MAZZALI, 2000; ESPÍNDOLA, 2014). Um dos pontos centrais foi a concentração da criação de aves e suínos em um número reduzido de produtores, o que viabilizou o maior controle das condições de produção por parte da empresa. Bernardes (2010) afirma que um módulo de criação de frangos em Mato Grosso equivale a sete em Santa Catarina, ou seja, a produção se encontra mais pulverizada entre os pequenos produtores no segundo caso²².

Um novo elemento deve ser, assim, associado ao conceito de fronteira. A fronteira funciona como uma válvula reguladora de escape de investimentos de atores capitalizados, ora se expandindo, ora permanecendo estável, dependendo da conjuntura nacional/global. Hoje, a conjuntura da soja e as incertezas da economia (que parece ter revalorizado a terra como ativo) somam-se ao lucro obtido pelas madeiras e pela pecuária para explicar a retomada da expansão da fronteira (BECKER, 2009, p. 161-162).

Desta forma, este momento é compreendido por Becker (2009) como expansão e definição da área de fronteira, uma vez que novos atores somam-se ao processo de ocupação de Mato Grosso, não apenas como presença física, mas reorganizando sua estrutura econômica. E as cidades? Após o estabelecimento dos núcleos urbanos no momento da expansão da fronteira, os espaços urbanos fortaleceram seu posicionamento de regulação da produção agropecuária e agroindustrial como será tratado no próximo tópico.

1.2.1 O estabelecimento da cadeia grãos-carne em números

A economia de Lucas do Rio Verde centrou-se em torno da produção agropecuária, especialmente no que tange a produção de grãos, criação e abate de animais e serviços voltados para a produção do campo. A principal indústria do município, a BRF, dinamiza e envolve produtores da agropecuária, pois se volta à produção de carne, o que depende do fornecimento de animais e de ração.

O Produto Interno Bruto (PIB) predominante do município foi o de serviços (Gráfico 1). Isso pode estar associado a dois fatores. O primeiro seria à organização agrícola

²² Em pesquisa de campo de julho de 2015, em entrevista junto a BRF de Lucas do Rio Verde, verificou-se que a criação de aves e suínos em Lucas se dá de forma concentrada. Foi comparada a situação de Lucas com a situação de Concórdia (SC): enquanto no primeiro a BRF conta com cerca de dez fornecedores de produto, a produção em Concórdia está muito mais pulverizada em médios produtores.

em rede que atinge o Mato Grosso nos finais da década de 1990 que cria demandas específicas para a produção supridas por empresa de serviços. Ou seja, na medida em que se expande tal modelo de negócio no campo, se fomentaria também o setor terciário que prestaria os serviços para a agropecuária. Conforme o modelo de agronegócio em rede se estrutura na região, há necessidade em se estabelecer um tipo de consumo específico ao campo, o consumo produtivo (ELIAS, 2008). Tal movimento é especialmente relevante para os grãos (MAZZALI, 2000). Os crescimentos do PIB agropecuário e de serviços entre 2000 e 2005 apresentaram um ritmo próximo, o que indica certa associação. Por outro lado a indústria tem seu grande salto entre os anos de 2007 e 2008. A partir deste momento os serviços passam a representar mais de 50% do PIB municipal, e a agropecuária diminui sua importância no município apesar do seu aumento em volume.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto (PIB) por setor da economia (em reais)
Lucas do Rio Verde, 1996 a 2014

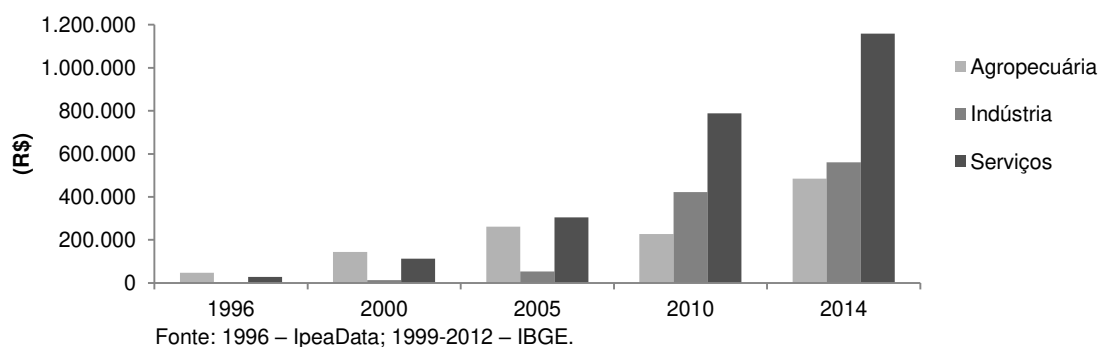
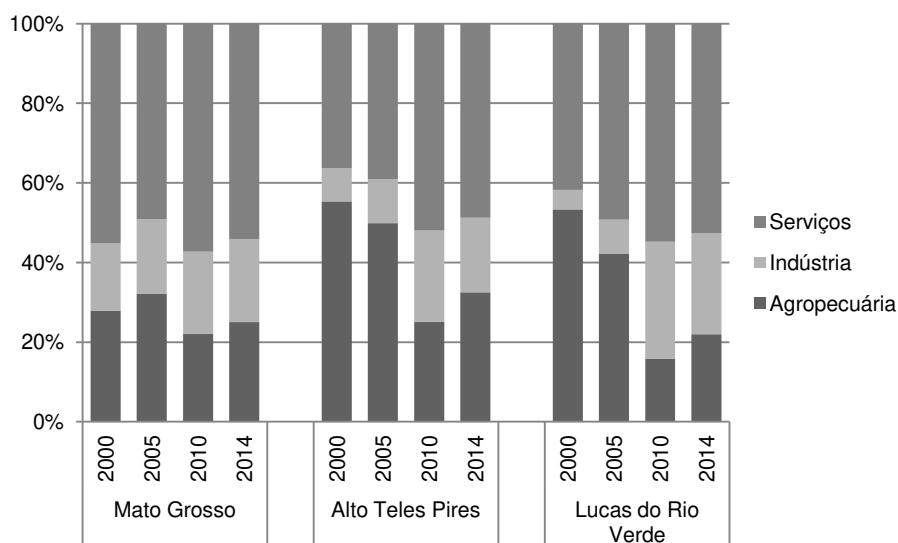


Gráfico 2 – Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) por setor da economia
2000 - 2014



Em termos de produção agropecuária, o município apresentou um crescimento do volume total de produção de mais de 1000% entre 1990 e 2013 a uma taxa anual de 12,8%. Entretanto este crescimento pujante se deu com base em um número reduzido de variedades cultivadas, representando uma forte concentração na produção de soja e milho. Em Lucas do Rio Verde, três produtos representam 99% da quantidade total de produto colhido em todo o município, o milho (61%), a soja (35%) e o algodão (2%) em 2013 (Gráfico 3). Os mesmos produtos representam cerca de 95% do volume colhido em todo município desde o início dos anos 90, incluindo os produtos de lavoura temporária e permanente²³. A região de Alto Teles Pires e o estado do Mato Grosso seguem a mesma tendência, sendo que a cana-de-açúcar também é uma cultura relevante no estado que concentra, assim, sua produção em torno de quatro produtos. O volume de produção de soja, milho e algodão mato-grossense foi o maior entre os estados brasileiros em 2014²⁴, produtos. Já Alto Teles Pires é referência entre as microrregiões com a maior produção de soja e milho no país, e a quarta maior produtora de algodão. Lucas do Rio Verde se configura entre os quinze maiores produtores dessas três culturas entre todos os municípios do Brasil.

A grande produção e concentração em três cultivos demonstram o alto grau de especialização da agropecuária no estado, o que, por um lado, tornou-o uma referência em termos de produção. Contudo, isto pode representar uma dependência a um número extremamente reduzido de produtos associados à exportação para o mercado mundial. Para fins de comparação, em São Paulo 25 produtos correspondem a 99,2% do valor de produção, o que foi considerada uma alta e peculiar concentração na realidade do campo brasileiro (ALISSON e ARANTES, 2016).

Portanto, as *commodities* pautaram o forte crescimento da produção agropecuária no estado do Mato Grosso, de Alto Teles Pires e de Lucas do Rio Verde. Na Tabela 1 é possível verificar que o crescimento entre 1990 e 2000 foi o maior entre o período analisado para Lucas do Rio Verde e Alto Teles Pires, o que demonstra a importância do estabelecimento da agropecuária com forte dependência de pesquisa para adaptação ao solo

²³ Lavoura temporária corresponde aos produtos com cultivo de curta duração, sendo necessário um novo plantio com a colheita, como grãos, herbáceas, cereais, cana-de-açúcar, fumo entre outras culturas. As lavouras permanentes possuem longa duração, pois a colheita não demanda novo plantio, como frutas cítricas, café, cacau entre outras culturas.

²⁴ Mato Grosso é o maior produtor de algodão desde o início da década de 1990, de soja desde 2000 e de milho desde 2013.

ao mesmo tempo com a expansão das terras cultivadas anterior à instalação das *trading companies*. Mais recentemente a produção de milho se expandiu muito em razão da produção de ração para aves e suínos.

**Tabela 1 – Produção agrícola (volume e taxa de crescimento ao ano)
1990 a 2013**

	Produto	Volume (em ton)				Tx. Crescimento (% a. a.)		
		1990	2000	2010	2013	1990-2000	2000-2010	2010-2013
Mato Grosso	<i>todos produtos</i>	7.818.954	22.326.657	44.689.530	67.034.966	11,1	7,2	14,5
	algodão	57.634	1.002.836	1.454.675	1.867.422	33,1	3,8	8,7
	milho	618.973	1.429.672	8.164.273	20.186.020	8,7	19,0	35,2
	soja	3.064.715	8.774.470	18.787.783	23.416.774	11,1	7,9	7,6
Alto Teles Pires	<i>todos produtos</i>	630.226	3.905.080	9.556.247	14.819.574	20,0	9,4	15,7
	algodão	253	143.914	225.928	253.854	88,6	4,6	4,0
	milho	22.117	512.626	3.222.357	7.744.335	36,9	20,2	33,9
	soja	579.324	2.697.413	5.892.690	6.481.091	16,6	8,1	3,2
Lucas do Rio Verde	<i>todos produtos</i>	124.000	825.986	1.605.953	1.978.078	20,9	6,9	7,2
	algodão	253	39.075	36.216	48.870	65,5	-0,8	10,5
	milho	4.141	215.414	794.016	1.207.980	48,5	13,9	15,0
	soja	114.241	528.000	756.648	699.434	16,5	3,7	-2,6

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Obs: Ao total são 66 produtos considerados na categoria "Todos os produtos".

Em termos de volume, a safra de soja aumentou seis vezes e a safra de milho mais de 200 vezes em Lucas do Rio Verde entre 1990 e 2013. Os momentos de grande aumento do milho foram entre 1993 e 1994, 1998 a 2000, 2001 e 2002 e mais recentemente 2011 e 2012 (Gráfico 3). A soja teve dois momentos com crescimento significativo: entre 1993 e 1994, anos denominados de supersafra (MARTINE, 1991) e entre 2003 e 2005. O arroz teve sua importância no momento da colonização (ZART, 1998; SILVA, 2010), entretanto já no início dos anos 90 a produção de soja se consolidou como central para a economia da região.

Gráfico 3 - Produção de arroz, milho e soja (em toneladas)
Lucas do Rio Verde – 1990 a 2013

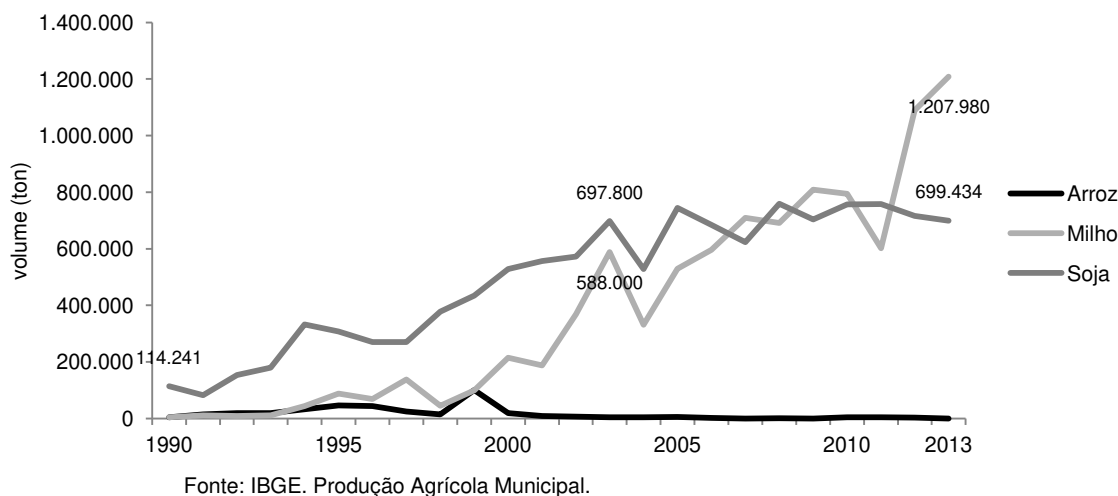


Tabela 2 – Produção pecuária (volume e taxa de crescimento ao ano)
1990 a 2013

	rebanho	Quantidade (cabeças)				Tx. Crescimento (% a. a.)		
		1990	2000	2010	2013	1990-2000	2000-2010	2010-2013
Mato Grosso	bovino	9.041.258	18.924.532	28.757.438	28.395.205	7,7	4,3	-0,4
	suíno	1.034.107	834.084	2.109.979	1.782.726	-2,1	9,7	-5,5
	galináceo	6.675.189	15.946.930	41.021.664	39.037.025	9,1	9,9	-1,6
Alto Teles Pires	bovino	192.276	412.545	535.927	476.591	7,9	2,7	-3,8
	suíno	24.274	131.994	958.849	1.082.025	18,5	21,9	4,1
	galináceo	251.715	264.549	15.534.488	18.961.945	0,5	50,3	6,9
Lucas do Rio Verde	bovino	17.600	27.537	23.601	23.226	4,6	-1,5	-0,5
	suíno	2.392	30.861	132.801	171.414	29,1	15,7	8,9
	galináceo	5.983	70.863	3.405.224	3.384.419	28,0	47,3	-0,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Mais expressivo que o crescimento da produção agrícola, a expansão do rebanho na região de Alto Teles Pires foi intenso. Como pode ser observado na comparação entre as localidades na Tabela 1 e na Tabela 2, isto se sucedeu pelo crescimento da produção de grãos e pelo crescimento da produção do rebanho de bovinos, suínos e galináceos. O rebanho de galináceos em Lucas do Rio Verde passou de pouco mais de 5 mil para mais de 3 milhões entre 1990 e 2013, com um crescimento de aproximadamente 50% ao ano entre 2000 e 2010, década da implantação da BRF no município. Além da unidade de Lucas do Rio Verde existe uma unidade da mesma BRF em Nova Mutum construída no mesmo período pela Perdigão. A implantação das duas unidades fomentou a produção da cadeia carne/grãos em toda a região, sendo que a proximidade e condições de transporte foram critérios utilizados na compra do produto do criador pela indústria independente do município.

Além do grande estoque de grãos disponível para a indústria de processamento de oleaginosas, a região possui uma alta concentração de terras, o que facilita a relação entre o produtor do rebanho e a indústria de processamento. Isto é essencial para se compreender a expansão da agroindústria na Amazônia²⁵ (BECKER, 2007a). Em Lucas do Rio Verde, 19,9% dos proprietários possuem fazendas com mais de 1.000 hectares, concentrando 76,2% da terra, situação análoga à estrutura fundiária do Mato Grosso segundo dados do Censo Agropecuário (Tabela 3). O processo de concentração não se deu apenas no âmbito da produção. A área média dos estabelecimentos rurais no município passou de 655,2 hectares em 1995 para 819,8 em 2006, o dobro da área média das propriedades no estado. Para fins de comparação, a área média das propriedades rurais paulistas era de 74,5 hectares para 2006 (ALISSON e ARANTES, 2016).

Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários (total de estabelecimentos e estabelecimentos por área)
2006

	grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área		Área média
		Número	%	em hectare	%	
Mato Grosso	Menos de 100	76.770	67,9	2.641.169	5,4	430,9
	100 a 1.000	26.457	23,4	8.102.689	16,6	
	1.000 ou mais	8.744	7,7	37.944.853	77,9	
	Total	112.987	100,0	48.688.711	100,0	
Alto Teles Pires	Menos de 100	2.589	46,1	96.829	2,6	652,8
	100 a 1.000	2.205	39,3	561.831	15,3	
	1.000 ou mais	765	13,6	3.003.998	82,0	
	Total	5.611	100,0	3.662.658	100,0	
Lucas do Rio Verde	Menos de 100	114	35,4	1.908	0,7	819,8
	100 a 1.000	136	42,2	59.307	23,0	
	1.000 ou mais	64	19,9	196.200	76,2	
	Total	314	100,0	257.415	100,0	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

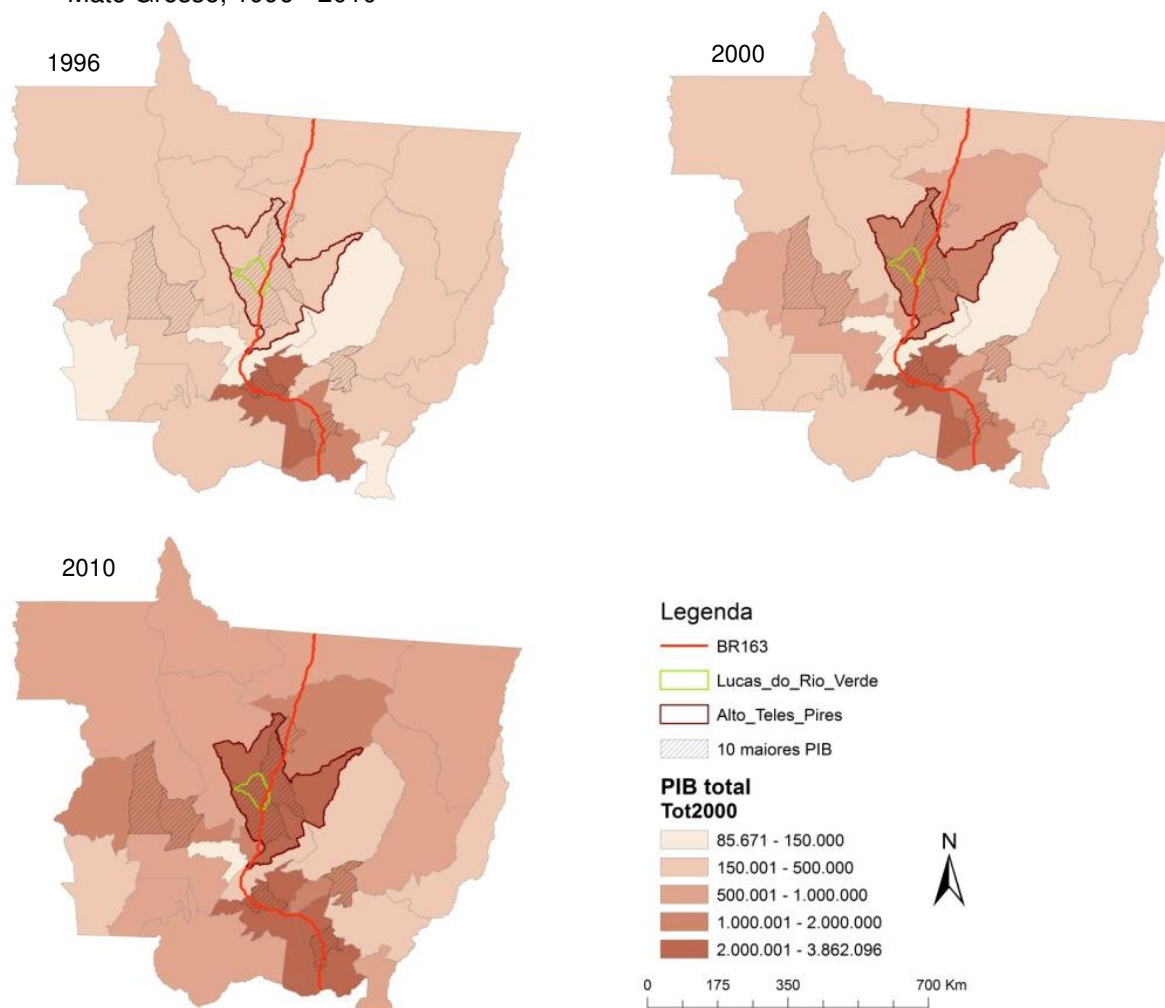
Nota: Foram desconsideradas as categorias "sem declaração" e "sem área" tendo em vista o pequeno número de casos.

Em primeiro lugar, o menor número de proprietários significa o menor número de relações com os produtores e a maior facilidade de controle da qualidade de produção. Além de fornecer o produto, os produtores se integram ao modelo de produção da indústria, com genética própria e tecnologia de controle da criação própria, e do financiamento para os integrados (BECKER, 2007a), caracterizando-se como um sistema de parceria. Segundo, a alta concentração de terra facilita o controle dos passivos ambientais associados a grande produção de aves e suínos. A disponibilidade de terras possibilita disseminar no solo os

²⁵ Entre outros aspectos como a integração política, logística e o desenvolvimento da tecnologia (BECKER, 2007a).

subprodutos²⁶ gerados pela criação das aves e suínos, ou seja, os dejetos são espalhados em uma grande quantidade de solo evitando a concentração no solo. Caso não sejam descartados adequadamente, os subprodutos da produção podem contaminar o solo e a água de rios e lençóis freáticos.

Figura 3 – Mapas com informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal
Mato Grosso, 1996 - 2010



Fonte: 1996 – IpeaData; 2000 e 2010 – IBGE.

Mato Grosso, e especialmente a região de Alto Teles Pires se constitui como um “mosaico de riquezas”²⁷ para a grande indústria alimentícia. A cadeia de produção de grãos/carne se beneficia do grande estoque de grãos, da alta concentração de propriedades e

²⁶ São subprodutos os dejetos de animais, águas residuárias geradas pela limpeza dos galpões, ossos, pele, sangue, vísceras.

²⁷ “Mato Grosso: Mosaico de Riquezas” é título de uma reportagem da Revista BRF Online que indica a região como uma das mais promissoras e de grande investimento da empresa. Disponível em: <<http://revistabrf.com.br/mato-grosso-mosaico-de-riquezas/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

do alto capital de investimentos, e da disponibilidade do sistema de parceria para a produção do rebanho. Não a toa, o PIB dos municípios de Alto Teles Pires cresceram rapidamente após 1996, se configurando entre os maiores do estado do Mato Grosso conforme é possível vislumbrar pelos mapas da Figura 3.

1.2.2 O urbano na reestruturação produtiva do campo

O processo de ocupação territorial, isto é, a concentração fundiária e a constituição de núcleos urbanos como política, teve como contrapartida o intenso processo de urbanização do Mato Grosso com o salto de uma população predominantemente rural em 1970 (cerca de 40% de taxa de urbanização) para urbana em 1980 (por volta de 58% de taxa de urbanização). Contudo, este não foi um processo homogêneo em todo o território mato-grossense. Conforme se pode verificar nos mapas entre 1970 e 1980 na Figura 4, os municípios predominantemente urbanos (mais de 50% da sua população concentrada nas cidades) na década de 1980 se localizam no entorno das principais vias de circulação do estado. A expansão para o interior do território foi potencializada pela melhoria do sistema de transporte e telecomunicações que possibilitou a maior circulação de bens e informações, particularmente dos bens e serviços do setor agropecuário. Nesse momento, o processo de concentração econômica no Brasil esteve atrelado à desconcentração espacial rumo ao interior do continente, antes de difícil acesso (SPOSITO, 2007). Deve-se, portanto, considerar a articulação entre os eixos de circulação de bens e de pessoas (as rodovias) com os nós da circulação política-ideológica (os núcleos urbanos) dentro da expansão da fronteira (BECKER, 1985; BERNARDES, 2007). Antes do estabelecimento das rodovias, a circulação se dava prioritariamente por vias fluviais (BECKER, 1985). Os rios ainda são utilizados como transporte, mas a construção das rodovias reconfigurou o traçado de circulação na Amazônia.

A relação entre a urbanização e o estabelecimento de vias de circulação de mercadorias e de pessoas se tornou relevante para compreender o processo de urbanização de Mato Grosso em áreas fora da região metropolitana da capital Cuiabá. Apesar da população de todos os municípios do estado se concentrar predominantemente nas cidades, são nos eixos de maior circulação onde esta realidade é mais acentuada, concentrando em seu entorno municípios com taxas de urbanização maiores que 80%. É o caso dos municípios nas microrregiões de Campo Novo dos Parecis e de Alto Teles Pires. Ambas se situam às margens

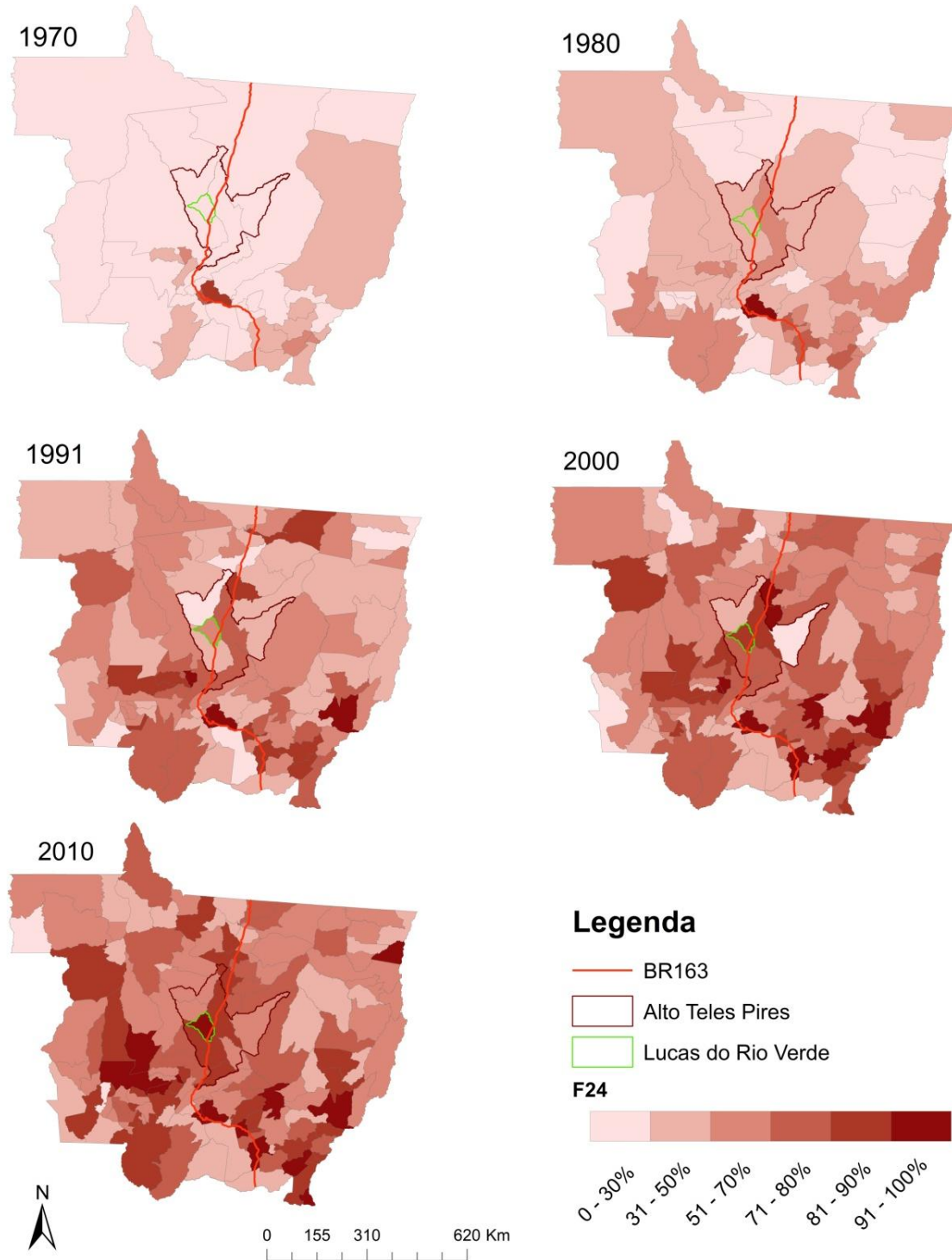
de importantes rodovias e apresentaram taxas de urbanização em crescimento exponencial desde os anos de 1980.

A taxa de urbanização da microrregião de Campo Novo dos Parecis saltou de menos 50% para mais de 80% entre 1980 e 2000, ou seja, um incremento de 30% na taxa de urbanização em 20 anos. O desenvolvimento da agricultura se tornou proeminente após a conclusão das rodovias estaduais, principalmente a MT-255 na década de 1990. Um exemplo do desenvolvimento da produção agropecuária é o município de Sapezal, localizado nesta microrregião. Este município se tornou o centro de controle da produção regional de uma transnacional de origem brasileira, a Maggi. O município foi beneficiado pela construção da MT-255 (SILVA, 2003) e passou a constituir o nó central de uma rede de circulação ao Sudoeste de Mato Grosso, incluindo a produção agropecuária de Rondônia. Além disso, o grupo Maggi se constituiu, se consolidou e se expandiu juntamente com o processo de expansão da fronteira (BECKER, 2007a; SILVA, 2003). Sua primeira sede se localizava em São Miguel do Iguaçú no Paraná na década de 1950, momento de expansão da fronteira para o estado. Nos anos 90, sua sede central foi transferida para Sapezal, expandindo sua área de atuação para os estados de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas.

A microrregião de Alto Teles Pires apresentou uma dinâmica próxima à Campo Novo dos Parecis, porém a rodovia de influência na expansão é a BR-163 com construção na década de 1980. Na década de 1980, alguns municípios da região já apresentavam taxa de urbanização acima de 70%. A Fiagril, empresa sediada em Lucas do Rio Verde, iniciou suas atividades em 1989 comercializando fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas e oferecendo assistência técnica aos produtores. Sua estratégia de negócio se aproxima da estratégia do Grupo Maggi, oferecendo créditos aos produtores, coordenação logística, principalmente no que tange à comercialização de grãos, e assistência técnica (PASTRE, 2016). Com essa estratégia, a Fiagril se fortaleceu enquanto parceiro estratégico de outras transnacionais nos anos 1990, intermediando o financiamento entre as empresas transnacionais e os produtores. Nos anos 2000, a empresa ampliou suas atividades na região, instalando uma unidade armazenadora em Sorriso e outra em Sinop, além de consolidar um acordo logístico para escoamento da produção agropecuária na região (PASTRE, 2016). Concomitantemente, a partir de 2000, as empresas transnacionais avançaram pela BR-163 atingindo diversos

municípios localizados em Alto Teles Pires e passaram a realizar a comercialização de grãos diretamente com os produtores, como pode ser visto no mapa da Figura 2²⁸.

Figura 4 – Mapas com a taxa de urbanização por município
Mato Grosso – 1970 a 2010



Fonte: IBGE. Malhas Digitais Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

²⁸ Ver p. 46.

As áreas urbanas assumem uma nova função no processo de reestruturação produtiva, centralizando os comércios e os serviços especializados no ramo agropecuário ou os serviços voltados ao consumo consumptivo (SANTOS, 1996; ELIAS, 2011). As cidades serviriam como nós de distribuição e apoio à “fabricação” do produto (soja, milho, algodão) conforme se difunde a organização em rede, suprindo as principais demandas “[...] seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc.” (ELIAS e PEQUENO, 2007, p. 26). Como resultado, tais municípios apresentaram uma intensa concentração de população no espaço urbano, apesar de sua economia girar em torno da produção no campo. Estas são chamadas *cidades do agronegócio* (ELIAS, 2011; ELIAS e PEQUENO, 2007).

O que chamo de cidades do agronegócio seriam espaços urbanos inseridos em RPAs [Regiões Produtivas Agrícolas] nos quais se dá a gestão local ou regional do agronegócio globalizado, que desempenham muitas novas funções urbanas, diretamente inerentes a esse. (ELIAS, 2011, p. 161-162)

As cidades do agronegócio não são um fenômeno aquém da sua condição histórica. Tal definição foi estabelecida considerando o momento de expansão geográfica da produção capitalista, do fomento do mercado consumidor, pontos fundamentais para a reprodução do capital (HARVEY, 2014), e da maior concentração/centralização econômica em um número reduzido de empresas (SPOSITO, 2007), as empresas transnacionais. Estes territórios “[...] tendem a incorporar, submeter e excluir os territórios de grupos sociais menos poderosos e revigorar a expansão da fronteira agropecuária” (BECKER, 2007b, p. 268).

Diria que a cidade do agronegócio é uma nova tipologia de cidade. Essa seria mais perceptível especialmente nos lugares de reserva recentemente inseridos à produção e ao consumo modernos, nos quais se realiza uma gama complexa de fluxos associados ao circuito superior da economia agrária. Seriam cidades em regiões agrárias que vêm enriquecendo, que conhecem uma dinâmica econômica recente que gera nova riqueza. A cidade do agronegócio polariza amplo espaço agrário dinâmico, é um centro urbano que organiza esse espaço. Em outras palavras, a cidade do agronegócio está inserida em Regiões Produtivas Agrícolas na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos, e configura um lugar central de uma Região Produtiva Agrícola, parte integrante das redes agroindustriais, reflexo, meio e condição para o funcionamento dessas. (ELIAS, 2011, p. 162)

No caso dos municípios localizados na microrregião de Alto Teles Pires, a origem do modo de organização produtiva através do urbano-industrial se deu pela “[...] captura de pequenas cidades como espaço de produção monoindustrial por grandes indústrias”

(MONTE-MÓR, 2006, p. 15-16). A constituição das cidades, juntamente com a constituição rede urbana, viabilizou a circulação de pessoas, mercadorias e serviços no centro do Mato Grosso e permitiu o estabelecimento da agricultura no seu formato de negócio.

Tem-se, assim, uma relação que pode aparentar improvável a primeira vista: a economia desses municípios se centraliza na produção no campo, enquanto a população se concentra nas cidades. O que se desenvolveu nesses espaços foi um modelo do tipo negócio para a produção no campo que possui suas bases de gerenciamento centralizado na cidade²⁹. Os trabalhadores envolvidos na produção nem sequer precisam estar no campo, pois podem gerenciar os processos de produção à distância. Já aqueles que tratam diretamente no trato da terra passaram a atuar a partir de uma empresa de serviços, trabalhando em várias fazendas a partir de uma única empresa, ou gerenciam a produção, realizando visitas periódicas. O que demonstra que “[...] cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação” (MONTE-MÓR, 2006, p.1). Os espaços historicamente contraditórios, a cidade e o campo, compõe aquilo que Monte-Mór (2006) denominou *urbanização extensiva* (MONTE-MÓR, 2006, p.15) no Brasil contemporâneo³⁰.

É nesse sentido amplo que se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial mediante a expansão da base material requerida pela sociedade e pela economia contemporâneas e as relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto, multiplicam-se as fronteiras (urbanas), tanto internamente e nas franjas das aglomerações quanto nos espaços regionais e rurais incorporados à lógica urbano-industrial dominante. A urbanização extensiva caminha, assim, ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas”, como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões “velhas”, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas “ilhas de ruralidade” no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial impõe-se ao espaço social contemporâneo, no urbano dos nossos dias. (MONTE-MÓR, 2006, p. 17)

A produção concentrada nas *commodities* juntamente com a presença das transnacionais fez com que o espaço urbano ampliasse sua função política-ideológica associada à necessidade da presença do Estado no momento de expansão da fronteira

²⁹ Este não é um processo limitado ao Mato Grosso. Outras cidades antigas como o caso de Matão no interior de São Paulo (PEREIRA, 2015) ou recentes como Rio Verde no interior de Goiás (MACEDO, 2013), em diferentes países como Venado Tuerto na Argentina (MIGNACCO, 2011) ou Aconcágua no Chile (CANALES e CANALES-CERÓN, 2016) passam por processo semelhante que reforçam a influência de processos globais na transformação local.

³⁰ A discussão proposta por Monte-Mór (2006) auxilia a compreender as mudanças nas dinâmicas entre campo e cidade. Acredita-se que, antes de ser uma leitura generalizada para a situação da relação entre campo e cidade, é uma problematização necessária para as cidades com fortes relações com o agronegócio.

(BECKER, 1985) para se estabelecer como o elo com o global e sustentação da reprodução do capital associado ao agronegócio (BERNARDES, 2007; ELIAS, 2006).

A cidade também constitui lócus de cristalização de ideias, situações e construção de um discurso novo, assumindo a presidência do mundo rural, mundo que é extremamente vulnerável ao grande capital, resultando no surgimento de distintas territorialidades no interior desses urbanos. (BERNARDES, 2007, p. 9)

Na medida em que as funções da cidade se multiplicam de acordo com a forma de *negócio* que a produção agropecuária tomou, a lógica de construção do espaço urbano também passa a responder às tais funções assumidas, se adaptando as demandas da estrutura produtiva que se consolida (BERNARDES, 2007). Este será um tema aprofundado posteriormente, no capítulo 4, mas cabe pontuar que as transformações de função da cidade e do espaço urbano caminham juntas. As análises do espaço intraurbano do capítulo 4 e do capítulo 5 tratarão especificamente de um município, Lucas do Rio Verde. Por isso, o último item deste capítulo traz as características dos processos narrados até aqui para este município.

1.3 A constituição sócio-histórica de Lucas do Rio Verde

O município de Lucas do Rio Verde compõe a microrregião de Alto Teles Pires e está localizado no Centro-Norte do Mato Grosso. O município se assenta às margens da BR-163, rodovia que liga Cuiabá no Mato Grosso à Santarém no Pará, e às margens do rio que deu o nome ao município, o rio Verde. Lucas do Rio Verde faz parte da Amazônia Legal, embora se caracterize como uma área de transição entre o cerrado e o bioma úmido de floresta.

A formação³¹ do município teve início no contexto de ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte do país através da política de colonização do governo militar. O planejamento da BR-163 presente no Plano Nacional de Integração (PIN)³² em 1970 atraiu alguns grupos para região (ZART, 1998) vislumbrando a possibilidade de valorização das terras. O município está posicionado às margens da BR-163, eixo crucial para compreender a

³¹ Ressalto aqui a formação do município, e não a sua ocupação. Há estudos que apontam a presença indígena anteriores às políticas de ocupação. Arnt et al. (1998) apontam para a existência da etnia Panará na região, que, durante os séculos XVII e XVIII fugiram da frente colonizadora até chegar na bacia de Peixoto de Azevedo, região de alto interesse por conta da construção da BR-163. Entre 1967 e 1975 aconteceram as primeiras tentativas de contato até a remoção dos sobreviventes para o Parque Indígena do Xingu. Em 1997 os últimos Panará deixaram o Parque rumo à nova aldeia às margens do rio Iriri.

³² Lei decreto n. 1.106 de 6 de junho de 1970.

constituição social do município desde o projeto de colonização até as transformações recentes³³.

O 9º BEC (Nono Batalhão de Engenharia e Construção), responsável pela construção e conservação da rodovia, estava presente desde meados de 1970 na Gleba Lucas do Rio Verde, pertencente ao município de Diamantino. Desde 1976, há relatos de ocupantes originários dos estados do Sul do país, os quais foram acolhidos pelo 9º BEC que viabilizou abrigos e alimentação no primeiro momento. Estes imigrantes, por sua vez, abriram o cerrado para produzir soja e arroz apesar das dificuldades do escoamento da produção para aos grandes centros (ZART, 1998; SILVA, 2010).

Por conta da forma como os imigrantes se organizaram frente à terra, esses primeiros ocupantes foram denominados de *posseiro-empendedor* por Zart (1998, p. 110). O posseiro, em sentido mais geral, refere-se ao indivíduo que tomou posse de uma área devoluta através de benfeitorias, derrubando a mata, realizando plantações, etc. O posseiro-empendedor toma posse de terras devolutas colocando em prática técnicas em conformidade com a modernização agrícola, possuindo, assim, recursos para desenvolver sua produção correspondendo às exigências do mercado. O contraste do posseiro-empendedor se dá com a figura do posseiro-camponês, que se apossava da terra como um agricultor descapitalizado, buscando a sua reprodução social e recorrentemente envolvendo sua família. Ambos possuíam relações com o mercado de forma ampla, porém, é durante a ocupação no momento de governo militar que se ressalta:

[...] a diferenciação daquele que se caracteriza como agricultor-camponês, o que permanece na terra produzindo para sua subsistência, com uma relativa integração com o mercado financeiro e comercial, e por outro o agricultor-empendedor, que simboliza aquele que incorporou a racionalidade do sistema financeiro, tecnológico, comercial e consegue jogar e especular com as forças modernizantes absorvendo créditos, máquinas e tecnologias, modernizando-se no processo da modernização. (ZART, 1998, p. 75)

Em 1981, imigrantes de origem de São Paulo chegaram ao núcleo que se constituía, os quais Zart (1998, p. 112) denominou de *paulistas*. Cinquenta famílias vindas de Holambra (SP) negociavam um projeto de colonização junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e à Cooperativa de Holambra. Entretanto, diante dos impasses para a escolha da área, os paulistas se direcionaram à área da Gleba Rio Verde, uma

³³ Como será visto posteriormente, a BR-163 também foi essencial para compreender a construção do espaço urbano, objetivo do capítulo 4.

área classificada como desocupada segundo dados oficiais e uma das possibilidades para concretizar o projeto de colonização em negociação. O grupo possuía uma sólida experiência de organização em formato de cooperativa agropecuária, o que culminou na fundação da Cooperativa Agropecuária Mista Lucas do Rio Verde (Cooperlucas) em 1981, responsável pelo desenvolvimento de projetos importantes para o município como será detalhado posteriormente. A constituição de uma cooperativa era uma exigência do próprio INCRA para concretizar o projeto de colonização (ZART, 1998).

Ainda em 1981, os chamados *parceiros* (ZART, 1998, p. 114) chegaram à Gleba de Lucas do Rio Verde com a mesma finalidade dos paulistas: constituir um projeto de colonização. Entretanto, este último grupo de imigrantes foi direcionado às terras em um projeto de colonização já acordado junto ao INCRA. No início da década de 1980, devido às tensões sociais existentes no Sul do país que reivindicavam a reforma agrária, o governo federal organizou o projeto de assentamento de 900 famílias na região da Gleba Lucas do Rio Verde. Em 1981, 203 famílias vindas do acampamento da Encruzilhada Natalino, localizado em Ronda Alta (RS), chegam para serem assentadas através do Projeto Especial de Assentamento (PEA) (ZART, 1998). O PEA implantado na Gleba Rio Verde foi o único do estado do Mato Grosso (MORENO, 2007).

O PEA se diferenciava de outros programas do governo federal pelo seu caráter emergencial como forma de resolução de conflitos de terra, atendendo a famílias removidas de tais áreas. O INCRA assumia a responsabilidade de implementar o projeto, oferecendo infraestrutura, apoio técnico e apoio financeiro, ao contrário de outros programas nos quais a responsabilidade era compartilhada (CARVALHO, 2011). O governo declarou a área da Gleba Rio Verde como prioritária para fins de reforma agrária e iniciou o processo de regularização fundiária. A intenção era motivar o estabelecimento de novas unidades agrícolas e, ao mesmo tempo, oferecer aos agricultores sem-terra a possibilidade de conquistar sua propriedade (D'ANTONA e DAL GALLO, 2011).

O INCRA ficou encarregado da coordenação do assentamento e organização territorial das famílias em lotes de 200 hectares. No primeiro momento, o 9º BEC serviu de apoio para os recém-chegados que, após o sorteio dos lotes, iniciaram a construção das casas. Em 1982 foi estabelecido o núcleo urbano que centralizava os serviços básicos à população presente.

Entretanto, o processo de regularização fundiária para a constituição dos lotes significou a desapropriação dos imigrantes anteriormente estabelecidos. O INCRA também

era responsável por gerir o conflito³⁴ que ali se constituiu entre os recém-chegados e aqueles que já ocupavam a região, 85 posseiros reconhecidos pelo INCRA e cerca de 50 famílias de paulistas (ZART, 1998). Como proposta de solução, o INCRA ofereceu aos antigos ocupantes dois hectares de terra para cada hectare de área aberta, que significava área que havia sido desmatada. Um lote possuía uma área fixa de 200 hectares. Quando a área aberta era maior que a área do lote, a área a ser destinada ao agricultor era arredondada para cima. Por exemplo, uma família que havia desmatado 200 hectares recebeu uma propriedade de 400 hectares. Já uma família que possuía 500 ha de terra aberta recebeu três lotes de 200 ha, totalizando 600 ha. Isto gerou uma desigualdade fundiária, pois os imigrantes anteriores aos parceiros já haviam aberto uma área considerável de terra. Raramente um desses imigrantes anteriores recebeu apenas um lote com 200 hectares, sendo comum receber dois ou mais lotes (CARVALHO, 2011).

Além do conflito fundiário, os parceiros também tiveram de enfrentar a ocupação de uma terra nova, o cerrado, sem possuir nem o capital, nem o conhecimento necessário para enfrentar as adversidades (CARVALHO, 2011; ZART, 1998). O apoio por parte do governo federal e pelo INCRA com infraestrutura não se concretizou tal como prometido. Em 1981, o plantio foi feito após o período de chuva, o que resultou no fracasso da safra. O INCRA disponibilizou alimentos para os parceiros, o que garantiu a manutenção das famílias por algum tempo, sendo que parte dos parceiros teve que trabalhar como peões para agricultores mais antigos para se manter nas terras. Em 1982, os parceiros acessaram a financiamento no Banco do Brasil, o que possibilitou a produção de arroz. Contudo, precisaram contratar serviços de terceiros conhecidos como empreiteiros³⁵ para realizar o plantio por não possuírem o maquinário e pelo desconhecimento do trato com a terra (ZART, 1998; CARVALHO, 2011). Os empreiteiros eram os moradores antigos que já possuíam o maquinário necessário³⁶ para lidar com o cerrado. Isso encareceu o custo da produção e a safra de 1982 também não gerou bons resultados. Além disso, a maioria dos parceiros não

³⁴ Para conhecimento mais profundo sobre essa parte histórica ver Zart (1998), Silva (2010) e Rocha (2008).

³⁵ O termo empreiteiro é utilizado nos relatos coletados por Carvalho (2011), que são os posseiros que prestaram serviços (preparar, plantar, adubar, aplicar, adubação de cobertura, pulverizar a lavoura) para os parceiros na época.

³⁶ Durante a pesquisa de campo, a senhora Aurora – que chegou em 1979, fazendo parte do grupo de posseiros – relatou que a família trouxe tratores do Sul quando o casal veio com a mudança da casa, relatando uma “caravana” até chegar em Lucas do Rio Verde. Já Zart (1998) aponta que, em entrevista com os parceiros, um ou outro trouxe uma junta de bois, já que era dessa forma que se fazia lavoura no lugar de onde vieram. As ferramentas trazidas da terra natal demonstram o contraste das condições de interação entre cada grupo com o mercado.

conseguiu saldar suas dívidas com o Banco do Brasil, não conseguindo adquirir novos empréstimos nos anos seguintes (CARVALHO, 2011).

Os posseiros-empresendedores possuíam uma maior quantidade de terras que os parceiros, maior capital e maquinários para potencializar a produção. Juntamente com suas mudanças, parte deste grupo trouxe tratores e ferramentas do Sul, o que facilitava o manejo do solo. Possuíam, assim, maior facilidade para produzir, produziam maior quantidade e quitavam seus empréstimos, possibilitando realizar novos empréstimos a cada nova safra (CARVALHO, 2011).

Dentre as 203 famílias iniciais de parceiros, apenas 14 permaneceram na região (ZART, 1998). Algumas famílias voltaram à suas regiões de origem, outras acompanharam o movimento da expansão agrícola. Segundo Zart (1998), a razão central para a saída dos assentados da terra foi a violência e a perseguição por parte do representante do INCRA que executava o projeto na região. Outros problemas foram relatados como a falta de apoio estatal no início da produção, os empecilhos para o acesso a linhas de crédito rural, as incertezas sobre a titulação do lote e as saudades do lugar de origem (ZART, 1998; MORENO, 2007)³⁷. Já a permanência das 14 famílias de parceiros se relacionaria ao conhecimento prévio em manejar tratores e alguns maquinários, sendo que estes já haviam trabalhado para agricultores com propriedades maiores anteriormente (CARVALHO, 2011). Desta forma, eles conseguiram se manter no início através dos empregos temporários para outros proprietários e colocar em prática os métodos de plantio em sua própria propriedade ao longo do tempo. Assim, os parceiros com maior contato com as técnicas de plantio associadas à modernização agrícola tiveram melhores meios de permanecer com suas terras independentemente das adversidades enfrentadas.

[...] o posseiro de Lucas do Rio Verde é alguém que faz negócios, que acompanha o mercado, que financia a safra, os implementos e as máquinas agrícolas. Ele é um modernizado que carrega entre seus valores a crença e a atitude do teor do trabalho. Ele não é um camponês descapitalizado e quando se apresenta sem capital, sabe recorrer à racionalidade do mercado e incorporar-se nele. Constitui-se num homem de valor, porque consegue aprender a filosofia utilitarista e progressista presente nas leis de mercado. Como tal incorpora-se, e o Estado cria políticas para incorporá-lo. (ZART, p. 117)

Desta forma, a permanência na Gleba de Rio Verde foi principalmente dos posseiros-empresendedores e paulistas (ZART, 1998; ROCHA, 2008).

³⁷ Para maior diferenciação entre os projetos particulares de colonização e os projetos públicos de colonização, ver Moreno (2007).

Ademais, a distribuição dos lotes gerou uma desigualdade fundiária, pois enquanto cada assentado recebeu 200 hectares, a política de divisão de lotes determinou que os posseiros dispusessem de maior quantidade de terra. Além disso, o grupo dos paulistas atuou de forma organizada em forma de cooperativa, o que facilitou a disseminação de algumas tecnologias nas propriedades e também facilitou a parceria junto ao Banco do Brasil, o que possibilitou o acesso ao crédito aos cooperados (ROCHA, 2008). Em uma busca no acervo do jornal Folha de São Paulo³⁸, nota-se que as notícias de meados da década de 1980 relacionadas à Gleba de Rio Verde referiam-se à pujança da economia agrícola. Os produtos agrícolas da região citados eram milho, arroz e soja (ACERVO FOLHA, 1984) ainda na década de 1980, antes da emancipação do município.

A pergunta que surge é como os produtores escoavam a produção se, nos relatos coletados por Silva (2010), os produtores indicavam as dificuldades da realização do transporte devido às más condições das estradas. Nos lugares de colonização da década de 1980, foram implantados postos de compras de arroz e milho pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP), uma instituição federal. Um desses postos foi implantado em Lucas do Rio Verde (ACERVO FOLHA, 1984). A CFP também oferecia ajuda para custear o frete de tais mercadorias. A presença e apoio do Estado foram essenciais para o fortalecimento da produção das *commodities*, viabilizando a aquisição de insumos e de instrumentos através de crédito, da assistência técnica e da comercialização dos grãos através da CFP. O desenvolvimento e a disseminação da tecnologia que culminou no aumento de produtividade, couberam à Embrapa³⁹ e à Cooperlucas.

Juntamente com a criação do projeto de colonização, o núcleo urbano se desenvolveu. O projeto de colonização do INCRA realizou a distribuição dos lotes urbanos para os indivíduos contemplados com lotes rurais, com a exigência de construção de uma casa por parte do proprietário em um determinado espaço de tempo (CARVALHO, 2011). Deste modo, o núcleo urbano foi fundado com a chegada dos parceleiros em 1982. A infraestrutura da Gleba Rio Verde no início era precária, e o acesso à saúde, à educação e às compras de alimentos era realizado através núcleos urbanos vizinhos, como Sorriso e Sinop localizados ao Norte na continuidade da BR-163. O projeto de colonização garantiu a constituição de uma

³⁸ A Folha de São Paulo é um jornal de grande circulação existente desde 1921. Seu acervo de notícias está disponível em <http://acervo.folha.com.br/>.

³⁹ Zart (1998) aponta a dificuldade dos técnicos agrícolas da Embrapa em ajudar os produtores num primeiro momento por desconhecimento da forma de produção no cerrado.

infraestrutura básica com o posto de saúde, a Escola Estadual Dom Bosco, o mercado de abastecimento e o banco (CARVALHO, 2011).

O desenvolvimento do núcleo urbano não deve ser visto enquanto processo paralelo à ocupação do rural. As ocupações do rural e do urbano eram faces de uma mesma política de integração ao território nacional. “É na urbanização que a interdependência entre o Estado e a sociedade civil tem sua manifestação mais evidente” (BECKER, 1985, p. 359), seja pelo estabelecimento de instituições como o banco para a aquisição de empréstimos, pela difusão de comportamentos como os preceitos da modernização agrícola, pelo apoio exercido para o funcionamento de corredores de escoamento para a produção ou pela oferta de equipamentos sociais. Criou-se uma forma urbana para proporcionar condições de vida próximas àquelas condições de vida da área de origem da população que migrou para tais localidades (BECKER, 1985).

Apesar da migração neste primeiro momento estar voltada principalmente para as áreas rurais, com os grupos de posseiros, paulistas e parceiros, o período subsequente contou com migrantes de destino especificamente urbano. As histórias coletadas por Carvalho (2011) mostram que já em 1983 havia um fluxo direcionado para a cidade, nas áreas de educação e do comércio. O lugar de origem de parte da população que conquistou sua terra no campo não era estritamente rural. Conforme Carvalho (2011) demonstrou, parte dos produtores *pioneiros*⁴⁰ veio do urbano para produzir no campo.

O relato de Rosa presente no trabalho de Carvalho (2011) mostra que a terra de oportunidades que se anunciava não se restringia ao rural, estava também na cidade:

[...] quem vinha para cá não necessariamente para trabalhar a terra, mas para iniciar algum negócio no comércio, também era essa visão que, de repente, lá no sul, as portas tinham se fechado, as oportunidades eram escassas e aqui existia a possibilidade de ter o próprio negócio. (depoimento Rosa *apud* CARVALHO, 2011)

Em 1985, teve início o Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER II)⁴¹, um convênio firmado entre os governos

⁴⁰ A denominação *pioneiro* identifica os indivíduos que chegaram ao início da constituição do município, não estritamente no momento da colonização, pois alguns pioneiros chegaram mais ao final da década de 1980. Rocha (2006) problematiza a questão da denominação de pioneiro apontando que os indivíduos assim identificados estão relacionados ao empreendedorismo no campo. Neste sentido, os posseiros e os assentados pelo projeto PRODECER II eram colocados como pioneiros enquanto os parceiros não estavam incluídos sob tal designação.

⁴¹ O PRODECER II se situou no escopo de projetos promovidos pelo CAMPO (Companhia de Produção Agrícola), uma parceria entre os governos do Brasil e do Japão com o financiamento de empresas privadas de ambos os países. A empresa foi fundada no contexto de uma safra frustrada de soja em âmbito mundial, o que

brasileiro e japonês para estimular a pesquisa e desenvolver o cultivo de soja no cerrado. O núcleo urbano de Lucas do Rio Verde foi um dos selecionados para receber o projeto. O PRODECER II contou com a vinda de migrantes, sendo que a área incorporada foi denominada de projeto Piúva. Tratados pela empresa como “assentados”, os beneficiários do programa apresentavam características distintas daqueles parceiros do projeto do INCRA de 1981. Os requisitos básicos para seleção eram: ter experiência na agricultura e disponibilizar recursos próprios para viabilizar o financiamento. Diferentemente dos parceiros, estes assentados recebiam apoio da Cooperlucas, reforçando o perfil empresarial do projeto, o que foi colocado como uma “reforma agrária elitizada” por Rocha (2006, p. 52). Cerca de 40 famílias foram contempladas pelo projeto, grande parte vinda do Sul.

A Cooperlucas teve um papel importante de mediação entre os produtores selecionados para o projeto e de gerenciamento dos recursos e investimentos. O “cooperativismo” é frequentemente tratado como justificativa do desenvolvimento da região (ROCHA, 2006). Muito além de uma mera associação produtiva, a cooperativa serviu enquanto mecanismo de aglutinação de produtores em torno de projetos específicos que transbordavam o rural e envolviam todo o município. As estruturas física e comercial da cooperativa possibilitava aos seus cooperados “[...] agregar valor aos seus produtos, ganhos de escala, redução de riscos, com isso aumentando a renda e melhorando a competitividade” (ROCHA, 2006, p. 50). O investimento do PRODECER II permitiu a construção de um complexo agroindustrial disponível aos associados da Cooperlucas, oferecendo armazéns, facilidade de acesso às sementes, acesso a insumos e disponibilização de maquinário (ROCHA, 2008). Além das famílias assentadas pelo PRODECER II, a Cooperlucas contava na época com 180 sócios que se beneficiavam da estrutura montada pelo projeto. Desta maneira, em virtude do apoio estrangeiro, a produção de soja cresceu e se concretizou como produto principal da área por longos anos.

Em 1986, o núcleo urbano se tornou distrito e, em 1988, conquistou sua emancipação. A emancipação se deu juntamente com outros oito municípios⁴² da região,

incitou o Japão a buscar novos fornecedores da matéria prima. A empresa tinha como objetivo criar polos de desenvolvimento agrícola na área do cerrado. A parceria resultou em três projetos executados: o Prodecer I (1979-1983) desenvolvido em Minas Gerais; o Prodecer II (1985-1993) desenvolvido em duas áreas do cerrado mato-grossense, na Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul; e o Prodecer III (1995-2001) implantado no Tocantins e Maranhão. Informações de Rocha (2006) e do site da CAMPO (disponível em <<http://www.campo.com.br/proceder/>>. Acesso em: 26 ago. 2015).

⁴² Lei n. 2.678, de 10 de Março de 1988. Os outros municípios emancipados são Matupá, Nova Mutum, Apiacás, Juruena, Campo Novo dos Parecis, Castanheira, Tapurah, Cláudia.

tendo como justificativa central o estabelecimento de infraestrutura pública de fácil acesso à população. Seu território teve como origem a divisão do município de Diamantino. Diamantino foi criado durante o projeto de instalação telegráfica empreendido por Marechal Cândido Rondon no início do século XX, servindo como primeira base da comissão de Rondon, que, tal qual o processo de ocupação de Lucas do Rio Verde, tinha como objetivo a integração do território nacional (DIACON, 2006).

O final de 1989 representou uma concentração da disponibilização de créditos por parte do governo federal em torno das *commodities*. Entretanto, a redução no preço de negociação das *commodities* impôs dificuldades aos produtores de Lucas do Rio Verde (MARTINE, 1991). Além disso, os assentados tinham a posse da propriedade, mas não o título, o que significava que eles poderiam utilizar as terras em benefício próprio, mas não possuíam o direito de negociá-la com terceiros. Havia uma insegurança jurídica, pois, em forma de posse, as terras poderiam ser reavidas pelo Estado, o que implicava riscos ao prestador e, conseqüentemente, elevação de juros e menos recursos aos proprietários de Lucas do Rio Verde.

Apesar da grande safra dos finais dos anos 80, os efeitos deste contexto de obtenção de créditos foram sentidos pelos produtores luverdenses. Novas cooperativas, que são importantes para o contexto atual, foram fundadas. A Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense (Cooagril) surgiu em 1990 com o propósito de implementar a criação de suínos e dinamizar a economia (CARPENEDO, 2015). No mesmo ano, os produtores articularam uma cooperativa de crédito, a Cooperativa de Crédito Rural Lucas do Rio Verde (Credilucas). Esta última fortaleceu o produtor empresário, tendo em vista que os associados deveriam dispor de uma quantidade relevante de soja para participar da cooperativa (CARPENEDO, 2015).

O município de Lucas do Rio Verde passou a se destacar na produção agropecuária juntamente com as cidades vizinhas, inclusive em termos de repercussão midiática. Em 1994, a produção de soja de Lucas do Rio Verde ganhou destaque na mídia nacional, tendo três pontos enaltecidos (PRADO, 1994): a produção acima da média nacional por hectare (3.000 kg/ha contra 2.400kg/ha da média nacional), constituindo uma supersafra; os projetos de verticalização da produção com financiamento do Banco do Brasil e do exterior; e por fim, o problema do transporte da produção, apontando para a necessidade de implantação de ferrovia. Além desses três pontos, a pesquisa para o plantio das culturas de *commodities* no ambiente do Cerrado, resultando na alta produtividade (PRADO, 1994), foi

detalhadamente reportadas, enfatizando a aptidão local com a produção agropecuária de ponta que se tornou uma estratégia de marketing local (BRANDÃO, 2007) de Lucas do Rio Verde e vizinhança.

Martine (1991) mostrou que a política agrícola no período das chamadas supersafras em meados da década de 1980 voltou-se para o abastecimento interno. No final da década de 1980, a demanda interna de soja se reduziu devido a uma nova crise que, entre outros efeitos, repercutiu no aumento do estoque de arroz, milho e trigo, liberando o excedente para exportação. Diante deste contexto, as políticas agrícolas passam a voltar-se ao mercado externo. O período das supersafras da soja em Lucas do Rio Verde aconteceu justamente no início da década de 1990, voltando-se fundamentalmente ao mercado externo.

A questão do desenvolvimento do agronegócio está imbricada com a questão política no município. Em 1989, surgiu a empresa Fiagril, empresa transnacional de comercialização e processamento de grãos, que ganhou força e destaque ao longo da década de 1990.

A proximidade com os produtores e o conhecimento ímpar da dinâmica política e empresarial local rendeu importantes parcerias à Fiagril junto às grandes *tradings* estrangeiras, quando essas chegavam à região em busca da produção de grãos que crescia aceleradamente na região naquele momento. De forma semelhante ao Grupo Maggi, a empresa acessava diretamente administração pública através da figura de vice-prefeito e acionista majoritário Marino Franz, e exercia sua influência no campo por meio das operações de assessoria técnica e financiamento. (PASTRE, 2016, p. 100)

A Fiagril se firmou como intermediadora entre as empresas transnacionais e os produtores na década de 1990, tanto em termos de comercialização dos produtos como no financiamento (PASTRE, 2016).

A partir de 2000, as empresas transnacionais instalaram escritórios no município e, conseqüentemente, a produção agropecuária tomou novas dimensões (SILVA, 2013). As grandes *trading companies* do setor alimentício – Amaggi, ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus – estão presentes em Lucas do Rio Verde até hoje. Em 2001, apenas a Fiagril dentre as *trading companies* estava presente em Lucas do Rio Verde. Em 2008, além da Fiagril, a Bunge, a Amaggi e a Dreyfus também apresentaram grandes valores de exportação a partir do município. Em 2015, além das empresas transnacionais já citadas, aparecem também a Cargill e ADM entre as empresas exportadoras, além de cooperativas e outras empresas.

Para além das transnacionais, outras dinâmicas sociais se modificaram neste momento. A entrada de instituições de ensino superior cuja constituição supria a necessidade

de qualificação da mão-de-obra. Em 1999⁴³, foi criada a primeira faculdade no município, a Faculdade de Lucas do Rio Verde, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito, uma evidência da necessidade de um perfil técnico qualificado na realidade local. Outro ponto crucial refere-se à promoção de feiras comerciais especializadas em agronegócio, que concretizou a presença do mercado global no espaço local, com propósito de difundir as técnicas mais avançadas da agricultura (ARRUDA, 2007). Em 2002, ocorreu a primeira dessas feiras em Lucas do Rio Verde, a Show Safra, evento voltado especificamente para o agronegócio no cerrado, que se tornou um evento anual desde então.

Figura 5 – Quadro com empresas exportadoras

Lucas do Rio Verde, 2001 a 2015

	2001	2008	2015
Até US\$ 1 milhão	Orcival Gouveia Guimaraes	Multigrain S.A.; Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.; Tiago Henrique Cinpak; Luiz Alberto Bortolini; Luiz Gustavo Giaretta; Leandro Mussi; Claudio Antonio Squinzani Cargnelutti	Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A.; Miguel Vaz Ribeiro; Evandro Roberto Cortezia; Giorgio Nava; Claudio Antonio Squinzani Cargnelutti; Cooperativa De Desenvolvimento Agrícola
Entre US\$ 1 milhão e US\$ 5 milhões	Fiagril Ltda	Miguel Vaz Ribeiro; Marino Jose Franz; Orcival Gouveia Guimaraes; Clovis Rogerio Cortezia; Hilario Renato Piccini; Sipal Indústria e Comercio Ltda; Amilton Jose de Oliveira; Valdir Schwarz; Magna Neves Guimaraes	Sipal Indústria E Comercio Ltda; Fiagril Ltda; Marino Jose Franz; Hilario Renato Piccini; Leandro Mussi
Entre US\$ 5 e US\$ 10 milhões	-	-	Popcorn Indústria e Comercio de Cereais Ltda; Fiagril Ltda
Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões	-	Fiagril Ltda	ADM do Brasil Ltda; Fiagril Ltda; Dassoler Agronegócios Ltda; Boa Esperança Agropecuária Ltda
Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões	-	Amaggi Exportação e Importação Ltda; Fiagril Ltda	Bunge Alimentos S/A; Fiagril Ltda; Cargill Agrícola S A
Acima de US\$ 100 milhões	-	Bunge Alimentos S/A	Amaggi Exportação e Importação Ltda

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A especialização na produção de *commodities* conferida a Lucas do Rio Verde e aos municípios do entorno engendrou uma crise entre 2005 e 2007 por conta dos baixos preços no mercado internacional aliados ao aumento do custo da produção.

No campo a crise provocou a (re)aglutinação de propriedades rurais, intensificou o endividamento dos produtores rurais. Na economia urbana houve redução do volume

⁴³ Criada em 1999, autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2001, e as primeiras turmas iniciando em 2002.

de negócios no comércio, de transações financeiras e eventos correlatos. (ARRUDA, 2007, p.221)

Em 2004, o rascunho de um projeto de verticalização com implantação de um frigorífico se iniciou pela Empresa Mato-grossense de Alimentos (Ema), que contava na sua elaboração com Marino Franz (prefeito de Lucas do Rio Verde nas gestões 2005-2008 e 2009-2012), Otaviano Pivetta e Miguel Vaz (prefeito e vice-prefeito respectivamente na gestão 2013-2016). Inicialmente, o frigorífico estava previsto para abater 150 mil aves por dia, gerando 761 empregos diretos e 2,2 mil empregos indiretos, com previsão de investimento de 20 milhões de dólares. Em meados de 2005, a Sadia (atual BRF) anunciou a compra da indústria e do abatedouro⁴⁴ ainda em construção. O projeto se tornou mais ambicioso: a proposta era uma planta com capacidade de abatimento de 500 mil aves por dia, com investimento de 300 milhões (não especifica a moeda) e a geração de 3.000 empregos diretos⁴⁵. Além da compra da indústria, a empresa também adquiriu a produção de suínos de uma grande cooperativa, alinhando assim os meios necessários para processar a carne com o menor custo.

Toda esta infraestrutura já existente foi estrategicamente adquirida pela Sadia, como modo de ao mesmo tempo saltar etapas integralizando o controle da criação de suínos e eliminando a competição no plano da região. (VOLOCHKO, 2013, p. 29)

Em 2008, foi inaugurado o complexo industrial da Sadia, a maior fábrica da empresa na época da inauguração, configurando o momento da aproximação da cadeia carne e grãos. O complexo incluiu um abatedouro de aves e suínos e uma fábrica de produtos industrializados. Entre 2005 e 2011, o total de investimentos da BRF na planta industrial foi de 1,5 bilhões de reais, com o abatimento de 500 mil frangos e 10 mil suínos diariamente, envolvendo mais de 4 mil trabalhadores⁴⁶.

⁴⁴ “Para que a unidade de produção da Sadia se instalasse em Lucas do Rio Verde, a empresa compra, em 2006, todo o plantel de suínos e infraestrutura da Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense (Cooagril), que já vinha desenvolvendo desde 1990 atividades de industrialização e agregando valor à produção de suínos e também da produção de soja e milho (produção de ração). Esta cooperativa chegou a reunir outras cooperativas criando a Intercoop, responsável pela abertura do Frigorífico Excelência em Nova Mutum” (VOLOCHKO, 2013, p. 29)

⁴⁵ A BRF fundiu grandes empresas do gênero alimentício no Brasil: Perdigão, Batavo, Elegê além da Sadia.

⁴⁶ Informações coletadas no relatório de 2012 e no Relatório Anual e de Sustentabilidade (2014) divulgado pela empresa. Disponível em <http://ri.brf-global.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=A91A64F5-1473-4FF9-A95E-8761C6BCC4D7>. Acesso em: 06 mar. 2015.

Durante o processo de construção da agroindústria, foi desenvolvido no município o projeto Lucas do Rio Verde Legal⁴⁷. O projeto teve como objetivo promover a regularização ambiental das propriedades rurais de acordo com o Código Florestal. O início foi em 2006 em parceria pública do município, o setor privado e os produtores rurais. Envolveram-se no projeto a Fundação Rio Verde, a TNC (The Nature Conservancy), a Syngenta, a Fiagril e a Sadia (pelo Instituto Sadia de Sustentabilidade), as duas últimas como financiadoras do projeto.

A Sadia condicionou que, para fornecer frango e suíno à sua indústria, o produtor deveria aderir ao projeto. Isso possibilitaria uma inserção mundial dos produtos da empresa, uma garantia maior que estaria livre contra boicotes⁴⁸. A condicionante da Sadia foi a chave para o sucesso do projeto entre os produtores (FERREIRA, 2009). O projeto Lucas Legal demonstrou a forma como o poder público atua no município, em consonância com a economia agrícola visando o aumento da produtividade.

As atividades agropecuárias do município estavam anteriormente baseadas na produção de grãos, principalmente a soja, o que atraiu empresas de agronegócios com objetivo de processar os grãos e de produzir ração para animais e óleo de soja, entre outras atividades. Não foi apenas a vinda da BRF que possibilitou a integração da cadeia produtiva carne/grão, outras empresas são essenciais para o funcionamento da cadeia. Um exemplo são os produtores de suínos e aves para a indústria de processamento. A BRF faz contato com produtores de aves e suínos em potencial avaliando uma série de quesitos logísticos e ambientais para viabilizar a produção. Tendo cumprido os quesitos, a BRF encaminha os documentos dos produtores para o financiamento e realiza a implantação da produção. Os produtores integrados, denominação do próprio relatório da BRF, devem seguir um modelo com determinadas características, padrão fornecido pela BRF para implantação da produção, como estrutura das granjas, a forma de controle da ventilação e do descarte dos dejetos dos animais. Grande parte da implantação do projeto é realizada via empréstimo. Entretanto, para a aprovação do empréstimo, o produtor deve oferecer garantias ao banco, o que também restringe o estabelecimento de parcerias.

Um grande problema enfrentado pelo município referiu-se ao escoamento da produção. A passagem da produção pela BR-163 é imprescindível, seja pelo caminho rumo ao

⁴⁷ Para mais informações sobre o projeto ver Ferreira (2009).

⁴⁸ A motivação para o projeto foi justamente a articulação de supermercados europeus por um boicote à carne provida de desmatamento na Amazônia (FERREIRA, 2009).

Sul ao porto de Paranaguá (SP), seja pela ferrovia de Rondonópolis (MT), seja pela rodovia ao Norte via porto de Santarém (PA) ou via o recém-inaugurado terminal em Itaituba (PA) no distrito de Mirituba. A principal via de escoamento de produtos e de circulação de pessoas é a BR-163. Nos finais de 2013, a Odebrecht TransPort venceu o leilão da concessão da rodovia BR-163 no trecho entre Itiquara (divisa com Mato Grosso do Sul) até Sinop (médio norte de Mato Grosso)⁴⁹. Desde então, a empresa tem realizado intervenções nos pontos mais críticos da rodovia, inclusive a duplicação de alguns trechos já foi concluída^{50,51}.

O desenvolvimento de Lucas do Rio Verde possuiu fortes bases em políticas federais e locais ao longo de sua história. Se no momento de formação as políticas se referiam ao âmbito federal, após 1990 o governo local apresentou intensa e orgânica relação com o empresariado do agronegócio em diferentes níveis: municipal, estadual e global (PASTRE, 2016). Desde sua emancipação, os estados de origem dos prefeitos eleitos são Rio Grande do Sul e Paraná⁵² grande parte tendo declarado o empresariado como ocupação principal⁵³, o que significa que possuem laços com empresas de agronegócio do município.

A relação entre empresariado e poder público não é isolada somente no município, mas verificado em todo *território corporatizado* (BECKER, 2007a, p. 122) do Mato Grosso

⁴⁹ A concessão da rodovia estava prevista pelo Programa de Investimento em Logística (PIL) lançado em 2012 pelo governo federal com o objetivo de modernizar a infraestrutura de transporte no país. A previsão do tempo de concessão é de 30 anos. Disponível em <<http://www.logisticabrasil.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

⁵⁰ Segundo o site da empresa, as obras de duplicação de 453,6 km do trecho sob administração da concessionária serão concluídas em até 5 anos, sendo que o trecho total sob administração da Rota do Oeste é 850,9 km. Disponível em <<http://www.odebrecht-transport.com/pt-br/atuacao/rodovias/rota-do-oeste>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

⁵¹ Está em curso o projeto das ferrovias de integração de Mato Grosso com Goiás e do escoamento da produção pelo Peru, os quais irão trilhar os caminhos da produção pelo e para o município. O primeiro projeto, denominado Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), ligará Lucas com Campinorte (GO) e está sendo colocado como alternativa do transporte de grãos por conta da integração com a Ferrovia Norte-Sul, de Barcarena (PA) ao Rio Grande (RS). Esta ferrovia ainda está em processo de licenciamento ambiental e não passou por processo licitatório⁵¹. A segunda ferrovia, denominada Ferrovia Transcontinental ou Transoceânica, se destacou em algumas conversas no campo de pesquisa já que um grupo de chineses (a ferrovia era frequentemente lembrada como “ferrovia dos chineses”) esteve em Lucas para conhecer a região e apresentar o projeto. O município foi sede do 1º Encontro Internacional da Ferrovia Transoceânica⁵¹ em junho de 2015 com o embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang e outros 23 empresários daquele país, e governadores dos estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso, cujo objetivo consistiu debater sobre a viabilidade econômica do projeto, expedição que percorreu outros municípios do estado e de Rondônia. Informações do site <<http://www.logisticabrasil.gov.br/ferrovias2>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

⁵² As origens verificadas são Paulo Vicente Nunes – Ronda Alta (RS); Otaviano Pivetta – Caiçara (RS); Marino Franz – Santo Carlos (SC); e Luiz Binotti – Campinas do Sul (RS). Não foi possível verificar o nascimento do primeiro prefeito, Werner Haroldo Kothade, mas sabe-se que seu vice Francisco Pivetta, irmão de Otaviano, é gaúcho.

⁵³ As informações foram consultadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2016. Outro fato interessante é que entre os 9 vereadores eleitos no pleito de 2016, 5 são sulistas, 3 mato-grossenses e 1 paulista

que se volta para consolidação da cadeia grãos-carne. O grande exemplo é a eleição do governador Blairo Maggi ligado ao Grupo Maggi (Amaggi) que permaneceu no cargo entre 2003 e 2010 e é atualmente ministro da agricultura. Em Lucas do Rio Verde, o sócio majoritário da Fiagril se tornou prefeito em duas gestões, entre 2005 e 2008 e 2009 e 2012. Os grupos empresariais e os municípios constituem um território de beneficiamento mútuo⁵⁴.

Deve-se assinalar que a urbanização do cerrado corresponde às necessidades do modelo agrícola implantado, constituindo cidades que surgem no âmbito de um conceito de modernidade, porém com frequência reproduzem algumas características arcaicas, como o poder de mando local, não na figura do coronel do interior, mas dos modernos empresários que constroem essas cidades (BERNARDES, 2007, p. 7-8).

Constituiu-se, portanto, uma relação entre campo-cidade pautada em relações técnicas e políticas. Este capítulo deu o primeiro passo para se compreender a formação socioeconômica da cidade de Lucas do Rio Verde, explicação essencial para a continuidade da discussão sobre a dimensão demográfica tendo em vista as relações entre a transformação da estrutura produtiva e da dinâmica populacional, debate presente no próximo capítulo. Este capítulo também ajudou a compreender o aprofundamento nas novas estruturas socioespaciais e sua expansão excludente (BERNARDES, 2010), densidade relacionada a mudanças de função da cidade, conforme se apresentará no último capítulo.

⁵⁴ “O então governador do Estado, Blairo Maggi, concedeu incentivos fiscais para que a Fiagril e Sadia também se instalassem no mesmo município. Através desse arranjo, o complexo industrial da Sadia, a fábrica de biodiesel da Fiagril e a esmagadora de soja de Blairo Maggi passaram a operar em conjunto ligadas por uma “fareloduto” e um duto de óleo diesel” (PASTRE, 2016, p. 108).

CAPÍTULO 2

DOS AGRICULTORES AOS ADMINISTRADORES DA FAZENDA:

migração e trabalho no agronegócio

A tarde desse dia, nos campos, caiu serena, sem um frêmito. [...] Aquilo agora era um rincão despovoado. Não se avistava um vulto de campeiro, não se ouvia um latido de cachorro numa porta de toca, não tremulava um pala endomingado, não chiava uma carreta, os arados não rompiam a terra. Mas que engorde dava aquela invernada! Para um fim de safra, então, já com caídas para o inverno, não havia campo que se lhe igualasse. [...] Que paz naqueles campos!

João Guedes, um dos assíduos frequentadores do boliche do capitão, mudara-se da campanha havia três anos. Três anos de pobreza na cidade bastaram para o degradar. Ao morrer, não tinha vintém nos bolsos e fazia dois meses que saíra da cadeia, onde estivera preso por roubo de ovelha.

(Cyro Martins, **Porteira Fechada**, 1944)

O escritor presente na epígrafe deste capítulo, Cyro Martins, narrou o processo de modernização pelo qual a produção agropecuária do Brasil passou a partir da década de 1970. As fazendas – que antes da modernização abrigavam trabalhadores rurais com suas casas, cachorros e ferramentas de trabalho – se tornaram rincões despovoados. Estes antigos trabalhadores rurais foram encontrar refúgio, muitas vezes, na periferia das cidades. As transformações da modernização agrícola significaram também uma mudança no tipo do trabalho de campo, mais qualificado e com um menor número de trabalhadores, alterando a dinâmica populacional dos campos e das cidades.

No Mato Grosso, como tratado pelo capítulo 1, o processo de modernização aconteceu intrinsecamente à expansão da fronteira engendrada pelo governo militar nos anos de 1980. Apesar da tecnologia associada à modernização agrícola, o trabalho braçal no campo continuava presente. Em especial nas fronteiras recentemente incorporadas, lugar considerado como um vazio *demográfico* e que, segundo as diretrizes do Estado, necessitava de contingentes de imigrantes para povoá-lo.

Um segundo processo se tornou relevante para compreender as mudanças no mundo do trabalho, incluindo no campo: a reestruturação produtiva. No Mato Grosso, a reestruturação produtiva se iniciou nos anos 2000, levando as empresas transnacionais às diferentes atividades, do campo às cidades. Dentro desse processo, a estrutura laboral se tornou mais heterogênea e mais fragmentada (ANTUNES, 2000). Tal qual a estrutura laboral, os fluxos imigratórios direcionados também se transformaram. Se no processo de ocupação os

fluxos imigratórios se destinavam a apropriação capitalista da terra, a reestruturação produtiva exigiu a força de trabalho, qualificada e não qualificada.

Este capítulo se dedica a discutir as mudanças dos fluxos migratórios e da estrutura laboral em Mato Grosso e em Lucas do Rio Verde desde os anos de 1980. Com isso, busca-se mostrar que, para entender as transformações nas características imigratórias de Lucas do Rio Verde, é necessário se ater a processos globais que repercutem no local.

2.1 A migração no Mato Grosso após os anos 1980

Nesta seção buscou-se tratar das particularidades da dinâmica migratória do Mato Grosso desde 1980 até 2010. O recorte temporal pós-1980 permitiu apreender os intensos fluxos migratórios durante a política de integração nacional ao território nacional que atingiu o estado, considerando este processo transformou profundamente sua organização social (BECKER, 2009; IANNI, 1979; MARTINE, 1992). Este tópico irá se debruçar sobre a dimensão populacional, sobretudo sobre os processos migratórios.

Entre as décadas de 1940 e 1980, configurou-se no país um padrão migratório⁵⁵ que vinha em consonância com a concentração de atividades econômicas (BRITO, 2002). Entre 1960 e 1980, a distribuição populacional apresentou características associadas à concentração espacial das atividades econômicas: os fluxos migratórios com destino majoritário o Sudeste; a grande transferência de população do campo para as cidades; e o processo de metropolização (BAENINGER, 2011). Para Brito (1997) as características do padrão migratório guardavam profunda relação com a capacidade das economias na geração de empregos, juntamente com a intensificação dos desequilíbrios regionais. Refere-se, sobretudo, às forças centralizadoras de São Paulo e ao forte impulso industrial que se concentrou na cidade.

No entanto, desenvolvia-se nesse mesmo período a expansão de fronteira para as áreas do Centro-Norte do país (MARTINS, 2012) com o movimento de interiorização da população. Este processo de distribuição da população tinha razões distintas daquele articulado pela centralização da economia na região Sudeste.

[...] a expansão da fronteira agrícola tem exercido duas funções básicas no Brasil. Primeiro servido como válvula de escape para as tensões sociais, geradas em áreas agrícolas tradicionais. Segundo, a expansão da fronteira, num país com recursos “inesgotáveis” de terra, tem permitido o incremento da produção agrícola sem

⁵⁵ Sobre o conceito de padrão migratório, ver Brito (2002).

alterar o sistema fundiário, as formas predominantes de organização social, ou a base tecnológica da estrutura dominante. (MARTINE, 1994, p. 42)

A dinâmica migratória relativa à interiorização da população teve, portanto, explicações estruturais e políticas para o seu desenvolvimento. Ainda assim, o processo de expansão da fronteira não foi homogêneo entre 1940 e 1980, podendo ser dividido em três diferentes ondas (MARTINE, 1991, 1994): entre 1930 e 1960, entre 1940 e 1960 e, enfim, 1970.

A primeira fase da expansão da fronteira (MARTINS, 2012; MARTINE, 1992) consistiu na ocupação de áreas relativas ao Oeste de São Paulo, ao Norte e Oeste do estado Paraná, ao Oeste de Santa Catarina e ao Sudeste do então estado do Mato Grosso (correspondente ao atual Mato Grosso do Sul) entre as décadas de 1930 e 1960. A expansão para região beneficiou-se da recuperação agrícola no final da década de 30, da disposição de infraestrutura de circulação interna (rodovias e ferrovias), da circulação externa (portos) existente por conta da economia cafeeira do início do século XX e da expansão dos mercados consumidores do país, concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro (MARTINE, 1994). Neste primeiro momento de expansão, a estrutura fundiária da fronteira apresentava características relativamente equitativas, constituída essencialmente de pequenas propriedades. Isto representou a absorção de grande parte da população que se dirigiu às áreas de expansão para a produção agropecuária (MARTINE, 1992).

A segunda onda atingiu uma faixa central do país, cuja abrangência envolvia os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão, com início na década de 1940 até os fins da década de 1960. A região foi alvo de investimentos governamentais sob a justificativa do desenvolvimento nacional (MARTINE, 1994), com destaque para a construção de Brasília e o incremento da malha viária de ligação da nova capital ao Centro-Sul e à Belém. Houve um grande crescimento de população, efetivando uma política de indução à migração para a área (MARTINE, 1992), a qual foi absorvida parcialmente pelas áreas rurais e pelas áreas do entorno da nova capital.

A última área fronteira⁵⁶ consistiu na ocupação da região amazônica, incluindo Mato Grosso, durante a década de 1970. Esta última onda se distinguiu das anteriores pela

⁵⁶ Recentemente uma nova área está sendo denominada como última fronteira, a região denominada de Matopiba ou Mapitoba, que abrange áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O trabalho de Gomes Junior e Craice (2016) questiona tal caracterização da região Matopiba como a mais recente fronteira. Nesse sentido, esta tese compreende que a última expansão da fronteira para a expansão de áreas de produção agropecuária teria se dado na Amazônia.

intensa intervenção estatal com sentido de atrair o grande capital e de controlar os fluxos dos pequenos produtores (MARTINE, 1992). Logo, esta última fronteira apresentou significados distintos em termos de ocupação rural. Seus fluxos não se destinavam prioritariamente para às áreas rurais e grande parte dos imigrantes se dirigiu às cidades. Martine (1994) apontou que a expansão da fronteira se tornou, ao longo dos ciclos, cada vez mais ineficiente na resolução das pressões sociais nas áreas de conflitos agrários, uma vez que os ex-colonos e produtores em potencial não encontravam no rural sua forma de reprodução, deslocando-se então para as periferias das cidades.

O Estado conduziu o povoamento de uma área que havia sido anunciada como um “vazio demográfico”, financiando projetos de colonização dirigida⁵⁷ efetivados tanto por instituições públicas como por instituições privadas. Para Ianni (1979, p. 62), antes de esses projetos significarem a reforma agrária, sua razão de se fundamentaria em “[...] constituir reservas de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados”. O Estado, assim, deve exercer um papel, a primeira vista, contraditório:

Por um lado, o poder estatal é levado a favorecer e proteger, econômica e politicamente, a grilagem, o latifundismo e a formação da grande empresa agropecuária, de extrativismo agroindustrial ou industrial. É nesse sentido que se colocam as atuações da SUDAM, BASA, INCRA e FUNAI, entre outros órgãos do poder público federal, estadual, territorial e municipal. Por outro lado, o mesmo poder público é levado a desenvolver, ou apoiar, projetos de colonização dirigida, oficial e particular, que implicam na prática de uma contra-reforma agrária. (IANNI, 1979, p. 83)

Historicamente no Brasil, o migrante é tratado predominantemente como força de trabalho quando se observa o discurso do poder público (VAINER, 1995)⁵⁸. O papel do Estado tem sido central na regulação das políticas migratórias – internas e internacionais – influenciando os destinos bem como as origens dos migrantes. No caso da Amazônia, por trás do discurso do então presidente Emílio Médici⁵⁹ que defendia os “[...] homens sem terra do

⁵⁷ O projeto de colonização estaria sob responsabilidade de uma instituição, privada ou não, a fim de povoar determinada área. Já o projeto fundiário diz respeito ao processo de regularização das terras ocupadas por grileiros, latifundiários, fazendeiros, etc. Já o projeto agropecuário estaria sob responsabilidade de uma empresa para exploração agromineral, que poderia ou não realizar a venda de lotes (IANNI, 1979).

⁵⁸ Desde a formação do Brasil enquanto uma colônia de Portugal, esteve atribuído ao imigrante um papel de realização da força de trabalho. Contudo, foi com o início da migração italiana, vinda para o sustento da economia cafeeira paulista, que se constituiu o capitalismo moderno no país. Desta forma, passou a se consolidar formalmente uma força de trabalho livre e geograficamente móvel (BALÁN, 1973), logo compondo um exército de reserva de mão-de-obra.

⁵⁹ O presidente Emílio Médici eleito pelo Congresso Nacional exerceu o cargo de presidente da República do Brasil entre os anos de 1969 e 1974.

Nordeste para as terras sem homens”, existia um *fato político* (VAINER, 1995, p. 40), dado que o modelo econômico construído no âmbito do Estado pressupunha um fluxo migratório essencial para sua efetivação.

A transformação das localidades em áreas de atração migratória “[...] não obedeceu a um esquema simplista de causa econômica e efeito político, ou vice-versa” (BALÁN, 1973, p. 45) e sim apontou para a convergência de poder político e poder econômico sobre a dinâmica migratória. Os esforços do Estado se canalizaram para a construção social destes espaços enquanto receptores de imigrantes através da ideologia materializada pela propaganda governamental, promessas de terras, empregos, apoio institucional, o que atraiu migrantes direcionados pelos projetos de ocupação e imigrantes espontâneos⁶⁰.

É notável a circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante. A teia de relações de parentesco e de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre a localização de novas terras que ainda podem ser ocupadas. [...] A verdadeira estrutura social de referência das populações camponesas da fronteira não é a local e visível. (MARTINS, 2012, p. 150)

Na década de 1980, a maior parte dos migrantes se destinaram às áreas urbanas em Mato Grosso, cerca de 55% no Censo Demográfico de 1980 e quase 70% em 1991 (), levantamento seguinte ao grande número de projetos de colonização no estado ao longo da década de 1980.

Tabela 4 – Migrantes entre áreas urbana (U) e rural (R) (em %) 1980 a 2000

	1975-1980				1986-1991				1995-2000			
	U-U	U-R	R-U	R-R	U-U	U-R	R-U	R-R	U-U	U-R	R-U	R-R
Mato Grosso	35,0	7,2	21,1	36,7	53,8	12,4	15,4	18,3	61,3	15,4	11,5	11,8
Alto Teles Pires	28,9	18,3	20,5	32,3	37,1	20,1	16,1	26,7	57,9	20,1	10,8	11,1
Lucas do Rio Verde	-	-	-	-	49,8	12,4	18,5	19,3	73,9	5,2	14,4	6,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000.

Nota: Para o período entre 1975 e 1980 utilizou-se o quesito última etapa. Para os períodos entre 1986-1991 e 1995-2000 utilizou-se o quesito data fixa.

Nota 2: Não foi incluída a população sem declaração.

Interessante observar que Alto Teles Pires, região com diversos projetos agropecuários, teve como destino prioritário a área urbana. Isto reforça a perspectiva apontada por Becker (1985), Ianni (1979) e Sawyer (1984) que defendiam que a expansão da fronteira

⁶⁰ Sawyer (1984) aponta como migrantes “espontâneos” porque estes não eram conduzidos à região através da política governamental em execução no período. A previsibilidade ou não dos migrantes espontâneos na política de expansão da fronteira é um tema controverso, contudo cabe assinalar aqui a definição de “espontâneo”.

na Amazônia foi essencialmente urbana. Neste sentido, Martine (1992) considerou este último momento da fronteira como um fracasso, assinalando, por um lado, sua incapacidade de absorver os excedentes populacionais e, por outro lado, sua incapacidade de aumentar a produção agrícola pela incorporação de terras.

Na medida em que a terra se concentrou na mão de poucos proprietários, os postos de trabalho rural eram poucos (IANNI, 1979; MARTINE, 1992). Os grandes projetos agropecuários não criavam um número efetivo de postos de trabalho e parte das terras se acumulava nas mãos de grupos interessados na especulação fundiária, tornando a terra ociosa. Logo, nem os projetos agropecuários nem os projetos de colonização absorveram efetivamente os migrantes dirigidos (ZART, 1998), nem os fluxos migratórios espontâneos para a Amazônia entre as décadas de 1970 e 80.

Apesar do fracasso da fronteira⁶¹ em seu propósito de absorção de população rural, o estado do Mato Grosso passou por um intenso crescimento populacional neste período. Sua população dobrou ao longo das décadas de 1970 e 1980, destoando do crescimento brasileiro e do Centro-Oeste como um todo, como pode ser visto na Tabela 5. As ações federais resultaram não apenas no intenso processo de ocupação populacional, como também no estabelecimento de uma estrutura urbana. Em pouco mais de 20 anos, o grau de urbanização do Mato Grosso se equiparou ao brasileiro. Após o período de arrefecimento das políticas federais, o crescimento verificado nestas duas décadas não se repetiu novamente.

⁶¹ A discussão sobre o fracasso da fronteira foi aprofundada no capítulo 1 (p. 42). A qualificação da expansão da fronteira a partir dos anos de 1980 como “fracassada” está associada ao fato que os projetos estatais não tiveram repercussões significativas na absorção populacional nas áreas rurais (MARTINE, 1992).

**Tabela 5 – População total, taxa de crescimento populacional (% ao ano) e grau de urbanização
1970 a 2010**

	População					Taxa de Crescimento (% a. a.)				Grau de urbanização (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010	1970 -80	1980 -91	1991 -00	2000 -10	1970	1980	1991	2000	2010
	Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799	2,5	1,9	1,6	1,2	55,9	67,6	75,6	81,2
Centro-Oeste	5.072.530	7.545.769	9.427.601	11.638.658	14.058.094	4,1	2,0	2,4	1,9	48,1	67,8	81,3	86,7	88,8
Mato Grosso	598.879	1.138.918	2.027.231	2.505.245	3.035.122	6,6	5,4	2,4	1,9	42,8	57,5	73,3	79,4	81,8
Alto Teles Pires	-	-	50.839	101.937	191.228	-	-	8,0	6,5	-	-	58,7	74,4	83,6
Lucas do Rio Verde	-	-	6.693	19.316	45.556	-	-	12,5	9,0	-	-	64,7	83,6	93,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Além dos projetos de colonização, outros elementos auxiliaram a compreender os grandes fluxos migratórios que tiveram como destino a região. O primeiro diz respeito à constituição de uma malha viária que conectava áreas de difícil acesso, cortando do Sul ao Norte da floresta com as rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Cuiabá-Santarém (BR-163), e do Leste ao Oeste com a Transamazônica (BR-230) e Perimetral Norte (BR-210), sendo as três últimas com início da construção entre 1970 e 1975. Deste modo se viabilizou a circulação de mercadorias, mesmo que de forma precária (IANNI, 1979; SAWYER, 1984). As rodovias, assim, tomam o lugar dos eixos fluviais, fazendo reviver localidades já dotadas de certa infraestrutura (BECKER, 1985) e provocando o surgimento de novas centralidades.

O segundo ponto refere-se à existência de largas extensões de terras devolutas ou terras indígenas as quais, dizia-se, não eram habitadas ou eram consideradas sem dono. A circulação das informações, pela população e pelo próprio governo, sobre a existência de tais terras soava como um novo eldorado. O caso de Rondônia foi emblemático de tal situação. O intenso volume de migrantes gerado, gerado segundo o próprio governo por “[...] informações distorcidas da realidade” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1977 *apud* IANNI, 1979, p. 140) não conseguia o acesso a terras por incapacidade territorial, pois seu território já estavam praticamente ocupados em sua totalidade.

Os projetos oficiais de colonização pouco fizeram em termos efetivos de colonização e contribuição para o volume de assentados (SAWYER, 1984). Para Ianni (1979, p. 132) esta *reforma agrária espontânea* foi a verdadeira reforma agrária que o país vivenciou⁶².

Daí o segredo da 'reforma agrária' que a colonização dirigida estaria realizando: distribuir as terras a alguns trabalhadores rurais para não distribuir as terras aos muitos trabalhadores rurais sem terras do Nordeste, do Centro-Sul e também do Oeste e no próprio Norte (IANNI, 1979, p. 236).

Entre 1970 e 1980, os fluxos migratórios circularam essencialmente entre as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul), a migração do tipo inter-regional. De um lado, forças centrípetas atraíram migrantes para área industrial do Sudeste, principalmente a região de São Paulo (MARTINE e CAMARGO, 1984). De outro

⁶² Apesar da ideia difundida de que todos – migrantes espontâneos, grileiros, latifundiários, fazendeiros, empresários, gerentes, técnicos, funcionários governamentais – eram *pioneiros* e que construiriam uma nova sociedade, as relações que se consolidavam não eram harmônicas e isentas da divisão de classes (IANNI, 1979). As tensões e as clivagens sociais estavam presentes ainda que as condições de vida enfrentadas fossem homoganeamente precárias.

lado, forças centrífugas estimulavam a ocupação de migrantes nas fronteiras agrícolas (MARTINE e CAMARGO, 1984). As principais origens dos fluxos migratório nesse período foram o Nordeste e o estado de Minas Gerais, tidos por Brito (1997) como reservatórios de força de trabalho. Estas áreas constituíram como os vetores de origem dos principais fluxos migratórios no período, tidas neste momento como áreas expulsoras de migrantes. Os fluxos migratórios tidos por Brito (1997) como secundários foram fundamentais na ocupação do Centro-Oeste, com origem de São Paulo e dos estados do Sul brasileiro. Portanto, a origem migratória dos fluxos em direção a expansão da fronteira era distinto da origem dos imigrantes que se destinavam a São Paulo.

Nos anos de 1990, houve a inversão de tendências da dinâmica migratória interna quando se compara com as tendências de décadas anteriores:

- 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
 - 2) mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
 - 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os estados nordestinos;
 - 4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população – mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.
- (BAENINGER, 2008, p. 4).

Apesar da importância de algumas áreas de absorção é importante notar uma mudança nos fluxos migratórios brasileiros após a década de 1990. Se antes da década de 1990 era possível assinalar as áreas de retenção e as áreas de expulsão para tratar da dinâmica migratória nacional, após 1990 as idas-e-vindas dos migrantes se tornaram mais fluídas (BAENINGER, 2012). A rotatividade migratória defendida por Baeninger (2012) permite apreender a ampla circulação da força de trabalho relevante no contexto da migração fundamentalmente urbana-urbana e no processo de consolidação do espaço global.

O que se pôde notar foi que o Mato Grosso se consolidou como um estado de retenção migratória no nível regional, mesma característica de outros estados com economia nos recursos primários (*commodities* e mineral) (BAENINGER, 2012). A diminuição da taxa de crescimento de Mato Grosso (Tabela 5) espelhou o arrefecimento da migração interestadual na década de 1990 (CUNHA, 2006). O volume de imigrantes interestaduais decaiu ao longo dos últimos 30 anos, passando de 226 mil imigrantes para 143 mil, como

pode ser visto na Tabela 6. Isso pode ser explicado em partes pela diminuição do incentivo da ocupação da fronteira (CUNHA e BAENINGER, 2005). Tais evidências, entre outros aspectos, levaram Martine (1994) a afirmar que o ciclo da fronteira terminou durante a década de 1980⁶³.

Concomitantemente, o volume de imigrantes intraestadual aumentou ao longo desses mesmos 30 anos. O volume interestadual, que representava cerca de 80% do total dos imigrantes em 1991, se reduziu para apenas 31% em 2010. A imigração intraestadual se tornou central à dinâmica migratória do estado, aumentando seu volume em dez vezes em 30 anos, representando cerca de 70% do total dos migrantes e mais de 300 mil indivíduos que trocaram de cidade internamente ao estado. As tendências da dinâmica migratória de 1990 demonstraram o aumento da importância dos movimentos intraestaduais, o que quer dizer que os processos migratórios e sua relação com o contexto econômico-regional tornaram-se mais complexos como será tratado posteriormente.

**Tabela 6 – Imigrantes intraestaduais e interestaduais por lugar de destino (Mato Grosso, Alto Teles Pires e Lucas do Rio Verde)
1991 a 2010**

Destino		Total			%		
		1986-1991	1995-2000	2005-2010	1991	2000	2010
Mato Grosso	Inter	226.913	166.294	143.951	86%	40%	31%
	Intra	35.885	247.978	320.253	14%	60%	69%
Alto Teles Pires	Inter	12.749	15.274	23.883	67%	45%	38%
	Intra	6.225	18.356	38.741	33%	55%	62%
Lucas do Rio Verde	Inter	1.986	3.452	8.518	76%	51%	45%
	Intra	638	3.340	10.490	24%	49%	55%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Nota: Considerou-se apenas o quesito data-fixa.

Não foi considerada a migração de última etapa, os imigrantes estrangeiros nem aquele de UF não especificada.

Após 1990, as trocas migratórias entre estados apresentaram características distintas daquelas do período de ocupação territorial. Dois aspectos se sobressaem (Tabela 7): os estados principais dos imigrantes e dos emigrantes são distintos daqueles do período de ocupação e o Mato Grosso se constituiu como uma etapa migratória (e não mais como área de absorção).

⁶³ Além do arrefecimento da fronteira, a centralidade paulista no processo migratório permaneceu nos anos 90, contradizendo a tendência da década de 1980 da relação entre desconcentração econômica e fluxos migratórios (CUNHA e BAENINGER, 2005). Todavia, deve-se ter em conta que “[...] a retomada da intensidade das migrações para o Sudeste, nos anos 90, pode estar relacionada, do ponto de vista da dinâmica econômica, ao menor desempenho do Nordeste, e, do ponto de vista dos processos migratórios, à menor capacidade de absorção migratória dentro dos próprios estados nordestinos, particularmente de suas regiões metropolitanas que [...] tiveram papel significativo no processo de ‘amortização’ da evasão demográfica dos estados dessa região” (CUNHA e BAENINGER, 2005, p. 93).

Tabela 7 - Migrantes interestaduais por Unidade de Federação
Mato Grosso, 1991 a 2010

Unidade de Federação	1986-1991			1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
Norte	30.616	19.440	11.176	31.345	24.188	7.157	26.898	28.013	-1.116
Rondônia	18.289	11.659	6.630	20.606	12.365	8.241	13.786	13.876	-90
Acre	792	652	141	494	515	-21	782	756	26
Amazonas	611	709	-98	550	1.381	-830	853	1.608	-756
Roraima	115	752	-637	335	855	-519	189	324	-135
Pará	7.827	3.692	4.135	6.047	6.785	-738	8.738	8.295	443
Amapá	74	46	28	167	246	-79	86	232	-146
Tocantins	2.908	1.930	978	3.145	2.042	1.103	2.465	2.921	-457
Nordeste	26.116	4.506	21.610	19.999	8.989	11.009	34.750	8.629	26.121
Maranhão	11.947	1.126	10.820	4.823	2.011	2.813	14.454	2.179	12.275
Piauí	854	190	664	821	883	-62	2.297	835	1.462
Ceará	2.315	832	1.483	1.608	1.348	260	1.815	691	1.124
Rio Grande do Norte	419	407	12	460	567	-107	335	422	-87
Paraíba	847	249	598	885	552	333	1.604	322	1.282
Pernambuco	1.484	440	1.044	2.445	905	1.541	3.767	838	2.930
Alagoas	1.535	183	1.352	3.799	504	3.295	6.501	765	5.736
Sergipe	123	118	4	679	329	350	439	379	60
Bahia	6.591	960	5.631	4.479	1.891	2.588	3.538	2.199	1.339
Sudeste	38.977	29.034	9.944	28.888	30.491	-1.602	23.365	22.436	930
Minas Gerais	10.406	5.935	4.471	6.557	6.507	50	5.074	4.733	341
Espírito Santo	1.153	572	581	981	638	343	554	840	-286
Rio de Janeiro	2.413	1.337	1.077	1.557	1.892	-335	1.477	1.728	-251
São Paulo	25.005	21.190	3.815	19.793	21.454	-1.660	16.261	15.134	1.127
Sul	78.218	33.738	44.481	44.949	24.783	20.167	28.023	25.907	2.116
Paraná	55.218	25.513	29.705	27.942	17.593	10.349	17.995	15.957	2.038
Santa Catarina	11.604	3.717	7.887	7.736	4.231	3.505	4.079	6.171	-2.092
Rio Grande do Sul	11.397	4.508	6.889	9.271	2.958	6.313	5.949	3.780	2.169
Centro-Oeste	52.979	31.615	21.364	41.117	35.273	5.844	30.918	36.604	-5.686
Mato Grosso do Sul	29.037	13.797	15.240	21.302	12.280	9.023	13.410	13.777	-366
Goiás	21.901	15.809	6.093	18.309	20.354	-2.045	16.087	20.696	-4.609
Distrito Federal	2.040	2.009	31	1.506	2.640	-1.134	1.421	2.132	-711
Total	226.906	118.332	108.574	166.299	123.724	42.575	143.954	121.589	22.365

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Nota: Considerou-se apenas a migração data-fixa. Não se considerou os que ignoravam ou não sabiam a origem.

O primeiro ponto consistiu na redução do número de imigrantes interestaduais em 36,6% no período⁶⁴, fundamentalmente aqueles de origem dos estados que prevaleceram no processo de ocupação na década de 1980. O volume de migrantes vindos dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul se reduziu pela metade. Ao mesmo tempo, o número de emigrantes para estes mesmos estados se equiparou ao total de imigrantes. Na década de 1990, 55 mil imigrantes vieram do Paraná ao Mato Grosso e metade fez o caminho contrário. Já em 2010, os imigrantes e emigrantes do mesmo estado totalizaram 15 mil indivíduos. Isso significa que o saldo migratório, a diferença de imigrantes e emigrantes, se reduziu no caso dos paranaenses e catarinenses ou se tornou negativo como no caso dos gaúchos, caracterizando a migração de retorno a sua região de origem (BAENINGER, 2008). Em suma, os estados do Sul e São Paulo, aqueles predominantes no processo de ocupação do Mato Grosso, perderam espaço na migração nos anos posteriores (HOGAN et al., 2008) apesar das relações migratórias ainda existirem.

Recentemente, outros estados tornaram-se relevantes na dinâmica populacional do estado. Entre 1991 e 2010, a principal região de origem dos imigrantes passou do Sul para o Nordeste. Os maiores saldos migratórios são referentes aos estados de Maranhão, Alagoas e Pernambuco, respectivamente, sendo também relevante o aumento dos imigrantes vindos do Piauí e Paraíba. Isso pode indicar que o processo de desconcentração relativa da economia paulista simultâneo ao estabelecimento da agroindústria do Mato Grosso (sobretudo durante a década de 2000) reconfigurou a dinâmica migratória do estado.

O estado do Mato Grosso é tido como área de retenção migratória regional (BAENINGER, 2012, 2014), quer dizer, os migrantes que chegam a Mato Grosso se caracterizam pela sua longa permanência. Apesar disso, a intensa troca migratória entre o Mato Grosso e seus estados limítrofes, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia, demonstram as transformações no processo de expansão de fronteira, e coloca em cheque a qualidade de retenção da população do estado. A diminuição gradual de imigrantes com origem no estado do Mato Grosso do Sul entre 1991 e 2010 reforça a perspectiva de arrefecimento da fronteira no Mato Grosso. Já o aumento do volume de emigrantes direcionado ao Pará indica que pode ainda estar acontecendo um processo de expansão da fronteira para o Norte. Em uma primeira análise, Mato Grosso pode ser considerado como uma etapa na expansão da fronteira e não

⁶⁴ Para a tabela analisada, o quesito de migrante refere-se ao lugar de moradia 5 anos antes do ano de realização do Censo Demográfico. Deste modo, os imigrantes de 1991 em Mato Grosso moravam em 1986 em outro estado, os imigrantes de 2000 moravam em 1995 em determinado estado e sucessivamente.

mais como um destino final. Ao mesmo tempo, a intensificação da circulação de migrantes internamente ao estado do Mato e entre o Mato Grosso e os estados limítrofes, como Rondônia e Goiás, apontam para a forte relação população entre as economias agroexportadoras (MACEDO, 2013). Este dois aspectos mereceriam um estudo aprofundado que foge ao escopo desta tese.

2.1.1 O estabelecimento de polos regionais de migração

Apesar da redução do volume do saldo migratório interestadual do Mato Grosso, de 108.574 imigrantes em 1991 para apenas 22.365 em 2010, nem todos os estados tiveram uma redução tão drástica, nem todos os municípios do estado foram impactados da mesma forma.

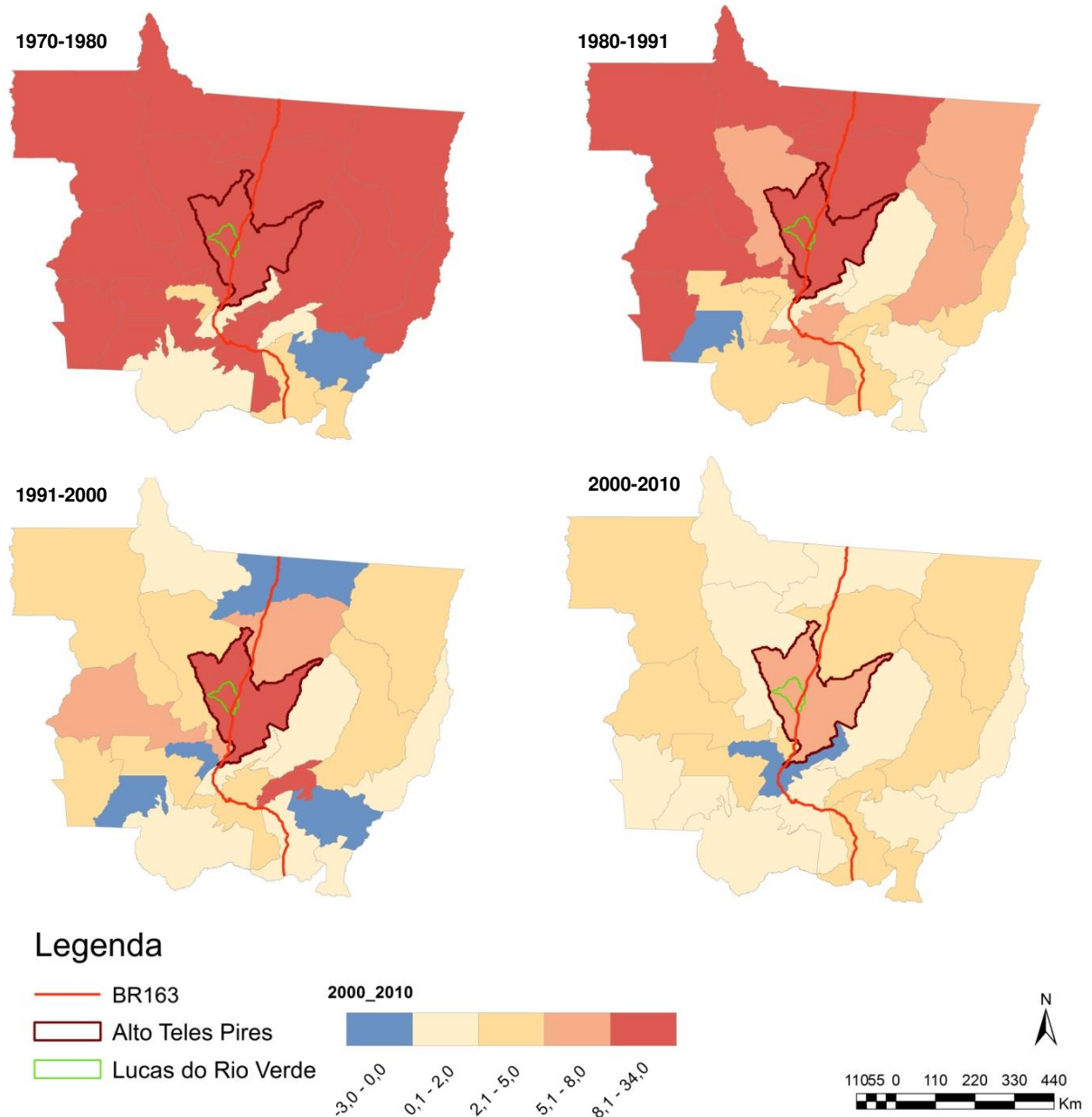
As características migratórias de Mato Grosso podem ser mais bem percebidas e interpretadas a partir da desagregação da análise em termos regionais, tendo em vista a heterogeneidade do território estadual, no que diz respeito tanto ao comportamento demográfico quanto às especificidades do processo de ocupação (aí incluindo os diferentes momentos históricos: transformações econômicas, estrutura fundiária, uso, ocupação, cobertura do solo, etc.). (CUNHA, 2006, p. 93)

Os mapas abaixo mostram o crescimento populacional (ao ano) das microrregiões do Mato Grosso desde a década de 1970. Entre os anos 70 e 90, o Norte do estado apresentou um forte crescimento demográfico, atingindo a taxa de 34% na primeira década analisada. Tal crescimento se explica devido à política de ocupação engendrada no período com o estabelecimento de assentamentos públicos e, sobretudo, de assentamentos privados e do ímpeto da atividade garimpeira. Também é necessário se atentar para o pequeno volume populacional estabelecido na região neste momento, o que significava um pequeno estoque populacional, o que reflete nas altas taxas de crescimento. Em outras palavras, em um município que possuía um volume populacional pequeno, um fluxo mesmo que pequeno de imigrantes impactava na taxa de crescimento populacional.

As populações das microrregiões ao Sul do estado também aumentaram, contudo não com a mesma intensidade quando comparada ao Norte. O Sul já havia sofrido o impacto das políticas de incorporação do território antes da década de 1970 (CANO, 2011b; GUIMARÃES e LEME, 2002), com áreas mais consolidadas em termos populacionais (CUNHA, 2006). Apesar disso, o período é marcado pelo forte crescimento das aglomerações urbanas dos grandes municípios, como Cuiabá e Rondonópolis. Deste modo, entre 1970 e 1990 é possível analisar a dinâmica migratória do estado a partir de duas áreas distintas: o

Norte com altas taxas de incremento populacional e o Sul com baixo crescimento com exceção das microrregiões e seus centros urbanos.

Figura 6 – Mapas referentes ao crescimento populacional ao ano (em %)
Microrregiões do estado do Mato Grosso, 1970 a 2010



Fonte: Dados - IBGE. Censo Demográfico 1980 a 2010; Malha digital - IBGE. Censo Demográfico, 2010.

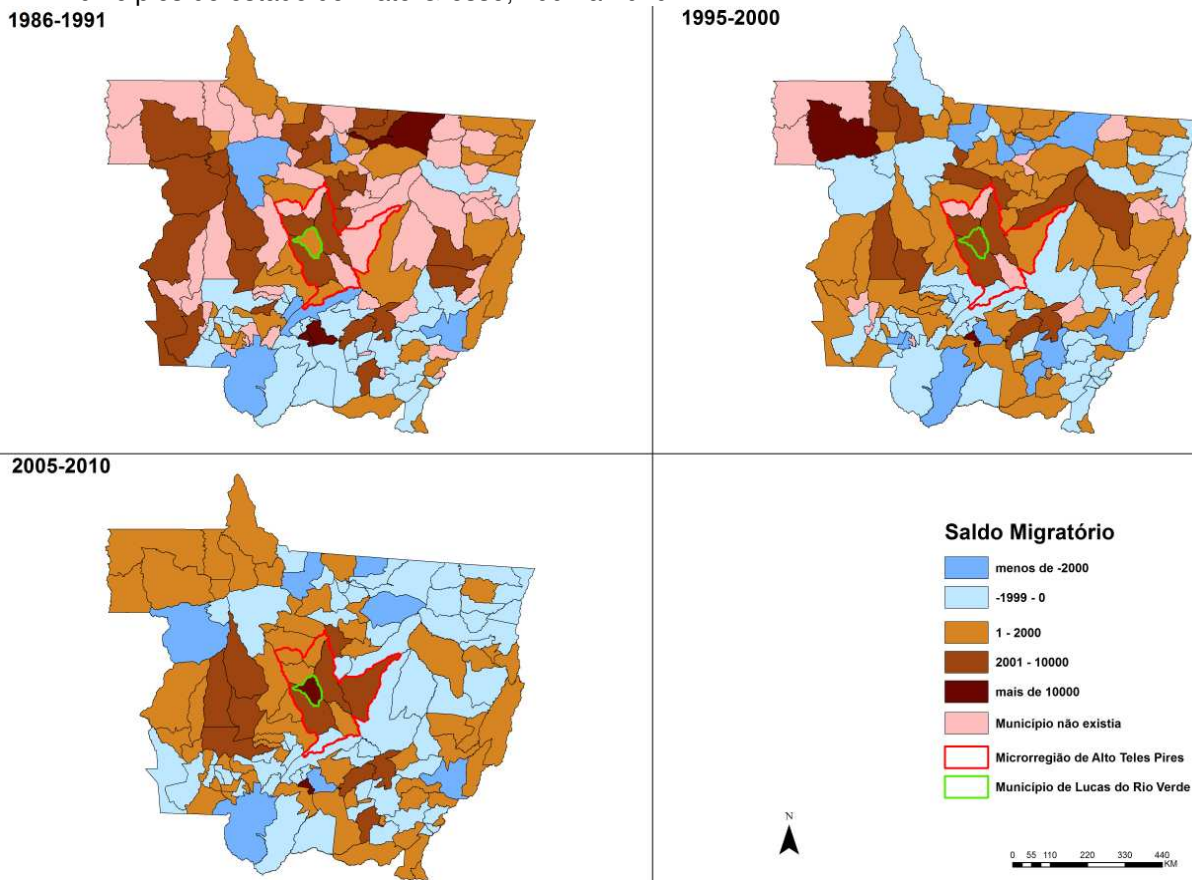
A partir de 1991, a taxa de crescimento da microrregião de Alto Teles Pires, destacada no mapa pelo traçado em vermelho, se manteve em tendência de forte crescimento com valores acima das demais microrregiões do estado. Enquanto a taxa de crescimento demográfica para o Mato Grosso entre 1991 e 2000 foi de 2,4% ao ano, a população de Alto

Teles Pires cresceu ao ritmo de 8% ao ano. Na década seguinte, de 2000, a microrregião seguiu a tendência de crescimento elevado, acima da média do estado. Enquanto o crescimento demográfico de Mato Grosso não ultrapassou 2% ao ano, o crescimento de Alto Teles Pires atingiu 6,5%. Alto Teles Pires, juntamente com outras microrregiões centrais, se tornou primordial no processo de estabelecimento do agronegócio na região Centro-Oeste devido à produção principalmente da soja, do milho e do algodão. Essa é uma das principais razões que explicam o intenso crescimento populacional (CUNHA, 2013), com destaque para os municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde.

Além da dinâmica populacional da área central, é possível caracterizar outras duas dinâmicas populacionais peculiares: a da região ao Norte, que sofreu uma queda no crescimento e até perda populacional devido à decadência das atividades garimpeiras; e da região do Sul do estado, cujo crescimento não foi tão intenso como a região central devido às atividades industriais e de serviços já desenvolvidas ali (CUNHA, 2006). Portanto, após 1991, Mato Grosso se divide em três áreas partindo de uma perspectiva populacional: o Sul com crescimento moderado concentrado nos grandes cidades, o “Nortão” com baixo crescimento e o Centro-Norte responsável pelo alto incremento populacional.

O crescimento demográfico acima da média do estado de Alto Teles Pires se explica pelo número de imigrantes que se estabeleceu na região. Nos mapas da Figura 7, verifica-se que os municípios que compõem Alto Teles Pires apresentaram um saldo migratório entre 1991 e 2010, enquanto alguns municípios, principalmente ao Sul do estado, tiveram um maior número de emigrantes que de imigrantes, resultando no saldo negativo representado com a coloração azul nos mapas abaixo apresentados. Os fluxos migratórios tiveram origem principalmente dos municípios de dentro do Mato Grosso, conforme é possível verificar na Tabela 6. Porém, eles representavam uma menor proporção quando comparados aos imigrantes de mesma origem no estado como um todo (69% para Mato Grosso e 62% para Alto Teles Pires). Isso significa que os imigrantes vindos de outro estado possuíam uma grande importância para a dinâmica populacional de Alto Teles Pires. Neste sentido, a região de Alto Teles Pires constituiu-se como um espaço central para a dinâmica migratória do Mato Grosso, pois, concomitantemente, atraiu imigrantes do próprio estado e dos outros estados do Centro-Oeste (intrarregional) (BAENINGER, 2008) e atraiu imigrantes de outras regiões brasileiras.

Figura 7 – Mapas referentes ao saldo migratório⁶⁵
Municípios do estado do Mato Grosso, 1991 a 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991 a 2010. Malha digital - IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Como aponta Baeninger (2008), essa tendência existia desde a década de 1990, quando:

[...] houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos. (BAENINGER, 2008, p. 4)

O processo de territorialização do capital do agronegócio com o padrão de modernização “em manchas” (ARACRI, 2010; ARRUDA, 2007) promoveu os municípios da microrregião Alto Teles Pires como área de absorção a nível regional (CUNHA, 2013). A modernização “em manchas” significa que “[...] a difusão das inovações se dá de forma intensamente verticalizada em lugares rigorosamente selecionados pelos agentes propagadores” (ARACRI, 2010, p. 62). Com destaque para as empresas transnacionais de

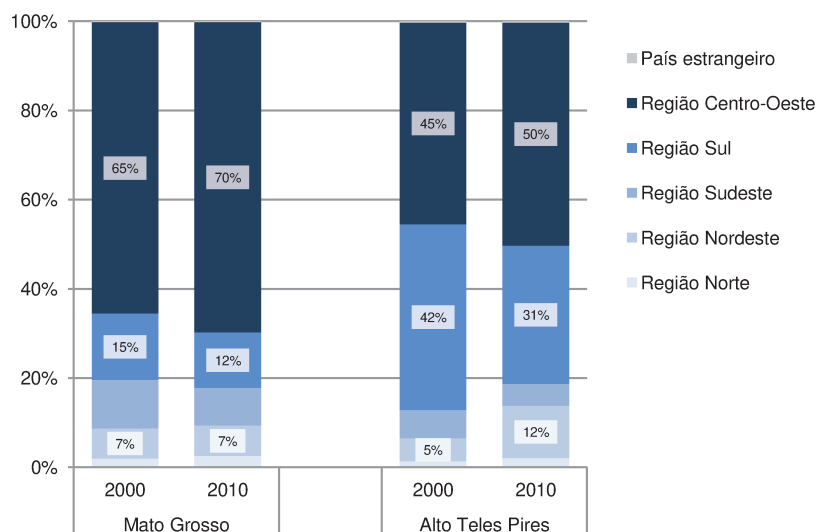
⁶⁵ O Saldo Migratório refere-se ao volume de imigrantes subtraído o volume de emigrantes em uma determinada localidade.

exportação de *commodities* e para as empresas relacionadas à agroindustrialização em lugares com herança de ondas de modernização anteriores como o estado do Mato Grosso.

As condições de vida daqueles que chegaram no momento de ocupação e daqueles que chegam recentemente são outras. No momento de consolidação da produção capitalista na fronteira, o migrante chegava para a conquista de terra, seja para agricultura ou para especulação, ou para começar a vida oferecendo serviços na cidade. Neste momento, a migração era associada não apenas a mobilidade espacial, como também à social (BRITO, 1995). Atualmente, a estrutura que o imigrante encontra é outra. Os postos de trabalho estão, sobretudo, na área de serviços e na agroindústria e, mesmo para se empregar no rural, exige-se algum tipo de qualificação. A própria estrutura da população se modificou nos últimos anos. No momento de expansão da fronteira e, conseqüentemente, dos primeiros movimentos constitutivos da população, os “gaúchos” (HEREDIA et al., 2010), denominação comum no linguajar da região como sinônimo de sulistas, representavam 42% do lugar de nascimento. Após o processo de constituição populacional da região Centro-Oeste, as migrações inter-regionais se tornaram predominantes, chegando a 70% em 2010. Apesar da tendência de redução das trocas migratórias inter-regionais (CUNHA e BAENINGER, 2005), nota-se que a migração de longa distância permanece como ponto relevante para a constituição populacional dos municípios de Alto Teles Pires, fator explicado pelo processo de territorialização do capital “em manchas”⁶⁶.

⁶⁶ Este ponto será melhor explanado no próximo item deste capítulo.

**Gráfico 4 – População por região de nascimento
2000 e 2010**



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000 e 2010.

A estrutura etária da microrregião de Alto Teles Pires foi devido aos seus municípios se constituírem como polo de absorção migratória (BAENINGER, 2008). As estruturas etárias de Mato Grosso, de Alto Teles Pires e de Lucas do Rio Verde são apresentadas em formato de gráfico logo abaixo (Gráfico 5). É possível notar que os imigrantes possuem uma proporção maior para a população dos municípios de Alto Teles Pires que para a população do estado do Mato Grosso.

Como se percebe pelas distribuições etárias apresentadas, há claras evidências de que a migração interestadual do tipo familiar realmente predominou em Mato Grosso, em particular nos períodos em que o fenômeno foi mais intenso, como as décadas de 70 e 80. Este fato se traduz na forma piramidal dos gráficos, muito embora fique claro que a participação de crianças menores de cinco anos de idade não é muito grande, guardando certa lógica com o que isso poderia implicar em termos dos constrangimentos para uma migração para áreas inóspitas, como são as regiões rurais de Mato Grosso. (CUNHA, 2006, p. 98)

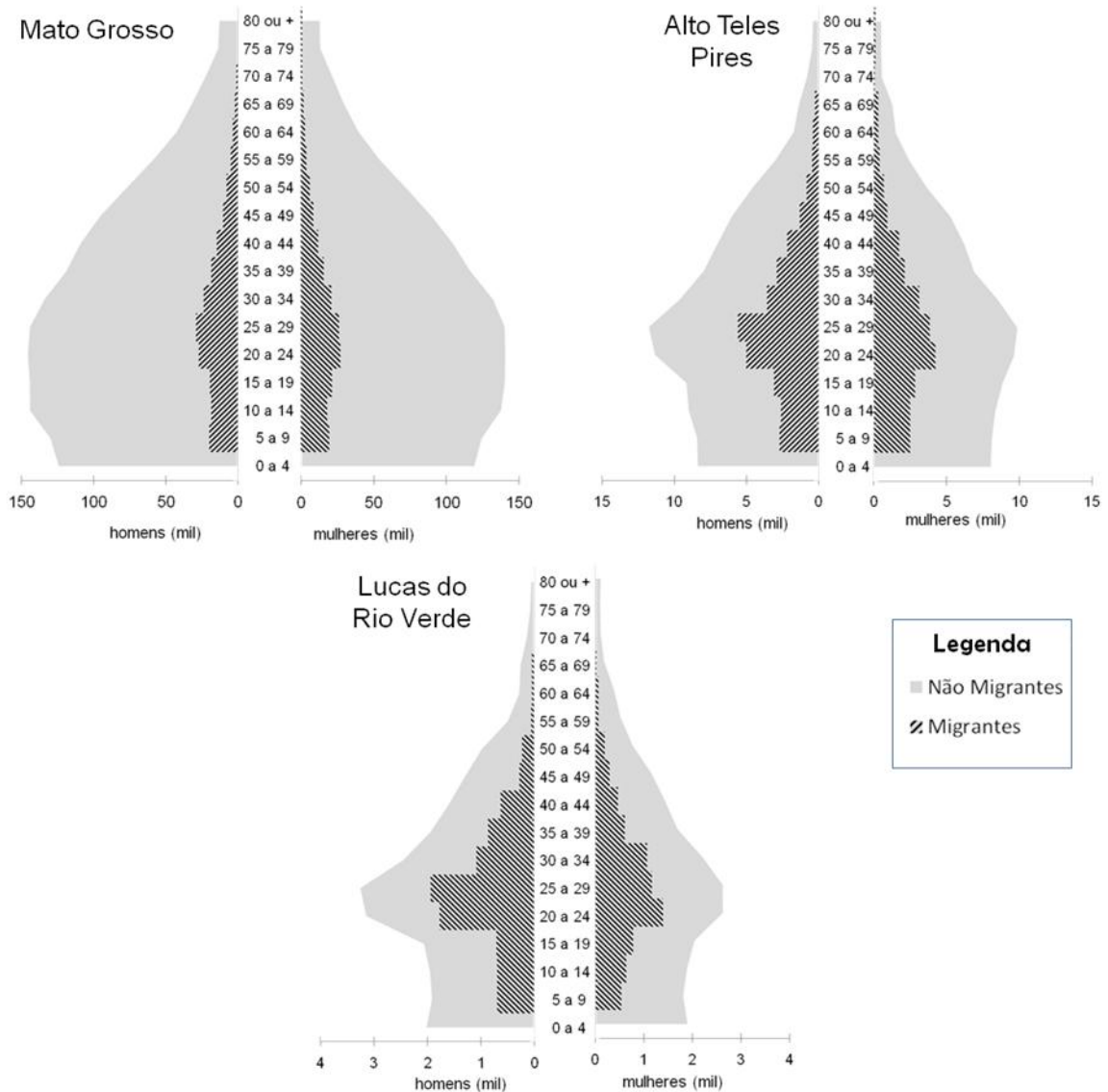
A estrutura etária da população de Mato Grosso apresentou um formato mais piramidal e com uma pequena proporção de imigrantes. Os imigrantes estão distribuídos de forma equitativa desde as idades mais jovens até as idades mais adultas, entre 50 e 59 anos. Sua estrutura distribuída demonstra um perfil de imigração mais familiar, onde as crianças também participam da mudança de cidade. A migração familiar foi importante para o processo de colonização do Mato Grosso.

Em um primeiro momento, os fluxos migratórios se caracterizavam como masculinos em idade de trabalho, porém a vinda da família acontecia após o estabelecimento

na nova terra (HOGAN et al., 2008). Já as estruturas etárias da microrregião de Alto Teles Pires e do município de Lucas do Rio Verde não mantiveram o formato piramidal. As faixas etárias entre 20 e 30 anos se sobressaem à silhuetada estrutura etária, tornando-a irregular. Tal atributo se apresenta mais expressivo no município de Lucas do Rio Verde, onde cerca de metade da população entre 20 e 30 anos é composta de imigrantes, segundo o gráfico abaixo. Entre os homens, a proporção de imigrantes se sobressai quando comparada às mesmas faixas etárias das mulheres.

Ao passo em que os jovens em idade de entrada no mercado de trabalho migraram, se desenvolveu uma imigração de crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos acompanhando seus pais. Porém, a intensidade da imigração familiar foi menor que a imigração de jovens. Nota-se que, se no momento da ocupação a migração se deu predominantemente entre pessoas casadas com filhos pequenos em um tipo mais familiar (CUNHA, 2006; SYDENSTRICKER, 1992), atualmente este não é o tipo de migração predominante. Prevalece um misto de imigração familiar e outros tipos de imigração relacionados, inclusive de indivíduos com mais de 40 anos.

Gráfico 5 - Estrutura etária da população total e da população imigrante
2010



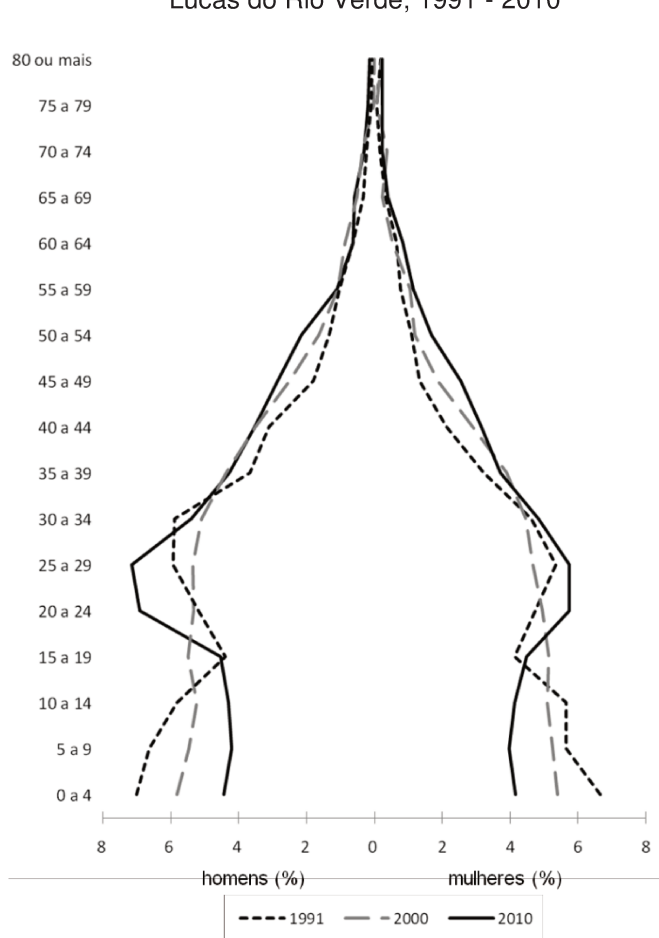
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Nota: Considerou-se os dados da migração data-fixa.

Contudo, tal qual Mato Grosso, a estrutura etária da população de Lucas do Rio Verde apresentava uma tendência ao formato piramidal como pode ser visto no Gráfico 6. O gráfico permite uma análise comparativa da estrutura etária desde 1991 até 2010. Em 1991, havia uma proporção grande de crianças e uma concentração nas idades entre 25 e 34 anos para homens e uma concentração entre 25 e 29 anos entre mulheres. Tais características sinalizavam para uma imigração familiar com adultos recém-casados acompanhados de seus filhos ainda pequenos. Em 2000, tais concentrações se amenizam, com menor proporção de crianças e sem concentrações discrepantes nas idades adultas. Em 2010, a estrutura etária apresentou um formato mais assimétrico. Nota-se um predomínio de homens e mulheres em

idade entre 20 e 29 anos. A proporção de crianças diminuiu ainda mais ao passo que cresceu a população entre 45 e 49 anos para as mulheres e 50 a 54 anos para os homens, aspecto explicado pela inércia demográfica. Desta forma, os dados sinalizam para uma imigração do tipo familiar nos anos 90 enquanto os dados de 2010 demonstram que pode haver imigração familiar, mas com predomínio de imigrantes no momento de entrada no mercado de trabalho.

Gráfico 6 – Estrutura etária da população total
Lucas do Rio Verde, 1991 - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Não foi apenas o tipo de imigração que se modificou. Os estados com os quais Lucas do Rio Verde realizava suas trocas migratórias nas décadas de 1980 e 90, os quais se localizavam predominantemente no Sul, passaram para aqueles estados localizados na região Nordeste do país. A Tabela 8 apresenta os imigrantes e os emigrantes interestaduais por Unidade de Federação para Lucas do Rio Verde. Se no momento de ocupação os imigrantes eram estritamente de origem do Sul e do Centro-Oeste, em 2010 as origens eram mais

diversificadas com a maior parte dos imigrantes vinda dos estados do Maranhão e Pernambuco.

Tabela 8 - Migrantes interestaduais por Unidade de Federação
Lucas do Rio Verde, 1991 a 2010

Unidade de Federação	1986-1991		1995-2000		2005-2010	
	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes
Norte	71	0	280	203	533	216
Rondônia	33	-	105	80	32	133
Acre	30	-	-	-	71	-
Amazonas	-	-	10	20	9	-
Roraima	-	-	-	-	25	-
Pará	8	-	133	53	349	24
Amapá	-	-	-	50	13	37
Tocantins	-	-	32	-	34	22
Nordeste	57	0	214	24	4.454	73
Maranhão	-	-	90	7	2.034	13
Piauí	-	-	-	-	508	37
Ceará	-	-	-	-	122	-
Rio Grande do Norte	-	-	9	-	-	3
Paraíba	-	-	10	-	428	-
Pernambuco	57	-	33	-	1.281	-
Alagoas	-	-	11	-	10	-
Sergipe	-	-	26	17	-	-
Bahia	-	-	35	-	71	20
Sudeste	117	26	189	115	556	128
Minas Gerais	66	-	10	-	59	21
Espírito Santo	-	-	-	-	93	12
Rio de Janeiro	8	8	22	-	41	15
São Paulo	43	18	157	115	363	80
Sul	1.421	348	2.493	580	2.256	672
Paraná	864	235	1.238	343	1.107	326
Santa Catarina	125	-	440	207	571	115
Rio Grande do Sul	432	113	815	30	578	231
Centro-Oeste	320	15	276	84	719	241
Mato Grosso do Sul	251	15	188	74	604	117
Goiás	69	-	88	10	88	124
Distrito Federal	-	-	-	-	27	-
Total	1.986	389	3.452	1.006	8.518	1.330

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Nota: Considerou-se apenas a migração data-fixa. Não se considerou os que ignoravam ou não sabiam a origem.

Nota2: Os volumes pequenos podem apresentar distorções em função da expansão da amostra. No entanto, consideramos importante constá-los por indicarem tendências migratórias.

Os fluxos de imigrantes de todos os estados cresceram entre 1991 e 2000 (exceto Centro-Oeste) e entre 2000 e 2010. Porém, foi no segundo período analisado que a diferença de volume de imigrantes se deu de forma mais intensa. O volume dos imigrantes com origem nos estados do Nordeste saltou de 214 em 2000 para 4.545 em 2010, do Norte de 280 para

533, do Sudeste de 189 para 556 e do Centro-Oeste de 276 para 719. Apenas o volume dos imigrantes do Sul diminuiu durante o segundo intervalo.

As características do fluxo imigratório se diversificaram entre o processo de ocupação na década de 1980 e os tempos mais recentes. Dentre algumas razões, aponta-se para a forma como o agronegócio se organizou em Lucas do Rio Verde. Se no início, Lucas do Rio Verde estava inserido na dinâmica de ocupação pelos projetos de colonização voltados a estabelecer imigrantes agricultores com capital (ZART, 1998; ROCHA, 2008; IANNI, 1979) atualmente a imigração supre a força de trabalho (BRITO, 1997) necessária ainda para a manutenção de uma área voltada para a agropecuária de exportação. Sobre tal reflexão, surgem algumas questões: existem diferenças em termos de ocupação profissional entre os migrantes com diferentes origens? As mudanças da produção no campo influenciaram a dinâmica populacional da região? O próximo tópico objetiva levantar algumas questões sobre a relação entre as transformações na agropecuária do município de Lucas do Rio Verde e as transformações no mundo do trabalho.

2.2 As mudanças no mundo do trabalho e a migração

No capítulo 1, buscou-se construir um panorama das transformações do padrão de acumulação capitalista na área de estudo, o município de Lucas do Rio Verde. Sua formação esteve sujeita às políticas estatais que refletiam a forma de inserção brasileira no mercado mundial, enquanto fornecedor de matérias-primas agrícolas (IANNI, 1979; DELGADO, 2012). No primeiro item do capítulo 2, objetivou-se compreender o processo de formação populacional do Mato Grosso a partir dos anos 1980 até a perspectiva de territorialização do capital a partir de 2000. Este processo de territorialização trouxe alguns diferenciais na dinâmica migratória para a região de Alto Teles Pires, a qual o município de Lucas do Rio Verde faz parte. Neste segundo tópico, avança-se na compreensão de uma das razões dos diferenciais da dinâmica migratória associada ao processo de territorialização do capital no agronegócio no Mato Grosso: as transformações recentes no mundo do trabalho.

Em um município com pouco mais de trinta anos de emancipação, é essencial considerar a dinâmica migratória para compreender sua constituição populacional. A dinâmica migratória, antes de um mero processo de transposição de população, é um processo social (SINGER, 1977; PINTO, 1973). Sendo assim, a ação de migrar deve ser compreendida a partir de um espaço e de uma temporalidade determinada, levando em conta quais processos

a ação de migrar se associa. Neste sentido, para se compreender a dinâmica migratória no século XX, deve-se ter em conta o padrão de acumulação capitalista e suas transformações (BRITO, 1995; BAENINGER, 2012; CANALES, 2015), ou a passagem do fordismo à acumulação flexível (HARVEY, 2014; ANTUNES, 2000).

O ano de 1914 marcou o advento do fordismo enquanto forma de organização do trabalho (HARVEY, 2014). Henry Ford (1863–1947) inseriu inovações nos sistemas técnico e organizativo do trabalho, dentre as quais se destaca a introdução da linha de montagem, o estabelecimento de jornada de oito horas (menor que em outras fábricas) e o maior salário pelo dia de trabalho. Isso significava o controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores através do ritmo orquestrado pela linha de produção (ANTUNES, 2000). Note-se que Ford apoiou-se no legado da administração científica de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro mecânico também estadunidense. Grosso modo, o taylorismo propunha utilizar de controles rígidos objetivando atingir maior eficiência com a produção no trabalho fabril. O trabalho passou a ser um processo racionalizado e em massa como também a própria forma de reprodução da força de trabalho, tendo em vista que “[...] a produção em massa significava o consumo em massa” (HARVEY, 2014, p. 121). Mais do que isso, a introdução do fordismo “[...] foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86), tendo em conta que a regulação do trabalho significou a regulação do modo de vida do proletário, refletindo na totalidade social.

A maturação plena do regime de acumulação fordista aconteceu principalmente após o início da Segunda Guerra Mundial em 1945, período no qual as duas barreiras de disseminação do regime foram minimizadas (HARVEY, 2014). A primeira barreira era relativa à força de trabalho, cuja dificuldade se assentava na familiarização do trabalhador com a rotina de trabalho proposta (com longas horas de trabalho, poucas habilidades manuais tradicionais e o controle quase inexistente sobre a totalidade da produção). Não à toa, Ford utilizou, em grande medida, da mão-de-obra imigrante (HARVEY, 2014). A segunda barreira estava na questão do papel do Estado dentro do regime de acumulação. A crise de 1929 exigiu um posicionamento mais interventor do Estado, fato que se efetivou com fim da Segunda Guerra Mundial. O Estado assumiu diferentes gastos do sistema, compactuando com o consumo em massa e com a expansão do fordismo: a ampliação de investimentos no capital fixo em setores como transporte, equipamentos públicos, etc. e o complemento ao salário com a seguridade social, a assistência médica, a educação, a habitação, etc. Quer dizer, o Estado se mobilizou exercendo poder no controle da força de trabalho (através dos acordos trabalhistas

e da seguridade social) e na própria interferência no mercado. Sendo assim, “[...] o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total” (HARVEY, 2014, p. 131), que desenvolveu uma nova sociedade racionalizada e, em certo sentido, popular⁶⁷.

As décadas de 1960 e de 70 representaram uma mudança no regime de acumulação. Neste momento, o regime de acumulação fordista se mostrou incapaz de resolver as contradições inerentes ao seu desenvolvimento as quais, para Harvey (2014, p. 135), se centravam na *rigidez* do regime em diferentes dimensões: pela rigidez do investimento estatal de capital fixo; pela rigidez dos mercados e dos contratos de trabalho; pela rigidez na dependência da ampliação de políticas de assistência estatais. A partir da década de 1970, esteve em processo uma reestruturação produtiva num contexto de mudanças na economia capitalista mundial, o processo de *acumulação flexível* (ANTUNES, 2000; HARVEY, 2014) que contornava a rigidez do regime fordista. Em sua essência, a lógica capitalista não mudou, já que se volta para a exploração entre as classes; contudo, foram alteradas certas dinâmicas econômicas e sociais, de modo que, alterando-as, a essência do modo de produção capitalista continuasse.

A reestruturação produtiva:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2014, p. 140)

Isso significa que o capital promoveu outras formas de acumulação, tendo na flexibilidade dos processos e na conquista de novos mercados seus principais mecanismos. O processo de acumulação flexível contribuiu para a crescente flexibilização do setor produtivo em termos tecnológicos, comerciais e organizacionais, com a criação de novos produtos e ampliação do mercado consumidor, contrapondo a rigidez das relações estabelecidas no momento anterior (HARVEY, 2014). O aumento da velocidade das relações sociais – sejam relações interpessoais ou relações entre empresas – se torna imperativo no processo de

⁶⁷ Harvey (2014) pontua que as transformações entre os regimes de acumulação não significavam rupturas totais do processo nem uma homogeneidade espacial, mesmo em lugares onde os regimes estavam mais estabelecidos. Apesar de não ser objeto desta tese, o processo de resistência existia entre os trabalhadores, seja às inovações tecnológicas, às inovações organizativas ou à organização social como um todo. Leite (1994), por exemplo, trata da resistência operária em São Paulo.

expansão da acumulação flexível, o que tem repercussões na estruturação do mercado de trabalho.

Antunes (2000) apontou que alguns autores defenderam que a flexibilização significaria uma nova relação entre o capital e o trabalho, pois, na medida em que a organização se inovasse, possibilitaria “[...] o advento de um trabalhador mais *qualificado, participativo, multifuncional e polivalente*” (ANTUNES, 2000, p. 50, itálicos do autor). Entretanto, verificou-se que a flexibilização foi superestimada especialmente no que diz respeito ao trabalho mais qualificado e habilitado. As relações trabalhistas se tornaram mais flexíveis de acordo com as necessidades da empresa, resultando no corte de empregados regulares e aumentando o número de trabalhadores em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria valor, ou suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*. Reengenharia, *lean production, team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna”. Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que apesar disso tem maiores índices de produtividade. (ANTUNES, 2000, p. 55)

Existiu um aumento expressivo da terceirização, com especial aumento dos trabalhadores no setor de serviços (HARVEY, 2014). As atividades-meio⁶⁸ da produção – atividades legais, de marketing, de publicidade, de secretaria, de limpeza, etc. – antes internalizadas em empresas e indústrias são atribuídas a outras empresas especializadas e apartadas da estrutura central. Além disso, o mercado de trabalho, no contexto de enfraquecimento dos sindicatos e excedente de mão-de-obra, tornou as relações trabalhistas mais flexíveis.

A flexibilização não atingiu igualmente todos os trabalhadores. Harvey (2014) mostrou que as transformações da estrutura do mercado de trabalho atingiram os trabalhadores de forma distinta, de acordo com as funções exercidas. O grupo de

⁶⁸ Em março de 2017 foi sancionada o Projeto de Lei (PL) 4.302 que permite a terceirização de atividades-fins no setor privado e público.

trabalhadores no *centro* das empresas, cada vez mais reduzido, é composto por posições essenciais para o futuro de longo prazo da organização e possuem maior estabilidade empregatícia. Mesmo assim, em períodos de crise, tal grupo pode ser extremamente oneroso para a empresa, o que pode levar a subcontratação de algumas funções, como projetos de propaganda e administração financeira, mantendo um reduzido grupo de gerentes. Os trabalhadores que ocupam a chamada *periferia* das empresas se dividem em dois grupos. O primeiro consiste em “[...] empregados em tempo integral com habilidade facilmente disponíveis no mercado de trabalho” (HARVEY, 2014, p. 144) como secretárias, setor financeiro, áreas de trabalho rotineiras e menos especializadas. Estes maior dificuldade de acesso aos planos de carreira do que o grupo central, apresentando uma alta taxa de rotatividade nas empresas. O segundo grupo periférico inclui empregados casuais, com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e com subsídio público, sofrendo ainda mais com o processo de flexibilização do que o primeiro grupo periférico.

O movimento aponta para o fortalecimento do setor de serviços em torno das grandes corporações. Por um lado, atividades (legais, de marketing, de publicidade, de secretaria, de limpeza etc.) antes internalizadas em empresas e indústrias, são atribuídas a empresas especializadas. Novos negócios surgem inflando o setor de prestação de serviços. Por outro lado, a diversificação de atividades significou a criação do maior número de alianças com subcontratadas.

Tendo em perspectiva a mudança na relação trabalho e capital, Antunes (2000) defende que a definição de classe trabalhadora na atualidade não se restringe aos trabalhadores manuais, mas inclui todos os trabalhadores que produzem mais-valia e que participam no processo de valorização do capital⁶⁹. Isso inclui trabalhadores tidos como improdutivos, ou seja, aqueles cujo trabalho é tratado como serviços. Deste modo, o proletariado precarizado, aquele temporário (como os cortadores de cana-de-açúcar), de *part-time* (como secretárias ou recepcionistas), os terceirizados (como os trabalhadores da limpeza das indústrias ou da universidade), também devem ser incluídos na categoria de classe

⁶⁹ Segundo Antunes (2000), a classe trabalhadora é recorrentemente identificada como o proletariado; o próprio Marx (1996) tratava a ideia de trabalhadores como sinônimo de proletariado. Porém, uma definição de trabalhador na atualidade deve-se ater aos elementos que o caracterizam antes de se confundir com um determinado grupo dentro da classe trabalhadora. Para Marx, o trabalhador capitalista sobrevive de suas forças de trabalho, não possuindo seus meios de produção recebendo um salário pelo seu trabalho, ou seja, são assalariados (MARX, 1996). A partir de tal definição foi que Marx utilizava a classe trabalhadora como sinônimo de operário. Após o modo de acumulação flexível, Antunes (2000) propõe a ampliação da noção de classe trabalhadora propondo o conceito de *classe-que-vive-do-trabalho*. O autor não rompeu com a definição marxista de trabalhador, mas ilumina a ampliação do proletariado contemporâneo.

trabalhadora, definida como a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2000). Esta definição exclui alguns grupos como os gestores do capital e altos funcionários, tendo em vista que estes possuem relativo controle do processo de valorização do capital; os pequenos empresários, já que possuem propriedade dos seus meios de produção; e, por fim, aqueles que vivem da especulação do capital.

Um último ponto sobre as transformações no mundo do trabalho refere-se à maior participação das mulheres, principalmente no setor de serviços. Apesar de tal fenômeno poder ser interpretado como uma forma de emancipação feminina, deve-se ater ao fato que a inserção das mulheres se deu fundamentalmente em postos de trabalho manual, aqueles com maior exploração (ANTUNES, 2000). A maior exploração envolve uma questão de gênero, como também envolve a maior exploração dos negros, dos imigrantes e do trabalho infantil, cuja inserção no mercado de trabalho se dá usualmente nos postos mais precarizados.

Os processos migratórios devem, desta forma, ser compreendidos a partir da totalidade social. Tem-se em conta que as mudanças no regime de acumulação trouxeram importantes mudanças no mundo do trabalho, o que também significou transformações na dinâmica migratória (BRITO, 1995, 1997; BAENINGER, 2014; CANALES, 2015).

Apesar de Brito (1995) tratar da imigração internacional, suas reflexões auxiliam a compreender os fluxos imigratórios para a área deste estudo, o município de Lucas do Rio Verde. No início do século XX, em um momento de necessidade de incorporação de mercados, o fluxo migratório se direcionou para os lugares de expansão capitalista, sendo que o principal sentido partia das regiões centrais da economia capitalista em direção aos lugares periféricos. Por trás desse movimento populacional, estavam os países centrais de inovação tecnológica, o excedente demográfico e a instabilidade política; nos países de destino, no caso do Brasil, com políticas de embranquecimento e de incremento de força de trabalho assalariado (VAINER, 1995; BALÁN, 1973); e no contexto mundial, com o desenvolvimento dos meios de transporte que encurtaram as distâncias. Porém, para Brito (1995), o propulsor central estava na reestruturação produtiva do início do século XX, quando a expansão geográfica para os países tidos como periféricos se apresentou solução para a superação da crise.

Os aspectos teóricos traçados por Brito (1995) na relação entre modo de produção e imigração⁷⁰ ajudam a pensar o processo de estabelecimento de expansão da fronteira no Mato Grosso. Se a relação entre a modernização agrícola e a migração rural-urbana fosse tratada tal qual a discussão colocada por Martine (1991) ou Singer (1977), a população estaria em processo de concentração nas cidades e de expulsão das áreas rurais. Esta expulsão se daria pela concentração fundiária relacionada ao crédito governamental tendo em vista a maior facilidade de acesso aos créditos pelos agricultores com maior capital e ao interesse de investidores na aquisição de áreas rurais.

Entretanto, existe uma particularidade da realidade do Mato Grosso devido às ações do governo militar em prol da ocupação do Centro-Norte do país. Essa ocupação se desenvolveu com a intensa intervenção estatal, a qual tinha duplo sentido: atrair e satisfazer o grande capital e controlar os fluxos dos pequenos produtores (MARTINE, 1992). O processo que fomentou os fluxos imigratórios na Amazônia não foi necessariamente a expansão agropecuária, mas sim a intensificação da presença do Estado e sua função ideológica de incorporação capitalista da fronteira. Em um primeiro momento, a presença de população rural foi relevante, pois as técnicas de modernização estavam em processo de implantação. Concomitantemente, a economia urbana se expandiu pela própria necessidade de fortalecer as instituições públicas (administração governamental, educação, saúde, abastecimento de alimentos em um primeiro momento) e pela área de serviços. Os fluxos migratórios não se destinavam prioritariamente para as áreas rurais, tendo grande relevância a população que se dirigia ao urbano. Isto reforça a perspectiva apontada por Becker (1985) e Ianni (1979) da ocupação urbana da fronteira.

O setor informal tanto nas cidades quanto em algumas áreas rurais se expandiu durante a década de 1980 nos lugares da expansão da fronteira (CLEARY, 1993). O setor informal estava relacionado à mineração, ao sistema de troca de mercadorias e à construção e ao serviço doméstico nas cidades. Nos núcleos urbanos, os fluxos imigratórios estavam relacionados aos empregos públicos, ao setor de serviços (especialmente o varejo) e ao setor de construção; nas *hinterlândias*⁷¹, o foco estava no setor informal das áreas da mineração, da agricultura, da pecuária e do extrativismo. O que se deu foi que a urbanização e a expansão da

⁷⁰ Seu foco consiste no papel da migração internacional para a economia mundial. Contudo, a reflexão põe luzes na distribuição populacional interna dos países em um sentido mais geral quando trata da questão do mercado para compreender o processo migratório.

⁷¹ Neste caso, Cleary (1993) trata como *hinterlândia* terras contíguas no interior distante dos centros urbanos mais consolidados.

economia informal ofereceram oportunidades para ampliar a renda domiciliar, seja de agricultores que permaneciam no rural, seja para a população das cidades (MIRÓ e RODRÍGUEZ, 1982; CLEARY, 1993). Isto não aconteceu apenas com pequenos proprietários, pois muitos fazendeiros passaram a investir em diferentes setores da economia. Porém, as estratégias eram distintas entre os grupos. Enquanto os pequenos proprietários transferiam a força de trabalho para outros setores econômicos, os fazendeiros investiam seu capital em outros setores econômicos. Deste modo, os movimentos de ocupação da fronteira amazônica implicaram num aprofundamento das relações entre o rural e o urbano, onde ambos os espaços passaram a fazer parte da estratégia de vida familiar ou individual.

A partir da década de 1970, a reestruturação produtiva repercutiu em mudanças na totalidade da vida social, inclusive nas migrações (BRITO, 1995; CANALES, 2015). No Brasil, o processo é relevante para se compreender a migração interna a partir de 2000 (BAENINGER, 2014). Apesar da sua repercussão mundial, a reestruturação produtiva atingiu as regiões de forma heterogênea.

Nesse cenário, procuro apontar que a análise dos movimentos migratórios nos anos 2000, reforça a tendência de configuração de novos espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas aonde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões em diferentes níveis; entendo que não basta apenas indicar que se tratam de “novas” modalidades migratórias ou “novos” rumos da migração interna é preciso buscar incluir as dimensões espaciais em que o fenômeno migratório opera em suas diferentes escalas territoriais. (BAENINGER, 2014, p. 5)

A reestruturação produtiva não se restringiu às cidades com circulação de capital internacional, como São Paulo, mas adentrou diferentes setores, inclusive o da produção agropecuária. Este processo auxilia a compreensão da territorialização do capital, que estaria associado também à dinâmica migratória. Entretanto, diferentemente do momento anterior à década de 1970 quando a migração se relacionava ao processo de incorporação capitalista, o cenário se torna complexo por conta das transformações do mercado de trabalho mais seletivo e competitivo.

Apesar da criação de novos cargos, requeridos pelos novos processos tecnológicos e pelas novas formas de organização do trabalho, tem havido uma enorme redução nas necessidades de mão-de-obra. Mais ainda: os mercados de trabalho estão mais seletivos, exigindo o maior, exigindo maior treinamento e reciclagem. (BRITO, 1995, p. 29)

Brito (1995) reconhece uma maior complexificação no mercado de trabalho. Porém, sua chave explicativa está na seletividade do mercado de trabalho nos grandes centros

urbanos brasileiros, o que explicaria o processo de redução da migração inter-regional e o aumento das migrações internacionais com origem brasileira para países como Estados Unidos, Europa e Japão. Antunes (2000) pondera sobre tal seletividade tendo em vista a qualificação. Na verdade, os trabalhadores considerados centrais para as organizações podem sofrer com a maior seleção, mas a rotatividade do trabalhador pode ser compreendida a partir do processo de flexibilização do trabalho e o incremento de trabalhadores nos postos de trabalho tratados como periféricos (HARVEY, 2014).

Tal qual Brito (1995), Canales (2015) realiza uma análise da migração internacional, o que não deixa de contribuir para a reflexão das migrações internas. O processo de desenvolvimento do mercado de trabalho aconteceria em forma de “ferradura”, no qual os altos cargos (como os gerentes, executivos, profissionais especializados, etc.) aumentariam na mesma intensidade dos serviços que sustentam a reprodução cotidiana dos trabalhadores de altos cargos. Canales (2015) reforça a participação dos imigrantes nos serviços pessoais (como trabalho doméstico) e nos serviços de cuidado (com ênfase ao cuidado em idades mais vulneráveis, idosos e crianças). Em termos de dinâmica migratória, as regiões que passaram por um processo de excedente demográfico cederiam imigrantes para ocupações de baixa qualificação em regiões com economia dinâmica.

Retomando o contexto de Lucas do Rio Verde, verificou-se que o ano de 2008 foi um momento relevante por conta inserção local na dinâmica da economia industrial, uma vez que a indústria de processamento de carnes iniciou suas atividades no município, consolidando a cadeia grãos-carne no município. A territorialização do capital do agronegócio provocou, no município em vista, a manutenção da participação da migração inter-regional na dinâmica migratória. A instalação da indústria determinou a expansão dos postos de trabalho de baixa qualificação na linha de produção e na área de serviços pessoais. Os estados nordestinos, tidos como de excedente da força-de-trabalho (BRITO, 1997), se tornaram prioritários no momento de introdução de novas atividades que necessitassem de um volume populacional robusto. Este é um dos aspectos migratórios relacionados à territorialização do capital do agronegócio. No próximo item, as particularidades das mudanças no mundo do trabalho relacionadas ao agronegócio serão aprofundadas.

2.2.1 A estrutura laboral e as migrações no processo de territorialização do capital do agronegócio

Arruda (2007) apontou para a repercussão das mudanças produtivas no mundo do trabalho atrelado ao agronegócio. O processo produtivo dividiu a cadeia como antes da porteira, dentro da porteira e pós-porteira. O antes da porteira se configurou através do capital financeiro (*trading companies*, bolsa de valores, etc.) e do desenvolvimento técnico-científico (maquinários, sementes, técnicas de plantio, agroquímicos, etc.). O dentro da porteira envolveu a circulação de forças de trabalho e de meios de produção, dentre outras atividades que participaram indiretamente do processo produtivo. O que aconteceu dentro da porteira não dependia necessariamente de trabalhadores que estão no rural ou trabalhavam para o proprietário, mas passou a envolver diretamente empresas que ofereciam técnicas de avaliação do solo para o plantio. O último momento, o pós-porteira, envolveu armazéns, silos, empresas de transportes, indústrias beneficiadoras da produção, a comercialização e o varejo. Ou seja, uma série de outros trabalhadores que não atuavam diretamente dentro da porteira tornou-se essencial para viabilizar a produção agropecuária pós-1990.

Com foco no contexto do agronegócio e na informatização, a mudança da demanda das fazendas implicou num trabalhador de conhecimentos múltiplos e em constante processo de conhecimento (ARACRI, 2006). É comum encontrar um profissional nas fazendas que possua desde o conhecimento sobre o processo produtivo da terra até o conhecimento do gerenciamento e planejamento do funcionamento de uma fazenda, ou seja, um trabalhador com plurifuncionalidade. Não se trata necessariamente de uma mão-de-obra qualificada ou especializada. As competências principais de uma parte dos trabalhadores de dentro da porteira se alteraram para a capacidade de gerenciamento, pois o profissional tem que lidar com empresas fornecedoras e compradoras, além de lidar com o conhecimento da produção em si. Este trabalho de dentro da porteira está relacionado ao cenário da reestruturação produtiva proposto por Brito (1995). Em Lucas do Rio Verde, devido à constituição da produção agrícola com base técnica-científica, demandando trabalhadores mais qualificados na pesquisa ou na assistência técnica, o agronegócio teve papel fundamental para atração de novos contingentes populacionais (D'ANTONA e DAL GALLO, 2011).

Numa intensa relação com outros setores econômicos – a aproximação da cadeia carne/grãos – o agronegócio também demandou mão-de-obra para o trabalho na produção industrial e baixa qualificação para os serviços em gerais (D'ANTONA e DAL GALLO, 2011). Desenvolve-se, com isso, um mercado de trabalho que demandou os dois extremos na

estrutura laboral: um primeiro grupo de trabalhadores com alta qualificação que exigem um conhecimento maior em termos tecnológicos, e um segundo grupo, com menores necessidades técnicas e que se inserem no mercado de trabalho nas atividades periféricas.

Enquanto o volume de produção agropecuária aumentou exponencialmente, o crescimento da população ocupada em estabelecimentos agropecuários não acompanhou tal intensidade. Ao mesmo tempo em que o crescimento da agricultura chegou a 30% entre 1990 e 2000 e 7% na década seguinte (Tabela 1⁷²) ou da avicultura com 50% (Tabela 2⁷³), o crescimento do pessoal ocupado não ultrapassou 2% em Lucas do Rio Verde (Tabela 9 abaixo). Para além da mecanização, isso demonstra que a agropecuária moderna depende principalmente da mão-de-obra do “além-porteira”, que oferece serviços diversos para o processo dentro da porteira (MAZZALI, 2000; ARRUDA, 2007).

Tabela 9 – População ocupada em estabelecimentos agropecuários
Mato Grosso, Alto Teles Pires e Lucas do Rio Verde, 1995 e 2006

	Total		Tx. Crescimento (% a. a.)
	1995	2006	1995-2006
Mato Grosso	329.798	358.336	0,8
Alto Teles Pires	11.240	20.546	5,6
Lucas do Rio Verde	1.662	2.047	1,9

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995 e 2006.

Considerando as transformações do mundo trabalho, especialmente aquelas relacionadas ao agronegócio, não se deve ater somente aos trabalhadores empregados nos estabelecimento agropecuários. O trabalho relacionado ao agronegócio não se restringe à produção no campo, pois este transbordou as fronteiras das porteiras e se desenvolveu além do limite entre rural e urbano após o processo de reestruturação produtiva.

Buscou-se reconstruir as características sociodemográficas associadas a esses diferentes momentos do agronegócio⁷⁴. Para a realização da análise, foram selecionados os trabalhadores da cadeia grãos-carne, a cadeia primordial do agronegócio no município, dos setores primário, secundário e terciário nos Censos Demográficos entre 1991 e 2010.

As classificações do Censo identificam a atividade econômica específica na qual o trabalhador se ocupava, dividida em setores da economia (primário, secundário e terciário) e

⁷² Ver p. 51.

⁷³ Ver p. 52.

⁷⁴ Um artigo apresentado pela autora desta tese em parceria com Felipe Ferraz Vazquez realizou uma reflexão semelhante para as microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop (CRAICE e VAZQUEZ, 2016). A metodologia aqui proposta se baseia neste artigo, exceto que nesta tese os dados referem-se apenas à população ocupada.

categorias detalhadas disponíveis no Anexo B. Conforme a discussão de Arruda (2008), esses trabalhadores foram divididos em três grupos. Os trabalhadores de *dentro da porteira* correspondem a atividades da cadeia da produção que lidam diretamente com a terra, abarcando os trabalhadores com ocupações classificadas no setor primário. Os trabalhadores do *fora da porteira* foram divididos em dois grupos, aqueles relacionados à indústria, com ocupações no setor secundário, e aqueles relacionados aos serviços, com ocupações no setor terciário. Com tais divisões, pretendeu-se verificar, primeiro, se houve um crescimento maior entre os trabalhadores do agronegócio no município de Lucas do Rio Verde em comparação a outros trabalhadores e, segundo, se houve um perfil diferenciado dos trabalhadores de acordo com o setor que estes ocupavam. Os dados utilizados foram dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. O recorte temporal possibilitou abarcar desde o momento do projeto de ocupação de Lucas do Rio Verde até as transformações resultantes da reestruturação produtiva durante a década de 2000 (ARACRI, 2006). Os dados referem-se somente à população ocupada – moradores do município acima de 14 anos que estavam empregados no último mês.

O processo de comparação de dados intercensitários das atividades apresentou algumas dificuldades de compatibilidade das categorias de atividades. Primeiro, entre os Censos de 1991 e 2000, houve mudanças na classificação de atividade⁷⁵. Em 1991 a classificação de atividade econômica era estabelecida pelo próprio IBGE. Já em 2000 o IBGE adaptou a nomenclatura oferecida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) desenvolvendo a CNAE Domiciliar (CNAE-Dom). Já em 2010 a classificação apresentou um menor grau de alteração que entre o período intercensitário anterior, de 1991 a 2000, porém passou por algumas alterações, denominando-se CNAE-Dom 2.0.

A fim de viabilizar a comparação intercensitárias, a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) disponibilizou uma tabela onde foi possível verificar as variáveis correspondentes entre os Censos⁷⁶. Observando-se a compatibilização entre os anos censitários, foram classificadas 50 nomenclaturas de atividades ligadas à cadeia carne/grãos no Censo do ano de 1991, 61 nomenclaturas em 2000 e 66 nomenclaturas em 2010. A tabela com todas as variáveis selecionadas está disponível no Anexo B ao final do trabalho. Tal

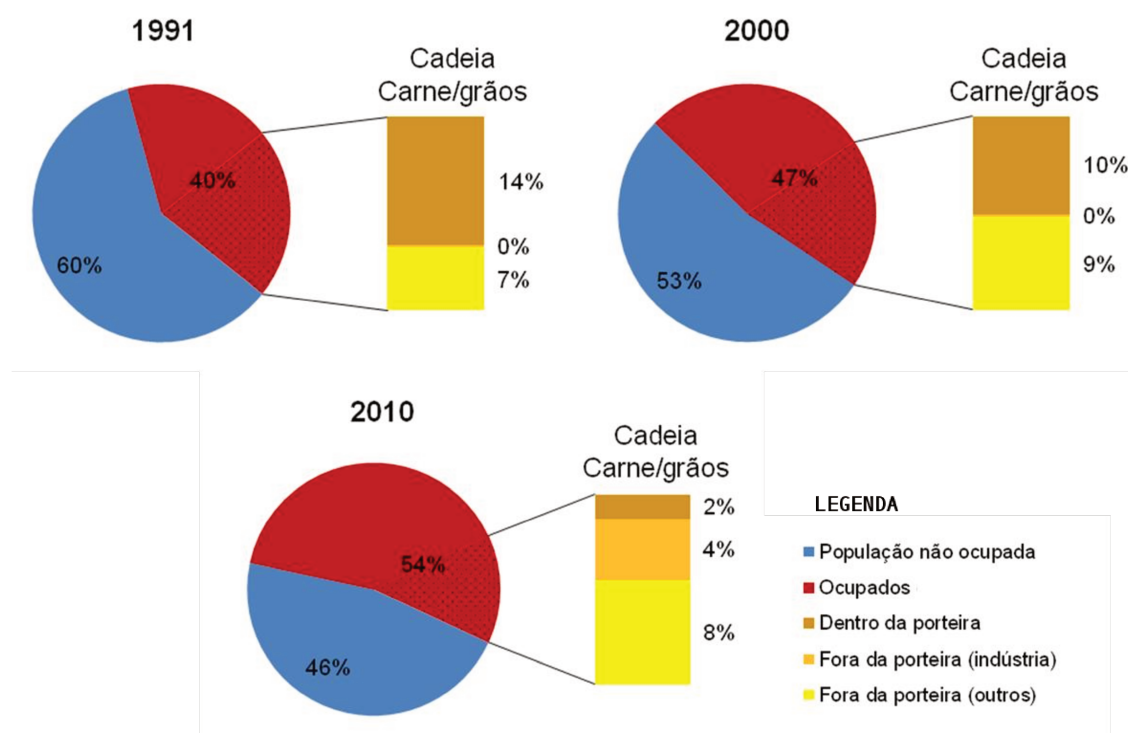
⁷⁵ Para uma comparação mais detalhada da atividade e ocupação entre os censos de 1991 e 2000, ver Dedecca e Rosadinski (2003).

⁷⁶ As tabelas de correspondência estão disponíveis em <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas.html>> Acesso em: 08 de mar. 2016.

classificação foi facilitada pelo fato da região de análise ter como base econômica à produção agropecuária. Talvez em um município onde outras atividades sejam tão importantes quanto a produção agropecuária, a classificação aqui proposta não seja tão efetiva⁷⁷.

Figura 8 – Proporção de população ocupada na cadeia grãos-carne ou outras ocupações referente a população total acima de 14 anos

Lucas do Rio Verde, 1991 a 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Os gráficos da Figura 8 apontam a proporção da população ocupada em ocupações gerais e ocupada na cadeia grãos-carne entre os anos de 1991 e 2010 para Lucas do Rio Verde. Em 1991, 40% da população acima de 14 anos estava ocupada, sendo que 21% se encontrava em postos de trabalho relacionados à cadeia grãos-carne. Em 2000, o percentual da população ocupada aumentou para 47%, porém os ocupados na cadeia grãos-carne diminuíram para 19%. Por fim, em 2010, encontrou-se o maior percentual da população ocupada, de 54%. Em contrapartida, o Censo de 2010 apresentou o menor percentual da população ocupada com a cadeia carne-grãos, de apenas 14%. Caso não fossem contabilizados os trabalhadores do agronegócio associados à indústria, este percentual seria de

⁷⁷ Um maior detalhamento sobre as atividades do terciário pode ser obtido através do registro do Ministério do Trabalho disponibilizado através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), porém a base trata somente de trabalhadores formais e não disponibiliza informações sociodemográficas dos trabalhadores.

10% apenas. Isso demonstra que o estabelecimento do agronegócio repercutiu no maior número de ocupações no município, entretanto estes postos de trabalho não estão necessariamente ligados ao agronegócio.

Ainda sobre a Figura 8, é possível observar as mudanças particulares sobre os empregados da cadeia grãos-carne. Primeiro, verifica-se que há uma diminuição das ocupações de dentro da porteira, representadas pela coloração amarela mais escura. Em 1991, os ocupados diretamente pelas fazendas representavam 14% do total da população acima de 14 anos. Em 2010, essa proporção não passou de 2%.

O trabalho de peão vem diminuindo e exigindo cada vez maior qualificação dos trabalhadores. Paralelamente predominam as contratações dos peões em contratos de curto período, fato que gera um sintoma de insegurança para estas famílias que dependem do emprego agrícola. A diminuição do emprego fixo produz incertezas em relação a dispor ou não de trabalho no dia de amanhã. (DESCONSI, 2011, p.91)

Dentro do processo de reestruturação produtiva, o principal trabalhador dentro das fazendas tornou-se o gerente ou o administrador. Os trabalhadores que lidam diretamente com a terra se tornaram periféricos, ou seja, sujeitos à flexibilização. Desta forma, se antes era necessário uma massa de trabalhadores que atuavam diretamente na terra de cultivo, este tipo de ocupação tem sido realizado por terceirizados ou temporários, o que diminuiu sua importância proporcional na atividade do agronegócio.

O perfil médio do trabalhador de dentro da porteira em 1991 era de homens (100%) com 33 anos, que moravam no rural (67%) sem instrução ou com ensino fundamental completo (71%) e imigrantes recentes (61%) (Tabela 10). Os dados dos trabalhadores de 2000 mostram que os homens permaneciam como os principais ocupados (95%), ainda morando no rural (45%) sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (74%) e naquele momento com menor percentual de novos imigrantes que 1991 (41%).

Os dados de 2010 mostram certa ruptura sobre o perfil dos trabalhadores de dentro da porteira. Foi a partir de 2000 que o processo de reestruturação produtiva começou a se estabelecer na região da BR-163 (ARACRI, 2006), o que afetou as características dos trabalhadores de dentro da porteira. Entre 1991 e 2000, houve um aumento do volume de trabalhadores, de 958 para 1.827. Em 2010, esse volume caiu para menos da metade, de 806 trabalhadores. Menos trabalhadores, porém mais qualificados. Apenas 31% deste grupo possuía escolarização até o ensino fundamental incompleto, enquanto 15% terminou um curso superior, percentual maior que todos os outros grupos de trabalhadores analisados (Tabela 10).

Ao mesmo tempo, eles passaram a morar predominantemente no urbano (98%) e com menor porcentagem de homens (72%). O que permaneceu ao longo do período analisado foi o fato de serem imigrantes recentes (57%), percentual superior à da população ocupada total (52%). Isto demonstra a importância de uma imigração qualificada associada ao agronegócio.

Tabela 10 – Características sociodemográficas da população ocupada distribuída por setor de atividade (em %*)
Lucas do Rio Verde, 1991 a 2010

		1991	2000	2010
cadeia carne/grãos				
Dentro da porteira	<i>Total</i>	956	1.827	806
	Idade Média (anos)	33,2	35,6	32,3
	Homens	100%	95%	72%
	Urbano	33%	45%	98%
	Sem instrução e Fundamental Incompleto	71%	74%	31%
	Superior completo	3%	1%	15%
	Menos de 5 anos no município	61%	41%	57%
Fora da porteira (ind.)	<i>Total</i>	16	47	2.065
	Idade Média (anos)	37,1	31,0	27,1
	Homens	83%	33%	64%
	Urbano	56%	100%	100%
	Sem instrução e Fundamental Incompleto	75%	39%	14%
	Superior completo	25%	22%	2%
	Menos de 5 anos no município	100%	76%	96%
Fora da porteira (serviços)	<i>Total</i>	463	1.743	3.455
	Idade Média (anos)	29,9	31,6	32,6
	Homens	89%	84%	72%
	Urbano	88%	94%	99%
	Sem instrução e Fundamental Incompleto	49%	49%	29%
	Superior completo	5%	2%	10%
	Menos de 5 anos no município	72%	56%	48%
Ocupados	<i>Total</i>	2.675	9.080	24.409
	Idade Média (anos)	31,7	32,6	33,2
	Homens	76%	68%	61%
	Urbano	66%	85%	94%
	Sem instrução e Fundamental Incompleto	58%	56%	33%
	Superior completo	6%	4%	10%
	Menos de 5 anos no município	67%	47%	52%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

* exceto idade média, que refere-se a anos.

A mudança entre as características dos trabalhadores de dentro da porteira encontrada para Lucas do Rio Verde foi mais intensa que a mudança observada para outros

municípios do agronegócio da BR-163 (CRAICE e VAZQUEZ, 2016). Nos municípios das microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop, 46% dos trabalhadores de dentro da porteira viviam no rural em 2010 e apenas 5% deste mesmo grupo possuía superior completo.

Retomando a análise dos dados de Lucas do Rio Verde, notou-se que o volume de trabalhadores relacionados aos serviços aumentou ao longo do tempo. A representatividade desse grupo na população ocupada não se alterou de forma expressiva, variando de 7% em 1991 a 8% em 2010. Contudo, a manutenção deste percentual vai ao contrário do processo de diminuição de população ocupada de dentro da porteira. Já o volume dos ocupados em serviços do agronegócio ampliou de 463 em 1991 para 3.455 em 2010.

Os trabalhadores de serviços do agronegócio passaram por um processo semelhante daqueles de dentro da porteira. Em 1991, este grupo era predominantemente formado por homens (89%), com escolarização até o ensino fundamental (49%) e com menos de 5 anos de residência no município (72%). Estes trabalhadores moravam no urbano (88%) e uma pequena parte possuía curso superior (5%).

Em 2010, algumas características se transformaram. 100% dos trabalhadores relacionados à oferta de serviços no agronegócio moravam na cidade. A proporção de homens (72%) diminuiu em relação a 1991. As características educacionais também tiveram algumas alterações, com aumento da proporção com superior completo (10%). Na verdade, as informações sobre os trabalhadores do agronegócio dos serviços se aproximavam mais da população ocupada em geral do que daqueles ocupados dentro da porteira.

O grupo de trabalhadores do agronegócio que mais aumentou em termos de volume foi aquele relacionado à indústria. A atividade industrial no município foi iniciada em 2008 pelo grupo Sadia. Isto refletiu diretamente no aumento dos trabalhadores da indústria em relação à população ocupada, que saltou de 0% em 1991 para 4% em 2010 (Figura 8, p. 109).

Torna-se difícil comparar as características sociodemográficas em termos temporais, já que antes do estabelecimento da BRF, eram apenas 16 indivíduos em 1991 e 47 em 2000 que declararam ter realizado atividades associadas à indústria da cadeia grãos-carne. Em 2010, o volume de trabalhadores atingiu 2.065 indivíduos, mais que o dobro dos trabalhadores de dentro da porteira. Assim, a melhor forma de compreender as particularidades deste grupo foi comparando-o com outras atividades do agronegócio.

Os trabalhadores do agronegócio da indústria eram, em média, os mais jovens (27 anos), com menor percentual de homens (64%), com menor proporção de população com escolarização até o ensino fundamental completo (14%), porém com menor proporção de

população sem curso superior (2%) dentre os trabalhadores do agronegócio em 2010. Além disso, 96% eram migrantes recentes, com menos de 5 anos de residência no município.

De uma forma geral, notou-se que a população ocupada como um todo, de dentro do agronegócio ou não, passou por processos imigratórios recentes. Verificou-se ainda que a agroindústria se tornou a principal atividade de destino dos imigrantes, havendo uma crescente valorização do trabalhador mais qualificado diretamente associado às fazendas.

Tabela 11 - Características da região de nascimento e de região de moradia 5 anos antes do ano do Censo Demográfico da população ocupada por setor de atividades (em %)
Lucas do Rio Verde, 1991 a 2010

		região de nascimento			região de residência 5 anos anterior ao Censo		
		1991	2000	2010	1991	2000	2010
cadeia carne/grãos							
Dentro da porteira	<i>Total</i>	956	1.827	806	956	1.827	806
	Norte	-	1%	1%	1%	1%	3%
	Nordeste	3%	5%	24%	1%	2%	12%
	Sudeste	7%	7%	-	3%	1%	2%
	Sul	85%	73%	46%	23%	17%	6%
	Centro-Oeste	4%	3%	6%	12%	16%	31%
	Outros*	-	11%	21%	59%	63%	46%
Fora da porteira (ind.)	<i>Total</i>	16	47	2.065	16	47	2.065
	Norte	-	15%	2%	-	-	3%
	Nordeste	-	-	76%	-	-	78%
	Sudeste	-	-	4%	-	-	2%
	Sul	100%	85%	7%	61%	61%	2%
	Centro-Oeste	-	-	-	25%	15%	10%
	Outros*	-	-	10%	15%	24%	5%
Fora da porteira (serviços)	<i>Total</i>	463	1.743	3.455	463	1.743	3.455
	Norte	-	2%	2%	1%	2%	-
	Nordeste	-	6%	16%	-	3%	10%
	Sudeste	3%	8%	2%	-	-	-
	Sul	86%	67%	49%	32%	19%	7%
	Centro-Oeste	10%	4%	6%	20%	22%	29%
	Outros*	1%	13%	25%	46%	54%	46%
Ocupados							
	<i>Total</i>	2.675	9.080	24.409	2.675	9.080	24.409
	Norte	-	2%	2%	2%	2%	1%
	Nordeste	2%	5%	21%	-	1%	15%
	Sudeste	8%	8%	2%	3%	1%	1%
	Sul	84%	66%	42%	27%	16%	6%
	Centro-Oeste	6%	5%	6%	16%	21%	28%
	Outros*	1%	13%	27%	52%	59%	49%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010 - Dados da Amostra.

Observação: A categoria "Outros" da "região de Nascimento" se refere a indivíduos que nasceram em Lucas do Rio Verde (os naturais), brasileiros sem especificação do estado, estrangeiros ou sem declaração. Já a categoria "Outros" da "região de residência 5 anos anterior do Censo" refere-se a indivíduos que residiam em Lucas do Rio Verde na data de referência, brasileiros sem especificação do estado, estrangeiros ou sem declaração.

Sobre a região de origem dos trabalhadores da cadeia grãos-carne, verificou-se que grande parte dos ocupados possuía como região de nascimento o Sul do país, segundo a Tabela 11. Em 1991, a representatividade dentre a população ocupada de imigrantes do Sul era de 84%, enquanto em 2010 a representatividade caiu para 42%. Em segundo lugar, os imigrantes da região Centro-Oeste foi mais representativo entre aqueles mais recentes. Em 2000, 21% da população ocupada declarou ter origem de municípios dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em 2010, esse percentual aumentou para 28%. Isto significou que a imigração intrarregional passou a ter maior importância, apesar da imigração inter-regional ainda permanecer importante para o município.

As duas categorias que apresentaram uma representatividade maior dos imigrantes nascidos no Sul foram aqueles trabalhadores envolvidos em atividades de dentro da porteira e de fora da porteira relacionadas aos serviços. Sobre os trabalhadores de dentro da porteira, notou-se uma mudança do perfil em termos de origem imigratória. Se em 1991, 85% tinham como origem os estados do Sul do país, esse percentual caiu para 46% em 2010. Além dos imigrantes do Sul, passaram a participar das atividades de dentro da porteira os imigrantes do Nordeste do país (24%) e aqueles nascidos no próprio município (21%), estando estes últimos dentro da categoria “Outros”. Apesar do lugar de nascimento predominante ser a região Sul do Brasil, o lugar de moradia cinco anos antes foi principalmente os estados do Centro-Oeste (31%) em 2010 e apenas 6% vieram diretamente do Sul. Isto significa que grande parte dos trabalhadores de dentro da porteira realizaram um movimento migratório intermediário entre seu lugar de nascimento e o município de Lucas do Rio Verde.

Os imigrantes de fora da porteira envolvidos com serviços apresentaram um perfil parecido. Em 1991, 86% eram nascidos em municípios no Sul do país e 10%, no Centro-Oeste. Já em 2010, o percentual de nascidos no Sul caiu para 49%, enquanto aumentou o percentual de nascidos no Nordeste (16%). Tais quais os imigrantes de dentro da porteira, a região de moradia predominante era o Centro-Oeste (29% em 2010). Isso demonstrou que as atividades do agronegócio que lidavam diretamente com a propriedade possuíam um predomínio de trabalhadores nascidos no Sul e que seus imigrantes apresentavam etapas intermediárias de imigração.

Já os trabalhadores da agroindústria possuíam origem distinta. Novamente, a análise se centrou nos dados de 2010 para este grupo especificamente por conta da sua baixa representatividade nos anos anteriores. Os imigrantes na área da indústria de grãos-carne nasceram, principalmente, em municípios da região Nordeste (76%) e moravam na mesma

região em 2005 (78%). Isto indicou que a forma de contratação dos trabalhadores da agroindústria se diferenciava de outros trabalhadores da cadeia grãos-carne. Estes passaram por um processo de seleção diretamente naqueles lugares denominados por Brito (1997) como reservatórios de força de trabalho, em uma estratégia de barateamento da mão-de-obra.

Conforme constatado em pesquisa de campo, nestas palestras não são esclarecidos os inúmeros descontos em folha de pagamento que são realizados mensalmente. Estes descontos chegam a representar mais de 25% do salário pago a um operário da linha de produção (com salário de R\$ 1.000,00, que acaba caindo para R\$ 750,00), e envolvem itens como: aluguel pelas casas – sendo que estas foram construídas pela Sadia com utilização de recursos públicos/parceria com município –, plano médico, refeições, seguro de vida, lanches, contribuições, vale transporte, entre outros. São frequentes os desvios de função e de horário/turno por parte dos líderes de produção em relação aos trabalhadores da linha, como também são frequentes os acidentes de trabalho e as doenças relacionadas ao trabalho exaustivo. (VOLOCHKO, 2013, p. 27)

Além dos pontos mal esclarecidos durante o processo de recrutamento, os trabalhadores eram direcionados para casas compartilhadas por conhecidos ou desconhecidos em um bairro residencial distante da estrutura constituída da cidade, o Tessele Junior. O aluguel da vaga em uma dessas residências era debitado diretamente da folha de pagamento juntamente com outros itens, representando 25% do valor do salário.

Partindo da perspectiva de Villaça (2001), que ressalta a importância em compreender a luta de classes para tratar da reestruturação urbana, deve-se avaliar o significado da mudança do mercado de trabalho. Este tem se tornado mais formalizado, mesmo que para um conjunto de ocupações restritas e tem havido forte incremento das ocupações mais especializadas (HARVEY, 2014). Apesar das ocupações mais especializadas não representarem a grande maioria dos trabalhadores, estes fomentam um estrato social próximo às classes dominantes, as quais consomem um estilo de vida distinto dos estratos mais baixos. Em outras palavras, conforme o mercado de trabalho se reestrutura, os estratos próximos às classes dominantes também aumentam quantitativamente.

A reestruturação do mercado de trabalho (relacionado à reestruturação produtiva) também se apresenta como uma dimensão da reestruturação urbana não territorial. Villaça (2001) aponta para as particularidades da relação do capital com a mobilidade residencial intraurbana, interação esta distinta daquela do capital e os movimentos migratórios.

A afirmação de que “em busca de um emprego e de um salário para viver, o trabalhador é forçado a seguir o capital onde quer que ele flui”, só vale para o espaço regional. No nível intra-urbano, o trabalhador já está no “local” de trabalho, e não muda de casa toda vez que muda de emprego. O trabalhador tem sua localização

essencialmente dominada pelo capital - “segue o capital” quando, em busca de emprego, muda de cidade, de região (do Nordeste para o Sudeste) ou de país (as migrações internacionais). No espaço urbano, para “seguir o capital”, o trabalhador exige transporte público de passageiros, ao mesmo tempo que é esmagado pela concorrência entre classes que disputam a melhor localização intra-urbana. (VILLAÇA, 2001, p. 43)

O conjunto habitacional Tessele Junior com 2.000 residências foi construído estritamente para abrigar estes trabalhadores da agroindústria, especificamente trabalhadores da linha de produção. Em contraste ao Tessele Junior, houve a construção do primeiro condomínio horizontal fechado, o Reserva da Mata, que atendeu aos estratos mais altos. O contraste dos bairros, o Tessele Junior e o Reserva da Mata, é representativo do processo no qual o agronegócio passou de uma restrita atividade econômica para uma estrutura produtiva que também produz a cidade. Estes trabalhadores não se beneficiam pela melhor localização, mas sim são alocados na cidade para servir à agroindústria.

Conforme foi apresentado no capítulo 1, o núcleo urbano na expansão da fronteira passou da função política-ideológica do Estado para se desenvolver enquanto uma cidade que oferece a base de circulação de bens, de mercadorias, de informação e de força de trabalho. Com as transformações da cadeia produtiva, as funções das cidades se tornaram mais complexas, sendo que o sistema produtivo passou a demandar adaptações em termos territoriais. Além da construção do bairro destinado aos trabalhadores da indústria, outras novas estruturas surgiram durante o processo de reestruturação da cadeia produtiva em Lucas do Rio Verde, como os condomínios fechados, os conjuntos habitacionais de moradias populares, a mudança da sede cívica, a especialização do comércio nas margens da BR-163 para atender ao consumo produtivo, etc. Para realizar a análise da transformação da estrutura territorial e da sua relação com as transformações populacionais, foi necessário um trabalho de campo, apresentado no capítulo 3 para, por fim, apresentar a discussão dos resultados da pesquisa nos capítulos 4 e 5.

CAPÍTULO 3

DAS QUESTÕES DE PESQUISA AO BANCO DE DADOS:

aspectos metodológicos

No primeiro capítulo desta tese, buscou-se construir a formação sócio-histórica de Mato Grosso e Lucas do Rio Verde, apresentando a importância do estado e do município no desenvolvimento do agronegócio brasileiro a partir dos anos de 1980. A forma como se desenvolveu a produção agropecuária às margens do Centro-Norte da BR-163, rodovia que corta Lucas do Rio Verde, trouxe a qualidade urbana para a população do município. Entretanto, desenvolveu-se um urbano específico, um urbano voltado para a produção do campo com intensificação das desigualdades socioespaciais (ELIAS e PEQUENO, 2007). Desta forma, tem-se uma primeira característica demográfica relevante para a área estudada: a população urbana.

O segundo capítulo elucidou um segundo aspecto demográfico relevante para a tese: a migração. Os movimentos migratórios constitutivos da população de Lucas do Rio Verde se transformaram pelo mesmo processo que o fez a produção agropecuária: da colonização à reestruturação produtiva. Se os imigrantes no início possuíam características próximas, vindos do Sul com grande parte da população envolvida em atividades agropecuárias, num segundo momento os imigrantes apresentavam origens distintas e se envolveram em atividades diversas que não somente o agronegócio.

Postas tais reflexões sobre o urbano e sobre as migrações, esta tese se questionou: existiria relação entre a origem migratória e o local de moradia na cidade? O critério para se avaliar esta relação foi a mobilidade residencial, entendida como mudança de residência dentro da própria cidade. Recuperando a mobilidade residencial intraurbana⁷⁸ e questionando os moradores dentro da cidade, foi possível reconstruir a trajetória residencial. Como trajetória residencial entende-se as sucessivas mudanças localizadas temporalmente e espacialmente na cidade. Desta forma, pretende-se refletir não apenas onde o indivíduo mora, mas de qual bairro veio, e em qual momento se deslocou desde que chegou ao município.

⁷⁸ Uma discussão mais profunda sobre o termo *intraurbano* está presente nos capítulos 4 e 5. Por hora, cabe salientar que o termo *intraurbano* refere-se a mudanças dentro da cidade, e não entre cidades distintas ou entre estados distintos.

Assim, a pergunta reformulada se tornou: existiria um diferencial de trajetória residencial intraurbana por conta da origem imigratória?

Não é possível obter informações para mudanças residenciais internas ao município pelo Censo Demográfico, independente do porte do município (SMOLKA, 1994). Os estudos sobre a mobilidade residencial intrametropolitana ou sobre a migração residencial intrametropolitana que utilizam dados do Censo Demográfico se atêm à mudança residencial interna à região metropolitana entre municípios (CUNHA, 1995, 2015; DOTA, 2015). Outra limitação do dado censitário refere-se à construção da trajetória residencial. Não é possível reconstruir as mudanças de residência desde que o indivíduo chegou pela primeira vez à região metropolitana, mesmo que entre municípios. Apenas dois municípios distintos podem ser recuperados pelos dados censitários. Desta forma, o que os dados censitários fornecem são informações relativas à mudança de município e um trecho da trajetória residencial intrametropolitana. Isso inviabilizou a utilização de dados censitários em uma investigação que pretendia analisar a trajetória residencial entre municípios fora de uma região metropolitana.

Para desenvolver a questão, esta tese contou com uma pesquisa de campo cujo objetivo principal foi o levantamento de dados primários através da aplicação de *survey*. Este capítulo descreve aspectos relevantes sobre o levantamento dos dados: os projetos envolvidos relevantes para o desenvolvimento do levantamento de dados, o trabalho de campo (sua construção teórica-metodológica, os procedimentos de coleta de dados, os instrumentos utilizados), o tratamento posterior dos dados construídos e os métodos para análise de dados. Tais aspectos são fundamentais para a análise decorrente nos capítulos posteriores, contudo cabe salientar que o detalhamento dos métodos de análise de dados tem importância fundamental, sobretudo ao capítulo 5 e as considerações desta tese. Com isso, buscou-se esclarecer os procedimentos envolvidos relativos ao conjunto de dados primários utilizados para a análise desenvolvida nos últimos capítulos desta tese.

3.1 Os projetos de pesquisa

A construção de dados primários utilizados para a discussão sobre mobilidade residencial proposta por esta tese contou com uma pesquisa de campo em 2015 possibilitada pelo projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: ‘follow-up’ do caso

de Lucas do Rio Verde (MT)”⁷⁹. Entretanto, alguns aspectos metodológicos da pesquisa de campo (como o número de endereços visitados ou a localização desses endereços) contou com diretrizes de um projeto anterior, o projeto *Amazonian Deforestation and the Structure of the Households* (ou “Desflorestamento da Amazônia e a Estrutura das Unidades Domésticas”)⁸⁰. Este último projeto contou com três fases, que se desenvolveram entre 1997 e 2013, sendo que o município de Lucas do Rio Verde foi incluído no escopo do projeto na última fase com início em 2007. Desta forma, este tópico trata de ambos os projetos como forma de esclarecer aspectos metodológicos deste trabalho.

3.1.1 O projeto *Desflorestamento da Amazônia e a Estrutura das Unidades Domésticas*

O projeto *Desflorestamento da Amazônia e a Estrutura das Unidades Domésticas* teve como objetivo analisar a relação recíproca entre população e meio ambiente em regiões fronteiriças da Amazônia no Brasil, abarcando os processos sociais, econômicos, demográficos e ambientais (MORAN et al., 2006). Estes distintos processos se manifestam em múltiplas escalas espaciais. Em nível local, eles se manifestam individualmente e em nível da unidade doméstica (por exemplo, renda e migração); em nível regional, podem-se citar as transformações em uma cidade ou em uma determinada região com fatores como a urbanização, o desemprego, ou a construção de uma grande obra ou o desmatamento (MORAN et al., 2006). Deste modo, o projeto buscou compreender de que modo os fatores se interligam, como se desenvolvem as mudanças endógenas na região e como são afetadas por fatores exógenos.

A Fase I (1997-2002) do projeto teve como proposta investigar a relação entre o uso da terra e o desmatamento, sendo que as questões relacionadas à dimensão urbana ainda não haviam sido incorporadas. Desta forma, foi realizado um levantamento como a população residente na área rural em propriedades localizadas às margens da BR 230, a rodovia Transamazônica, entre Uruará e Altamira, localizadas no Pará. O levantamento aconteceu especificamente nos anos de 1997-98 em 402 lotes, sendo que essa fase do projeto se findou em 2002. A opção pela região de Altamira se justificou pelo seu processo de ocupação com os

⁷⁹ Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo n. 479551/2013-8.

⁸⁰ Projeto financiado pela *National Institute of Child Health and Human Development* (NIH) recurso n. R01-HD35811.

primeiros projetos de colonização durante o regime militar no início da década de 1970 (MORAN et al., 2006).

O resultado da primeira fase aprofundou o conhecimento sobre a relação entre a dinâmica domiciliar e o desmatamento na Amazônia, assim como trouxe inquietações incorporadas nas fases subsequentes do projeto. As análises indicaram que as transformações da unidade doméstica estavam diretamente associadas com o contexto regional, incluindo o processo de migração e a expansão de fronteira (MORAN et al., 2006). Além disso, surgiram questões sobre o comportamento das gerações subsequentes na unidade doméstica, pois a primeira fase do projeto tratou apenas da primeira geração nas propriedades analisadas. Neste sentido, questões sobre as gerações e sobre a dinâmica regional foram tratadas nas fases II e III.

Na Fase II (2003-2007), ampliou-se a região de estudo. Além da região de Altamira o projeto de pesquisa também abarcou a região entre Santarém e Belterra, também no Pará, visando superar as limitações da fase anterior. A ocupação da região foi determinante na escolha da área, uma ocupação mais antiga com população composta por diversas ondas de imigrantes desde antes do Brasil colônia, passando pela expansão da fronteira à Amazônia na década de 1970 até os dias recentes (CRAICE, 2013). Desta forma, foi possível investigar o comportamento gerações subsequentes dentro das propriedades rurais.

Os resultados indicaram que fatores tidos como exógenos à escala regional, como a urbanização e a expansão do agronegócio, afetam fortemente a dinâmica rural das unidades domésticas (CRAICE, 2013). As propriedades agrícolas se voltam não apenas à produção de subsistência, mas estão também envolvidas nas economias locais e regionais (MORAN et al., 2006). Além disso, as investigações durante a Fase II do projeto evidenciaram a importância dos vínculos de trabalho entre áreas urbanas e rurais nas decisões individuais, que afetam a dinâmica familiar. A dinâmica populacional da propriedade rural coexiste na área rural e na área urbana, em uma relação com a área urbana estabelecida fundamentalmente pelas filhas ou mães, que trabalham na cidade e que destinam a renda para a família que vivia na área rural (MORAN et al., 2006). Isso reflete diretamente nas diretrizes da terceira fase, quando a relação entre campo e cidade foi incorporada ao projeto.

A Fase III (2007- 2013) do projeto incorporou ao seu escopo de análise as relações dos meios urbano e o rural e a entrada de capital externo de grande escala na região. Para testar a importância da agricultura capitalizada tanto na mudança de paisagem como na transformação da população, uma nova área de estudo foi adicionada ao projeto, o município

de Lucas do Rio Verde no estado de Mato Grosso. O município faz parte da Amazônia Legal se situando em uma área de transição entre o cerrado e bioma de floresta tropical. A fundação do município de Lucas do Rio Verde se deu pela própria expansão da fronteira, o que lhe atribui uma vocação agrícola desde então (D'ANTONA e DAL GALLO, 2011), e atualmente se situa no epicentro do cultivo de soja no Brasil juntamente com municípios vizinhos como Sorriso⁸¹. A concentração de terra nas mãos de um número menor de proprietários caracteriza a agricultura capitalizada de larga escala (MORAN et al., 2006).

A principal mudança sobre o levantamento de dados entre as duas primeiras e a terceira fase, e aspecto fundamental para esta tese, consistiu na realização do levantamento sociodemográfico na área urbana dos três. O principal objetivo deste levantamento de dados nas cidades consistiu em compreender o papel da urbanização no uso e cobertura da terra, introduzindo fatores anteriormente tidos como exógenos no escopo do projeto. Ao total, foram realizadas 1.500 entrevistas entre os anos de 2009 e 2010, sendo 500 entrevistas em cada município (CRAICE, 2013).

A seleção dos 500 endereços entrevistados em 2009 contou com um processo de amostragem que permitiu coletar dados representativos da população urbana de cada município (CRAICE, 2013). Optou-se por estratificar o processo de amostragem, subdividindo o universo e organizando-o em clusters. Assim, o processo de sorteio dos domicílios envolveu dois estágios: um referente aos setores censitários e, com isso, o segundo para a definição efetiva dos domicílios a serem entrevistados em cada setor censitário. A primeira etapa consistiu em sortear dez setores censitários em cada município, através da informação sobre o número total de domicílios ocupados por setor censitário com base nos dados da Contagem da População 2007. Após a agregação dos domicílios por setor censitário, dez setores foram selecionados, com probabilidade de seleção proporcional ao peso (dado pelo número de domicílios) do setor (UNICAMP/NEPO e IU/ACT, 2009). A partir dessa seleção de setores aconteceu a segunda etapa, que consistiu no levantamento das unidades domésticas existentes em cada um dos setores censitários selecionados. Esse levantamento gerou uma listagem, que permitiu o sorteio de 50 unidades domiciliares por setor censitário realizado de forma aleatória.

Especificamente no caso de Lucas do Rio Verde, a listagem das unidades domésticas foi realizada com base na grade dos lotes urbanos cedida pela prefeitura com base

⁸¹ A história do município de Lucas do Rio Verde foi mais bem tratada no Capítulo 1.

no Plano Diretor. O lote não necessariamente correspondia a uma residência, podendo se tratar de um comércio ou de um terreno público, ou conter mais de um domicílio. Portanto, foi necessário mapear as construções existentes em cada lote nos setores sorteados. Optou-se por visitas no campo com uma equipe em cada setor, desenhando a configuração de cada lote e registrando se de fato alguém residia no domicílio (D'ANTONA, 2012). A seguir, cada unidade doméstica foi associada a uma identificação única (ID), e a partir desse levantamento foram sorteados 50 IDs em cada setor de forma aleatória.

Esta metodologia de estratificação garantiu a representatividade populacional do levantamento ao mesmo tempo em que levou em conta as dificuldades na realização do trabalho de campo (CRAICE, 2013). Um processo de amostragem probabilística necessita de uma listagem com as unidades as quais se pretende investigar, no caso da pesquisa de campo de 2009, a unidade de análise era a unidade doméstica. A primeira etapa de estratificação selecionou áreas específicas do município através de dados secundários. A segunda etapa de concretização da listagem para o sorteio apenas foi realizada nas áreas previamente sorteadas, o que otimizou o tempo da equipe durante o campo.

Ainda no âmbito da Fase III do projeto houve uma nova campanha de campo em Lucas do Rio Verde em 2013, com a visita aos mesmos 500 domicílios que haviam sido visitados no ano de 2009. As mudanças verificadas foram muito significativas. Houve mudança dos moradores residentes em cerca de 50% dos endereços, sendo que parte dos imóveis passou a ter novas finalidades de uso, passando do uso residencial a uso comercial. Essa mudança tão significativa em um período de tempo tão curto reflete o processo de intensa dinâmica existente no município. Ou seja, depois de apenas quatro anos as famílias residentes não eram mais as mesmas, ou havia mudado a destinação do imóvel (de habitacional para comercial, por exemplo), o que é um indicador forte a respeito da dinâmica de mudança pela qual passa esse município. Esta campanha de campo em 2013 gerou o projeto *Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: 'follow-up' do caso de Lucas do Rio Verde (MT)*.

3.1.2 O projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: 'follow-up' do caso de Lucas do Rio Verde (MT)

O projeto *Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: 'follow-up' do caso de Lucas do Rio Verde (MT)* (2013-2017) teve como objetivo investigar as

características recentes do processo de ocupação do Cerrado, considerando especificamente o caso da integração da cadeia produtiva da soja no município de Lucas do Rio Verde (MT) (CARMO, 2013). Para tal, teve como proposta visitar novamente as 500 unidades domésticas entrevistadas nas pesquisas de campo anteriores, em 2009 e 2013, com objetivo de identificar as mudanças de duas dimensões centrais: as mudanças nas características familiares e individuais e na organização do espaço urbano, enfatizando a mudança do uso dos endereços de residenciais para outros como comerciais. Os resultados do projeto de pesquisa apontaram que a dinâmica populacional do município esteve associada ao desenvolvimento do agronegócio, alterando as características da população, dentre as quais se destacam a região de origem do imigrante, escolaridade, faixa etária e ocupacional (CARMO et al., 2015). Mostrou-se também que uma dinâmica urbana intensa. Tais aspectos foram aprofundados nesta tese.

3.2 O trabalho de campo

Durante o mês de julho de 2015 foi realizado o trabalho de campo que atendia ao projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: ‘follow-up’ do caso de Lucas do Rio Verde (MT)”. O projeto teve como objetivo retornar aos 500 endereços entrevistados em 2009 no âmbito do projeto *Desflorestamento da Amazônia e a Estrutura das Unidades Domésticas* tendo em vista a intensa dinâmica demográfica e a expansão urbana que o município está passando em anos recentes.

A proposta do projeto de pesquisa que culminou no trabalho de campo consistiu na realização do *follow-up* (estudo de acompanhamento) das entrevistas realizadas em 2009⁸². Ou seja, retornou-se aos 500 endereços entrevistados em 2009 para a realização de um novo levantamento. Sobre as entrevistas de 2009, estavam disponíveis as informações sobre da unidade doméstica (nome dos entrevistados) ou do endereço da unidade doméstica entrevistada, informações que auxiliaram no retorno em 2015.

O processo de amostragem da pesquisa em 2009 tinha como objetivo obter dados representativos de toda população da cidade de Lucas do Rio Verde. Entretanto, esta tese não teve como objetivo realizar análises representativas para toda a população do município, mas compreender as tendências acerca da mudança residencial tal qual as investigações de

⁸² Para maiores informações sobre o projeto que gerou o levantamento de 2009, ver Craice (2013) e UNICAMP/NEPO e IU/ACT (2009).

Delaunay e Dureau (2004) e Mendonça (2002). A cidade apresentou um intenso crescimento populacional e urbano entre 2007 e 2015, não sendo possível afirmar que as informações são representativas da população de 2015.

A definição de qual a unidade de análise de aplicação do *survey* de 2015 veio de encontro com as preocupações colocadas pela pesquisa que envolvia investigar a relação entre o processo recente de integração da cadeia produtiva em termos populacionais e do espaço urbano. Optou-se por tomar o *endereço* para localizar o lugar físico para realização do *follow-up*. A principal razão foi retornar ao endereço, o que possibilitaria um estudo comparado do espaço urbano e da população do município entre 2009 e 2015. Por exemplo, em um endereço onde havia uma residência em 2009 e na nova visita houvesse um terreno vazio, poderia indicar um processo de especulação na região. Isso não seria possível se o *follow-up* se centrasse na unidade doméstica.

Nesse sentido, a busca pelos lugares para a realização de entrevista teve como diretriz o endereço. Os 500 endereços poderiam se enquadrar em três situações distintas de condução da entrevista:

- Grupo I – Endereço de 2015 exatamente igual ao de 2009: entrevistamos o mesmo endereço de 2009. Neste grupo estão também endereços que mudaram de função, residências que se tornaram comércio ou prédio para locação. Nestes casos, foi captada a mudança de função, não sendo realizada nenhuma entrevista;

- Grupo II – Um endereço de 2009 se desdobrou em vários endereços em 2015: este é o caso, por exemplo, no qual uma casa foi destruída e houve a construção de um prédio. Neste caso, buscou-se entrevistar todos os endereços desdobrados;

- Grupo III – Agrupamento de vários endereços entrevistados em 2009 em apenas um endereço em 2015: este poderia ser o caso de um conjunto de quitinetes e casas de frente e de fundo entrevistadas em 2009 que foram “agregadas” sob um mesmo endereço. Neste caso, seria realizada apenas a entrevista em um endereço, sendo que os outros casos eram computados como “em ruínas”.

As diretrizes para a realização das entrevistas no Grupo II se apresentaram inviáveis em alguns momentos do campo pelas dificuldades em se compreender se havia ou não uma divisão de endereços. Não foi encontrado nenhum caso de um endereço que se tornou um prédio como havia sido previsto. Contudo, foram encontradas situações onde os atuais proprietários ou inquilinos não conseguiam precisar o momento de construção dos

outros domicílios naquele endereço. Em tais casos, foi entrevistado exatamente o endereço registrado, mas não foram entrevistados todos os endereços “fragmentados”.

Cabe salientar que a *unidade doméstica* continuou sendo considerada como unidade de análise no caso de realização da entrevista. A unidade doméstica (“casa”), conforme o Manual de 2009:

[...] trata-se do grupo de pessoas que compartilham seus rendimentos e dividem suas despesas parcial ou integralmente. Normalmente a unidade doméstica é a casa. Para identificar uma unidade doméstica, permita que a entrevistada decida quem é membro de sua unidade doméstica. Se ela tem dúvidas ou é incapaz de decidir quem deve incluir, use a seguinte definição: a unidade doméstica é composta pelo grupo de pessoas que compartilham a moradia, a cozinha, a alimentação. Isso às vezes irá incluir pessoas que vivem numa casa anexa, às vezes poderá incluir pessoas que moram numa casa próxima e às vezes poderá incluir membros da família que estão temporariamente morando fora da casa entrevistada. Em caso de dúvida, inclua a todos como membros da unidade doméstica. (UNICAMP/NEPO e IU/ACT, 2009, p. 3-4)

O questionário construído em 2015 (Anexo A) foi baseado no questionário aplicado em 2009. O questionário aplicado em 2009 contava com um conjunto de questões que buscou captar informações sobre os moradores, características da unidade doméstica, opiniões sobre questões ambientais e as condições de vida sob as quais estes estavam submetidos de forma transversal.

Ademais dos temas relativos ao questionário de 2009, o *survey* de 2015 contou com um conjunto de questões sobre características da construção. Inserido na caracterização do endereço inicial, este conjunto de questões permitiu comparar aspectos do endereço entrevistado/visitado entre 2009 com 2015. No questionário no Anexo A, o conjunto de questões veio logo abaixo da informação do endereço. Através da questão “Qual o tipo de construção?” foi possível captar a mudança de função do endereço. Por exemplo, antes era uma residência e se tornou um comércio, ou está vago, ou não há mais construção.

As questões estavam distribuídas em sete blocos no *survey* de 2015: *follow-up* da Unidade Doméstica de 2009; Migração; Características dos Membros; Características da casa; Percepção Ambiental; Percepção da Aplicação da Entrevista e Status da Aplicação. O bloco *follow-up* da Unidade Doméstica de 2009 buscou captar se os moradores no endereço permaneciam os mesmo ou se tratavam de novos moradores. Caso fossem moradores novos, questionava-se também se algum morador novo ou algum vizinho conhecia o novo endereço dos moradores de 2009. O bloco de Migração visou investigar diferentes movimentos territoriais migratórios ou movimentos dentro da cidade do(s) indivíduo(s) de referência. O

terceiro bloco, Características dos Membros, levantou pontos para traçar um perfil sociodemográfico dos moradores. O bloco Características da casa investigava as condições de vida da unidade doméstica. As questões da Percepção Ambiental tinham como foco coletar impressões sobre a proximidade de questões ambientais com a realidade das famílias. E, por fim, os dois últimos blocos foram utilizados para controle da qualidade da informação e da aplicação da entrevista.

Por ser um questionário extenso, a aplicação levava entre 20 a 35 minutos. Entretanto, acredita-se que esta média de tempo está subestimada, como será exposto posteriormente.

A pessoa de referência – a “dona da casa” – foi quem prioritariamente respondeu o questionário. Frequentemente a “dona da casa” refere-se ao chefe do *household* ou à esposa do chefe de domicílio. Quando não havia a figura da dona, o questionário era respondido pelo “dono da casa”.

3.2.1 As questões sobre mobilidade residencial

Dentro da proposta de reelaboração do questionário para o projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: ‘follow-up’ do caso de Lucas do Rio Verde (MT)”, um conjunto de questões sobre mobilidade residencial foi inserido a fim de atender as questões desta tese. O conjunto visou reconstruir a trajetória dos moradores entrevistados no município, a “dona” e o “dono” da unidade doméstica, desde o lugar inicial que moraram em Lucas do Rio Verde até a residência atual.

O conjunto de questões sobre mobilidade residencial foi captado transversalmente, porém com perguntas longitudinais, único conjunto que utilizou tal método no questionário. Isso significa que foram levantadas informações sobre a mudança de todas as residências nas quais o entrevistado morou, da primeira morada até a residência atual. As questões tratavam do ano e do mês da mudança para determinada residência (q. 12), do bairro da residência (q.15) e do porquê de realização da mudança (q. 13).

Dentre os trabalhos sobre mobilidade residencial, é possível distinguir três métodos de coleta distintos. Um primeiro grupo utilizou o recorte transversal (MOLINATTI et al., 2014; MAGALHÃES e RIOS-NETO, 2004); um segundo grupo utilizou dados transversais com dois pontos no tempo (CUNHA, 2015; DOTA, 2015); e um último grupo que tratou de dados transversais com perspectiva longitudinal, quer dizer, coletaram os dados num ponto do tempo, mas incluíram informações retrospectivas do entrevistado

(DELAUNAY e DUREAU, 2004; MENDONÇA, 2002; SMOLKA, 1992a, 1992b, 1994). Entretanto, a informação retrospectiva não é usualmente coletada pelo Censo, principal fonte de dados secundários. Outra opção consiste nos dados secundários coletados através do guia do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para análise longitudinal da mobilidade residencial utilizado por Smolka (1992a, 1992b, 1994). Esta fonte possui limitações relevantes: refere-se apenas à aquisição de imóveis e não possui informações sobre imóveis alugados, os proprietários não são necessariamente os moradores do imóvel, e não cobre os imóveis construídos de forma ilegal (SMOLKA, 1994).

Diante das dificuldades em obter dados através de fontes secundárias, a opção encontrada foi a coleta direta da informação através da aplicação de questionários, tal qual Delaunay e Dureau (2004) e Mendonça (2002). A preocupação central nestes casos não foi com a representatividade da amostra entrevistada, mas sim com a possibilidade de se aprofundar sobre a forma como a população se movimenta entre residências na cidade.

Reconstruir a trajetória pressupõe elaborar questões que permitissem mapear as mudanças intraurbanas temporalmente e espacialmente, ou seja, uma pergunta acerca de quando isso aconteceu e para onde se mudou. Em termos temporais, a sub-hipótese foi que a entrada das *global tradings* como ADM, Cargill ou BRF (antiga Sadia) provocou uma redistribuição da população na escala municipal. Para compreender a dimensão espacial, é importante ter em conta elementos como a especialização comercial do centro e as margens da rodovia e, associado à especialização de tais áreas, o aumento de alugueis nestas áreas estratégicas para reprodução do capital. Estes elementos significariam diferentes movimentos populacionais intraurbanos, como a saída de estratos de baixa renda das áreas centrais. Além do traçado da trajetória, o conjunto de questões buscou investigar a razão principal da mudança, a fim de aprofundar a discussão acerca das trajetórias intraurbanas e sua relação com diferentes dimensões que podem influenciar a decisão (como o aumento do aluguel, a aquisição da casa por um projeto habitacional, o casamento, a separação, etc.).

Para iniciar o conjunto de questões sobre trajetória residencial, orientou-se a equipe de campo a realizarem as perguntas em ordem cronológica, questionando o momento da primeira mudança para o município (a data, o bairro e a motivação para a escolha do local) passando-se para as perguntas sobre a segunda residência e assim sucessivamente até o local de moradia atual. O procedimento buscava estabelecer junto ao entrevistado uma linearidade das mudanças, o que evitaria possíveis esquecimentos e facilitaria estabelecer uma associação lógica. Em termos temporais, a precisão acerca das respostas é de difícil mensuração, porém

alguns trabalhos apontam que a imprecisão temporal não passa de dois anos (GOODE e HATT, 1979), o que não comprometeria a investigação.

3.2.2 Do papel para o digital

A grande inovação para a pesquisa em termos de recursos materiais se refere à utilização de *tablets* enquanto ferramenta de coleta. A proposta foi substituir por completo o questionário em papel, bem como outras documentações de apoio, pelas versões digitais. Entretanto, o objetivo não foi completamente satisfeito como será apresentado a seguir.

A preocupação central durante a escolha do software⁸³ mais apropriado recaiu sobre o sigilo das informações dos entrevistados. Deste modo, um sistema foi desenvolvido no qual as respostas ficariam armazenadas unicamente no servidor, não necessitando de intermediadores. Os aplicativos utilizados no *tablet* foram ANDROPHP e Servidor FTP. O primeiro exerceu a função de servidor Web, com suporte PHP e MySQL, e o segundo foi utilizado para transferir os arquivos com o questionário para o *tablet*.

Com a ferramenta, as respostas dos entrevistados eram instantaneamente dispostas em formato de banco de dados, as variáveis em colunas e os casos em linhas, imediatamente dispostas para análise. Para isso foi necessária a sincronização dos dados de cada *tablet* com o servidor do Nepo, trabalho que foi incorporado na rotina de todas as manhãs.

Nas pesquisas anteriores, a informação era coletada através de questionário em papel, que deveria ser digitado manualmente para o acesso as informações digitais. O tempo entre a realização da pesquisa e o acesso aos dados em formato digital era de cerca de quatro meses. Deste modo, os ganhos em termos de agilidade de acesso ao dado com o *tablet* suscitou uma experiência extremamente positiva.

A passagem do questionário de papel ao digital trouxe desafios durante o decorrer da pesquisa e reflexões para pesquisas posteriores. Um primeiro ponto se deu pela própria lógica do questionário em papel para uma lógica em formato digital, ou como pensar a melhor forma de apresentar cada questão de acordo com o recurso utilizado. Por exemplo, todas as perguntas para cada membro da unidade doméstica apareciam em apenas uma folha no questionário de papel. Era possível colocar todas as questões na mesma tela do *tablet*? O

⁸³ O responsável pelo desenvolvimento da ferramenta digital foi Rogério Fabbri Broggian Ozelo, administrador da rede Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO), juntamente com alguns membros da equipe de campo.

tamanho da letra não ficaria pequeno? Qual seria a perda em não ter todas as questões e suas respectivas respostas frente aos olhos?

Um segundo aspecto considerado na passagem do questionário em papel para o *tablet* referiu-se às idas e vindas que se enfrenta durante uma entrevista. Uma situação para ilustrar a questão: após se questionar sobre os membros da unidade doméstica e avançar para um próximo conjunto de questões, o entrevistado lembrou-se de um membro não registrado. No papel, bastaria retornar algumas folhas e preencher as informações recordadas. No digital, foi pensado um ícone como solução, que dispunha da listagem de todas as questões do questionário disponível ao longo de toda a entrevista. Ao clicar no ícone, era possível retornar às questões anteriores ou avançar para questões posteriores. Isso permitiu a circulação com maior facilidade entre as questões⁸⁴.

A terceira dificuldade com o questionário digital se deu pelas limitações técnicas da equipe em campo. Dois erros principais foram recorrentes durante a aplicação. O primeiro referiu-se à listagem de endereço disponibilizada no próprio *tablet*. Em casos de dois domicílios com o mesmo logradouro (em um prédio, por exemplo), o software recorrentemente não trazia as informações corretas. Como solução ao problema, cada entrevistador carregava consigo uma listagem impressa de endereços, assim o controle passou a ser feito também em papel. Outro problema ocorreu quando o *software* mostrava telas de erro. O desenvolvedor orientou a equipe a encerrar o programa e abri-lo novamente, de modo que este retomasse a entrevista do ponto onde o problema aconteceu. Entretanto, ao longo do campo, se mostrou mais prudente dar continuidade na entrevista com o questionário impresso, priorizando a fluidez da entrevista. Concluindo, a equipe em campo optou por procedimentos manuais como solução aos problemas digitais.

Por fim, é essencial refletir sobre como desenvolver um survey pensado para a linguagem digital. Outros dispositivos além do *tablet*, como o celular, podem e devem ser incorporados em uma pesquisa científica. Unir o conhecimento de entrevistas, tanto teórico como prático, com a linguagem do software e suas potencialidades, poderia suscitar outros conjuntos de questões e outras formas de abordagem não previstas em lógicas que se prendam ao papel. Ou seja, romper com a lógica do papel e incorporar uma visão digital do

⁸⁴ Mesmo com a solução alguns problemas surgiram ao longo do campo. Por exemplo, um problema do software não solucionado: em certos momentos quando era necessário modificar uma resposta anterior do entrevistado, situação recorrente durante uma entrevista, o programa não conseguia armazenar apropriadamente as informações. Nestes casos, os entrevistadores anotavam os “erros” no campo anotações no próprio software e as informações eram corrigidas pela coordenação no próprio banco de dados.

questionário possibilitaria usufruir das potencialidades dos dispositivos digitais. Eis um desafio para pesquisas futuras.

3.2.3 A organização da aplicação do survey

O campo contou com seis pesquisadores, três deles estiveram presentes os 30 dias⁸⁵. Os entrevistadores trabalharam o total de 82 dias, e a média de entrevistas foi de 4,12 entrevistas por dia. O número de visitas aos endereços foi superior a esta média, sendo que em cada casa ausente retornou-se ao menos 3 vezes.

Durante o campo foram usados materiais de auxílio no momento da aplicação do questionário e no processo para encontrar o endereço. Os materiais necessários no dia-a-dia eram: o *tablet* acoplado na prancheta, os mapas dos setores, a lista dos domicílios com localização completa (número do caso, setor, quadra, lote, rua, número, complemento, bairro), os questionários de papel em branco e a caneta.

O procedimento para encontrar o domicílio correto a ser entrevistado consistia em, primeiramente, procurar o endereço, definindo o setor e buscando pelo nome da rua e número do domicílio. Caso o endereço não fosse localizado, o mapa do setor era utilizado de forma a procurar o domicílio a partir de seu terreno, numerado por lotes. E se, ainda assim, não fosse possível encontrar o domicílio, procurou-se um morador mais antigo naquela rua, perguntando-o se tinha conhecimento do nome da pessoa, em qual domicílio a pessoa morava em 2009 e onde a pessoa se encontrava hoje.

O *tablet* foi acoplado a uma prancheta comum a fim de tornar menos atrativo à população nas ruas. A prancheta também foi um instrumento que auxiliou na portabilidade do próprio *tablet* além de facilitar no manuseio do material levado a campo, como por exemplo, no momento da consulta ao mapa de identificação dos endereços ou quando se usou os questionários de papel. O questionário de papel foi utilizado em caso de problema com o *software* ou quando o entrevistado estava com pressa, já que a aplicação no papel era mais rápida. Carregar a prancheta se mostrou mais confortável que apenas segurar o *tablet* na mão e proporcionou uma maior proteção em caso de queda do aparelho.

⁸⁵ As entrevistadoras em tempo integral foram Kelly Camargo e Sofia Furtado. Os entrevistadores em tempo parcial foram Giovana Gonçalves e Felipe Vazquez. A pesquisadora Carla Craice esteve presente por todo o tempo do campo, exercendo funções de coordenação e de entrevistadora. O professor Roberto do Carmo foi o coordenador principal do projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: ‘follow-up’ do caso de Lucas do Rio Verde (MT)”.

O grupo se organizou conforme as necessidades do campo surgiam. Com o passar dos dias, os membros do grupo foram adquirindo prática na aplicação de questionário pelo *software* do *tablet*, desenvolvendo a entrevista com maior agilidade e com menor número de erros. Fatores como a observação do banco de dados ao final de todos os dias, o controle da quantidade de questionários aplicados por meio de uma tabela (atualizada diariamente), a rápida localização de erros e, conseqüentemente, sua rápida correção, em conjunto com o material usado adequadamente, trouxeram maior segurança e eficiência, mostrando a importância deste tipo de organização diária.

Como estratégia inicial, as saídas a campo aconteceram em forma de duplas. Primeiro, por conta da experiência com o município e com o manejo do questionário, pois duas das entrevistadoras iniciais realizaram campo em projeto anterior. Segundo, pela segurança pessoal das pesquisadoras. Após o reconhecimento das vizinhanças a serem visitadas, o campo passou a contar com apenas um entrevistador.

Alguns casos apresentaram maior grau de dificuldade para realização da entrevista, seja por não encontrar nenhum morador no domicílio, seja por moradores que solicitavam que entrevista se realizasse em outro momento. A estratégia para esses casos consistiu em retornar ao domicílio no mínimo três vezes, em períodos alternados (exemplo: 1ª visita realizada na segunda-feira de manhã, 2ª entrevista em outro dia da semana durante a noite ou final da tarde, e a 3ª entrevista no final de semana). Porém, o retorno se deu em número maior de vezes devido aos setores nos quais os moradores se mostraram mais resistentes a ceder a entrevista. Este foi um aspecto desgastante para os entrevistadores no campo, especialmente quando não era possível realizar a entrevista.

O horário de trabalho começava às nove da manhã e se estendia até o horário de almoço durante a manhã; e no período da tarde entre às três até às seis horas e meia nos primeiros dias. O horário de início da noite se tornou primordial ao longo do campo, por conta da dificuldade em encontrar os moradores que trabalhavam. Por este motivo, o horário da tarde se estendia até às oito da noite. Na sexta, sábado e domingo, os entrevistados se mostraram mais indisponíveis, sendo que alguns demonstraram certa desconfiança do horário de trabalho enquanto outros casos não havia ninguém em casa.

O tempo médio de entrevista foi de vinte e sete minutos. É importante salientar que os entrevistadores encontraram problemas nos *tablets* durante as entrevistas, com endereços faltantes e erros. Nesses casos, as entrevistas eram realizadas no papel e digitadas posteriormente no *tablet*, o que subestimava o tempo de entrevista. A fim de minimizar esses

erros, foram excluídas do cálculo entrevistas com mais de três horas de duração (entrevistas sinalizadas como problema); entrevistas realizadas fora do horário habitual do campo e que foram digitadas posteriormente; e entrevistas digitadas em dias dedicados a transcrever os questionário em papel.

Os setores 1 e 25 foram os mais difíceis de conseguir entrevistas. São setores centrais do município e, devido à estrutura das casas em comparação com outros lugares da cidade, aparentavam ser os bairros preferidos pela população com maior poder aquisitivo. Encontrou-se certa dificuldade na própria recepção à porta do domicílio, seja porque os moradores não estavam nas casas (ausentes), seja porque dispensavam a entrevista sem atender ao entrevistador pessoalmente (negadas). Estes foram os setores localizados na área central do município, apresentando o menor número de entrevistas completas realizadas (24 e 26 respectivamente).

Tabela 12 – Situação dos endereços por setor censitário visitado
Lucas do Rio Verde, 2015

	possuíam Unidade Doméstica				demais casos			Total
	Entrevistas Completas	Incompletas	Ausentes	Negadas	Outro uso vazio	Erro mapeamento	Sem info	
Setor 1	24	1	7	7	11	0	0	50
Setor 8	31	0	6	1	9	2	1	50
Setor 12	40	0	7	0	2	1	0	50
Setor 15	38	0	5	1	5	1	0	50
Setor 17	37	0	3	0	6	4	0	50
Setor 20	39	0	2	2	6	1	0	50
Setor 21	34	0	4	1	10	0	1	50
Setor 23	37	0	5	2	6	0	0	50
Setor 24	32	0	4	6	8	0	0	50
Setor 25	26	1	6	4	10	1	2	50
Total	338	2	49	24	73	10	4	500

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “follow up” do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Na Tabela 12 se observa que a maior parte dos domicílios ausentes se concentrou nos setores 1, 8, 12 e 25; enquanto no setor 17 houve o maior número de domicílios os quais não foram encontrados o endereço, ou houve erro de mapeamento (4 domicílios). A situação de entrevista incompleta foi verificada em dois setores, no setor 1 e no setor 25, uma entrevista em cada setor. Neste caso, os entrevistados pararam a entrevista no meio do questionário e não aceitaram dar continuidade posteriormente. Os setores com mais casos de mudanças de função (“não é domicílio”), seja porque a casa se tornou ruína, seja por estar

abandonada ou por abrigar um comércio, foram os setores 1, 8 e 21 (11, 10, 9 endereços, respectivamente).

Os domicílios muito difíceis de obter o questionário respondido eram considerados como negados, casos de ao menos três agendamentos fracassados. Afinal, considerou-se ser esta uma negação velada. Também foi considerado negado quando os moradores expressamente recusavam a participação. No geral, as entrevistas negadas foram 24 no total, sendo 7 no setor 1 e 6 no setor 24. Notou-se, enfim, que o setor 1 foi o mais difícil de se obter entrevistas completas.

Conseguir uma aproximação e tornar a participação na pesquisa interessante foi um dos feitos mais desafiadores, principalmente nos bairros mais centrais e de maior poder aquisitivo. Isso é algo recorrente em pesquisas domiciliares, como o caso relatado por Dureau et al. (2011) em Bogotá. Apesar de se enquadrar como uma cidade relativamente pequena, com cerca de 50 mil habitantes, a dificuldade encontrada em metrópoles se reproduziu em uma cidade pequena comparada a Bogotá.

Segundo Günther (2003), é necessário que após a apresentação do entrevistador, se prenda o interesse do respondente pelo tema, ressaltando a importância das opiniões e das experiências dos respondentes para a pesquisa. Esse método foi utilizado em vários momentos, sendo complicado lidar com o desinteresse. Nos casos onde o primeiro contato ocorria através do interfone da residência, ter algum conhecido do entrevistado fazendo a mediação pareceu ser um caminho viável.

Em 2009, como a Tabela 13 demonstra, o setor com mais casos de entrevista negada foi o setor 25, seguido pelo setor 23 e pelo setor 21. Em 2009, uma lista de amostra alternativa das unidades domésticas foi disponibilizada. No caso de uma entrevista ser negada ou não se encontrar o casal a ser entrevistado, uma unidade doméstica da amostra alternativa era acionada. Entretanto, esta não era uma possibilidade em 2015, pois o objetivo era realizar um *follow-up*. Sem a amostra alternativa, o número de endereços visitados foi menor em 2015 comparado a 2009.

O setor 12 foi um dos setores mais receptivos aos entrevistadores. Este era um setor com lotes pequenos e ruas curtas, o que facilitou o trabalho da equipe, pois não houve multiplicação de domicílios em um mesmo endereço. Já nos setores 15 e 17, as dificuldades se deram por problemas do mapeamento de 2009, como entrevistas realizadas em lotes diferentes dos sorteados pela amostragem, o número do logradouro não encontrado, etc. Apesar das dificuldades, as equipes foram bem recebidas pelos moradores. Nos setores 8, 20,

21 e 23 os moradores também foram receptivos, apesar de alguns casos negados. Eram bairros com população de poder aquisitivo intermediário.

Tabela 13 - Situação das unidades domésticas por setor censitário mapeado
Lucas do Rio Verde, 2009

	Entrevistas Completas	Negadas	Erro mapeamento	Total
Setor 1	50	7	14	71
Setor 8	50	3	5	58
Setor 12	50	4	9	63
Setor 15	50	1	7	58
Setor 17	50	1	6	57
Setor 20	50	7	5	62
Setor 21	50	8	2	60
Setor 23	50	9	3	62
Setor 24	50	2	3	55
Setor 25	50	13	8	71
Total	500	55	62	617

Fonte: Projeto *Amazonian Deforestation and the Structure of the Households*, 2009.

É essencial buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Segundo Bourdieu (1999), um método possível é aquele em que os prováveis entrevistados sejam apresentados ao pesquisador por pessoas conhecidas de ambos. Quando existe familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado os entrevistados ficam mais à vontade e se sentem mais seguros para responder. Uma solução pode ser requisitar que algum contato apresente o entrevistador a alguém conhecido do bairro e que este leve o entrevistador às casas. Ou contratar entrevistadores do próprio município de forma a mostrar familiaridade com os locais e personalidades dos setores.

Ao final da pesquisa, a categoria “ausente” classificou os domicílios nos quais não foi possível encontrar o morador na residência em nenhuma das visitas. Apesar de não possuir a entrevista de tais endereços, em todos os casos buscaram-se as informações básicas com vizinhos: se eram os mesmos moradores de 2009 e, caso fossem moradores distintos, se os vizinhos possuíam informações sobre onde os moradores antigos estavam morando.

3.3 O banco de dados

O trabalho de investigação a partir de dados primários não se encerra no momento de coleta de dados. Após a construção do banco de dados é necessário um trabalho de revisão do material reunido e um esforço para encontrar a forma de categorização dos dados que

permita melhor das questões tratadas pela pesquisa em curso. Este item apresentará aspectos sobre a análise crítica dos dados e a categorização construída da variável ocupacional e dos bairros. Cabe ressaltar que o banco de dados analisado no capítulo 5 contou com informações de 329 indivíduos, 329 residências dos entrevistados (informações como material, número de dormitórios, etc.) e 780 mudanças de residência internas ao município de Lucas do Rio Verde.

3.3.1 A análise crítica dos dados

Um primeiro passo necessário para a consolidação do banco de dados consiste a análise crítica⁸⁶ dos dados. A análise crítica do material coletado consistiu na revisão da consistência dos dados obtidos, buscando principalmente omissões, erros de digitação e problemas de fluxo do questionário. Sobre os problemas de preenchimento, verificou-se se as respostas condiziam com aquilo que o campo exigia. Por exemplo, a data de nascimento de um membro da Unidade Doméstica (questão 21 no questionário no Anexo A) não poderia assinalar um momento futuro à aplicação do questionário ou não poderia apresentar somente dois dígitos no ano. Em caso de problemas de preenchimento, realizou-se uma análise caso a caso a fim de encontrar elementos que possibilitassem a correção da informação. Sobre o fluxo das questões no questionário, pode-se citar como exemplo o fluxo do estado civil. Caso um membro da Unidade Doméstica declarasse o estado conjugal como casado ou amasiado (questão 23), a questão sobre a data da união deveria ser respondida (questão 24). Tais incongruências foram verificadas para maior robustez do banco e da análise de dados. Por fim, verificou-se o número de caracteres de cada resposta, bem como foi padronizado a codificação do “sem informação” (*missing*) ou “não se aplica” (casos onde a questão não deveria ser respondida).

Ao final do processo de análise crítica do material e do processo de imputação, o resultado do número de casos a ser considerado foi explicitado na Tabela 14. Ao total, foram coletadas as informações de 496 endereços e realizadas 340 entrevistas. Destas 340 entrevistas, foi possível obter dados de 1.135 de indivíduos que moravam na unidade doméstica entrevistada e 854 casos de mudança de residência do casal de referência da unidade doméstica.

⁸⁶ Dureau et al. (2011, p. 2, Anexo 7.4) sintetiza que a crítica consiste em “[...] revisar la información contenida en los cuestionarios para verificar que esté completa, establecer su consistencia, y corregir los errores que se encuentran. En efecto, durante la etapa de recolección, puede ocurrir que tanto el informante como el entrevistador hayan omitido o registrado datos equivocadamente. La etapa de crítica tiene como objetivo descubrir estos casos y rectificarlos mediante un análisis fino de la información recolectada”.

Tabela 14 – Total de casos coletados através de aplicação de questionário por unidade de análise

Lucas do Rio Verde, 2015

Unidade de análise	N	Bloco de questões
Endereços	496	Informações endereço / Bloco I (Follow-up Unidade Doméstica 2009)
Entrevistas*	340	Bloco IV (Características da casa)
Mobilidade residencial (dona ou dono)* ¹²	854	Bloco II (questões 12, 13 e 15)
Membros UD	1.135	Bloco III (Membros da Unidade Doméstica - atual)
Sem informação	4	-

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

*inclui entrevistas completas e incompletas

¹ inclui casos imputados

² conjunto de informações utilizadas nos capítulos 5 e 6

O segundo processo realizado no banco de dados consistiu na reclassificação de variáveis. Em 48 casos verificou-se que não havia as respostas sobre a mobilidade residencial. Optou-se por fazer uma análise caso a caso, examinando se havia um conjunto de informações que permitissem imputar⁸⁷ as informações relativas à mobilidade residencial (local, data ou motivação). Além do quadro da mobilidade residencial retrospectiva, o questionário contou com a informação sobre a data de mudança para Lucas do Rio Verde (logo, a data de mudança para a primeira casa) e perguntas sobre o porquê da saída da residência anterior. O *survey* aplicado em 2009 também continha informações sobre a residência atual (data da mudança) e o número de mudanças realizado no município. Tendo estas informações disponíveis, optou-se por realizar uma reconstrução da mobilidade residencial quando possível. Dentre os 48 casos sem informações, foi possível detectar quatro grupos:

1 – Indivíduos que responderam não terem morado em nenhuma residência anterior, logo, sempre moraram na mesma residência⁸⁸ (10 casos);

2 – Indivíduos que responderam ter uma residência anterior em 2015, porém nas respostas de 2009 declararam não ter realizado nenhuma mudança de residência. Neste caso, optou-se por considerar que os indivíduos sempre moraram na mesma residência (4 casos);

⁸⁷ O procedimento de imputação atribui informações à ausência de resposta com base em outros casos próximos verificados no universo pesquisado (como é comum no Censo Demográfico) ou baseado em outros dados já trazidos pelo entrevistado. A imputação trazida nesse trabalho refere-se à segunda opção. Quer dizer que a imputação de informações não se dá de forma aleatória e sim controlada por variáveis que se relacionam com o dado imputado.

⁸⁸ Na pergunta 16 do questionário foi assinalada a resposta "Não se aplica", ou seja, nunca existiu residência anterior.

3 – Indivíduos que moravam na mesma casa desde 2009, logo foi possível recuperar as informações de quantidade de mudanças e data da última mudança pela pesquisa de 2009. Com o número de mudanças, a data da primeira e a data da última mudança, foram imputados os anos das mudanças intermediárias, realizando uma divisão do tempo proporcional⁸⁹ (16 casos);

4 – No restante dos casos, não foi possível recuperar as informações além do fato de ter sido realizado mais de uma mudança. De qualquer modo, é possível inferir que a última mudança foi feita após 2009 em algum momento após o primeiro *survey*. Nesses casos, a data de 2012 foi imputada caso a entrada no município tenha sido anterior a 2009 e um ano mediano no caso da entrada do município posterior a 2009 (18 casos).

Cabe salientar que para a montagem final do banco de dados para a análise dos capítulos 4 e 5, foi reavaliada a utilização de todas as mudanças de residência referentes ao dono e à dona. Uma reflexão para seleção dos casos levou em conta o bairro da morada declarada (urbano e rural), quem respondia as questões e as hipóteses deste trabalho, constituindo em três etapas de filtro das informações a serem apresentadas nos capítulos 4 e 5.

Primeiro, apesar de 1.408 casos (total após processo de imputação) de mudanças de residências serem captadas através das questões sobre mobilidade residencial, optou-se por priorizar as mudanças realizadas apenas para o urbano ou internamente ao urbano e excluir as mudanças que foram realizadas em residências localizadas na área rural do município de Lucas do Rio Verde.

Segundo, foram consideradas apenas as informações das responsáveis mulheres da residência. Em casos onde não havia responsáveis mulheres, foram considerados os homens responsáveis. Este procedimento levou em conta a imprecisão das respostas sobre o número de mobilidade residencial quando o dono estava ausente. Como a entrevista aconteceu prioritariamente com a dona da residência, esta foi selecionada para a análise. Outro ponto relevante para seleção de casos priorizando a dona do domicílio foi o fato de que grande parte dos entrevistados, quando casados, chegou ao mesmo momento ou em momentos próximos ao município. Dentre as unidades domésticas entrevistadas, 35% possuíam apenas a mulher ou apenas o homem como responsável. No caso de casais, 41% dos donos da unidade doméstica chegaram à mesma data ou em datas com apenas 6 meses de diferença. Isso

⁸⁹ Por exemplo, caso o intervalo fosse de 10 anos entre a primeira e última residência com uma mudança intermediária, o ano imputado era 5 anos após a primeira data.

indicou que há uma aproximação da mobilidade residencial da dona e do dono. Estes dois grupos juntos – de unidades domésticas com apenas um dono ou com casais que vieram juntos – representaram 76% das unidades domésticas entrevistadas.

Tabela 15 - Responsáveis pela Unidade Doméstica por momento da migração para o município Lucas do Rio Verde, 2015

	n	%
Somente homem	26	7,7%
Somente mulher	58	17,1%
Casais		
nasceu LRV*	4	1,2%
vieram na mesma data	116	34,2%
6 meses de diferença	23	6,8%
entre 6 meses e 2 anos	33	9,7%
mais de 2 anos	79	23,3%
Total	339	100,0%

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Obs: * um membro do casal responsável nasceu no município

Por fim, foram considerados apenas aqueles nascidos em estados brasileiros não naturais do município. Foram eliminados os casos de entrevistados nascidos em Lucas do Rio Verde, os entrevistados estrangeiros e os entrevistados sem origem definida.

Ao final, as análises realizadas no capítulo 5 tiveram como base as informações de 329 indivíduos e das 329 residências atuais dos entrevistados (informações como material, número de dormitórios, etc.) e de 780 residências onde estes já moraram no município de Lucas do Rio Verde.

3.3.2 A estrutura ocupacional

Este trabalho se interessou pela existência da relação entre a posição ocupada na estrutura ocupacional e a mobilidade residencial dos indivíduos. Para isso, houve a necessidade de desenvolver uma classificação ocupacional que apoiasse a hipótese levantada pelo trabalho, qual seja, que o trabalho exercido pelo indivíduo teria relações com o seu lugar de moradia no município. Para efetivar a categorização, considerou-se, primeiro, a discussão teórica desenvolvida por Antunes (2000) e Harvey (2014) sobre as transformações do mundo do trabalho a partir da década de 1980. Tal discussão teórica apoiou o debate proposto sobre migração e trabalho apresentado no capítulo 2, e a categorização da estrutura ocupacional também refletiu nos dados apresentados deste capítulo. Um segundo ponto de apoio à

reclassificação consistiu na análise de trabalhos que propuseram o mesmo exercício. Aqui se destaca Quadros e Maia (2010), que trouxeram um estudo desenvolvido a partir de dados secundários de uma pesquisa brasileira, e a discussão de Dureau, Hoyos e Flórez (1994) com o tema de mobilidade residencial.

O desenvolvimento das categorias da estrutura ocupacional enfrentou duas dificuldades. A primeira dificuldade tratou-se do modo como os dados sobre ocupação foram coletados. As questões do questionário não foram pensadas exatamente para a categorização ocupacional tal qual proposta. Desta forma, foi necessário compreender os pontos centrais da discussão teórica (HARVEY, 2014; ANTUNES, 2000; ARRUDA, 2008) e avaliar quais questões auxiliariam na construção da estrutura ocupacional, com destaque para os critérios: a participação do ocupado no agronegócio, sua posição no lugar de trabalho e a qualificação.

Ademais, foi necessário se ater ao espaço de investigação desta tese. Quadros e Maia (2010) trataram da situação laboral do Brasil como um todo, o que permitiu distinguir, por exemplo, o que ele denominou de “trabalhadores agrícolas assalariados” e “trabalhadores agrícolas autônomos” (QUADROS e MAIA, 2010, p. 452). Contudo, a partir do banco de dados utilizado para a discussão aqui proposta, tal distinção resultaria em um número reduzido de casos. Optou-se, por isso, considerar os trabalhadores relacionados à cadeia do agronegócio, classificados em proprietários, especializados e demais trabalhadores.

Três questões foram utilizadas na classificação ocupacional:

- os anos completos de estudo. Considerou-se 11 anos como “Ensino Médio completo”, e mais de 14 anos completos como “Ensino Superior completo”;
- a posição na ocupação principal. As respostas disponíveis eram empregador, autônomo, empregado do setor público, empregado do setor privado, aposentado, trabalhador agrícola e trabalhador para consumo próprio;
- o local de trabalho. Estava disponível o nome da empresa.

O primeiro passo consistiu na construção de cinco categorias de análise ocupacional apresentadas no quadro abaixo:

Figura 9 – Classificação ocupacional

Categorias	Definições
Especialistas	Escolaridade superior completa, empregados de setor privado ou autônomos
Proprietários e altos cargos	Ensino médio completo sendo empregadores (empresa própria) ou gerentes (empregados setor privado)
Técnicos de mando médio	Ensino médio completo ou superior completo/ incompleto que desempenham funções de mando médio (supervisores/pequenos empresários) ou similares (professores, funcionários públicos)
Empregados administrativos e vendedores	Trabalhadores assalariados que desempenham atividades administrativas (contadores, caixa, secretária) e vendedores
Empregados de baixa qualificação	Empregados sem ensino médio completo sem função técnica ou administrativa

Fonte: elaboração própria.

No segundo passo, classificou-se a participação ou não do entrevistado na cadeia do agronegócio a partir do nome declarado da empresa e da posição na ocupação que envolvia trabalho agrícola. Esta classificação foi realizada a partir de informações fornecidas pelo entrevistado e verificada por buscas na Internet. Diferentes empresas se enquadraram como pertencentes à cadeia do agronegócio, algumas com uma associação mais direta como fazendas, a BRF, as empresas transnacionais como Amaggi, Cargill e Syngenta e lojas de revenda de produtos agropecuários. E até algumas firmas com ligação não explícita com o agronegócio, como uma empresa de desenvolvimento de software voltada para a produção agropecuária e uma empresa especializada em fornecer alimentação para a BRF.

Com a informação sobre o emprego no agronegócio, foi possível concatenar as categorias ocupacionais do quadro acima com a empregabilidade na cadeia carne/grãos. Através da Tabela 16 foi possível observar que 627 indivíduos estavam ocupados no momento da entrevista, concentrados em empregos de baixa qualificação (371), administrativos e vendedores (131). Foi mapeado que 134 destes tinham suas atividades associadas à cadeia carne/grãos, o que representa 21% do total geral. Nota-se que há uma concentração maior de especialistas, proprietários e altos cargos no agronegócio do que em outras ocupações, representando respectivamente 59% e 26% do total das suas categorias. A representação nas demais categorias permaneceu por volta de 20%. Os resultados apresentados na tabela abaixo se vinculam à população geral com o levantamento de informações das questões voltadas aos membros da Unidade Doméstica no *survey*.

Tabela 16 – População ocupada por posição na ocupação (total e no agronegócio) e população aposentada
Lucas do Rio Verde, 2015

	Total	Agronegócio	% agronegócio
Especialistas	24	14	58%
Proprietários e altos cargos	54	14	26%
Técnicos de mando médio	47	10	21%
Empregados administrativos e vendedores	131	28	21%
Empregados de baixa qualificação	371	68	18%
<i>Total</i>	<i>627</i>	<i>134</i>	<i>21%</i>
Aposentados	25	-	-

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

3.3.3 A classificação dos bairros

Ao compreender a formação da estrutura territorial (VILLAÇA, 2001) da cidade de Lucas do Rio Verde, tornou-se possível concretizar uma classificação dos bairros. Isso permitiu realizar a análise posterior sobre a mobilidade residencial, inclusive sobre os processos de *saída dos dissemelhantes* (SMOLKA, 1994) e sobre a segregação residencial.

A aplicação do *survey* na pesquisa de campo centrou-se em bairros mais antigos, não abrangendo aqueles criados após 2009. Por exemplo, um bairro significativo dentre as respostas sobre mobilidade residencial do questionário, o Rio Verde, não se configurava entre a amostragem, dificultando sua classificação pelos dados. Quando se partiu para uma classificação a partir das fachadas das casas, os diferenciais não eram tão claros. Novamente o exemplo do bairro Rio Verde, que apresentava aspectos visuais e populacionais muito próximos aos bairros no entorno, como Jardim das Palmeiras ou Cidade Nova. Por isso, foi feita a opção metodológica por faixas de renda *per capita* a partir da divisão de quartis, considerando-se os dados do Censo Demográfico 2010 dos bairros. Em um segundo momento, fez-se uma análise crítica das faixas de renda a partir da experiência dos achados da pesquisa de campo.

A opção pela classificação a partir de dados secundários é comum em trabalhos que tratam sobre a mobilidade residencial, seja para classificação de bairros (MENDONÇA, 2002), seja para classificação de vizinhança (DELAUNAY e DUREAU, 2004). A classificação auxilia na compreensão do espaço pela demarcação de condomínios ou de bairros novos voltados para projetos habitacionais (como o Programa Minha Casa, Minha Vida), ou para caracterizar bairros mais antigos que já carregam traços de sua estruturação territorial. A partir da classificação dos lugares na cidade, é possível vislumbrar de onde saem

e para onde vão os fluxos de troca de residência que, antes de serem ingênuos ou inconsequentes, carregam consigo processos sociais complexos. Desta forma, a classificação dos lugares permite compreender o papel que a estrutura urbana (e sua reestruturação) tem em organizar os fluxos intraurbanos.

A unidade de classificação se delimita pela agregação de dados oferecida pela fonte de dados. No caso do Censo Demográfico 2010, por exemplo, a menor unidade de análise possível é a grade estatística⁹⁰ para dados do universo e a área de ponderação para os dados da amostra. Analisando a malha georrefenciada para os setores censitários, verificou-se que era possível reconstruir os bairros a partir dos setores censitários e não foi necessário utilizar a grade estatística.

Para efetivar a classificação, o primeiro passo consistiu em construir o desenho dos bairros existentes no município. Para isso, utilizou-se a malha com os setores censitários do Censo 2010 disponibilizado pelo IBGE. Os bairros foram construídos considerando a declaração no conjunto de questões sobre a mudança de residência do *survey*. Ou seja, todos os bairros declarados foram localizados espacialmente através da malha de setor censitário. Dois foram os principais norteadores para a reclassificação dos setores censitários em bairros: primeiro, a própria malha censitária que relacionava 59 setores censitários a algum bairro, sendo que 51 destes setores remetiam à 12 bairros^{91, 92}; segundo, o mapa urbano disponibilizado pela prefeitura⁹³, que além de auxiliar na reclassificação dos setores não nomeados, pautou uma análise crítica dos bairros nomeados na própria malha oferecida pelo IBGE. Através da união de setores censitários em bairros, os 78 setores censitários⁹⁴ se tornaram 20 bairros⁹⁵.

⁹⁰ Para mais informações, ver Bueno (2014).

⁹¹ Foram contados como o mesmo bairro setores que possuíam o mesmo nome com numerações sucessivas. Por exemplo, o Parque das Emas I, Parque das Emas II e Parque das Emas III foram contados como um bairro.

⁹² Os setores associados a bairros significam que o município possui uma subdivisão formal de bairros segundo as notas metodológicas dos setores censitários (IBGE, 2011).

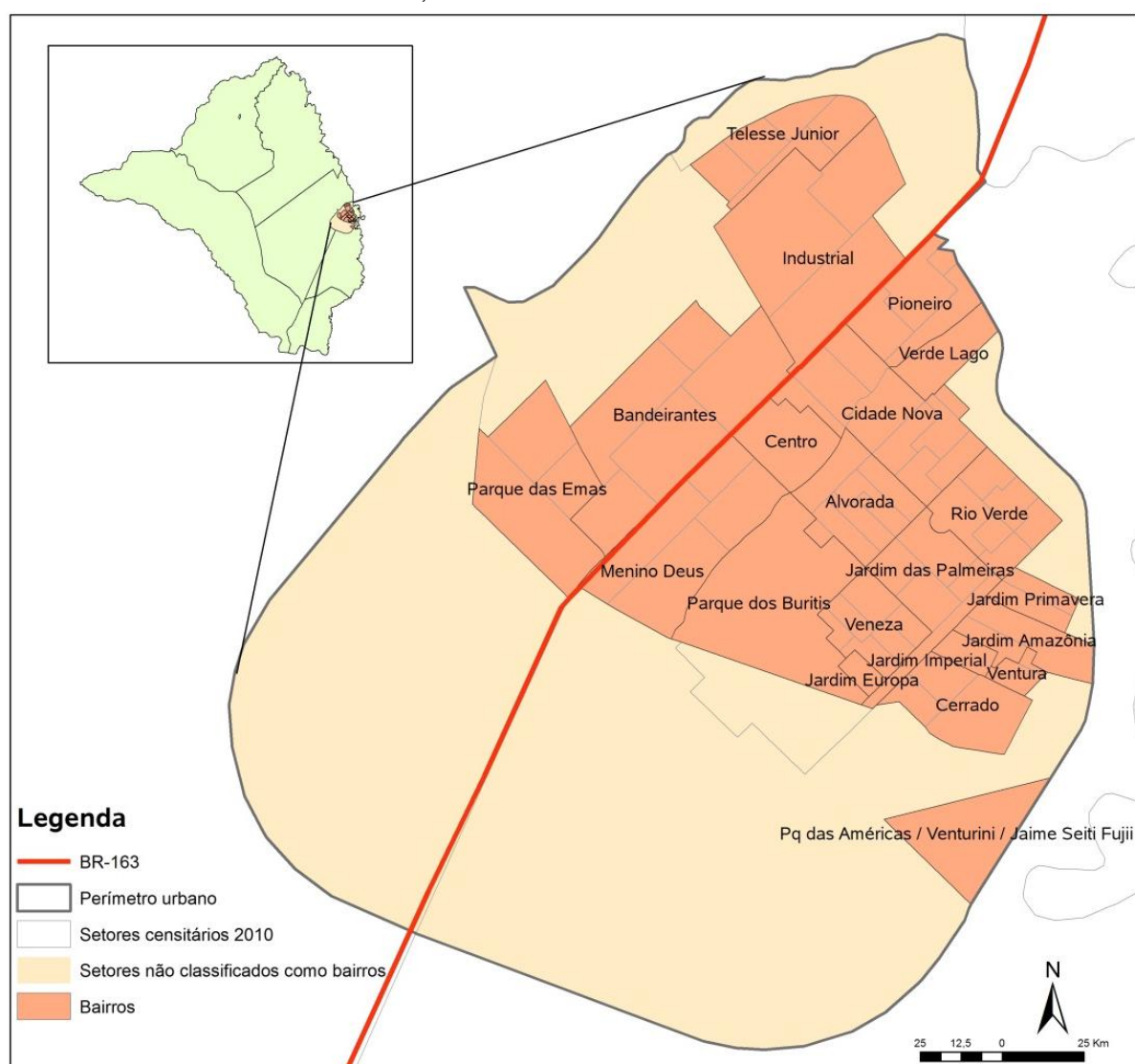
⁹³ Mapa urbano disponibilizado no site: http://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/portal/mapa/mapa_cidade.php. Acesso em: 20 jun. 2016.

⁹⁴ Lucas do Rio Verde possui 84 setores censitários na malha relativa ao Censo Demográfico de 2010, sendo que 6 são classificados como áreas rurais e 78 como urbanas. Dentre os setores urbanos, apenas um se localiza no distrito de Groslândia, sendo que o restante se concentra no distrito sede denominado Lucas do Rio Verde. A pesquisa refere-se ao distrito central, assim o setor urbano referente à Groslândia não foi considerado na reclassificação.

⁹⁵ Entende-se que esta é uma aproximação não exata do desenho dos bairros tendo em vista que a denominação dos bairros é fluida e expressa as marcas físicas da cidade (como as ruas). Entretanto, a construção de bairros se demonstrou fundamental para o desenvolvimento do trabalho, apesar das suas limitações.

O resultado pode ser conferido no mapa abaixo. Alguns setores censitários não foram identificados enquanto bairros devido a sua grande extensão, não sendo possível identificar o bairro correspondente ao setor (estão assinalados em amarelo claro no mapa). Os bairros Parque das Américas, Venturini e Jaime Seiti Fujii foram agregados em apenas um setor. Estes três se referem a uma área de expansão recente por conta dos projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida inaugurados em 2013 e, logo, não apresentavam diferenciação na malha censitária de 2010.

Figura 10 – Setores censitários agregados em bairros
Lucas do Rio Verde, 2010



Fonte: IBGE, Malha digital setores censitários, 2010. Elaboração própria.

O segundo ponto da classificação consistiu na construção de uma caracterização econômica dos bairros para agregá-los em faixas de renda. A opção pela renda se deu por

limites dos dados agregados por setor censitário, que correspondia à informação do questionário do universo. Outras opções como origem da migração e ocupação se referem a dados provenientes da amostra, sendo que o menor nível de agregação para os mesmos é a área de ponderação. Porém, as áreas de ponderação não permitiriam uma classificação com a perspectiva dos bairros para o caso de Lucas do Rio Verde, assim a opção pela renda se mostrou como a mais viável para a classificação proposta.

Para a classificação dos setores foi calculada a renda média *per capita* dos bairros a partir das informações de seus setores censitários constituintes. Foram utilizadas as variáveis de renda total e o total de pessoas acima dos 10 anos com ou sem renda⁹⁶. A partir disso foram calculados os quartis e divididos os bairros em 4 grupos de renda conforme é possível verificar na tabela abaixo.

Tabela 17 – Divisão das faixas de renda dos bairros
Lucas do Rio Verde, 2010

Faixas de renda	Bairros	Renda Média <i>per capita</i>	Renda Média 2015*
Faixa 1	Parque das Emas	1.974,71	2.725,10
	Bandeirantes	1.726,09	2.382,01
	Centro	1.701,03	2.347,42
	Jardim Amazônia	1.546,43	2.134,07
	Pioneiro	1.510,35	2.084,28
Faixa 2	Cidade Nova	1.258,55	1.736,79
	Menino Deus	1.186,72	1.637,67
	Verde Lago	1.046,55	1.444,23
	Alvorada	1.040,19	1.435,46
	Industrial	1.008,58	1.391,84
Faixa 3	Ventura	877,95	1.211,57
	Cerrado	833,97	1.150,88
	Jardim das Palmeiras	826,07	1.139,98
	Veneza	775,4	1.070,05
	Jardim Primavera	725,89	1.001,73
Faixa 4	Telesse Junior	723,92	999,02
	Rio Verde	667,36	920,96
	Jardim Imperial	605,05	834,97
	Jardim Europa	589,74	813,84
	Pq das Américas /Venturini/Seiti Fujii	465,04	641,76

Fonte: IBGE. Dados agregados Censo Demográfico, 2010.

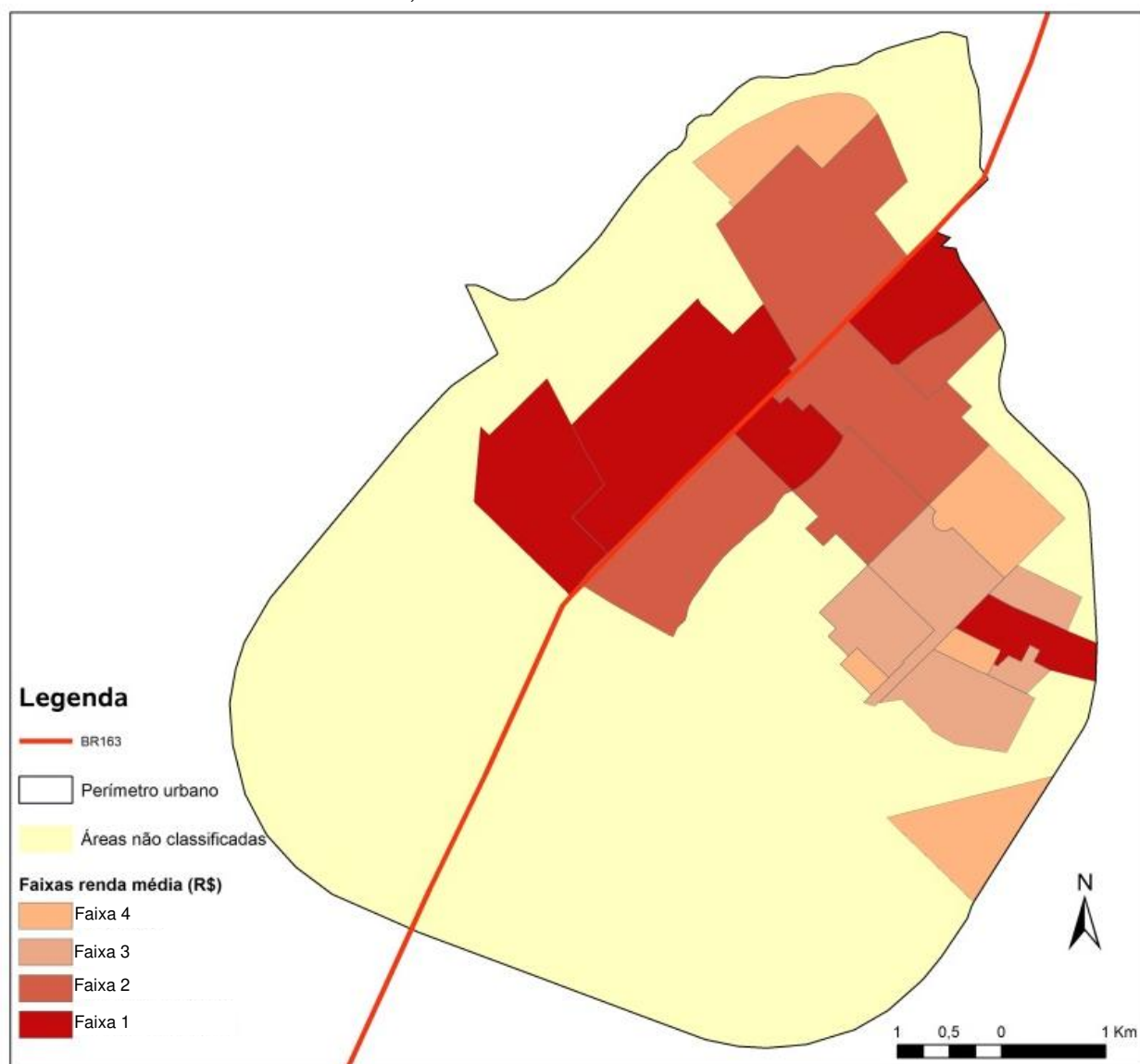
*Foi utilizado o fator de correção do IPCA (IBGE) entre a data do censo de 2010 e do survey de 2015.

Dois observações importantes devem ser feitas sobre o cálculo dos quartis. Primeiro, os bairros Parque das Américas, Jaime Seiti Fujii e Venturini correspondiam à área de um setor censitário sem população. A renda destes bairros foi calculada levando em

⁹⁶ Mais especificamente, foram utilizadas as variáveis V020 (Pessoas de 10 anos ou mais de idade com ou sem rendimento) e V022 (Total do rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade) do arquivo “PessoaRenda_MT” disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/> Acesso em: 30 jun. de 2016.

consideração que estes abrigavam projetos habitacionais do MCMV voltados para famílias entre um e três salários mínimos. A renda média atribuída ao bairro foi calculada considerando uma família que recebesse até três salários mínimos correspondente à 2010 (R\$1.530,00) e o número médio de moradores do município como um todo (3,29 moradores por domicílio), chegando a renda média de R\$465,04. O segundo ponto foi relativo ao Parque dos Buritis, uma área com poucos moradores vivendo em chácaras, que sofreu uma grande mudança do perfil de moradores a partir da construção da prefeitura em 2013. A nomeação do bairro é o mesmo do loteamento do Parque dos Buritis, voltado para casas de alto padrão, aspecto que não condiz com a renda média de R\$789,94 calculada através dos dados censitários. Observando-se tal discrepância de valor e tal transformação na área, a renda média do Parque dos Buritis não foi considerada. Além disso, nenhum entrevistado declarou ter morado no bairro.

Figura 11 – Classificação dos bairros a partir da faixa de renda
Lucas do Rio Verde, 2010



Fonte: IBGE, 2010. Malha digital setores censitários. Elaboração própria.

A avaliação sobre a mobilidade residencial presente no Capítulo 4 concentrou-se nos responsáveis do domicílio. Por conta disso, foi necessário desenvolver uma classificação referente especificamente ao domicílio. No caso de residência com apenas um responsável, o domicílio foi classificado a partir da ocupação deste responsável. Quando um casal era responsável e ambos possuíam a mesma classificação, atribuiu-se tal categoria ao domicílio. Por último, quando os responsáveis foram classificados em categorias distintas, selecionou-se para o domicílio a classificação mais alta e relacionada ao agronegócio. Para tal procedimento,

considerou-se que a melhor posição de ocupação dos responsáveis influenciaria nas preferências pelo lugar de moradia.

Na tabela abaixo apresenta-se a distribuição dos domicílios em categorias a qual apoiará a análise do próximo capítulo. Além da classificação ocupacional, considerou-se também os domicílios no qual ambos eram aposentados e ao domicílio onde nenhum dos responsáveis relatou possuir uma ocupação no momento da entrevista. Ao final, 46% da classificação ocupacional do domicílio foi proveniente do dono, 32% da dona e 21% refere-se à ocupação de ambos responsáveis.

Tabela 18 – Unidade doméstica por ocupações dos responsáveis, responsáveis aposentados ou sem ocupação
Lucas do Rio Verde, 2015

	Total	Agro	% agro
Especialistas	12	5	42%
Proprietários e altos cargos	31	11	35%
Técnicos de mando médio	18	6	33%
Empregados administrativos e vendedores	44	17	39%
Empregados de baixa qualificação	179	45	25%
<i>Total</i>	284	84	30%
Aposentado	15	-	-
Sem ocupação	39	-	-

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

3.4 A análise dos dados

A análise dos dados coletados através do trabalho de campo será apresentadas nos capítulos subsequente, os capítulos 4 e 5. Cabe, por fim, ressaltar dois métodos utilizados para debater a questão central desta tese, que trata da relação entre a mobilidade residencial intraurbana e dos fluxos imigratórios para o município de Lucas do Rio Verde. São os métodos: análise de rede e a descrição de casos específicos. Através da estratégia de multimétodos (SEAWRIGHT, 2016) (um método quantitativo, a análise de rede, e um método qualitativo, a descrição de casos) foi possível debater e tratar com maior profundidade o processo em debate nesta tese. Na metodologia que utiliza multimétodos como integração⁹⁷, conforme proposta nesta tese, os métodos de naturezas distintas são utilizados para trazer

⁹⁷ É distinto da pesquisa que se propõe a utilizar multimétodos com base na triangulação (SEAWRIGHT, 2016). Na triangulação, utilizam-se dois ou mais métodos de pesquisa com questões idênticas, com a finalidade de se validar os resultados. Já na integração.

elementos que apenas um método não conseguiria se aprofundar. Neste sentido, a análise de rede permitiu observar as características da circulação de residência dos 329 indivíduos entrevistados e suas 780 mudanças de residência, tendo como recorte a região de origem destes, observando principalmente para quais bairros eles mudaram ao longo do tempo. A análise dos dados realizada através do método de análise de rede foi complementada pela descrição de alguns casos específicos dos indivíduos com finalidade de aprofundar em algumas questões que não eram possíveis de ser aprofundadas pela análise de rede, como a relação com a ocupação e com as redes sociais.

3.4.1 A análise de rede

Para tratar da relação entre o fluxo migratório e a mobilidade residencial intraurbana, foram construídos gráficos que permitiram examinar com mais profundidade os lugares onde as residências se situavam na cidade de Lucas do Rio Verde, levando em consideração a classificação dos bairros em faixas (Faixa 1, Faixa 2, Faixa 3 e Faixa 4) apresentada no item anterior. Os gráficos explicitaram os bairros de entrada dos imigrantes e as mudanças de residência dos entrevistados entre as faixas de renda e internamente. A análise foi realizada a partir do recorte histórico desenvolvido no capítulo 1 e 2, chegando-se a esta divisão cronológica: entre a ocupação populacional e a emancipação municipal (1978-1989); o período de consolidação da produção de grãos (1990-1999); o período de estabelecimento da produção em rede (2000-2007); e o período da integração da cadeia grãos-carne (2008-2015).

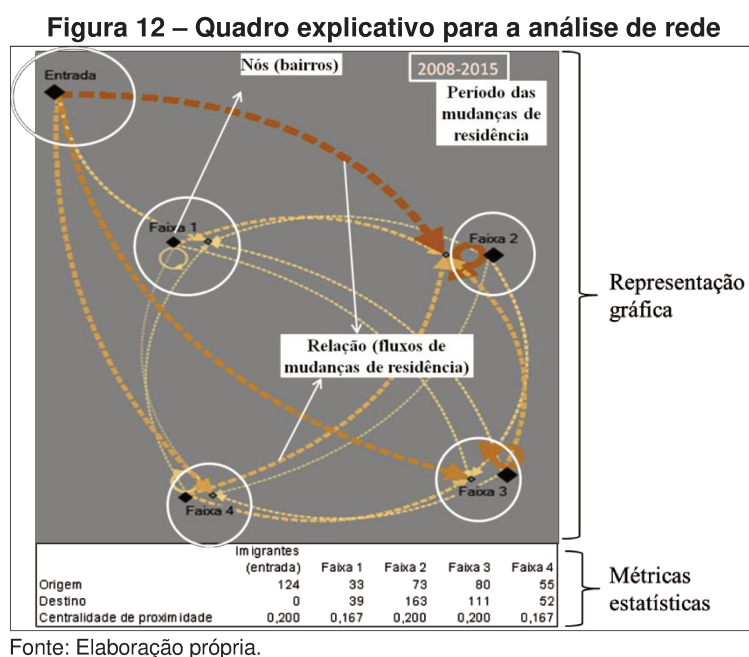
A partir do recorte espacial e temporal, utilizou-se como método a análise de redes. O método viabilizou o estudo sobre os padrões de conexão ou de relações, sejam estas relações constituídas por indivíduos como no caso de redes sociais, sejam estas constituídas por grupos, para análise de coligações em uma eleição (HANSEN et al., 2011). No presente estudo, buscou-se avaliar a circulação residencial dos indivíduos nos diferentes bairros de Lucas do Rio Verde.

Para a construção da rede e das medidas foi utilizado a extensão NodeXL utilizada do software de análise estatística Microsoft Excel. O NodeXL é um modelo sofisticado de projeto construído no Microsoft Excel que funciona como uma extensão do software. O NodeXL⁹⁸ é uma extensão gratuita que oferece um conjunto de ferramentas estatísticas e gráficas para análises de rede. O livro de Hansen, Shneiderman e Smith (2011)

⁹⁸ Outros programas de análise de rede estão disponíveis, que consistem em software livre.

traz maiores detalhes de como utilizar o modelo do NodeXL, inclusive como interpretar os resultados.

Duas medidas estatísticas foram utilizadas para a análise de rede que se segue ao longo do capítulo e devem ser melhor detalhadas: o *peso do fluxo* e a *centralidade da proximidade*. A primeira refere-se à medida *peso do fluxo*⁹⁹, uma métrica que contabiliza o número de relações entre os nós (HANSEN et al., 2011). No caso aqui analisado, cada nó da rede representou uma faixa que agrega um conjunto de bairros e cada relação entre os nós representou as mudanças de residência entre bairros de faixas diferentes ou entre bairros da mesma faixa. Tomando o quadro explicativo apresentado na Figura 12, o número de mudanças que partiu da Faixa 1 para a Faixa 2 no último período totalizou 17 mudanças, valor que representa o peso deste fluxo.



Para a construção gráfica, os fluxos foram representados por uma seta com um ponto de partida e um ponto de chegada, conforme é possível visualizar no quadro explicativo apresentado acima. As setas indicam a direção das mudanças. Para o desenho de cada seta, foi levado em conta o peso de cada fluxo de mudanças de residência. O maior fluxo é representado pela coloração mais escura enquanto o menor fluxo é representado pela

⁹⁹ O original em inglês é *edge weight*, sendo que *edge* é comumente traduzido como aresta ou relacionamento, este último em casos de análises de redes sociais. No caso do presente trabalho, optou-se por utilizar o termo de fluxo tendo em vista que as ligações referem-se a indivíduos que realizam mudanças de residência partindo de um grupo de bairros com destino a outro grupo de bairros.

coloração mais clara. Além do tom da coloração, a espessura da seta auxilia na visualização gráfica: quanto maior a espessura, maior é o número de mudanças. A seta varia de forma gradativa, com coloração mais escura e maior espessura representando os fluxos mais significativos até fluxos com coloração clara com menor espessura representando os fluxos menos significativos. Quando não existe a flecha ligando os bairros, significa que não houve nenhuma mudança de residência entre eles. Retornando ao exemplo, é possível observar que o fluxo que parte da Faixa 1 para a Faixa 2 no período mais recente é mais intenso que aquele que parte da Faixa 1 para a Faixa 4, já que este último tem o peso 3, pois apenas 3 entrevistados realizaram tal mudança.

A segunda medida utilizada na análise de rede é a *centralidade da proximidade*, que representa a distância média entre cada nó em relação aos outros nós da rede (HANSEN et al., 2011). O NodeXL utiliza o termo *Closeness Centrality*, que é um dos tipos de centralidade que buscam avaliar qualitativamente os nós sem levar em conta o número de conexões destes. Optou-se por essa medida de centralidade, pois ela não trata da quantidade de movimentos realizados com origem e destino em cada ponto. Como o processo de amostragem abarca as áreas antigas que envolvem bairros de faixa 1, 2 e 3, mas não de bairros na faixa 4, processo recente na ocupação, a utilização de uma medida de centralidade que envolvesse o número de movimentos influenciaria na análise. O valor zero é o extremo inferior e indica que o nó não possui nenhuma relação na rede e o valor um é o extremo superior e indica que o nó exerce centralidade máxima, se ligando a todos os demais nós. Optou-se por este indicador, pois ele mostra o quanto um conjunto de bairros (nó) é central para a receptividade de indivíduos que chegam ao município e daqueles que mudam entre os bairros. Uma faixa de bairros que possuir o maior escore nessa medida representa uma maior centralidade para a circulação de moradores entre os bairros¹⁰⁰. Já o contrário, um menor escore, representa que o bairro possui uma relação mais periférica, pois os moradores que ali moram não circulam por toda a cidade, mas em espaços restritos.

3.4.2 Descrição dos casos

Além dos dados quantitativos sobre as mudanças de residência, foram coletados relatos sobre a trajetória migratória e residencial de alguns entrevistados para dialogar com os

¹⁰⁰ Segundo Hansen et al. (2011), a medida de centralidade de proximidade após a versão 1.0.1.113 do NodeXL significa que quanto maior o valor do indicador, mais central o nó deve ser compreendido. Esta é a interpretação adotada no presente trabalho tendo em vista que a versão utilizada foi a 10.0.1.361. Nas versões anteriores, a medida de centralidade de proximidade significava que quanto maior o escore da medida, menor a centralidade.

dados. Antes de uma representatividade estatística, a relato desses casos auxiliou na compreensão de aspectos da cidade ou do domicílio que influenciaram na mobilidade residencial. A descrição de cada caso contou com, pelo menos, três pontos específicos: o contexto de chegada do imigrante em Lucas do Rio Verde, a trajetória residencial do entrevistado desde que chegou à área urbana do município (número de mudanças e razões principais da mudança) e a ocupação principal dos chefes da residência. Os casos selecionados para comporem a presente análise vieram prioritariamente de entrevistas realizadas pela autora desta tese. Com isso, a descrição dos casos dos entrevistados contou com os dados coletados através do *survey* e por outras informações que surgiram durante as entrevistas registradas em caderno de campo. Para casos onde a entrevista foi realizada por outro membro da equipe de campo, o relato sobre o entrevistado se restringiu às informações coletadas pelo *survey*. Dentre as questões utilizadas para reconstruir os casos utilizados nessa tese, algumas trazem informações do momento da chegada do imigrante. Além da data, é possível verificar as motivações e as pessoas com que se compartilhou o domicílio, sendo possível compreender a mobilização da rede familiar ou de amigos pelos imigrantes. Destaque para a questão 10 (“Por qual motivo a senhora e seu marido escolheram morar em LRV?”) e para a questão 11 (“Quando chegaram, foram morar com...?”).

Os entrevistados dos casos descritos na análise que segue no capítulo 5 realizaram o menor número de mudanças de residências dentre o conjunto de imigrantes analisados, ou possuíram o maior número de residências, se configurando como casos extremos em termos de número de residência (SEAWRIGHT, 2016) levando em conta o recorte do grupos analisados por região de origem (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste) e período de imigração (1978 até 2007 e 2008 até 2015). Quer dizer, optou-se por trazer casos com mudanças de residência dos dois extremos, mínimo e máximo, por entender que estes trariam características que possibilitassem realizar uma análise mais aprofundada sobre os porquês por detrás da maior ou menor mobilidade residencial. Observar os casos extremos para compreender as especificidades relacionadas ao fenômeno em investigação é comum em pesquisas que se propõe a utilizar multimétodos na abordagem em forma de integração entre estes (SEAWRIGHT, 2016). Assim, os relatos dos casos de mínima e máxima mobilidade residencial auxiliam a construir a reflexão desta tese mas, principalmente indicam questões para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 4

DAS CASAS DE MADEIRA AOS PRÉDIOS E BAIROS POPULARES:

diferenciação do espaço intraurbano

Essas cidades e vilas, grandes e pequenas, constituíam agências de uma civilização agrário-mercantil, cujo papel fundamental era gerir a ordenação colonial da sociedade brasileira, integrando-a no corpo de tradições religiosas e civis da Europa [...]. Como tal, eram centros de imposição de ideias e das crenças oficiais e de defesa do velho corpo de tradições ocidentais, muito mais que núcleos criadores de uma tradição própria.

(Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro*, 1995)

O município de Lucas do Rio Verde sintetiza uma parte dos esforços brasileiros de inserção na economia mundial enquanto fornecedor de matérias-primas agrícolas: desde a expansão da fronteira nos anos 1980 até o comando das atividades agropecuárias pelas *trading companies* a partir de 2000. Tais esforços não repercutiram apenas na economia, mas também na dimensão territorial, populacional e social do município, como foi tratado nos capítulos 1 e 2 desta tese. Este processo esteve acompanhado por uma concentração de atividades e de população no espaço urbano, e, não à toa, a taxa de urbanização de Lucas do Rio Verde atingiu 93% em 2010 (a brasileira estava em 80%).

Neste momento de intensa urbanização no Brasil, os movimentos populacionais de saída do rural a caminho das cidades não são protagonistas como nas décadas anteriores a 1980. A alta taxa de urbanização e o baixo crescimento populacional brasileiro, em 1,2% ao ano entre os anos 2000 e 2010, indica que o debate sobre a dinâmica dos movimentos populacionais deve incorporar dimensões espaciais locais, refletindo sobre as transformações da população internamente as cidades, ou seja, incorporar a dimensão intraurbana dentre uma das modalidades de movimento populacional. A adoção de uma perspectiva intraurbana busca diferenciar as modalidades de movimento populacional em nível regional e evidenciar que se persegue um recorte local sobre a mobilidade populacional (VILLAÇA, 2001; SMOLKA, 1992a, 1992b, 1994; DOTA, 2015).

Ademais do processo de constituição populacional, mostra-se essencial ter em conta a estrutura territorial intraurbana para se compreender o movimento populacional interno às cidades (VILLAÇA, 2001; SMOLKA, 1992a, 1992b, 1994; CUNHA, 1995, 2015; MENDONÇA, 2002; DOTA, 2015). Diferentes dimensões e diferentes atores transformam a estrutura territorial da cidade: o planejamento urbanístico, as ações do Estado e do mercado, a

localização de infraestrutura (CUNHA, 1995; DOTA, 2015), as novas construções (SMOLKA, 1994), etc. A transformação da estrutura territorial significa examinar a divisão do espaço intraurbano, como o centro, os subcentros, os bairros residenciais, dentre outros (VILLAÇA, 2001), bem como observar suas transformações posteriores, a abertura de novos bairros populares, a construção de condomínios fechados, a promoção de áreas comerciais, etc. A transformação da estrutura urbana promove incentivos e constrangimentos no momento da mobilidade populacional.

Desta forma, entende-se que os bairros não são apenas territórios administrativos, mas territórios socialmente construídos.

A integração social não acontece, então, em bases estritamente individuais, especialmente se se considerar a *ameaçante* da realidade urbana. A área homogênea ou bairro é um dos sustentáculos fundamentais da integração social às cidades. (SABATINI, 2001a, p. 173)

Por um lado, existe o processo de aproximação por uma rede social previamente estabelecida, seja familiar, de amigos ou religiosa (MARQUES, 2007), a qual influencia no lugar onde se reside e mesmo na escolha da cidade para onde se migra. A origem migratória tem importância quando se considera a perspectiva da vizinhança (*neighborhood*) (LEE, OROPESA e KANAN, 1994; DELAUNAY e DUREAU, 2004) no momento de tomada de decisão de onde morar. As questões objetivas interferem no cotidiano do indivíduo ou da família, como a distância diária para certos pontos da cidade (escola, trabalho, saúde) ou como a proximidade física com um parente ou amigo que possa, por exemplo, auxiliar nos cuidados de um filho pequeno ou de um idoso. As relações com a vizinhança, especialmente o grau de confiança e o prestígio do bairro, influenciam nas mudanças de residências como também influenciam na disposição para mudanças futuras para famílias em todos os estratos de renda (MOLINATTI et al., 2014). Contudo, a base social de acolhimento não envolve somente conhecidos em um determinado bairro (SABATINI, 2001b; MASSEY, 1990). Um indivíduo se identifica com o bairro também pela proximidade de moradores com mesma origem imigratória. Mesmo que não se conheça previamente os moradores de determinado bairro, o mesmo lugar de origem estabelece relações de socialização.

A escolha pelo estudo de caso de Lucas de Rio Verde se deu pelas intensas dinâmicas populacional e intraurbana que transcorreram na cidade desde o início da sua ocupação oficial na década de 1980. A centralidade do urbano esteve presente desde o momento de chegada dos primeiros migrantes vindos com a política de colonização. As

primeiras edificações foram construídas pouco antes do período de colonização, no final da década de 1970, porém estas primeiras edificações não são mais encontradas nas ruas. É possível encontrar apenas uma casa original do primeiro momento de ocupação, com sua estrutura de madeira envolta de gramado em grandes terrenos, na avenida Rio Grande do Sul, uma das principais da cidade. As fachadas de madeira foram substituídas pelo concreto das fachadas modernas.

A paisagem não se transformou de forma homogênea e apresentou diferentes características dependendo do bairro que se percorre. As casas de madeira e os muros baixos ainda permanecem em bairros antigos que abrigam moradores de renda mais baixa. Fruto de políticas habitacionais, os bairros novos com moradores de baixa renda apresentam um aspecto em comum: casas com a mesma aparência repetindo-se ao longe. Além disso, a prefeitura teve sua sede alterada por quatro vezes ao longo desta curta história, acompanhando e induzindo os eixos de crescimento da cidade.

O presente capítulo reconstituiu a formação territorial do espaço intraurbano em Lucas do Rio Verde, tratando da expansão da mancha urbana com abertura de bairros, as mudanças de localização da estrutura pública (prefeituras, vias principais, rodoviária) e a reestruturação de bairros ao longo dos anos.

4.1 A diferenciação do espaço intraurbano

O lugar onde se mora não é influenciado estritamente por questões individuais, mas sim determinado por um combinado de fatores que, para esta pesquisa, será observado entre as preferências pessoais e a estrutura territorial construída na cidade. O lugar onde a casa se localiza, a infraestrutura urbana no entorno, o padrão da casa nas proximidades e outras características também determinam o lugar onde se reside. Os produtos específicos da produção do espaço urbano não são simplesmente o objeto em si, mas as suas *localizações*. Quer dizer, o espaço é determinante nas diferenças do valor de uso de um objeto; logo, o valor do objeto é determinado pela *localização* onde ele é produzido e consumido (VILLAÇA, 2001).

Em termos de estrutura urbana, tratar da localização significa inserir um objeto (uma casa, uma indústria, um bairro popular, etc.) dentro de uma teia de relações com outros objetos. Nota-se, primeiro, as construções físicas – ruas, casas, bairros, prédios públicos, indústrias – em relação a outras construções na proximidade. Em segundo, considera-se a

acessibilidade de pessoas e de produtos pela infraestrutura disponível em termos de transporte, como também de outros serviços públicos ofertados na área. Estes dois elementos, a posição da construção em relação a outros objetos e o acesso à determinada área ou aos serviços públicos, são essenciais para se compreender a localização.

A localização se constitui como uma das variáveis essenciais para compreender onde os indivíduos e famílias residem (DELAUNAY e DUREAU, 2004). Considerar a localização auxilia na compreensão da estratégia residencial para o desenvolvimento da vida cidadina, que perpassa dimensões como trabalho, família, estilo de vida, educação, entre outros¹⁰¹. A mobilidade residencial alimenta e se retroalimenta da estrutura social constituída tendo em vista a tendência da população em se fixar nas zonas da cidade que mais se adequam a suas aspirações e condições sociais (JIMENÉZ BLASCO, 1989; VILLAÇA, 2001; DOTA, 2015).

As transformações da estrutura territorial não se restringem aos grandes centros urbanos. Trabalhos recentes que investigam as transformações no processo de reestruturação produtiva em cidades tidas como cidades do agronegócio (ELIAS e PEQUENO, 2007; (CHOLLETT, 2009; MIGNACCO, 2011; HENN, 2011; MACEDO, 2013; PEREIRA, 2015; CANALES e CANALES-CERÓN, 2016) apontam para transformações urbanas principalmente no que tange ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais. No caso de Lucas do Rio Verde, a superfície impermeável¹⁰², ou seja, a superfície construída, se expandiu rapidamente desde a década de 1970, mas apresentou um crescimento exponencial após o ano 2000 (LU et al., 2011). Nos mapas abaixo, a superfície construída é representada pela área em branco nos mapas da coluna à esquerda. Em 1984, a superfície construída não ia muito além do eixo da rodovia, nos limites do que atualmente é o bairro Pioneiros. A própria denominação do bairro remete a um reconhecimento dos homens e mulheres que vieram no início da colonização, porém nem todos os primeiros migrantes gozam de tal qualificação, apenas os primeiros imigrantes associados ao investimento capital no campo (ROCHA, 2006).

Em 1990, já é possível verificar a expansão da macha impermeável à Sudoeste, mantendo-se às margens do eixo da rodovia. A próxima imagem, de 1999, aponta para a

¹⁰¹ Por exemplo, os centros de comércio da cidade se tornam essenciais na distribuição das localizações tendo em vista a concentração de serviços importantes ao cotidiano dos moradores da cidade. Assim, a casa se posiciona dentro da cidade em relação a outros pontos relevantes.

¹⁰² Do original em inglês *impervious surface*. Compreende-se como superfície impermeável as áreas onde a água não pode infiltrar, fato associado essencialmente às atividades humanas de construção de edifícios e transporte (LU et al., 2011). Ou seja, a superfície impermeável representa as edificações construídas pelo homem.

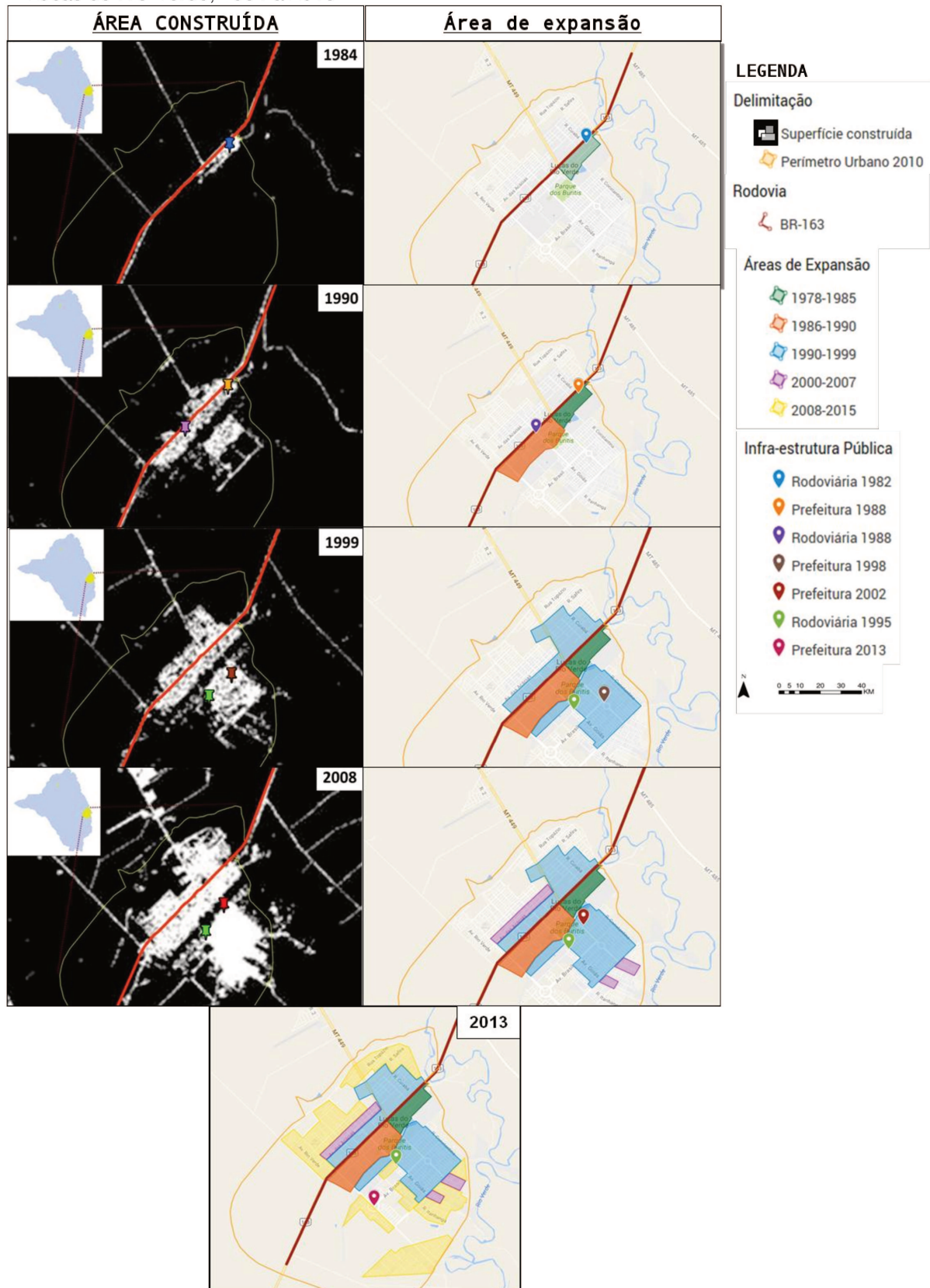
expansão para o eixo Leste, não mais acompanhando a rodovia. Este novo eixo de expansão, de direção contrária à rodovia, não estava mais associado aos produtores sulistas como nas expansões anteriores, mas sim se associava aos imigrantes de menor renda que não eram proprietários de terra. A última imagem disponível, de 2008, indica dois processos distintos. Por um lado, a imagem mostra o adensamento dos bairros de expansão associados à população de menor renda, quase totalmente marcados por área construída. Por outro lado, a imagem de 2008 mostra a expansão para o Noroeste por conta da construção da agroindústria BRF.

Com a BRF, foi construído o conjunto habitacional que abrigaria seus trabalhadores, o Luiz Carlos Tessele Junior. Contudo, este bairro foi projetado de forma desconectada da estrutura urbana já constituída. Não é possível visualizá-lo na imagem à esquerda mostrada na Figura 13, porém o mapa de 2013 mostra as áreas de expansão após 2008 que estão assinalados em amarelo ao Norte próximo ao limite do Perímetro Urbano. Este foi o período de maior expansão de áreas de loteamentos, apesar de algumas partes ainda não abrigarem nenhuma construção. Este também foi o período no qual os bairros residenciais foram construídos de forma desconexa da estrutura anteriormente construída.

Após 2008, a forma urbana¹⁰³ deixou de ser contígua para se caracterizar com uma forma de cidade espalhada. Suas bordas não se expandiram de forma linear, mas pela criação de espaços *artificiais* distantes da silhueta compacta. A conexão entre essas “ilhas” e a cidade contígua se dá através de rodovias e de grandes avenidas que atravessam os largos vazios ou com outro tipo de função, como a industrial. Dentre outros fatores, esta aparência que a cidade tem adquirido, com uma mancha urbana horizontalizada, é impulsionada por um aquecimento no setor imobiliário (SABATINI, 2001a). A sequência de imagens aponta para questões que serão aprofundadas no próximo tópico: o intenso crescimento da mancha urbana após os anos 2000 e a expansão da mancha urbana em áreas distantes do centro e da rodovia. Será apresentado, assim, o processo de constituição da estrutura territorial do espaço urbano de Lucas do Rio Verde desde a década de 1980 até os dias de hoje.

¹⁰³ A forma urbana aqui se refere à silhueta ou borda da cidade (SABATINI, 2001a).

Figura 13 - Imagens de área construída (à esquerda) e imagem com a área de expansão (à direita)
 Lucas do Rio Verde, 1984 a 2013



Fonte: Imagens de Lu et al. (2011); Perímetro Urbano do Censo Demográfico 2010. Elaboração Luiz Antonio Chaves de Farias e a autora.

O estabelecimento de uma forma de produção mais interligada às relações econômicas globais está associado a um processo de crescimento populacional e de crescimento do espaço urbano nas cidades do agronegócio. A Tabela 19 indica o total de setores censitários e de população entre 1991 e 2010, bem como os respectivos crescimentos. Os maiores crescimentos de população e de setores censitários se deram entre 2007 e 2010, momento posterior ao estabelecimento da indústria. Contudo, enquanto o incremento populacional foi de 14% ao ano no período, o número de setores censitários aumentou 35%. Este fato não deixa de ser curioso, pois o número de setores censitários está associado a uma variável populacional, e este número aumentaria ou pelo adensamento de setores censitários antigos ou pelas alterações no perímetro urbano. Tal fato leva a crer que a expansão do perímetro urbano não correspondeu exclusivamente a um fator populacional.

Tabela 19 – Comparação do crescimento entre população e setores censitários
Lucas do Rio Verde, 1991 a 2010

	Total					Tx. Crescimento (% a. a.)				
	1991	1996	2000	2007	2010	1991 1996	1996 2000	2000 2007	2007 2010	
Setores	7	7	19	32	78	0,0	28,4	7,7	34,6	
População	6.693	12.505	19.316	30.741	45.556	13,3	11,5	6,9	14,0	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010) e Contagem (1996 e 2007).

4.2 A formação da estrutura territorial

Chegar à cidade de Lucas do Rio Verde exige necessariamente a passagem por uma rodovia. Não há aeroporto com voos comerciais, o mais próximo se localiza em Sinop a cerca de duas horas de distância ao Norte da BR-163. Apesar das más condições de tráfego da BR-163, em pista simples com pavimentação precária e intenso tráfego de caminhões, a rodovia não é uma simples estrada. A BR-163 foi o eixo de ocupação central de Mato Grosso, interligando o Sul brasileiro com a Amazônia. Esta rodovia permanece sendo a única via de escoamento da grande produção agropecuária do Mato Grosso até portos no Paraná, São Paulo e, mais atualmente no Pará. São mais de três mil quilômetros de extensão, quilômetros valiosos que escorrem a soja, o milho e as carnes do estado com a maior produção dessas *commodities*.

Essencial para compreender a ocupação não só da região, a BR-163 é também essencial para compreender a constituição do espaço urbano de Lucas do Rio Verde. Partindo de Cuiabá em direção ao Norte do estado, logo que se aproxima a área urbana de Lucas do

Rio Verde é possível observar os galpões e silos para recepção, limpeza, secagem e armazenamento das 230 mil toneladas de soja e 180 mil toneladas de milho produzidos nas redondezas. Galpões e silos que são propriedades de empresas como Cargill, Amaggi, Louis Dreyfus, Fiagril ou que são propriedades de cooperativas de produtores locais como a Coolive. Todos os galpões estão demarcados com os respectivos nomes das empresas em letras visíveis à longa distância. Estruturas metálicas com mais de dez metros de altura são a primeira visão que a paisagem da cidade emana, marcando sua principal atividade econômica: a produção de grãos, que atraiu em 2006 também a produção de aves e suínos para exportação com forte presença das empresas transnacionais.

Além dos galpões e silos, do outro lado da rodovia a produção agropecuária se faz presente pelo comércio agrícola com lojas de maquinários de marcas internacionais (como John Deere, Agrale, Case IH, Massey Ferguson, New Holland, Valtra) e com as lojas revendedoras que marcam sua raiz agropecuária no nome (como Soloplanta, Dipagro, Agrotronic, Mocellin Comércio de Produtos Agrícolas, Agrológica). E lojas que revendem materiais de nutrição e suplementos (como Du Pont, BASF, Monsanto, Bayer, Syngenta, Agrocere).

1979-1989

Por trás do agora estabelecido comércio do agronegócio havia se fixado o acampamento do 9º Batalhão de Engenharia de Construção (9º BEC), responsável pelas obras de expansão da rodovia BR-163 no início da década de 1980. Este acampamento marcou também o início da construção da cidade, primeiro do bairro Pioneiro, seguido dos bairros Centro e Menino Deus, os três localizados às margens da BR-163. No Pioneiro, se construiu o acampamento do 9º BEC e os primeiros prédios públicos como a Escola Dom Bosco e a rodoviária (ponto azul no mapa de 1984 na Figura 13) que depois deu lugar à prefeitura (ponto laranja no mapa de 1990).

O Centro foi povoado após o bairro Pioneiro. No princípio da colonização, a região não era conhecida por ser uma área central e sim por abrigar o cemitério do núcleo urbano. Por volta da década de 1990, o bairro tornou-se importante pela sua localização entre os bairros Pioneiro ao Norte e Menino Deus ao Sul, adquirindo função comercial na medida em que o bairro Menino Deus foi sendo povoado. Foi nos três bairros – Pioneiro, Centro e Menino Deus – onde se estabeleceu o núcleo urbano, ponto central na política de colonização

da Amazônia (BECKER, 1985, 2009; SAWYER, 1984) identificados como os dois primeiros momentos de expansão das construções nos mapas de 1984 e 1990 (Figura 13, p. 157).

A instalação e a movimentação da infraestrutura pública acompanhou o processo de expansão da cidade. O prédio que inicialmente abrigava a rodoviária se deslocou do núcleo central para as margens da BR-163, facilitando o acesso aos ônibus. Em seu lugar, foi construída a prefeitura após a emancipação do município em 1988.

Dentre os entrevistados da pesquisa, treze declararam ter morado nesses bairros por causa da doação de imóvel (terreno ou casa), sendo que três moradores permanecem no mesmo lugar até o momento da entrevista. A doação de terrenos urbanos foi feita para os contemplados pelo projeto de colonização, parceleiros e posseiros. Os terrenos possuíam área de 500m² naqueles voltados para a BR-163 e com 800m² para o restante. Terrenos amplos, onde era possível construir várias casas e realizar atividades de plantio como uma chácara. Os entrevistados que moraram primeiro em cada um desses primeiros bairros vieram do Paraná e Rio Grande do Sul, chegando entre 1982 e 1984. Atualmente, esses primeiros migrantes entrevistados são proprietários de estabelecimentos comerciais ou gerentes de fazendas.

Não por acaso, grande parte das ruas dos primeiros bairros leva o nome das cidades de estados do Sul. Dentre o conjunto das quarenta e duas ruas que traçam os bairros mais antigos, vinte e duas levam nome de municípios gaúchos, cinco catarinenses, doze paranaenses, três outras com nome de municípios mineiro, paulista e sul-matogrossense¹⁰⁴. Homenagens às origens de seus moradores iniciais. Além das principais avenidas com o nome de Rio Grande do Sul e Paraná, que cortam os três bairros, e a avenida Mato Grosso, que atravessa o Centro e aponta para a próxima área de colonização.

Apesar de não corresponder a Lucas do Rio Verde, Silva (2003) descreve os mecanismos estabelecidos para a seleção de moradores do núcleo urbano durante o projeto de colonização de Sapezal, também situado em Mato Grosso e reconhecido como potência da produção de grãos. Uma empresa detinha a propriedade dos lotes situados no perímetro urbano e realizava uma “triagem pelo bolso” (SILVA, 2003, p. 201) para a efetivação de venda de lotes, estabelecendo o controle da população que residia no município. Bezerra (2012) relata um mecanismo semelhante na cidade de Horizonte, também no Mato Grosso, onde a colonizadora dava preferência para compradores “sulistas” e vetava a venda para “negros”.

¹⁰⁴ Levantamento realizado por Rocha (2006, p. 135).

A seleção dos primeiros moradores de Lucas do Rio Verde foi amenizada tendo em vista que a empresa colonizadora era pública e não possuía a princípio o objetivo de venda. Entretanto, as disputas pela terra entre aqueles migrantes que lá estavam antes do projeto de colonização, os *posseiros-empreendedores*, e os migrantes do projeto de colonização, os *parceiros*, resultaram em condições privilegiadas aos primeiros (ZART, 1998; OLIVEIRA, 2005). Isso significou, em certa medida, a utilização da “triagem pelo bolso”, mesmo que de uma forma distinta do caso de Sapezal.

Além desses três bairros, é importante destacar o bairro Industrial que, apesar de ter sido declarado como área industrial somente na década de 1990, desde os anos 80 abrigava os silos e galpões voltados para a produção do campo. Para além das margens da rodovia com seus galpões e silos, existia uma imensa fazenda que foi desapropriada posteriormente.

1990-1999

Tais quais os primeiros bairros, a terceira expansão se deu de forma contínua à mancha urbana pré-existente (cor azul no mapa de 1999 na Figura 13, p. 157). O desenho desses bairros era ortogonal, ou seja, com traçado geométrico das ruas e com avenidas largas. Este tipo de traçado facilitou a divisão de terrenos além de prever espaços para prédios públicos, indicando o processo de urbanização planejada.

Os bairros constituídos neste momento foram Cidade Nova, Alvorada e Jardim das Palmeiras. A sede da prefeitura foi transferida para a área dos bairros novos (mapa 1999 no ponto marrom, p. 157). Com lotes de menores dimensões localizados mais distantes da região central, logo, mais baratos, estes bairros atraíram novos moradores de menor renda e migrantes de outros estados. Além do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram os estados de nascimento dos primeiros moradores entrevistados.

Ainda na década de 1990, se iniciou a constituição dos bairros Rio Verde, Veneza e Jardim Imperial. Apesar de uma expansão planejada, as ruas largas não foram mais predominantes por entre as casas, e os terrenos diminuíram ainda mais. O que significou casas mais próximas e com terrenos nos quais era possível construir apenas uma residência. Os bairros já se iniciavam com o adensamento inerente ao projeto, aspecto distinto do processo de expansão da cidade anterior, com terrenos mais amplos.

Os bairros Rio Verde, Veneza e Jardim Imperial foram fundados com o objetivo de absorver os trabalhadores oriundos das atividades garimpeiras em decadência no Norte do

Mato Grosso e no Sul do Pará nos finais da década de 1990. Tal perspectiva indica uma mudança de características dos fluxos migratórios em comparação com o processo até então relatado. Dentre os entrevistados, estes foram os primeiros bairros a abrigarem migrantes de origem nordestina, principalmente do Maranhão. Além disso, os primeiros moradores se ocupam de atividades de baixa qualificação atualmente, como serviços gerais, pedreiro e faxineira.

2000-2007

Por fim, um último bairro compõe o espaço urbano de Lucas do Rio Verde antes do estabelecimento da indústria: o Jardim Primavera. O bairro Jardim Primavera I teve origem a partir do Programa Habitacional Meu Lar. O projeto é popularmente conhecido como FETHAB (Fundo Estadual de Transporte e Habitação), nomenclatura que na verdade se refere ao fundo de financiamento de projetos de transporte e serviços em Mato Grosso. Os moradores contemplados atenderam a critérios específicos relativos principalmente à renda e à família e, em caso de mudança do domicílio, deveriam comunicar à prefeitura, pois não possuíam a propriedade da casa e nem do terreno. Não era possível alugar ou vender o imóvel¹⁰⁵ oficialmente.

O Jardim Primavera bairro contou com vários projetos habitacionais em diferentes anos, contemplados entre os anos de 2005 e 2008. A construção das casas foi essencial para a manutenção de uma mão-de-obra qualificada no município. Fernanda, uma das entrevistadas, relatou que as casas de duas ruas inteiras foram destinadas aos professores do sistema público de ensino do município. A própria Fernanda vive em uma dessas casas. Ela veio conhecer o município através de um convite de um diretor da Escola Dom Bosco garantindo um posto de trabalho no colégio, história frequente entre os professores colegas de Fernanda. Outros funcionários da prefeitura também foram contemplados com casas do projeto habitacional. Antônio relatou que era motorista da prefeitura e também conseguiu moradia através de um projeto habitacional. Estratégia do poder público, implantar um projeto habitacional voltado especificamente aos trabalhadores facilitou permanência no emprego e no município, tendo em vista a dificuldade em conseguir a mão-de-obra qualificada para cargos que exigiam uma formação mínima em um município com vida tão recente.

¹⁰⁵ Atualmente, segundo alguns entrevistados, a prefeitura juntamente com o governo estadual está em processo de conceder o título de propriedade para os moradores.

A formação dos primeiros bairros, aqui tratados como os bairros anteriores à instalação da indústria (entre 1979 e 2007), demonstrou que existia uma perspectiva de diferenciação do espaço urbano inerente ao projeto de expansão urbana. É de se notar a diminuição da área dos lotes ao longo do tempo e da abertura de bairros novos distantes da região central, em vez de adensar bairros antigos ou priorizar abertura dos bairros em terrenos localizados nas proximidades de áreas com infraestrutura já estabelecida.

2007-2015

Através das imagens e dos mapas apresentados na Figura 13¹⁰⁶, mostra-se a intensidade da expansão urbana até 2007. A expansão se intensificou ainda mais após a instalação da agroindústria. A sede cívica foi novamente transferida em 2013 para o Sudeste do município, lugar onde não havia ligação com a malha urbana. Devido a isso, foi necessário construir avenidas, amplas e planejadas, esperando uma intensa circulação de veículos por uma área ainda desabitada. A nova sede da prefeitura marcou o novo eixo de expansão da cidade.

Tabela 20 – Setores censitário por classificação rural/urbano

Lucas do Rio Verde, 1991 a 2010

	1991	1996	2000	2007	2010
rural	3	3	5	3	4
urbano	4	4	14	29	74
Total	7	7	19	32	78

Fonte: IBGE. Dados agregados¹⁰⁷. Censo demográfico 1991, 2000 e 2010; Contagem 1996 e 2007.

Também foi possível notar a intensidade da transformação através do crescimento do número de setores censitários dos Censos de 1991 a 2010, incluindo as Contagens de 1996 e 2007. Conforme a Tabela 20, entre 1991 e 1996 não houve aumento de número de setores censitários, enquanto entre 1996 e 2000 o número mais que triplicou. Entre 2000 e 2007, o número de setores censitário duplicou em sete anos, enquanto no período posterior o aumento foi de 2,5 vezes em apenas três anos. A partir desse panorama, foi possível afirmar que o estabelecimento da indústria teve um impacto mais intenso em termos urbanos: 2000 e 2007

¹⁰⁶ Ver p. 157.

¹⁰⁷ O número de setores da tabela corresponde ao número de setores contidos nos dados agregados disponibilizados pelo IBGE e não das malhas dos setores censitários. Isso possibilitou a comparação ao longo dos anos tendo em vista que o IBGE só passou a disponibilizar a malha dos setores censitários na dimensão nacional em arquivo georreferenciado a partir da Contagem 2007, enquanto os dados agregados foram disponibilizados para todo o período analisado.

teve um crescimento de 115%, enquanto entre 2007 e 2010 o aumento foi de 161%, indicando que não apenas a população como também o espaço urbano se transformou intensamente.

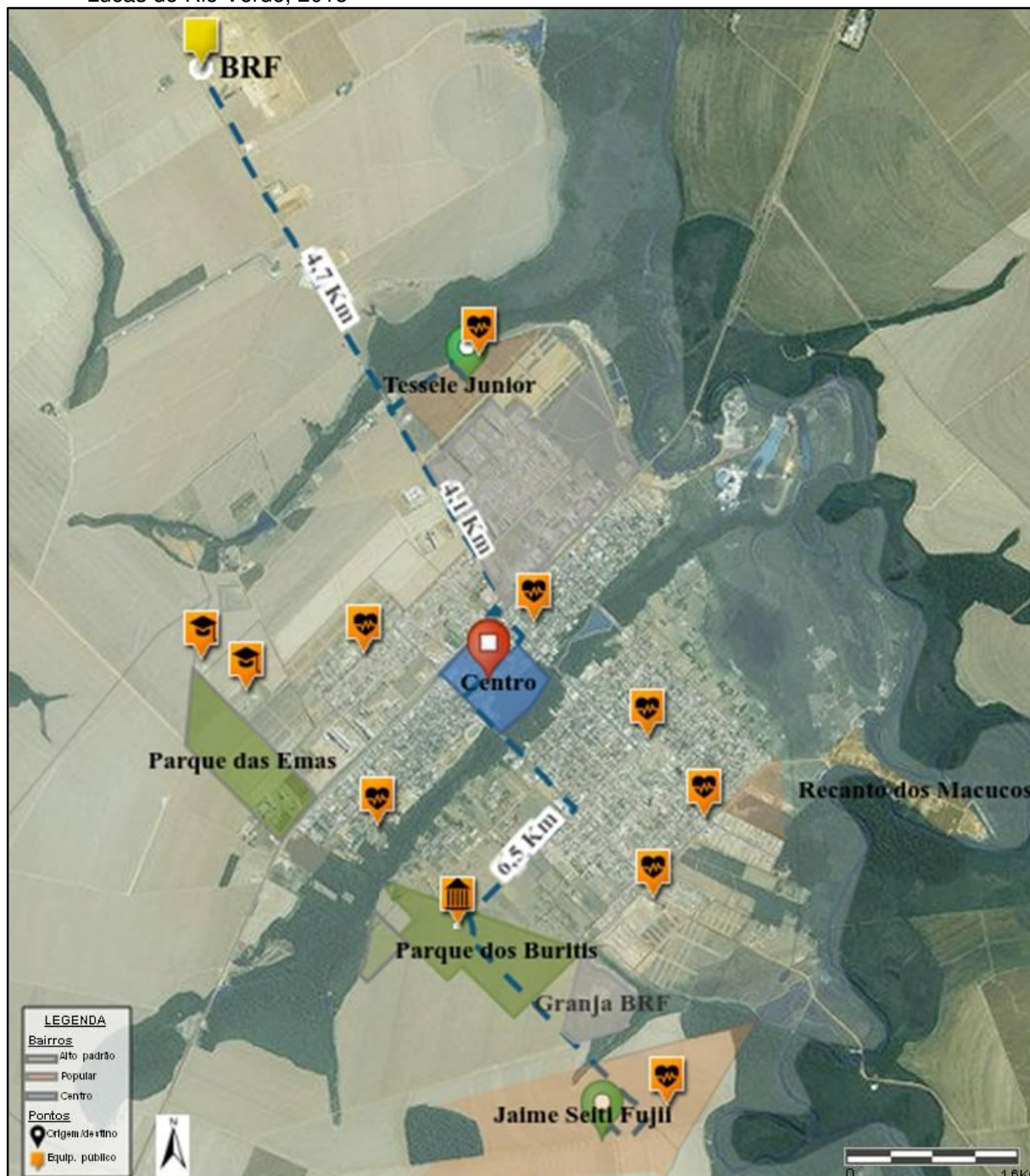
A cidade consolidada, longe de ser estática, passou por um processo de divisão de setores. Por exemplo, o bairro Menino Deus que era representado por apenas um setor em 2000 foi dividido em três setores em 2007; ou o Industrial que se dividiu em 18 setores em 2010. Parte dessa divisão se originou do adensamento residencial, como o caso do Menino Deus, e também pela abertura de novos bairros, como o caso do Industrial, onde foram construídos os bairros o Tessele Junior e Parque das Emas.

Para compreender as transformações do espaço urbano, primeiro será tratada a constituição dos bairros mais novos e a mudança nos equipamentos públicos. Estas transformações auxiliaram a visualizar os eixos de expansão e a transformação dos bairros mais antigos, a serem apresentados em um segundo momento¹⁰⁸.

Um primeiro grupo de bairros novos foi concebido para estratos populacionais com maior poder aquisitivo, constatação possível pela observação das fachadas das casas, dos equipamentos públicos e da presença da prefeitura ou da universidade nas suas proximidades. Dois bairros se destacaram neste contexto, o Parque das Emas e o Parque dos Buritis, ambos marcados pela área verde no mapa abaixo. Primeiro, a fachada das casas não são idênticas (características de projetos habitacionais populares) e possuem acabamentos e materiais de alto custo. Sua localização está próxima ao centro ou às principais vias de acesso (BR-163, avenidas das Nações e Brasil). Por fim, notou-se que estes bairros possuem nas suas redondezas, por um lado, a nova sede do poder cívico e as escolas de ensino superior e, por outro lado, não possuem equipamentos de serviço público como creche, Posto de Saúde da Família (PSF) ou escolas dentro do bairro. Em outras palavras, pressupõe-se que quem mora ali irá utilizar os equipamentos públicos já constituídos ou, a situação mais provável, irá utilizar os equipamentos privados em Lucas do Rio Verde ou em outra cidade.

¹⁰⁸ Apesar dos bairros novos não estarem presente na amostra, a pesquisa de campo também teve como objetivo construir seu breve histórico e suas características. A partir deste momento, as descrições dos bairros não são realizadas estritamente por relatos coletados em campo ou pela observação de mapas, mas pelas visitas ao campo em 2013 e 2015, o que possibilitou uma análise comparativa e uma análise por dados fornecidos pelo poder público.

Figura 14 – Localização dos bairros criados após 2009 e seus equipamentos públicos
Lucas do Rio Verde, 2015



Fonte: Elaboração própria (ArcGis Online).

O Parque das Emas refere-se a um bairro de expansão recente e contava com quarteirões inteiros de lotes vazios no momento da pesquisa. Em terrenos onde havia uma casa, o Parque das Emas se mostrava como um bairro de residências com padrão mais alto, com o acabamento externo, muros no seu entorno e fachada exclusivas. É comum encontrar as placas de arquitetos que assinaram o projeto da casa, demonstrando que não só o alto

padrão do material, mas a concepção do projeto também possuía uma identidade própria. O acesso principal ao bairro se dá pela BR-163, que apesar de ser uma rodovia de circulação estadual, é utilizada também como uma via de circulação interna. O acesso ao comércio central é rápido, cerca de três quilômetros de distância, e é o bairro onde estão a universidade e o instituto federal.

O segundo bairro, o Parque dos Buritis, se localiza no entorno da prefeitura recém-inaugurada em 2013. Teve 544 lotes aprovados. Entretanto, assim como o Parque das Emas, quarteirões inteiros contavam com lotes vazios, como pode ser observado na Figura 15. Isto pode ser explicado não apenas pela sua abertura recente como também pela grande dimensão dos terrenos vendidos na área, voltados principalmente para o comércio. Devido à baixa procura, houve uma flexibilização quanto ao tamanho e quanto à possibilidade de construção de residência.

Figura 15 – Prédio da prefeitura (ao centro do círculo) e seu entorno em 2012



Fonte: Fotos disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde.

O mercado imobiliário possui relação direta com a produção da localização tendo em vista sua capacidade de promover empreendimentos como a construção de áreas comerciais que realocam a dinâmica social no seu entorno (VILLAÇA, 2001). Não apenas o mercado imobiliário, mas o mercado imobiliário aliado ao poder público, pois deslocar a sede cívica de um bairro estabelecido para uma área não incorporada à malha urbana provocou a valorização de vias e de terrenos. A construção da nova prefeitura promoveu um novo

“ponto” na cidade, transformando em mercadoria valiosa o espaço no seu entorno. Quando se visita a nova prefeitura, se observa um prédio circular todo espelhado no centro de uma grande rotatória, porém rodeada de quarteirões e quarteirões de terrenos sem construção alguma. Com o deslocamento e a construção da nova sede cívica, o poder público demonstrou a capacidade de se renovar e de se modernizar de acordo com as mudanças do município, e apontou para a prospecção do futuro e do crescimento populacional, ditando para a direção do eixo de mudança para o Sudeste da cidade.

Esta prospecção de crescimento, a princípio, não abrange todo e qualquer morador. A importância do mercado imobiliário na transformação dos “pontos” promoveu o movimento de concentração dos iguais e, ao mesmo tempo, a expulsão dos diferentes (VILLAÇA, 2001). Nas proximidades da nova sede cívica, está sendo construído o primeiro condomínio horizontal de Lucas do Rio Verde – o Residencial Reserva da Mata – lançado em 2012 com lotes a partir de 800m². Este condomínio conta com 55 lotes e diversos equipamentos de lazer (quadra de tênis, campo de futebol, piscina, pista de *cooper*, churrasqueira) ao lado de uma reserva ambiental. O mercado imobiliário não vende apenas casas ou produtos, mas sim promove “[...] novos estilos de vida e novas formas de morar” (VILLAÇA, 2001, p. 184).

A construção da nova prefeitura reestruturou as avenidas e redirecionou o eixo de crescimento da cidade. As ruas antigas que conduzem até a nova sede cívica tiveram seus nomes alterados. A rua Tenente Portela se tornou Avenida das Nações e a rua Minas Gerais agora é a Avenida Brasil. Nomes estes que demonstram a grandeza do projeto. Na parte construída recentemente, essas ruas ganharam continuação mais largas, trazendo uma ideia da grandiosidade ao projeto econômico e urbano que está sendo traçado para a cidade.

É relevante observar que o vice-prefeito Miguel Vaz, eleito em 2012, declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹⁰⁹ a posse de dois terrenos na avenida das Nações, os quais somam 227.302,42m² que valem mais de 250 mil reais, segundo a declaração. Além dos dois lotes localizados na avenida das Nações, o então vice-prefeito declarou possuir outros três lotes urbanos sem detalhamento de endereço com valor de 295 mil reais. Ou seja, somente em lotes urbanos em Lucas do Rio Verde, os bens declarados somavam meio milhão de reais. Em

¹⁰⁹ As informações foram consultadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Declaração de Bens é condição necessária para o TSE deferir a candidatura a quaisquer cargos públicos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

2016, ano em que foi candidato a vice-prefeito novamente, os lotes localizados na avenida das Nações não constam na sua Declaração de Bens, o que indica a venda desses lotes.

Castilho (2012) aponta que o complexo sistema de valorização do capital dos proprietários rurais transborda o campo e encontra espaço também na aquisição de terrenos urbanos. A reestruturação urbana é fruto da dominação política e econômica do espaço intraurbano (VILLAÇA, 2001). Em outras palavras, são as classes dominantes, políticas e econômicas, responsáveis em grande medida pela reestruturação do espaço intraurbano através do controle do espaço. Neste caso, o deslocamento planejado da sede da prefeitura, com o prévio conhecimento do poder público, implicou na valorização de terrenos a médio e longo prazos.

Classes dominantes, políticas e econômicas se confundem, explicitando um dos problemas associados ao “urbanismo empreendedor”¹¹⁰ (COMPANS, 2005). Os representantes do governo local também compõem os grupos detentores de terras com fortes interesses na valorização de determinadas terras em seu próprio benefício, fortalecendo com isso os grupos tradicionais já estabelecidos entre as classes dominantes.

O segundo conjunto de novos bairros mereceu uma descrição mais demorada pela grandiosidade dos projetos: um grande número de casas destinadas aos trabalhadores da indústria, como o Tessele Junior, ou à população de baixa renda, como o Jaime Seiti Fujii¹¹¹. Estes dois bairros somam 2.924 terrenos voltados para habitação. Ambos possuem características comuns. Primeiro, a parceria financeira entre instituições públicas e privadas para sua efetivação. Segundo, a localização, ambos estão nos extremos da cidade, os bairros mais distantes do centro entre todos os bairros, ambos assinalados na Figura 14 com a área com coloração rosa. Quando se observa a mancha urbana, estes são os bairros que se localizam de forma descontínua com barreiras físicas visíveis de distanciamento da estrutura construída antes de 2008. A combinação dos dois fatores, a distância e as barreiras físicas, demarca o processo de exclusão, o que Sabatini (2001a) denominou *efeito borda*.

O bairro Luiz Carlos Tessele Junior – ou bairro da Sadia ou somente Tessele Junior – concentra os trabalhadores do chão de fábrica, grande parte migrantes recentes com

¹¹⁰ A ideia de *urbanismo empreendedor* foi proposta por Borja e Castells na década de 1980 no contexto da reestruturação do capitalismo (COMPANS, 2005) nos Estados Unidos.

¹¹¹ Durante a realização do campo de 2015, verificou-se que há uma confusão por parte dos moradores entre as três denominações para o bairro – Jaime Seiti Fujii, Parque das Américas e Venturini. Na verdade, os bairros Jaime Seiti Fujii e Venturini correspondem a um projeto habitacional cada. Contudo, por estarem na mesma região e próximos um ao outro, há uma confusão sobre os limites de cada. O Venturini passou a ser denominado como Parque das Américas, ainda assim causando confusão. Optou-se por tratar os três bairros como Seiti Fujii.

origem no Nordeste e Norte¹¹². A construção do Tessele Junior se deu pela parceria entre a prefeitura municipal, a Sadia, a Caixa Econômica Federal e o Banco Concórdia, os dois últimos financiadores do projeto. A parceria consistia na construção da infraestrutura urbana por parte do governo municipal (obras de saneamento, arruamento, pavimentação, iluminação pública e energia), além da aquisição do terreno. A construção das casas foi financiada pela Caixa Econômica Federal, mas a propriedade dessas era da Sadia e não dos moradores. Na época o projeto se configurou como o maior projeto habitacional de Mato Grosso, contou com 2.550 lotes. 2.000 desses lotes se destinaram à construção de casas e 550 lotes se destinaram ao comércio e à indústria, e foram entregues entre 2008 e 2009 à empresa. Serviços públicos no bairro, escolas, creches e PSF, e pequenos comércios locais estão disponíveis na região, aspecto essencial já que o bairro se localiza distante da infraestrutura estabelecida anteriormente na cidade.

Figura 16 – Casas do bairro Tessele Junior (ou bairro da Sadia)



Fonte: Acervo pesquisa de campo. Lucas do Rio Verde, 2013 e 2015.

O bairro está localizado entre a BRF e o centro da cidade, ao mesmo tempo em que está distante de ambos. Até o centro existe o bairro Industrial com galpões, silos e indústrias, a MT-449 e BR-163; até a BRF existe uma área de proteção ambiental e muitos quilômetros da MT-449 rodeada de propriedades de cultivo de soja e milho. Para se chegar ao centro são cerca de quinze minutos de transporte motorizado ou cinquenta minutos a pé. Quer dizer, o bairro fica relativamente isolado para circulação a pé tanto para fins do trabalho, seja para o acesso a supermercados grandes e o comércio. De modo que os moradores vão à

¹¹² Para este bairro e para seus moradores foi direcionado o maior número de comentários ouvidos durante a pesquisa de campo – frequentemente negativos.

“cidade” (à região central) apenas quando recebem seus salários (VOLOCHKO, 2013). A opção pelo terreno de construção do projeto se deu pelo rápido acesso dos trabalhadores à BRF, o que se sobrepôs à disponibilidade de infraestrutura já constituída no município (VILLAÇA, 2001). Desta forma, o bairro ficou isolado, em termos de distância e de acessibilidade, do centro e da malha urbana, ainda que se localize mais próximo da BRF e dentro dos limites do perímetro urbano.

No primeiro momento, as casas se tornaram propriedades da BRF e eram alugadas estritamente para os empregados da empresa, com exceção daqueles que se fixaram com a família. Cada casa contava com quatro moradores, que não necessariamente se conheciam previamente, compartilhando dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro distribuídos em uma área construída de 46m². A casa não contava com muros, nem entre a residência e a rua, nem entre a residência e as outras casas. Os moradores ocupavam e compartilhavam o terreno no entorno das casas com seus vizinhos, com roupas no varal, cadeiras e mesas, bicicletas, etc. e o âmbito doméstico se confundia com o âmbito público.

O aluguel era descontado diretamente da folha de pagamento, 50 reais para cada morador, o que totalizava um aluguel de 200 reais por casa. Caso o empregado fosse demitido ou se demitisse da BRF, o morador deveria deixar a residência. Apesar da política da empresa de manter somente empregados como inquilinos das casas, existiam moradores que não trabalhavam na BRF e que permaneciam nas casas. O aluguel era consideravelmente abaixo da média da cidade, implicando na manutenção do emprego na agroindústria ou na habitação sem autorização da empresa.

Deste modo, se constituiu um bairro estritamente de migrantes trabalhadores da agroindústria. Esta não é uma estratégia inovadora, mas recorrente em cidades industriais. Macedo (2013) relatou uma estratégia semelhante em uma cidade com forte inserção na agroindústria e Costa e Monte-Mór (1995) fez o mesmo em cidades ligadas à mineração.

A necessidade de controle da força de trabalho por parte das empresas é um ponto comum nos três casos estudados. O exemplo Belgo-Monlevade mostra uma preocupação central com a retenção e, mesmo, a preparação de uma mão-de-obra desqualificada, pouco afeita ao trabalho fabril disciplinado, necessitando assim de uma tutela direta por parte da empresa. (COSTA; MONTE-MÓR, 1995, p. 426)

Construir um bairro que tem entre suas premissas o controle dos não garante a retenção destes nem a criação de um convívio comunitário (COSTA; MONTE-MÓR, 1995). O Tessele Junior é comumente associado à violência e às condições de vida degradantes nas

verbalizações correntes nas ruas dos bairros mais centrais e até mesmo nos relatórios da BRF. Uma entrevistada contou que morava no bairro apenas porque seu marido era bombeiro e, por isso, a casa era cedida. Outro casal que trabalhava na BRF e que morou em diferentes bairros da cidade (Cidade Nova, Imperial e Primavera) relatou que não gostavam do Tessele Junior porque “[...] lá tem de tudo, maranhense, paraense” (fala da própria entrevistada), associando os migrantes do Norte e Nordeste com a má fama do bairro.

No seu relatório anual de 2014, a BRF citou os problemas enfrentados no Tessele Junior atribuindo a causa dos problemas enfrentados no bairro ao choque cultural:

Durante 2014, ficaram latentes ocorrências de insegurança e preconceito que ocorriam nas dependências do conjunto habitacional mantido pela Companhia, em decorrência do choque cultural de trabalhadores vindos de diversas regiões do Brasil. A questão enfrentada é que a diversidade cultural evoluiu para um choque cultural, causando situações de conflito, violência e insegurança nas comunidades vizinhas à BRF. (BRF, 2014, p. 75)

A fim de buscar uma solução para os problemas, a prefeitura iniciou um diálogo com a BRF para promover o processo de aquisição das casas dos moradores/trabalhadores que já viviam nas mesmas. Ainda não houve avanço concreto sobre a venda da casa para os trabalhadores, porém é importante ressaltar a relação estabelecida do pertencimento de fato à cidade com a aquisição da casa própria. Esta é uma verbalização presente no discurso do poder público e também de outros entrevistados. Como pressuposto, tem-se que a aquisição da casa resultaria na menor circulação de moradores para outros bairros, e logo, menor aproximação dos trabalhadores às partes estabelecidas anteriormente.

Durante as entrevistas nas quais foram tratados os problemas do Tessele Junior, não foram mencionadas as condições de moradia disponibilizadas pela BRF. Por um lado, as casas do Tessele Junior possuem pouco espaço interno, pouca privacidade e são compartilhadas muitas vezes entre desconhecidos. Por outro lado, os moradores não são incorporados à cidade e a sua infraestrutura estabelecida. O cotidiano dos moradores do Tessele Junior se reduz ao trabalho na indústria e ao próprio bairro, isolando a população com condições análogas de vida e protegendo os moradores das áreas mais antigas.

O segundo grupo de bairros voltado para a população de baixa renda é o loteamento do Seiti Fujii. O Seiti Fujii está localizado no extremo oposto do Tessele Junior e com características próximas: casas pequenas igualmente distantes da malha urbana e de seus serviços já constituídos. Este bairro foi construído pelo financiamento do programa

habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV)¹¹³. Ao total foram 924 unidades habitacionais financiadas com 40m² ou 63m², todas destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos (faixa 1 segundo o MCMV) que foram entregues principalmente em 2013. Está previsto para a área mais um empreendimento do MCMV com a construção de 700 unidades habitacionais, com prioridade para famílias entre 3 e 6 salários mínimos.

Uma das prioridades de atendimento do MCMV se destinava, além de famílias de baixa renda, aos moradores do Recanto dos Macucos. Aqui cabe detalhar brevemente a história da área. O Recanto dos Macucos se situava às margens do Rio Verde em uma Área de Preservação Permanente, próximo aos serviços da área urbana. Possuía difícil acesso à infraestrutura por conta do transporte público precário, via estrada de terra. O abastecimento de água se dava por meio de poços escavados de forma irregular na proximidade das casas, mesma situação da fossa de depósito dos dejetos residenciais.

Algumas famílias viviam no Recanto dos Macucos antes de 2007 em pequenas chácaras. Foi nessa data que se intensificou a ocupação da área principalmente por famílias de baixa renda tendo em vista que os lotes ali vendidos apresentavam um preço muito inferior àqueles localizados na área urbana. Apesar das dificuldades de locomoção e de acesso aos serviços, os terrenos se apresentavam como uma alternativa viável de moradia para uma parte da população de baixa renda. Por se situar às margens do rio, a área sofria periodicamente pelas fortes cheias que alagavam às casas e deixavam as famílias ilhadas. Através de uma ação judicial, as famílias foram retiradas da região e suas casas foram destruídas em 2009. Contudo, a alternativa de moradia apenas foi efetivada quatro anos mais tarde com a aprovação do MCMV¹¹⁴ do Jaime Seiti Fujii, onde as famílias do Recanto dos Macucos tinham prioridade na aquisição. Foram previstas que cerca de cem famílias deveriam ser contempladas pelo programa.

Retomando as características específicas do loteamento Seiti Fujii, como é possível visualizar no mapa da Figura 14¹¹⁵, nota-se que o bairro fica distante tanto do centro

¹¹³ O empreendimento foi concretizado pelas construtoras Aurora e Égide. A construtora Aurora existe desde 1977 e teve empreendimentos no MCMV em outras 4 cidades: Campo Novo do Parecis (MT), Várzea Grande (MT), Cuiabá (MT) e Americana (SP). Foram responsáveis por mais de 8.500 unidades habitacionais e por empreendimento com o tamanho mínimo de 288 casas. Atualmente, a empresa entrou em processo de recuperação judicial. Também esteve envolvida a construtora CONST.EGIDE LTD com empreendimentos também em Cuiabá (MT) e Primavera do Leste (MT), e que construiu cerca de 2000 unidades habitacionais pelo MCMV.

¹¹⁴ Um dos quesitos para aprovação do financiamento do MCMV pela Caixa Econômica Federal foi justamente atender às famílias retiradas de áreas de preservação permanente, como o caso do Recanto dos Macucos.

¹¹⁵ Ver p.165.

e como da própria área urbana construída. Entre o bairro e o centro existia o abatedouro de aves da BRF e a área da nova da prefeitura, com o seu entorno de terrenos vazios destinados a princípio à construção de comércios. Para chegar ao centro do Seiti Fujii, são cerca de seis quilômetros de distância a ser percorridos até o centro, ou uma hora a pé¹¹⁶. Ademais da distância, a abertura da área teve como finalidade estrita a construção do empreendimento habitacional, e a área não era contínua à mancha urbana estabelecida. Isto resultou num novo bairro a parte da cidade. A ligação entre estes bairros e a estrutura construída somente é viável pelos veículos motorizados, aspecto comum associado à expansão da mancha urbana (SABATINI, 2001a). As ruas são repletas de motos e bicicletas motorizadas no começo da manhã, no horário de almoço e no final da tarde, indicando a forte circulação entre os extremos da cidade.

Apesar do importante avanço em termos de conquista da moradia proporcionada pelo MCMV, os prognósticos para o programa em cidades de pequeno porte (KRAUSE, 2011), de mais fácil mobilidade urbana das famílias e maior inserção do conjunto habitacional na infraestrutura urbana, não se cumpriu na cidade de Lucas do Rio Verde. A localização periférica do empreendimento é vista na distância a ser percorrida pelas famílias à infraestrutura urbana já estabelecida (CARDOSO et al., 2011). Penalizam-se, primeiro, as famílias por conta do deslocamento e, segundo, o poder público por conta da necessidade de se estabelecer uma infraestrutura urbana para a implantação do empreendimento.

A política federal do MCMV possui como critério para a aprovação do projeto a construção um limite 500 unidades habitacionais por empreendimento. O estabelecimento de um limite se deu a partir da constatação dos problemas gerados pela política habitacional dos anos 1980, que gerou conjuntos habitacionais de grande extensão muito criticados por sua morfologia monótona e edificação de espaços segregados (CARDOSO et al., 2011). No momento de aprovação do financiamento do projeto, as construtoras realizam o planejamento de uma planta genérica dentro das diretrizes estabelecidas, as 500 unidades habitacionais. Submetem vários projetos dentro de tais diretrizes para terrenos distintos, porém adjacentes. Apesar dos projetos estarem dentro dos limites normatizados, eles conformam um único conjunto habitacional com características próximas – se não idênticas – reproduzindo os padrões da política habitacional anterior. Segundo Cardoso et al. (2011), os conjuntos estão

¹¹⁶ Para fins de comparação, o conjunto habitacional se localiza mais distante do centro que alguns casos do MCMV em cidades de porte médio, como Viçosa que possui o dobro de habitantes de Lucas do Rio Verde, mas o conjunto habitacional se localiza a distância de cinco quilômetros do centro (SOUZA, 2015).

sendo construídos com média de 3,3 projetos adjacentes, que abarcam por volta de 1.000¹¹⁷ unidades habitacionais.

A área do Seiti Fujii reproduz o padrão geral do MCMV das regiões metropolitanas, contrariando a perspectiva de uma maior dispersão dos empreendimentos em cidades de pequeno porte¹¹⁸. De fato, os empreendimentos que constituíram o que se chama Seiti Fujii eram de pequeno porte, como os projetos Sucupira com 49 unidades habitacionais, o Cerejeiras 1 com 100, o Cerejeiras 2 com 79 e o Jaime Seiti Fujii 1 com 301. Entretanto, os projetos foram construídos em áreas contínuas, de forma a configurar um conjunto com total de 924 unidades habitacionais e que poderão atingir a 1.600 se os projetos do MCMV já aprovados para o município se efetivarem. Para se ter uma ideia do impacto do MCMV no município, o conjunto habitacional representa 6,7% do total dos domicílios de 2010¹¹⁹, podendo chegar a 11% caso os projetos previstos se efetivem. Para fins de comparação, o total das unidades habitacionais do MCMV nas regiões metropolitanas de Cuiabá e Goiânia representa 1,6% e 0,7% do total de domicílios, respectivamente¹²⁰.

Outro bairro recente, o Jardim Primavera II está voltado para classes mais baixas no extremo da cidade, mas não foi fruto de financiamento de programas habitacionais. Sua construção foi autorizada em 2011, com liberação dos lotes apenas em 2013 por conta das obras de infraestrutura. Ao total, 667 lotes foram autorizados, contudo contava com grande quantidade de terrenos vazios e com um grande número de casas com paredes sem pintura, sem muros ou circundadas por tapumes em 2015.

Apesar das casas aparentarem um aspecto inacabado, sua estrutura já abriga famílias inteiras. Os proprietários mobilizam suas horas livres para realizar a construção da casa própria, sobretudo no final de semana quando é possível observar um número considerável de indivíduos nas obras, levantando paredes, em cima dos telhados ou no

¹¹⁷ Cardoso et al. (2011) analisa o MCMV nas regiões metropolitanas.

¹¹⁸ Para Krause (2011), os municípios de pequeno porte não possuiriam um mercado de terra tão competitivo como as áreas metropolitanas ao mesmo tempo em que os empreendimentos poderiam ser realizados com um menor número de residências. Isto possibilitaria a escolha por terrenos menores e dentro da malha urbana já estabelecida na cidade em um padrão não concentrado. Com isso, os conjuntos habitacionais nas cidades de pequeno porte seriam menos segregados em comparação com as áreas metropolitanas.

¹¹⁹ As proporções foram calculadas com os dados de unidades habitacionais fornecidas por Cardoso et al. (2011) e com o total de domicílios do Censo Demográfico 2010.

¹²⁰ Não é do escopo deste trabalho investigar o porquê da localização dos bairros como Tessele Junior e Seiti Fujii, entretanto alguns trabalhos apontam para certas hipóteses. Aponta-se dentre alguns trabalhos, por exemplo, a investigação de Castilho (2012) sobre o controle da terra ou o estudo de Kowarick (1979) sobre o controle da terra urbana. Ambos indicam fatores fundamentais na determinação do preço da terra. Além disso, Kowarick (1979) reflete sobre as atividades em torno da habitação cada vez mais associadas ao grande capital e, apesar de tratar de momentos anteriores do MCMV, demonstra ser uma reflexão atual.

momento de descanso, aspectos característicos da autoconstrução (KOWARICK, 1979). O ritmo da construção é ditado, primeiro, pelas horas livres dos proprietários, dos seus familiares e amigos, bem como pelos recursos financeiros disponíveis para a aquisição do material e contratação de mão-de-obra de terceiros. Desta forma, “[...] sua finalidade e essência [da autoconstrução] não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência” (KOWARICK, 1979, p. 57). A construção do final de semana também ocorreu pelo atraso da prefeitura em liberar o loteamento, já que as obras de infraestrutura tardaram dois anos. Os proprietários dos lotes utilizavam o fim de semana para realizar mutirões e para erguer a casa no menor tempo possível, pois o proprietário do terreno era notificado e a obra poderia não ser continuada caso a fiscalização da prefeitura encontrasse a obra em fase inicial. A autoconstrução recorrentemente está associada ao processo de construção de casas dos trabalhadores em favelas nas áreas metropolitanas (MARICATO, 2015; KOWARICK, 1979), mas esta forma de moradia também tem espaço em loteamentos legalizados de pequenos municípios, como no caso do Jardim Primavera II.

O ordenamento urbano, antes de ser meramente territorial, é um *ordenamento social* (SABATINI, 2001a). O planejamento da cidade, antes de priorizar a participação ampla à cidade, criou espaços de desenvolvimento isolados. Espaços que são residenciais, que possuem infraestrutura mínima de educação e saúde e que preveem a criação de uma área comercial. Por um lado, tal desenvolvimento envolve forças de exclusão social, que empurram para determinadas áreas uma população *indesejável* e cria uma espécie de isolamento dos moradores no próprio bairro. Por outro lado, os mesmos mecanismos que enclausuram são aqueles que promovem a integração, tendo em vista que permitem o acesso aos moradores a uma infraestrutura mínima. Exclusão e integração são faces do mesmo processo de ordenamento territorial (SABATINI, 2001a).

A expansão dos bairros novos ajuda a compreender as transformações dos bairros antigos. Duas novas avenidas foram construídas, uma que liga a BR-163 passa pelo prédio da prefeitura para chegar ao bairro Seiti Fujii e outra avenida que liga os bairros mais antigos à nova sede da prefeitura. Promove-se, com isso, um novo eixo de expansão da mancha urbana.

Com o processo de crescimento populacional e o estabelecimento da agroindústria, a função comercial de algumas áreas se intensificou. É o caso do Centro que fortaleceu sua função comercial para o consumo consumptivo (ELIAS, 2008), ou seja, o consumo de bens necessários para o cotidiano da população. É possível encontrar estabelecimentos de franquias nacionais como de cosméticos (O Boticário), alimentícia (Subway e Cacau Show), de artigos

em geral (Americanas), bem como locais com revendas automobilísticas, além de bancos, lotérica, restaurantes, etc. Simultaneamente, o comércio de consumo produtivo (ELIAS, 2008) se fortaleceu às margens da BR-163 pela sua facilidade de acesso. Estes são basicamente voltados ao agronegócio.

Em levantamento de 2009, nota-se que 64% dos lotes visitados possuíam função comercial, como pode ser visualizado na Tabela 21. Na região, 64% dos terrenos estão voltados para o comércio no setor 25, o mais próximo do centro, e 30% no setor 24, um pouco mais distante da área central.

Tabela 21 – Caracterização do setor censitário por uso dos terrenos e densidade residencial (n. edificações residenciais/n. terrenos)
Lucas do Rio Verde, 2009

	terreno	Uso						Densidade	Proporção (%)		
		casa/ apto	casa- comércio	comércio	em constru- ção	prédio público	terreno vazio	residencial *	comercial *	em constru- ção	teren os vazios
Faixa 1											
Setor 1	283	192	113	67	20	3	33	1,08	64%	7%	12%
Faixa 2											
Setor 8	292	355	26	9	7	8	26	1,30	12%	2%	9%
Setor 25	170	138	76	32	3	0	3	1,26	64%	2%	2%
Setor 24	338	201	37	66	12	0	53	0,70	30%	4%	16%
Setor 23	306	379	20	5	5	3	19	1,30	8%	2%	6%
Setor 21	277	355	33	36	7	5	18	1,40	25%	3%	6%
Setor 20	275	357	18	26	6	0	13	1,36	16%	2%	5%
Faixa 3											
Setor 15	262	326	19	8	6	9	21	1,32	10%	2%	8%
Setor 17	304	451	32	23	9	4	21	1,59	18%	3%	7%
Setor 12	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Total	2.507	2.754	374	272	75	32	207	1,25	26%	3%	8%

Fonte: Mapeamento de campo, 2009.

Obs: Classificação de renda referente a caracterização sociocupacional. Não houve nenhum setor entrevistado correspondente à faixa 1.

Não foi possível recuperar as informações do setor 12.

A categoria "residência/comércio" refere-se às residências construídas em anexo a um espaço comercial. No mapeamento foram contabilizadas as residências, assim o valor da tabela refere-se ao número de residências e não de comércios.

Foram suprimidas as categorias industrial e industrial/comercial, sendo encontrado apenas uma construção na segunda categoria no setor 21.

* Tanto no cálculo de densidade residencial como no cálculo de proporção de comércios foram contabilizadas as categorias "casa-comércio" e "comércio".

Além do centro e das rodovias, outra área desenvolveu função comercial, a avenida Mato Grosso nas proximidades do setor 21. Este já era um eixo de circulação relevante entre a cidade estabelecida para os bairros frutos da expansão de 1990 a 1999. Em 2009 a quantidade de terrenos com a função comercial já se apresentava acima dos setores

contíguos, distância que se intensificou quando se observa as mudanças dos endereços entre 2009 e 2015, apresentado na **Erro! Auto-referência de indicador não válida..**

Tabela 22 – Endereços visitados em 2015 por mudança de situação de uso em comparação à 2009

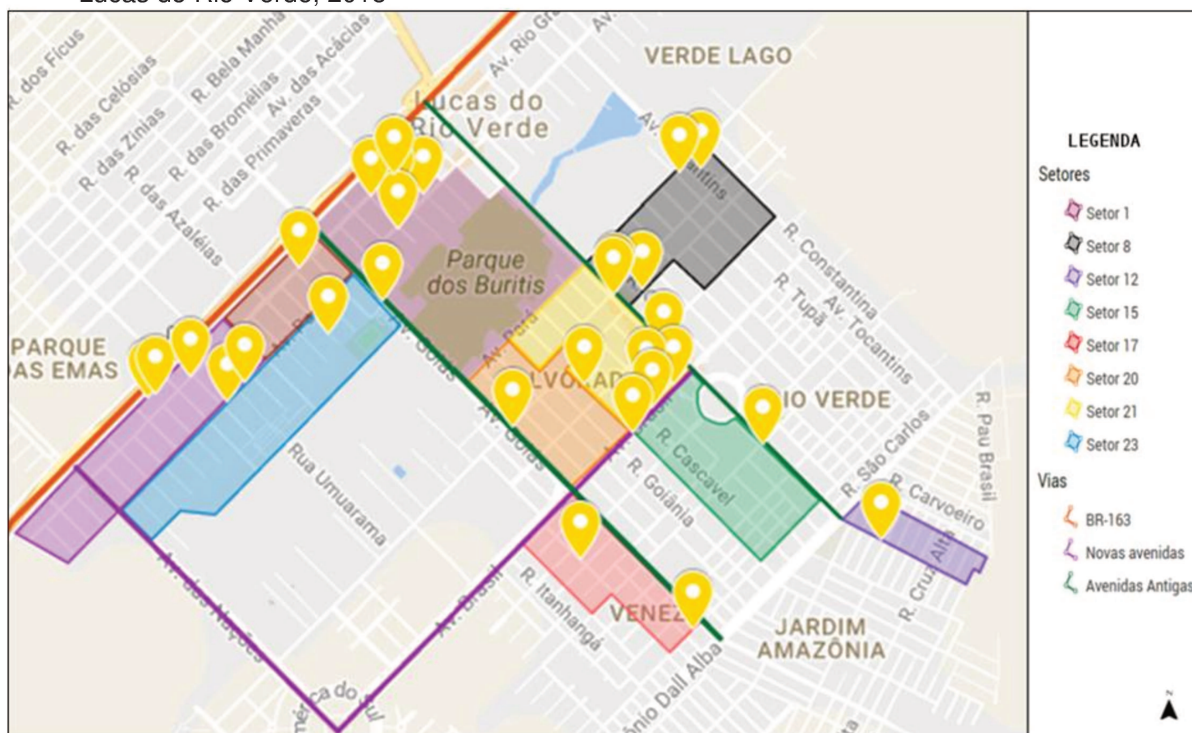
Lucas do Rio Verde, 2015

	residência	%	outra situação	%	sem info	Total
Faixa 1						
Setor 1	39	78%	11	22%	0	50
Faixa 2						
Setor 8	38	76%	9	18%	3	50
Setor 25	37	74%	10	20%	3	50
Setor 24	42	84%	8	16%	0	50
Setor 23	44	88%	6	12%	0	50
Setor 21	39	78%	10	20%	1	50
Setor 20	43	86%	6	12%	1	50
Faixa 3						
Setor 15	44	88%	5	10%	1	50
Setor 17	40	80%	6	12%	4	50
Setor 12	47	94%	2	4%	1	50
Total	396	79%	73	15%	14	500

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Figura 17 – Localização de endereços que eram residenciais e se tornaram comércios entre 2009 e 2015

Lucas do Rio Verde, 2015



Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

O adensamento da cidade desde os primeiros anos se deu de forma distinta. Apesar de mais antigos, os bairros do Centro (setor 1) e algumas partes do bairro Menino Deus (setor 24) apresentaram menor densidade residencial¹²¹ entre a área estudada (Tabela 21). A existência de uma segunda ou mais residências no terreno se deu, sobretudo, pela divisão do terreno, seja pela construção de uma segunda casa ou por um pequeno prédio com vários apartamentos. Grande parte das residências tem saída independente com acesso direto às ruas e não necessariamente são ocupadas por parentes, amigos ou conhecidos, sendo alugadas ou adquiridas por imobiliárias ou corretores especializados em comercialização de imóveis. Assim, é um adensamento que se caracteriza não por uma estratégia familiar de conquista de habitação, mas em decorrência dos lotes de grandes proporções que podem ser divididos e vendidos para outro proprietário.

Devido ao modelo de colonização, os terrenos possuem uma metragem grande, aproximadamente 20m de frente e 40m de comprimento, totalizando 800m² nas margens da rodovia ou 500m² quando localizados mais afastados da rodovia. Os generosos terrenos destinados aos assentados pelo projeto do INCRA podem restringir o maior adensamento de residências nos bairros mais antigos e dificultar a implantação da infraestrutura de saneamento básico (AKAIASHI, 2011). Nos municípios com projeto de colonização na Amazônia, particular ou público, rondam incertezas sobre a delimitação e regularização dos terrenos. Por um lado, isto significa um entrave para captação de recursos para obras de infraestrutura e habitação. Por outro lado, geram um entrave para o processo de parcelamento de terrenos em bairros com infraestrutura já constituída. Pelo menos 169 municípios na Amazônia Legal com menos de 20 mil habitantes possuem suas áreas urbanas em posse do INCRA, estando em quadro de irregularidade.

Acontece que:

[...] grande parte dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade somente se aplica em cidades com alta e média densidade, mercado de solo altamente especulativo, escassez e alto custo da terra, e a chamada 'urbanização periférica'. Nesses casos, os instrumentos estão direcionados para reverter o padrão excluyente dos mercados imobiliários formais, inibir a retenção especulativa de imóveis e corrigir as distorções do crescimento urbano. [...] Entretanto, o Plano Diretor elaborado por diversos pequenos municípios incorporam instrumentos previstos no Estatuto da Cidade que dificilmente seriam aplicados à sua realidade. (AKAISHI, 2011, p. 46)

¹²¹ A densidade residencial consiste em uma medida que indica o número de residências construídas em cada terreno e não tem relação com a área do terreno. De fato, a área dos terrenos dos primeiros bairros são maiores que daqueles constituídos posteriormente.

Existe um descompasso entre a legislação urbanística vigente e a realidade dos pequenos municípios frutos de projeto de colonização. A legislação exige um processo de regularização dos terrenos para, por exemplo, captação de recursos para infraestrutura que esbarra nas dificuldades sobre a comprovação da propriedade de cidades inteiras (AKAIASHI, 2011).

Além da dificuldade de adensamento residencial, os setores da região central, 1 e 25, apresentaram a maior proporção de terrenos vazios, 12% e 16% respectivamente. São grandes terrenos vazios onde poderia, por exemplo, ser construído um pequeno empreendimento de prédios populares usufruindo das escolas e postos de saúde existentes no bairro. Alguns moradores relataram que não encontravam dificuldades de se conseguir atendimento na saúde ou vaga na educação, o que poderia demonstrar um potencial ocioso de utilização. Porém, os programas habitacionais, seja o MCMV de 2013 ou o projeto habitacional Meu Lar de meados de 2000, reforçaram o processo de segregação com a abertura de novos bairros, bem como oneraram o poder público com a construção de equipamentos de atendimento à população, mesmo com a subutilização daqueles já existentes.

Figura 18 e 19 – Pequenos prédios ao lado das ruínas de uma casa entrevistada em 2009 (foto à esquerda) e uma residência com fachada moderna (foto à direita), ambas localizadas na região central

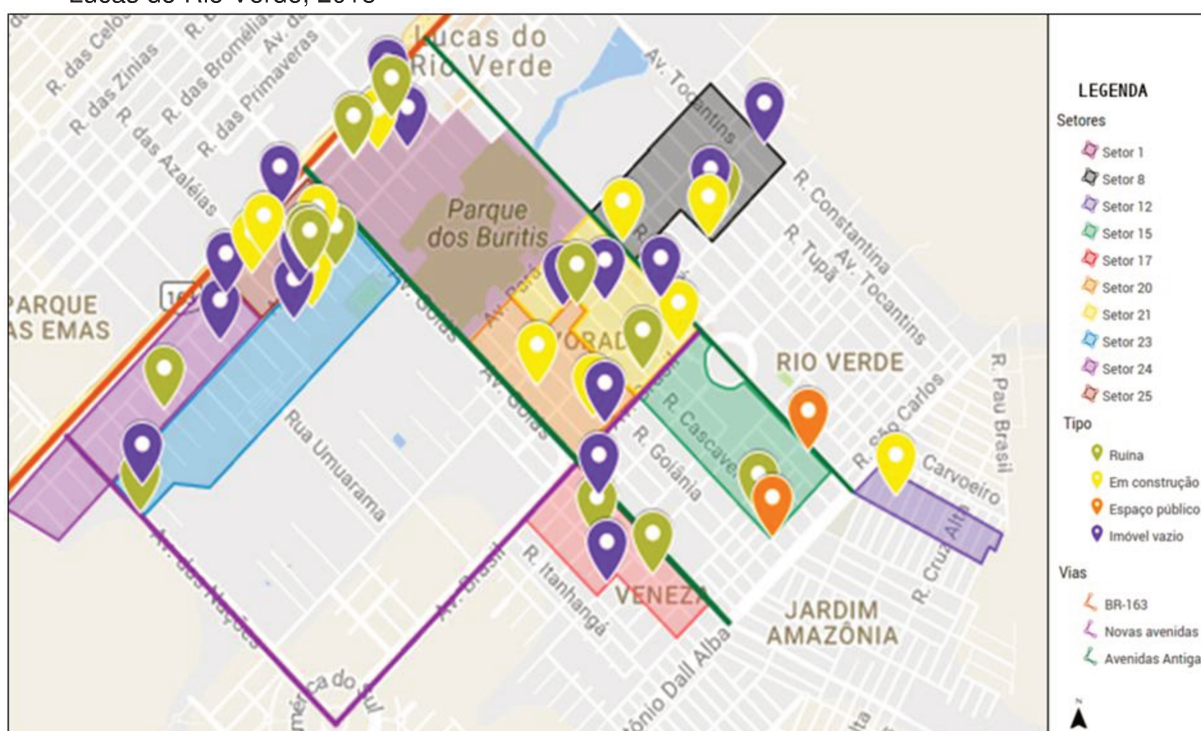


Fonte: Acervo pesquisa de campo. Lucas do Rio Verde, 2015.

Um último ponto a ser tratado sobre os bairros mais antigos é acerca dos endereços que abrigavam construções, que aqui também incluem a reforma das casas, representado pelo ícone em amarelo no mapa Figura 20. Os dois setores já citados, setor 1 e 25, foram também aqueles que mais apresentaram edificações com aspecto de “construção em andamento” em 2009, ou seja, com tapumes, sem pintura e montes de materiais como areia e

pedra nas calçadas. Casas de ruas inteiras mudaram a fachada, passando de casas de alvenaria, grade de ferro e amplos jardins para fachadas com materiais mistos, muros de vidro e jardins desenhados por paisagistas. Nota-se que os moradores das casas em reforma não estavam vivendo ali no momento, e sim estavam provisoriamente em outra casa até o término da obra, diferentemente dos bairros mais populares. Nos arredores era possível encontrar galpões que armazenavam maquinários utilizados na lavoura e que estão sendo gradativamente destruídos.

Figura 20 - Localização de endereços que eram residenciais e se tornaram ruínas, espaço público ou estavam em construção entre 2009 e 2015
Lucas do Rio Verde, 2015



Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Devido ao deslocamento da prefeitura para a região Sudeste, o novo traçado da cidade fez com que o entorno da avenida das Nações se valorizasse, local ainda com uma área considerável de terrenos vazios. Levanta-se a possibilidade de que seja uma área de forte especulação dos proprietários. Um dos entrevistados, Alexandre, relatou que mora há muitos anos no bairro e possui oito terrenos nas redondezas, inclusive na Avenida das Nações. O município também relatou que não vendeu os terrenos até o momento, pois não teve nenhum interessado pelo preço fixado. Como já dito, é uma área de ocupação mais antiga e, no momento da expansão, alguns moradores adquiriram diversos terrenos com baixo preço,

optando por não vendê-los desde então. Deste modo, o bairro não se expandiu e não se adensou, e os vazios urbanos permaneciam na paisagem dos bairros mais antigos.

Os setores com maior adensamento de residência se encontravam nos bairros Veneza e Alvorada, setores 17 e 21 respectivamente. A abertura de tais bairros foi autorizada no terceiro momento da expansão, entre 1990 e 1999. Não sendo fruto do processo de colonização inicial, a metragem do terreno era menor e o processo de adensamento se desenvolvia por outros meios.

Durante a pesquisa de campo, o que se observou foi um adensamento familiar, ou seja, famílias que construía uma casa a mais no terreno. A nova casa era destinada a seus filhos, parentes ou amigos próximos, situada ao fundo do terreno, cobrando-se ou não um aluguel. Não é difícil encontrar no final da tarde, especialmente aos domingos, pais, idosos e crianças sentadas à frente das residências conversando e, em alguns casos, tomando o chimarrão. Várias entrevistas foram realizadas neste cenário. São famílias que compartilhavam os terrenos e parte do seu âmbito privado.

Outro tipo de adensamento também encontrado no bairro Veneza foi a construção de quitinetes. As quitinetes contavam com um pequeno espaço, um cômodo além do banheiro, de modo que uma casa podia ser subdividida em vários endereços, ou de modo que a própria construção minimizasse os espaços para otimizar a quantidade de quitinetes. A quitinete era vista como uma alternativa barata para a moradia e, apesar do pequeno espaço, foi possível encontrar famílias inteiras morando ali. Os bairros Alvorada, Centro e Menino Deus também contavam com alguns conjuntos de quitinetes ou pequenas casas, cinco ou seis no máximo, concentradas em um terreno. Diferentemente das quitinetes do bairro Veneza, essas residências possuíam uma fachada mais conservada e com um tamanho mais. Durante a pesquisa de 2009, essas quitinetes oriundas de adaptação nas casas também eram encontradas nas áreas mais centrais. Entretanto, durante o retorno em 2015, esse estilo não permaneceu no centro, apenas em bairros mais distantes.

O bairro Veneza está situado nas proximidades da avenida Brasil, via que ganhou relevância por ligar o centro à sede nova da prefeitura e uma das opções para a ida ao bairro Seiti Fujii. Por conta da localização, foi possível notar uma valorização, ainda que incipiente, dos terrenos próximos à avenida. Gabriel, um dos entrevistados e morador novo do bairro nas proximidades justamente da avenida Brasil, relatou que comprou o lote por “preço de banana” na expectativa de uma valorização em um futuro breve. Ele relatou as dificuldades de se morar em uma casa de madeira, considerado por ele um padrão inferior de construção e que

não agregava valor ao terreno. Pelo contrário, a casa era vista como um custo extra para manutenção, além da necessidade de prospectar a construção de uma casa de alvenaria para a venda futura do terreno. Apesar disso, a compra foi relatada com uma forma de investimento, tendo em vista, primeiro, a localização privilegiada não só próxima à prefeitura, mas ao eixo de expansão da cidade e, segundo, pelas metragens do terreno, amplo em relação à vizinhança.

A casa de madeira tem se tornado presença singular na paisagem da cidade. Peça fundante junto com o projeto de colonização, a casa de madeira representa o passado, o antigo e, por vezes, o estagnado no discurso dos moradores. É claro que nem toda madeira é associada com o passado, já que as residências com aspecto mais moderno combinam a madeira com outros materiais, e são bem acolhidas. São as casas relacionadas às construções antigas vistas como um problema, toda feita de madeira, como na Figuras 21. Quem não conseguiu substituir a madeira por alvenaria no momento atual é associado, além do passado, à pobreza, pois não teve recurso suficiente para modernizar a sua casa e, conseqüentemente, a paisagem urbana da cidade. Segundo entrevistados, o próprio poder público tem pressionado moradores para trocar suas casas de madeira por alvenaria. Impõe-se não apenas um material, mas uma estética urbana que afasta a ideia da pobreza da paisagem do município. Como na foto da Figuras 21, nota-se um morador realizando uma reforma com o intuito de substituir as paredes de madeira pela alvenaria. Por conta disso, a casa de madeira é pouco encontrada nos bairros antigos e mais nos bairros da terceira expansão como o Jardim Imperial e Veneza.

Figuras 21 e 22 – Casa de madeira no estilo das primeiras ocupações (foto a esquerda) e substituição da madeira por alvenaria (foto a direita)



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

4.3 Horizontalização da ocupação urbana e o planejamento público dos vazios urbanos

O processo que prevaleceu na expansão urbana do município de Lucas do Rio Verde foi a horizontalização da mancha urbana, com o espraiamento dos bairros, das casas e da infraestrutura urbana. Até 2007, a horizontalização se deu em áreas adjacentes à mancha urbana consolidada. A partir de 2008, a abertura de novos bairros não aconteceu necessariamente em terras contíguas ao traçado urbano mais antigo. O processo de horizontalização, neste sentido, não representou a plena ocupação dos espaços da mancha urbana. A paisagem da cidade foi marcada por quarteirões inteiros com terrenos sem edificação alguma ou pelas ruínas de construções antigas, um processo de expansão da ocupação atrelado à propagação dos vazios urbanos (ELIAS e PEQUENO, 2007). Tais processos se multiplicaram nos bairros mais antigos e entre os bairros de expansão recentes e a mancha urbana consolidada.

Os vazios urbanos simbolizam a especulação imobiliária, pois são mantidos sem construção aguardando a valorização das terras, ao mesmo tempo em que simbolizam o interesse privado por trás do planejamento público na expansão da cidade (ELIAS e PEQUENO, 2007; CUNHA, 2015; MARICATO, 2015). Em que medida o planejamento da cidade por parte do poder público não se confundiu com os interesses privados? A quem pertenciam os terrenos destinados à construção dos bairros populares ou os vazios urbanos promovidos pela mudança da sede cívica a um lugar distante da mancha urbana? Em uma breve análise sobre os bens dos prefeitos e vice-prefeitos do município, notou-se que uma parte destes terrenos vazios era propriedade de dirigentes públicos¹²², indicando que os interesses públicos e privados se confundem no planejamento da cidade. Dizer que a cidade foi planejada, com ruas ortogonais e equipamentos públicos espalhados por diferentes pontos da cidade, ecoa no senso comum e esconde as entrelinhas do processo de expansão urbana, cujas ambições privadas se associam ao planejamento público.

A constituição da cidade é um processo de exclusão espacial planejada. Exclusão espacial, pois o modo como se deu a expansão urbana em Lucas do Rio Verde dificultou a plena circulação dos moradores dos bairros populares, regiões que se localizam em áreas afastadas da cidade consolidada. Apesar dos empreendimentos de moradias populares –

¹²² No que concerne à propriedade dos terrenos vazios, esta tese se restringiu às declarações de bens dos candidatos a prefeito e a vice-prefeito disponibilizadas pelo TSE, sendo necessária uma pesquisa mais ampla para compreender a relação entre os interesses públicos e privados por trás dos vazios urbanos.

operárias ou não – disporem de equipamentos públicos no seu entorno, o acesso à malha urbana contígua se dá basicamente via meios de transporte motorizados. Portanto, é uma exclusão planejada no sentido que o poder público juntamente com o capital privado estabeleceu o afastamento dos bairros populares como a tônica do planejamento urbano. Através dos empreendimentos de moradia popular, o poder público garantiu um teto para a população de baixa renda e operários. Ao mesmo tempo, manter os empreendimentos distantes do centro constituído garantiu a proteção aos habitantes da sociedade local dos imigrantes considerados “problema público” (BEZERRA, 2012, p. 621).

Os vazios urbanos não estavam presentes somente nas áreas de expansão, entre a malha urbana contígua e os novos bairros, como também estavam presentes nas áreas centrais do município. As terras urbanas passaram a se valorizar na medida em que a cidade passou a assumir novas funções em termos de estrutura produtiva, o que significou também uma reconfiguração das localizações (VILLAÇA, 2001). Os terrenos, localizados nas proximidades da região central do município e às margens de rodovias e avenidas principais, dispõem de melhor acesso à infraestrutura de comércio e de circulação, servindo ao consumo produtivo e ao consumo consumptivo do município. Nessas áreas o maior percentual de endereços entrevistados em 2009 se tornaram comércio em 2015. Ao mesmo tempo, a reconfiguração das localizações também representou a propagação dos vazios urbanos nas áreas centrais e adjacentes às vias de circulação. Este aspecto pôde ser verificado observando os endereços que foram classificados como “ruínas” em 2015, localizados em setores em áreas centrais e nas áreas adjacentes às vias de circulação.

Cabe salientar que o processo de horizontalização e de exclusão social planejada não oneraram somente a população, como também a instituição pública. O planejamento público promoveu a construção dos bairros populares juntamente com a oferta da infraestrutura pública essencial para a manutenção da população destes bairros – escola, creche, posto de saúde – além da infraestrutura ambiental – de saneamento básico, luz e asfalto. Expandir a infraestrutura pública é oneroso ao município no momento da sua construção, pois é necessário asfaltar bairros inteiros, construir a rede de saneamento, a rede elétrica e os prédios públicos para abrigar os serviços de saúde e educação. Ademais, há também os custos após essas construções devido à manutenção do quadro de profissionais necessário aos serviços. Fornecer a infraestrutura não é um problema em si, mas se torna um problema quando se observa que a expansão da cidade se pauta em vazios urbanos, o que

promove grandes distâncias a serem preenchidas pela infraestrutura pública; e que equipamentos públicos em bairros antigos não são utilizados em sua plena potencialidade.

Sabe-se que as ocupações dos bairros Tessele Junior e Seiti Fujii se dão fundamentalmente por população de rendas mais baixas. Contudo, a constituição de bairros pouco elucidada sobre a circulação intraurbana da população em termos residenciais. O último capítulo trata das mudanças de residências internas à cidade, tratando da relação entre esta e os processos migratórios, levando em conta a constituição territorial tratada neste capítulo.

CAPÍTULO 5

DO NÚCLEO URBANO ÀS DISPARIDADES SOCIAIS INTRAURBANAS: a relação entre mobilidade residencial e migração

A urbanização do mundo é um fenômeno que um demógrafo pôde comparar à passagem para a agricultura, ou seja, à passagem do nomadismo caçador ao sedentarismo. No entanto seu paradoxo é que é um fenômeno que não corresponde a um novo sedentarismo, mas, antes, a novas formas de mobilidade.

(Marc Augé, **Por uma antropologia da mobilidade**, 2007)

O presente capítulo buscou compreender a relação entre as dimensões espacial e a populacional, tendo em conta a constituição territorial apresentada no capítulo anterior e a dispersão populacional em termos residenciais. Dentre as novas modalidades de movimentos populacionais, têm-se os estudos sobre *mobilidade residencial intraurbana*. Tal perspectiva trata dos movimentos populacionais de mudança de residência internos à uma determinada cidade.

Denominar como mobilidade *residencial* distingue tal modalidade de movimento populacional com outras definições. Por exemplo, com a migração, que abrange mudança de residência entre municípios, ou com a mobilidade pendular, cuja mobilidade refere-se aos movimentos rotineiros (frequentemente diários) entre a residência e o local de trabalho e estudo. A explicitação do termo *intraurbano* na expressão mobilidade residencial intraurbana se justifica por inspiração à reflexão de Villaça (2001) da necessidade conceitual de distinguir as expressões *urbano* e *intraurbano*. A expressão *mobilidade urbana* tem sido comumente utilizada enquanto uma mobilidade pendular, ou seja, uma mobilidade associada aos caminhos percorridos periodicamente pela população entre casa e trabalho. Em contrapartida, a expressão *mobilidade residencial intraurbana* tem sido tratada como o deslocamento com fins de mudança de moradia (VILLAÇA, 2001; SMOLKA, 1992a, 1992b, 1994; DOTA, 2015), objeto de estudo desta tese.

O debate sobre mobilidade residencial intraurbana ganha espaço no Brasil a partir da década de 1980. O tema tem origem nas investigações sobre a periferação e sobre as desigualdades territoriais desenvolvidas durante a expansão da população urbana em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Processos esses que devem ser entendidos a partir dos incentivos e dos constrangimentos aos quais indivíduos e famílias estão submetidos, incentivos e constrangimentos relacionados ao mercado de terra e à localização (VILLAÇA,

2001; MARICATO, 2015) tendo em vista atores como o mercado imobiliário (CUNHA, 2015), os proprietários de terra e o próprio Estado (MARICATO, 2015).

O escopo teórico que aborda a mobilidade residencial intraurbana recorrentemente entrelaça a mudança de residência aos movimentos migratórios em determinada localidade (cidade ou região metropolitana) (VILLAÇA, 2001; SMOLKA 1994; JAKOB, 2004). Qual seria a relação entre essas distintas modalidades de movimento populacional, a mobilidade residencial intraurbana e a imigração? Um primeiro ponto a ser levado em conta diz respeito à relação entre imigração e constituição de bairros, a base espacial intraurbana. O processo de constituição da população intraurbana a partir do recorte dos seus fluxos migratórios auxilia a compreender as bases espaciais que sustentam a chegada de um indivíduo em uma nova cidade ou sua circulação posterior à chegada. A base espacial é também uma base social (SABATINI, 2001a), tendo como um dos elementos constitutivos a origem do migrante.

Frequentemente as investigações sobre o processo de mudança de residência têm como base de análise a diferenciação socioeconômica. Entretanto, aqueles que estão em uma situação mais desfavorecida em termos socioeconômicos podem possuir origem étnica semelhante. No processo de urbanização de São Paulo da década de 1970, Brito (1997) identificou que o Nordeste e Minas Gerais funcionavam como *reservatório de força de trabalho* (BRITO, 1997, p. 37), sendo que os migrantes desta área possuíam os menores salários e ocupavam posições mais baixas na estrutura ocupacional. O que se tem é uma sobreposição de características migratórias, econômicas e ocupacionais, o que coloca a origem migratória como um importante elemento no processo de transformação das cidades.

A mobilidade residencial alimenta e se retroalimenta da estrutura social constituída tendo em vista a tendência da população em se fixar nas zonas da cidade que mais se adequam a suas aspirações e condições sociais (JIMENÉZ BLASCO, 1989; VILLAÇA, 2001; DOTA, 2015). Forma-se uma teia complexa de relações territoriais e não-territoriais (sociais, demográficas, econômicas, ideológicas). Acredita-se que não só as motivações pessoais, ou quaisquer outras causas exclusivas, determinam a decisão da mudança e da localização da residência subsequente. O que ocorre é uma sobreposição complexa de fatores que vão influenciando e, por vezes, restringindo a opção de se mudar de residência. O objetivo deste capítulo enfatiza a influência de dois destes elementos no lugar onde se reside: a dimensão territorial tratada no capítulo anterior e a origem migratória. Não é possível adotar apenas uma perspectiva macro (relativa ao espaço, aos aspectos da estrutura urbana, etc.) ou uma perspectiva micro (características socioeconômicas dos indivíduos, de famílias, etc.) para

se explicar o deslocamento no espaço intraurbano, sendo necessário construir análises que expliquem a influência de ambos.

Em termos de dimensão geográfica, a mobilidade residencial intraurbana é recorrentemente tratada em regiões metropolitanas (VILLAÇA, 2001; SMOLKA 1994) ou em grandes cidades (JAKOB, 2004). Este conjunto de cidades, especialmente as grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, foi central durante o processo de urbanização no país ao atrair grandes fluxos migratórios até os anos 80 (BAENINGER, 1998). Conceitos em termos espaciais foram criados, como a “periferização” (BONDUKI e ROLNIK, 1979; CUNHA, 2015). Mais recentemente, com o aquecimento da economia capitalista da década de 1970¹²³, uma das possibilidades de investimento de capital passou a ser o setor imobiliário, atuando fortemente na estrutura urbana das grandes cidades (SABATINI, 2001a; MARICATO, 2015).

Faz sentido refletir sobre a mobilidade residencial para municípios de médio ou pequeno porte? Será que este grupo de cidades está submetido a tais mecanismos de transformação urbana? Krause (2011) afirma que o mercado de terras em municípios de pequeno e médio porte se mostra pouco dinâmico, o que significaria o mais fácil acesso às terras urbanas.

Existem distintas tipologias de cidades médias e pequenas. Uma dessas tipologias refere-se às cidades do agronegócio (ELIAS, 2006; ELIAS e PEQUENO, 2007). As características do agronegócio globalizado demandam uma maior integração do campo com a cidade, tendo em vista que os equipamentos urbanos, as empresas e os trabalhadores do agronegócio passaram a se centralizar nas cidades. Portanto, é nessas cidades que constituem parte desse agronegócio globalizado onde convergem as decisões sobre as atividades do campo e onde se localiza sua base material – a força de trabalho, as instituições financeiras, o maquinário, a assistência técnica, etc. A cidade do agronegócio se (re)organizaria, estabelecendo novas relações nas esferas regionais e locais.

A importância que essas cidades assumem regionalmente e sua centralização no urbano aquecem não apenas a produção agropecuária como também tem gerado um processo migratório intenso e o aquecimento do mercado de terras urbanas. Tal processo se faz tão intenso a ponto de se encontrar problemas em municípios de médio e pequeno porte antes

¹²³ “Afetado por uma queda generalizada das taxas de lucro, o capital buscou novas oportunidades de realização, provocando ao mesmo tempo substanciais transformações territoriais tanto em escala internacional, interna aos países, quanto ao nível das cidades. O setor imobiliário urbano foi um dos setores em que o capital encontrou estas novas possibilidades” (SABATINI, 2001a, p. 168).

atribuídos estritamente às grandes cidades, como a disseminação de vazios urbanos, a ocupação de áreas de preservação ambiental e a favelização (ELIAS e PEQUENO, 2007).

Ademais da transformação da estrutura urbana territorial tratada no capítulo anterior, as estruturas sociais de Lucas do Rio Verde também se transformaram (VILLAÇA, 2001). O forte crescimento populacional não se restringiu apenas aos incentivos à imigração no momento de ocupação. A taxa de crescimento atingiu proeminentes 12,5% ao ano entre 1991 e 2000 e 9,0% na década seguinte, enquanto o crescimento do estado do Mato Grosso permaneceu por volta de 2% nas duas décadas. Este crescimento é compreendido pelo intenso fluxo migratório em direção à cidade. Porém, como se discutiu no capítulo 2, diferentes períodos do desenvolvimento histórico significaram mudanças também nas características dos imigrantes e, como se verá neste capítulo, na distribuição dos imigrantes no espaço intraurbano.

5.1 Mobilidade residencial e migração: as especificidades sobre o lugar onde se reside

O item anterior realizou uma reconstrução do espaço intraurbano enfatizando os elementos de ordem territorial (VILLAÇA, 2001). Esta é uma das perspectivas apontadas pela literatura para se compreender as estratégias de ocupação por parte dos diferentes atores envolvidos na constituição do espaço intraurbano. Este item irá se debruçar sobre como a população se distribuiu pelo espaço intraurbano, criando e recriando vizinhanças e, assim, se relacionando profundamente com a constituição e transformação dos espaços da cidade.

O primeiro ponto de destaque é a relação entre migração e expansão da mancha urbana. Como visto anteriormente, tanto a mancha urbana captada pelas imagens de satélite¹²⁴ como o número de setores censitários entre 1991 e 2010¹²⁵ indicaram um processo de intenso crescimento urbano, envolvendo a expansão do espaço urbano e o adensamento dos bairros. Se a análise se encerrasse com esta informação associada ao intenso aumento da população, possivelmente se chegaria à conclusão que o fator responsável pela intensa dinâmica intraurbana fosse a imigração.

Entretanto, outras razões devem ser consideradas nessa relação. Um primeiro elemento, já discutido no tópico anterior, se refere à influência do planejamento urbano na

¹²⁴ Ver p. 157.

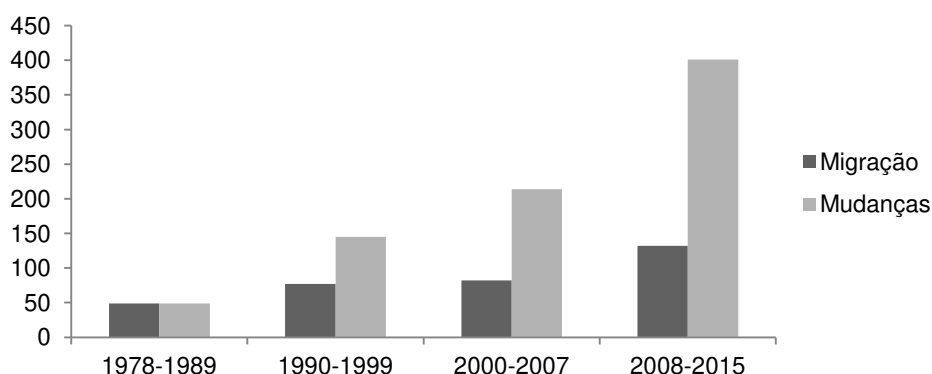
¹²⁵ Ver p.163.

expansão da mancha urbana. O planejamento público optou por abrir novos bairros e por mudar a sede cívica para lugares afastados da mancha urbana consolidada, em vez de promover a urbanização em áreas adjacentes ou em vazios urbanos em bairros consolidados. Estabeleceu, com isso, um planejamento que primou pelos vazios urbanos a serem preenchidos em um futuro incerto.

Um segundo fator essencial para complexificar a relação entre expansão da mancha urbana e a migração foi observar a distribuição da população utilizando-se a mobilidade residencial. O gráfico abaixo expõe a comparação entre o número de imigrantes e o número de mudanças realizadas no município. É possível verificar pela comparação que o volume de imigrantes era sensivelmente inferior ao número de mudanças realizadas no município (Gráfico 7). Desta forma, outros fatores deveriam ser levados em conta no processo de análise da expansão além da imigração.

É importante ressaltar que os endereços entrevistados se localizavam na área da cidade estabelecida anteriormente a 2009, momento que antecede a instalação da agroindústria. Os bairros novos, como o Seiti Fujii e o Tessele Junior, não tiveram moradores entrevistados pelo *survey*. O bairro Tessele Junior é formado primordialmente por imigrantes que chegaram à cidade posteriormente à instalação da agroindústria. Quer dizer que, mesmo realizando entrevistas em bairros mais antigos, foi possível visualizar uma intensa mudança de residência.

Gráfico 7 – Comparação entre o número de imigrantes e número de mudanças de residência por período
Lucas do Rio Verde, 2015



Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

É também necessário considerar que as informações aqui apresentadas tratam apenas dos migrantes sobreviventes (MARTINE, 1980), ou seja, os migrantes que possuíam

características que proporcionassem o maior êxito e, conseqüentemente, a permanência no lugar de destino. Isto se vincula ao tipo de uma pesquisa realizada, transversal e com questões longitudinais sobre a mobilidade residencial. Esse aspecto reforça o argumento que o número de mudanças não se dá de forma proporcional à chegada de migrantes, pois os números da pesquisa contabilizaram apenas os sobreviventes. Isto é, não contabilizaram os migrantes que chegaram à cidade, tiveram oportunidades piores que aqueles que permaneceram, e partiram para outros municípios. Acredita-se que os imigrantes que não permaneceram no município aumentariam o número de mudanças de residência, quiçá em uma proporção maior que os migrantes sobreviventes, tendo em vista que os não-sobreviventes devem ter enfrentado piores condições e poderiam ter circulado em maior número de residências na cidade. Porém, esta não é uma hipótese que possa ser comprovada por essa pesquisa.

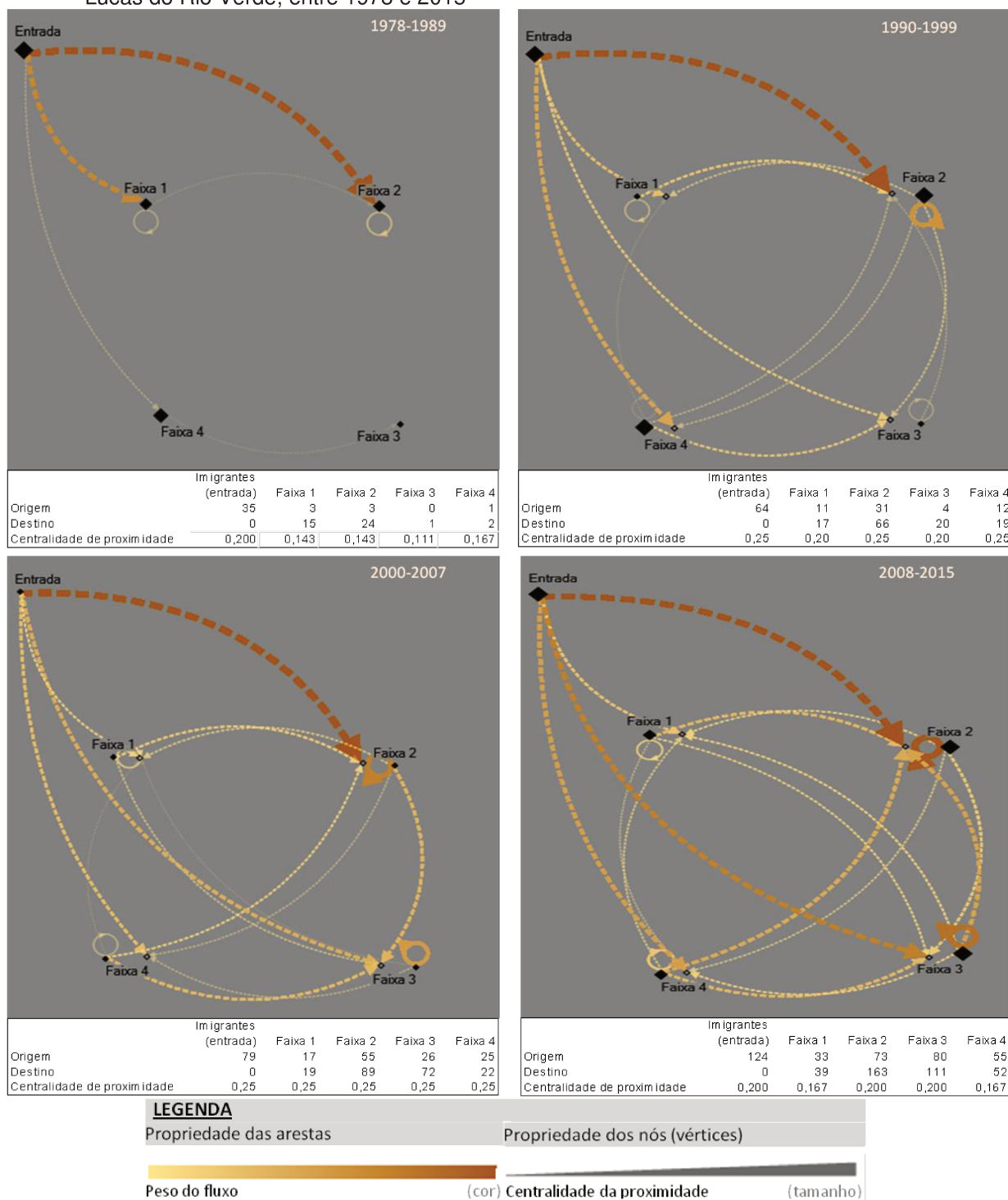
Reforça-se a reflexão de Dota (2015) sobre a importância da mobilidade residencial para a produção do espaço urbano.

As formas e os produtos gerados por essa relação, entretanto, não seguem tendência linear, variando conforme o contexto territorial a partir das oportunidades do mercado de terras e as características dos grupos sociais. Da mesma forma, questões conjunturais, como políticas de incentivos e crescimento econômico, que mexem no emprego e na renda, podem impactar a todos de forma distinta a depender de suas características sociodemográficas, o mesmo podendo ser dito com relação a mudanças nas legislações específicas, especialmente aquelas ligadas ao uso e ocupação do solo. (DOTA, 2015, p. 217-218)

Apesar de reconhecer a relação entre mobilidade residencial e expansão da mancha urbana, Dota (2015) ponderou sobre as demais características que devem ser examinadas na análise. No caso desta tese, o objetivo foi analisar a relação entre a dimensão populacional regional, os fluxos de imigrantes e as mudanças residenciais intraurbanas, ambas associadas ao capital do agronegócio. Os imigrantes foram analisados a partir da sua região de origem no Brasil: o Sul, o Centro-Oeste, o Nordeste, o Norte e o Sudeste levando em conta o método de análise de rede detalhado no capítulo 3.

Neste primeiro conjunto de gráficos apresentados na Figura 23 abaixo, foi levado em consideração as mudanças de residência total, ou seja, sem especificação de origem migratória dos entrevistados, divididos apenas de acordo com o recorte temporal.

Figura 23 – Mobilidade residencial intraurbana (Gráficos e estatísticas)
Lucas do Rio Verde, entre 1978 e 2015



Fonte: Elaboração própria pelo NodeXL. Dados do Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Avançando para a análise dos gráficos acima, no primeiro momento, entre 1978 e 1989, nota-se que a chegada de imigrantes se dava predominantemente pelos bairros da Faixa 2, seguidos por aqueles localizados na Faixa 1. Ao total foram 35 imigrantes que entraram na

cidade, sendo que o movimento de entrada concentrou maior número de casos que qualquer dos movimentos de circulação interna. Apenas 2 entrevistados relataram ter ido morar em um bairro na Faixa 4, sendo que um destes indivíduos mudou para um bairro da Faixa 3 posteriormente. Ambos os casos se tratavam de mulheres nascidas no Mato Grosso, uma que chegou com cerca de 40 anos e outra que chegou ao município ainda criança acompanhando os pais.

Esta segunda entrevistada, de nome Letícia, morou em bairros das Faixas 4 e 3 – o Rio Verde, o Veneza e o Jardim Primavera – desde que chegou em Lucas do Rio Verde até 2006, quando recebeu uma casa do projeto habitacional “Meu Lar”. Essa é uma característica importante e possível de se visualizar quando se compara os gráficos através dos tempos: quem chega ao município para morar em bairros da Faixa 4, quando muda de faixa, tem como destino prioritariamente os bairros da Faixa 3, em menor frequência os bairros da Faixa 2 e em casos raros, bairros da Faixa 1. Este aspecto é demonstrado pelas setas amarelas com tons claros nos gráficos acima, fato observado em todos os períodos analisados. O contrário, a saída dos bairros classificados com renda superior em direção à faixa 4, é mais comum, fato verificado pelas setas mais espessas e com tonalidade laranja.

Os bairros da Faixa 4 – Tessele Junior, Rio Verde, Jardim Imperial, Jardim Europa, Seiti Fujii – não tiveram entrevistas realizadas. Isso quer dizer aqueles que declararam já ter morado nesses bairros, atualmente moram em bairros das Faixas 1, 2 ou 3. Diante disso, é interessante notar que estes bairros conseguem ter destaque tanto em volume de fluxo como de centralidade quando comparados aos fluxos de outros bairros, mesmo sem a realização de entrevistas nesses territórios. Por exemplo, dentre as mudanças de residência realizadas entre 2008 e 2015, 52 mudanças de residências localizadas neste bairro foram citadas entre os entrevistados contra 39 dos bairros da Faixa 1, sendo que esta última faixa teve moradores atuais entrevistados. Desta forma, se verifica que os bairros das Faixas 4 são mais importantes na circulação de pessoas que aqueles da Faixa 1.

Os bairros da Faixa 1, na verdade, apresentaram a menor troca com outros bairros. Isto é reforçado pela medida de *centralidade de proximidade* que, como já definido, indica o quanto um nó está conectado com outros nós na rede (HANSEN et al., 2011). É importante destacar que, como se trata de um número pequeno de nós, quando existe um fluxo mínimo entre eles, os valores da medida de centralidade de proximidade são próximos. Porém, a medida possui sua relevância quando se observa que a Faixa 1 somente se destacou entre os maiores escores no momento de ocupação. Em períodos posteriores à ocupação, este se

encontrou entre os menores escores, representando um maior isolamento entre os bairros classificados nesta faixa. Esta informação, somada às intensidades de fluxos entre outros bairros e dos moradores que mudam no próprio bairro (mudança representada pela espessura e cor da seta), demonstram que a Faixa 1 se mostrou como a área com maior tendência ao isolamento.

Comparando os valores da medida de centralidade de proximidade entre os períodos, os valores dos anos de 1978 e 1989 se mostraram mais desiguais (Entrada - 0,2; Faixa 1 - 0,14; Faixa 2 - 0,14; Faixa 3 - 0,1; Faixa 4 - 0,17). Já nos gráficos dos períodos entre 1990 a 1999 e entre 2000 e 2007, a circulação entre os bairros de diferentes faixas de renda se mostrou mais homogêneo, com os escores idênticos no segundo momento (todos em 0,25). Isto significa que havia uma tendência de menor isolamento dos bairros com o passar do tempo até 2007. Porém, após 2007, a diferenciação da medida de centralidade da proximidade retornou, indicando o já isolamento parcial dos bairros da Faixa 1 e também um maior isolamento dos bairros da Faixa 4, possibilitando vislumbrar o processo de relativo isolamento dos bairros mais ricos e dos bairros de menor renda.

Os fluxos de entrada para os bairros da Faixa 2 predominaram em todos os períodos. Este é o principal fluxo em todos os momentos, tanto em origem quanto em destino, como é possível ver no número de indivíduos abaixo de cada gráfico. Tal fato é influenciado pelo maior número de entrevistas realizadas nos bairros mais antigos, sendo que quase todos os setores dos bairros situados na Faixa 2 foram selecionados no processo da amostragem¹²⁶.

Entretanto, observar todos os fluxos, e não só os dominantes, ajudou a compreensão sobre o momento em que se deu a maior ocupação no bairro, quer dizer, o momento de maior adensamento quando o maior número de indivíduos mudou para este conjunto de bairros. Entre 1978 e 1989, foi importante o fluxo de entrada de imigrantes na Faixa 1, faixa na qual se situa os bairros Pioneiros e parte do Centro. Entre 1990 e 1999, os bairros da Faixa 4 passaram a receber uma grande quantidade de fluxos, fundamentalmente por conta do bairro Rio Verde que se consolidou na década de 1990. Entre 2000 e 2007, a construção do projeto habitacional “Meu Lar” no bairro Jardim Primavera e o adensamento dos bairros Jardim das Palmeiras e Veneza trouxe um maior peso das mudanças residenciais para os bairros da Faixa 3. Por fim, após 2007, além das Faixas 2 e 3, os bairros da Faixa 4

¹²⁶ Ver Craice (2013).

voltam a ter destaque, neste momento por conta dos bairros novos de projeto habitacional como Tessele Junior e Seiti Fujii.

A partir desta primeira análise dos dados de mobilidade residencial, retoma-se uma reflexão colocada logo na introdução deste trabalho, que defendeu que os itinerários residenciais refletem a história da cidade (DELAUNAY e DUREAU, 2004). Os autores chegaram a tal conclusão em uma pesquisa realizada na cidade de Bogotá. Através dos resultados daquela pesquisa, notou-se que no momento mais intenso de expansão da população do município, a mobilidade residencial se mostrou mais intensa. Para os indivíduos ou famílias que buscavam a moradia independente neste período, as opções encontradas se encontravam em áreas periféricas de Bogotá, distante dos seus familiares. Após essa fase de intensa expansão, as mudanças residenciais passaram a acontecer fundamentalmente na sua vizinhança. Isso quer dizer que, de acordo com Delaunay e Dureau (2004), após o momento de estabilidade de população, as mudanças da residência não acontecem entre bairros distantes, mas em bairros do entorno de onde se mora.

Para Lucas do Rio Verde, esta é uma verdade parcial. Entre 1978 e 1989, os maiores fluxos de mudanças de residência se deram nas Faixas 1 e 2, áreas em expansão no período. Entre 1990 e 1999, a Faixa 2 apresentou maior importância, tanto abrigando os novos imigrantes, como apresentando centralidade nos fluxos internos, momento este de consolidação dos bairros localizados justamente na Faixa 2. Até o momento, os dados aqui analisados condizem com as generalizações de Delaunay e Dureau (2004).

Contudo, os gráficos dos dois últimos períodos (2000 e 2007, 2008 e 2015) não apontaram para uma estabilidade dos fluxos dos bairros mais “amadurecidos” das Faixas 1 e 2. Ao contrário, os bairros da Faixa 2 permaneceram centrais para compreender a dinâmica distribuição da população, recebendo e cedendo população com outros bairros de forma intensa.

Uma das explicações seria as diferentes formas de posse da residência existentes nestes bairros. Primeiro, o bairro Menino Deus (Faixa 2) possui terrenos que carregam características do momento da ocupação, grandes metragens e incertezas sobre sua regulação (AKAIASHI, 2011). Isso pode dificultar a venda dos terrenos, pois um terreno com 800m² possui um preço alto. Com incertezas na regularização, parcelar o terreno também se mostra um problema. Para os proprietários que não pretendem mais viver no bairro, a solução encontrada é alugar a residência, seja construindo casas menores no estilo, seja alugando a única casa construída.

A segunda explicação para essa permanente importância dos bairros da Faixa 2 está na questão da localização levantada por Villaça (2001). Os bairros classificados na Faixa 2 se localizam adjacentes à região central e às margens de vias centrais de circulação de mercadorias do consumo produtivo (a BR-163 e as lojas do agronegócio) e do consumo consumptivo (ELIAS, 2008) (as ruas do centro e a avenida Mato Grosso). O valor do terreno não deve ser medido apenas pela sua metragem, mas também pela sua localização (VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2015). Os terrenos na região da Faixa 2 são aqueles sujeitos a maior valorização tendo em vista a localização, o que reforça a presença de casas para aluguel, de pequenos prédios e de terrenos vazios. Ao mesmo tempo, convivem nessa área casas de alto padrão, geralmente próprias e em grandes terrenos com conjunto de pequenos condomínios com apartamentos de quatro cômodos. Desta forma, são bairros onde indivíduos e famílias com diferentes rendas conseguem morar.

O que se nota é que nem toda a população vivencia as benesses das *idades do agronegócio* (ELIAS, 2011; ELIAS e PEQUENO, 2007) apesar da pujança econômica e urbana. Na verdade, desenvolveu-se um forte processo de segregação. Pereira (2015) mostrou a condição migratória por trás do processo de segregação, através da sua discussão sobre bairros-migrantes¹²⁷. Elias e Pequeno (2007) e Macedo (2013) indicam a associação entre a mudança no mercado de trabalho e a transformação da cidade. A migração e a mudança do mercado de trabalho, e suas relações com o processo de transformação do espaço urbano serão discutidos nos próximos itens.

5.2 A especificidade dos imigrantes por região de origem

Este item tem como objetivo apresentar os diferentes grupos de imigrantes a partir da sua região de origem: Sul, Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste. Ao total, 329 entrevistados especificaram sua região de nascimento, e suas características migratórias, ocupacionais, domiciliares e de mobilidade residencial são apresentadas neste tópico.

Historicamente, a constituição da população luverdense foi predominantemente sulista no momento da ocupação (ZART, 1998; ROCHA, 2008). Isto já é notado logo que se observa uma análise sobre a distribuição de migrantes por período na Tabela 23. No primeiro período, entre 1978 e 1989, o predomínio é de naturais da região Sul, segundo os dados da

¹²⁷ Pereira (2015) demonstra a tendência de concentração dos trabalhadores da laranja, que são majoritariamente migrantes, nas áreas mais periféricas, constituindo bairros-migrantes.

pesquisa. Os sulistas não deixaram de ter o município como um destino migratório e, desde a ocupação, é uma origem recorrente desde então. Entretanto, quando se compara o estado de nascimento e o estado da última etapa migratória, verifica-se que metade dos migrantes vindos do Sul cumpriram etapas intermediárias em estados distintos do seu nascimento. Este fato é compreendido pelo processo de migração que acompanhou a expansão da fronteira (SAWYER, 1984), como migrantes que vieram do Rio Grande do Sul e Paraná e que foram inicialmente para o Mato Grosso do Sul ou Mato Grosso. Por outro lado, houve também quem viesse diretamente do Sul para o município, como é o caso de jovens que cursaram o ensino superior na região de origem e se mudaram para trabalhos qualificados na produção da agroindústria ou agropecuária.

Tabela 23 – Características dos imigrantes no momento de chegada à Lucas do Rio Verde por região de nascimento

Variáveis	Categorias	Região de nascimento				
		Sul (n=164)	Centro-Oeste (n=81)	Nordeste (n=52)	Sudeste (n=18)	Norte (n=14)
<i>Período de migração</i>	% 1978-1989	38 (23%)	7 (9%)	-	1 (6%)	1 (7%)
	% 1990-1999	50 (31%)	16 (20%)	3 (6%)	2 (11%)	-
	% 2000-2007	41 (25%)	27 (33%)	9 (17%)	3 (17%)	1 (7%)
	% 2008-2015	35 (21%)	31 (38%)	40 (77%)	12 (67%)	12 (86%)
<i>Etapas migratória (UF última etapa)</i>	% mesma UF de nascimento	82 (50%)	67 (83%)	32 (62%)	5 (28%)	9 (64%)
	% diferente UF de nascimento	82 (50%)	14 (17%)	20 (38%)	13 (72%)	5 (36%)
<i>Estado civil ao migrar</i>	% casado	89 (54%)	35 (43%)	26 (50%)	13 (72%)	4 (29%)
	% solteiro	62 (38%)	35 (43%)	23 (44%)	5 (28%)	9 (64%)
	% criança	13 (8%)	11 (14%)	3 (6%)	-	1 (7%)
<i>Idade ao migrar</i>	% 20-29 anos	52 (32%)	23 (28%)	22 (42%)	6 (33%)	5 (36%)
	% 50-59 anos	14 (9%)	2 (3%)	2 (4%)	3 (17%)	-
	<i>Idade média</i>	31,9	27,7	29,3	34,5	25,9

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Nota: Optou-se por apresentar o valor bruto do dado juntamente com sua proporção a fim de possibilitar a comparação entre os grupos com regiões de origem migratória distintas.

O segundo maior volume de migrantes dentre os entrevistados foi do Centro-Oeste, porém estes se concentraram em anos recentes, a partir da década de 2000. Neste momento, as migrações intrarregionais se tornaram mais relevantes para todo o país (BAENINGER, 2008) e Lucas do Rio Verde passou a se constituir como um polo de atração regional em Mato Grosso (CUNHA, 2013). Migrar para próximo de parentes ou amigos

representa um menor risco caso a mudança não cumpra com a prosperidade prometida (MASSEY, 1990). 83% dos imigrantes do Centro-Oeste não possuíam etapas migratórias em outras regiões, mostrando que, quando circularam, essa migração se deu em grande medida internamente à própria região.

Concomitantemente à intensificação da migração intrarregional, outros grupos de regiões brasileiras distantes do Centro-Oeste passaram a ter como destino o município de Lucas do Rio Verde. Foi o caso de imigrantes nascidos nas regiões Nordeste e Norte do país. A migração de tais grupos se deu predominantemente após 2008, com 75% dos migrantes chegando ao município esse ano. Em sua maioria, estes saem dos estados de nascimento diretamente para o município. Fato compreendido pelo recrutamento dos trabalhadores no seu município de origem, como Belém, Arcoverde, Codó, com o anúncio da vaga de emprego em carros de som pelas ruas e no SINE (Sistema Nacional de Empregos) local.

Outro grupo que também ganhou ímpeto a partir de 2008 foi os migrantes vindos da região Sudeste. Apesar de se configurar como um fluxo histórico na ocupação do município (ZART, 1998; ROCHA, 2008), estes imigrantes chegaram predominantemente após 2008. Em 72% dos casos, sua trajetória migratória envolveu uma passagem por um estado intermediário, o maior valor entre as cinco regiões analisadas.

Migrar junto com o cônjuge foi a situação preferida dentre o de imigrantes sulistas (54%), os nordestinos (50%) e, principalmente, os entrevistados oriundos do Sudeste (72%). Em alguns casos, migrou-se enquanto criança e, no momento da pesquisa, a pessoa exercia a chefia da unidade doméstica. Já migrar solteiro representou 64,3% dos casos entre os nortistas, único caso onde a migração de solteiros foi predominante.

Lombardi (2014) mostrou que as estratégias migratórias no município envolviam indivíduos e famílias no momento de entrada do mercado de trabalho, ou seja, em idades jovens. Grande parte dos indivíduos nascidos no Nordeste (42%) e no Norte (36%) migrou ao município entre os 20 e 29 anos de idade no município. A idade média desses dois grupos no momento da migração é inferior aos 30 anos, 29 e 26 anos respectivamente, reiterando a migração jovem. Contudo, a estratégia de migração entre jovens varia entre os grupos analisados. No caso do momento da ocupação, os imigrantes sulistas eram jovens em busca de terras (ZART, 1998). A idade média ao migrar foi de 32 anos, superior aos outros grupos regionais. Observa-se o mesmo entre os migrantes do Sudeste, com idade média de quase 35 anos. Não à toa, estes dois grupos apresentaram proporção próxima de migrantes entre 50 e 59 anos, 8,5% e 16,7% respectivamente.

A Tabela 24 abaixo apresenta a distribuição dos imigrantes na estrutura ocupacional de acordo com sua região de origem. Neste caso, foi adotada a divisão tempo entre imigrantes antigos (entre 1979 e 2007) e imigrantes recentes (entre 2008 e 2015) para facilitar a leitura dos dados. Quando se trata da estrutura ocupacional, nota-se que as ocupações superiores – especialistas (engenheiros agrônomo, engenheira de alimentos, pesquisador, programador), proprietários e altos cargos (como gerentes) – apresentam uma concentração menor quando comparados aos trabalhadores de baixa qualificação, os quais possuem uma maior proporção. Porém tais concentrações variam de acordo com a região de nascimento e o momento de chegada do imigrante.

Os imigrantes do Centro-Oeste (46% entre 1979 e 2007 e 45% após 2008)¹²⁸, do Nordeste (56% e 46%) e do Norte (50% e 42%) estavam majoritariamente empregados em postos de trabalho de baixa qualificação e fora de atividades relacionadas ao agronegócio. As ocupações como faxineira, pedreiro e motorista se mostraram recorrentes em ambos os períodos. Após 2008, os imigrantes de tais regiões passaram a exercer atividades ligadas à agroindústria (como operador de produção) ou associadas à formação profissional (como estagiários ou monitoria em escolas). É difícil tratar dos imigrantes do Norte que chegaram antes de 2008, pois apenas dois entrevistados apresentaram tal característica. Apesar de serem poucos imigrantes, eles se concentravam em atividades de baixa qualificação e fora do agronegócio.

Entre os trabalhos de baixa qualificação ligados ao agronegócio, se destacam os imigrantes do Norte (25%) e do Sul (24,3%) que chegaram ao município após 2008. É interessante observar que imigrantes trabalhadores do agronegócio de baixa qualificação anterior a 2008 exercem atividades características de “dentro da porteira”, ou seja, lidando diretamente com a propriedade (como trabalhador rural), enquanto aqueles que chegaram após 2008 e vieram das regiões Norte e Nordeste estavam empregados na agroindústria (como operador de produção).

¹²⁸ Optou-se no texto por apresentar os percentuais da análise compreendendo que estes permitem uma comparação entre os imigrantes de origem distintas independente do volume de imigrantes. Esta opção foi adotada para análise das tabelas deste item.

Tabela 24 – Caracterização ocupacional*, aposentados e sem ocupação dos imigrantes de Lucas do Rio Verde distribuídos por região de origem

		1979-2007						2008-2015					
		Sul (n=125)	Centro- Oeste (n=50)	Nordeste (n=9)	Norte (n=2)	Sudeste (n=6)	Total (n=192)	Sul (n=37)	Centro- Oeste (n=31)	Nordeste (n=43)	Norte (n=12)	Sudeste (n=12)	Total (n=136)
Agronegócio	Especialistas	1 (1%)	-	-	-	-	1 (1%)	2 (5%)	1 (3%)	-	-	-	3 (2%)
	Proprietários e altos cargos	4 (4%)	2 (4%)	-	-	-	7 (4%)	2 (5%)	2 (7%)	1 (2%)	1 (8%)	-	5 (4%)
	Técnicos de mando médio	2 (2%)	1 (2%)	-	-	-	3 (2%)	1 (3%)	-	-	1 (8%)	1 (8%)	3 (2%)
	Empregados administrativos e vendedores	8 (6%)	1 (2%)	-	-	-	9 (5%)	-	-	6 (14%)	1 (8%)	1 (8%)	8 (6%)
	Empregados de baixa qualificação	15 (12%)	7 (14%)	1 (11%)	-	1 (17%)	24 (13%)	9 (24%)	1 (3%)	5 (12%)	3 (25%)	2 (17%)	20 (15%)
Outra área	Especialistas	2 (2%)	-	-	-	-	2 (1%)	1 (3%)	1 (3%)	1 (2%)	-	-	3 (2%)
	Proprietários e altos cargos	9 (7%)	5 (10%)	-	-	1 (17%)	15 (8%)	1 (3%)	2 (7%)	1 (2%)	-	1 (8%)	5 (4%)
	Técnicos de mando médio	2 (2%)	3 (6%)	1 (11%)	-	-	6 (3%)	2 (5%)	5 (16%)	1 (2%)	-	-	8 (6%)
	Empregados administrativos e vendedores	8 (6%)	2 (4%)	1 (11%)	1 (50%)	-	12 (6%)	1 (3%)	3 (10%)	5 (12%)	1 (8%)	2 (17%)	12 (9%)
	Empregados de baixa qualificação	43 (34%)	23 (46%)	5 (57%)	1 (50%)	1 (17%)	73 (38%)	14 (30%)	14 (45%)	20 (47%)	5 (42%)	3 (25%)	55 (40%)
Aposentados		7 (6%)	2 (4%)	1 (11%)	-	3 (50%)	13 (7%)	2 (5%)	-	-	-	-	2 (2%)
Sem ocupação		23 (18%)	4 (8%)	-	-	-	27 (14%)	5 (14%)	2 (7%)	3 (7%)	-	2 (17%)	12 (9%)
Total		125 (100%)	50 (100%)	9 (100%)	2 (100%)	6 (100%)	192 (100%)	37 (100%)	31 (100%)	43 (100%)	12 (100%)	12 (100%)	136 (100%)

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

*a metodologia de classificação de ocupação foi detalhada no capítulo 3.

Nota: Optou-se por apresentar o valor bruto do dado juntamente com sua proporção a fim de possibilitar a comparação entre os grupos com regiões de origem migratória distintas.

Em contrapartida, os imigrantes vindos das regiões Sul e Sudeste eram os menos engajados em ocupações de baixa qualificação, tanto os imigrantes mais antigos como os imigrantes mais recentes. Na verdade, estes exerciam com maior frequência cargos de médio e alto mando.

Os proprietários de empresas (incluindo fazendas) e altos cargos se concentram entre trabalhadores do Sul e do Centro-Oeste, tanto no agronegócio como em outras atividades. Os imigrantes do Centro-Oeste anteriores a 2008 se concentraram em ocupações mais baixas no geral. Os imigrantes após 2008 passaram a exercer mais recorrentemente funções de médio mando (16% em atividades fora do agronegócio), altos cargo (6,5% no agronegócio e em outras atividades) e especialistas (3,2% no agronegócio e em outras atividades). Isto demonstra que houve uma mudança no perfil do imigrante do Centro-Oeste, de um perfil fundamentalmente de trabalhadores de baixa qualificação para uma estrutura ocupacional mais distribuída também em ocupações médias e altas.

O que se observa é que houve uma sobreposição entre origem migratória e posição na ocupação. Grosso modo, as atividades mais qualificadas do agronegócio eram exercidas pelos imigrantes de origem do Sul e do Centro-Oeste, estes últimos após 2008. Já os imigrantes das regiões Nordeste e Norte se encontravam em ocupações de mais baixa qualificação ou em empregos administrativos e vendedores.

Em uma primeira análise sobre as características dos domicílios (Tabela 25), os dados demonstraram aspectos semelhantes daqueles observados durante a pesquisa de campo: grande parte da população vive em casas de concreto. Porém, assim como as características dos migrantes se distinguiram de acordo com o grupo de origem, também se distinguiram os aspectos relativos aos domicílios. Os sulistas são majoritariamente proprietários (68,3%) de casas (87,8%), com casas amplas de três ou mais dormitórios (50,6%), e com um número de moradores abaixo da média quando comparados aos outros grupos (3,2 moradores por residência). Estas características são semelhantes aos imigrantes nascidos no Centro-Oeste, os quais possuíam maior proporção de proprietários (48,1%) morando em casas (90,1%) e com poucos moradores por dormitório (1,6 moradores em média).

Tabela 25 – Características do domicílio dos imigrantes por região de nascimento

Variáveis	Categorias	Região de Nascimento				
		Sul (n=164)	Centro- Oeste (n=81)	Nordeste (n=52)	Sudeste (n=18)	Norte (n=14)
<i>N. de moradores no domicílio</i>	% 1 pessoa	13 (8%)	2 (3%)	1 (2%)	3 (17%)	2 (14%)
	% 5 ou mais	20 (12%)	19 (24%)	15 (29%)	5 (28%)	-
	<i>n. médio de moradores</i>	3,2	3,5	3,8	3,7	2,6
<i>N. de dormitórios</i>	% 1 dormitório	20 (12%)	10 (12%)	16 (31%)	6 (33%)	8 (57%)
	% 3 dormitórios ou mais	83 (51%)	32 (40%)	11 (21%)	4 (39%)	4 (29%)
	<i>n. médio de moradores por dormitório</i>	1,4	1,6	2,1	1,9	1,9
<i>Tipo de posse</i>	% proprietários	112 (68%)	39 (48%)	9 (17%)	3 (17%)	2 (14%)
	% aluguel	42 (26%)	38 (47%)	43 (83%)	13 (72%)	12 (86%)
	% cedido	7 (4%)	4 (5%)	-	2 (11%)	-
<i>Tipo de construção</i>	% casa	144 (88%)	73 (90%)	39 (75%)	14 (78%)	8 (57%)
	% apartamento/kitnet	8 (5%)	5 (6%)	12 (23%)	4 (22%)	5 (36%)
<i>Material de construção</i>	% concreto	138 (84%)	65 (80%)	41 (79%)	15 (83%)	13 (93%)
	% mista (madeira/alvenaria) ou madeira	26 (16%)	16 (20%)	11 (21%)	3 (17%)	1 (7%)

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Nota: Optou-se por apresentar o valor bruto do dado juntamente com sua proporção a fim de possibilitar a comparação entre os grupos com regiões de origem migratória distintas.

Por outro lado, os migrantes nascidos no Nordeste vivenciavam as piores condições em termos de habitação. Este grupo vivia em domicílios com maior concentração de moradores (3,8) e de maior média de moradores por dormitório (2,1), com 83% vivendo em casas alugadas e o maior percentual de moradias construídas totalmente em madeira dentre os grupos analisados (21%), material este considerado inferior.

Os outros dois grupos apresentaram características mistas. Os migrantes nascidos no Sudeste (16,7%) e no Norte (14,%) relataram viver em domicílios unipessoais, ou seja, domicílios com apenas um morador. Porém, a média de moradores dos domicílios chefiados por migrantes nascidos no Sudeste se mostrou entre as maiores médias (3,7), enquanto os domicílios de imigrantes de origem no Norte se localizavam entre as menores médias (2,6). Os imigrantes do Norte apresentaram o maior percentual de moradores de quitinetes/apartamentos (35,7%) e, juntamente com a informação do maior percentual de solteiros (64,3%), pode-se reforçar o aspecto solitário da migração dos nortistas que não se

deslocam com a família e preferem morar sozinhos. Já os migrantes nascidos no Sudeste vivem em sua maioria em casas (77,8%) com mais de 3 dormitórios (38,9%) e são casados (72,2%). Por outro lado, dentre os moradores do Sudeste, nota-se o maior percentual de domicílios cedidos em grande parte pelo trabalho, e isto também pode indicar a existência de casas compartilhadas entre trabalhadores.

Passando para as mudanças de domicílio realizadas por cada grupo, apresenta-se a Tabela 26 que indica a distribuição de imigrantes e a distribuição de número de mudanças de residência entre os 329 casos analisados. Notou-se que a proporção de imigrantes de cada região se diferencia da proporção do número de mudanças de domicílio. Não foram diferenças amplas, o máximo de diferença foi de 5% entre os migrantes nascidos no Sul, que representavam 48% dos migrantes e 43% do número de mudanças de domicílio. Os nascidos no Centro-Oeste e no Nordeste apresentaram uma diferença de cerca de 2% entre as duas variáveis, com maior representação de número de mudanças comparada à proporção de migrantes. Por fim, a diferença entre a representação dos migrantes nascidos no Sudeste e no Norte e entre o número das suas mudanças de residência estava entre 0,5% a 1% apenas. Cabe salientar que, apesar da pequena diferença, esta demonstra que os migrantes sulistas apresentaram uma menor tendência a mudar de residência que o restante dos imigrantes de outras origens.

Tabela 26 – Comparação entre número de imigrantes e número de mudanças de residência por região de nascimento do imigrante

		Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Norte	Nasceu	Sem informação	Total
<i>Migração</i>	n	164	81	52	18	14	4	7	340
	%	48,2	23,8	15,3	5,3	4,1	1,2	2,1	100,0
<i>Mobilidade</i>	n	348	205	137	48	42	11	17	808
	%	43,1	25,4	17,0	5,9	5,2	1,4	2,1	100,0

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Passando para a análise da Tabela 27 que mostra as características da mobilidade residencial, nota-se que os migrantes de origem no Sul do país são aqueles que apresentaram uma maior estabilidade na residência, com maior permanência nos domicílios (permanecendo em média 7,4 anos em cada residência); com o maior percentual daqueles que chegam à cidade e permanecem na mesma residência desde então (31% com nenhuma mudança de residência); e com o menor média de mudanças (2,1 mudanças). Dificilmente eles moram em

bairros configurados entre as faixas inferiores, privilegiando bairros intermediários situados na Faixa 2 (62%). Dentre aqueles que realizaram alguma mudança dentro do município (69%), grande parte optou por permanecer em bairros com características próximas ou se mudaram para residências situadas em bairros de faixas inferiores.

Os migrantes vindos do Centro-Oeste são aqueles que apresentaram o segundo maior tempo médio de permanência em uma residência (4,5 anos) e o menor número de mudanças dentro do município (2,5 mudanças). Estes optaram por morar em bairros situados em diferentes faixas de renda quando chegaram à cidade, com uma distribuição entre 25% e 30% entre as Faixas 2, 3 ou 4, exceto na Faixa 1 com um percentual menor que de outras faixas, de 13%.

Os migrantes nascidos no Nordeste e Norte foram aqueles que vivenciaram a maior instabilidade em termos de moradia. Estes apresentaram o menor tempo médio de permanência em um domicílio, 1,9 e 1,2 anos respectivamente. O tempo médio pode ter sido influenciado pela maior concentração de migração após 2008, porém esta instabilidade em uma residência é ressaltada pelo fato destes dois grupos de imigrantes apresentarem o maior percentual de entrevistados que mudaram mais de três vezes de domicílio (17,3% e 28,6% respectivamente) e um número médio de mudanças entre os maiores (2,6 e 3,0 vezes respectivamente). Assim, apesar do pouco tempo de residência, os migrantes de origem das regiões Nordeste e Norte apresentaram uma intensa circulação no município. Para os migrantes nascidos no Nordeste, os primeiros bairros se localizam nas Faixas 2 (38%), 3 e 4 (29%) e poucos foram morar em bairros da Faixa 1 (4%). Já os migrantes nascidos no Norte tiveram como primeira morada os bairros localizados na Faixa 4 (50%). No geral, as mudanças de residência destes dois grupos aconteceram internamente aos bairros ou para bairros situados em faixas superiores.

Apesar do deslocamento dos imigrantes do Sudeste ter acontecido após 2008, estes apresentaram um tempo médio de permanência na residência de três anos, maior que outros grupos com características próximas nascidos nas regiões Nordeste e no Norte. Este grupo não apresentou uma preferência acerca do primeiro bairro de moradia, se direcionando para bairros nas Faixa 2 e Faixa 3 (35,3%) com importância também para os bairros na Faixa 4 (23,5%). Circularam igualmente em bairros situados na mesma faixa (41,4%) ou em faixas superiores (41,4%).

Tabela 27 – Características da mobilidade residencial dos imigrantes por região de nascimento do imigrante

Variáveis	Categorias	Região de Nascimento				
		Sul (n=348)	Centro- Oeste (n=205)	Nordeste (n=137)	Sudeste (n=48)	Norte (n=42)
<i>tempo médio de permanência na residência (em anos)</i>		7,4	4,5	1,9	3,0	1,2
<i>Número de mudanças</i>	% nenhuma mudança	110 (32%)	51 (25%)	34 (25%)	13 (28%)	6 (14%)
	% mais de 3 mudanças	34 (10%)	25 (12%)	24 (17%)	8 (17%)	12 (29%)
	<i>Número médio (mudanças)</i>	2,1	2,5	2,6	2,7	3,0
<i>Mudanças entre bairros</i>	% mesma Faixa	179 (52%)	92 (45%)	60 (44%)	20 (41%)	14 (32%)
	% faixa superior	75 (22%)	62 (30%)	53 (39%)	20 (41%)	20 (46%)
	% faixa inferior	94 (27%)	51 (25%)	25 (18%)	8 17,2	9 (21%)
<i>Primeiro bairro</i>	% faixa 1	61 (17%)	27 (13%)	6 (4%)	3 5,9	6 (14%)
	% faixa 2	217 (62%)	66 (32%)	52 (38%)	17 (35%)	9 (21%)
	% faixa 3	47 (13%)	57 (28%)	40 (29%)	17 (35%)	6 (14%)
	% faixa 4	23 (7%)	54 (27%)	40 (29%)	11 (24%)	21 (50%)

Fonte: Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “follow up” do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Nota: Optou-se por apresentar o valor bruto do dado juntamente com sua proporção a fim de possibilitar a comparação entre os grupos com regiões de origem migratória distintas.

Esta primeira abordagem das características dos imigrantes e de sua mobilidade residencial apontou para diferenciais de região de origem e posição na ocupação em termos de trabalho, e suas trajetórias residenciais na cidade. Apesar de estes dados apresentarem aspectos interessantes, eles são influenciados por um efeito de coorte. O efeito coorte refere-se ao fato que “[...] enquanto [os indivíduos] vivem, as pessoas escrevem sua história e a história das mudanças sociais que imprimem uma marca característica a todos os indivíduos daquela época” (GIVISIEZ et al, 2006, p. 215). Ou seja, fazer parte de uma coorte significa interagir com a realidade social de forma que ela imprima marcas as quais podem ser carregadas por toda uma vida. Por exemplo, os imigrantes sulistas que participaram do projeto de colonização no início da década de 1980 viveram uma condição de habitação específica: tiveram terrenos doados nos bairros das Faixas 1 e 2, o que pode influenciar na posse da residência no momento da análise em 2015. Para minimizar o efeito coorte, as análises posteriores vão separar os grupos de imigrantes por período de migração.

5.3 A trajetória residencial dos imigrantes no espaço intraurbano de Lucas do Rio Verde

Após esta breve caracterização geral dos imigrantes por região de origem em termos de condições de imigração, ocupação principal, condições de moradia e características da mobilidade residencial, o presente tópico irá reconstruir a trajetória residencial dos imigrantes a partir de suas regiões de origem. Tal qual o primeiro item, a discussão de resultados que segue utilizou-se do método de análise de rede para avaliar a mobilidade residencial. Os nós da rede representam o conjunto de bairros agrupados a partir das Faixas de renda, apresentadas em momento anterior¹²⁹. As setas dos gráficos representam os fluxos de mudança de residência entre os bairros ou mudanças internas a cada faixa de bairro. A espessura e tonalidade de cada seta referem-se ao peso que o fluxo possui para cada grupo de imigrantes a partir da medida do peso do fluxo¹³⁰.

O conjunto de imigrantes entrevistados pela pesquisa foi dividido em dois grupos: entre imigrantes antigos (antes de 2008) e imigrantes recentes (após 2008). Utilizou-se como recorte temporal o ano de 2008 por conta do início das operações da BRF. A instalação desta agroindústria teve importantes repercussões em termos demográficos e em termos de transformação intraurbana, com a expansão da mancha urbana, abertura de bairros e reestruturação de bairros mais antigos, entre outros processos. Além do recorte temporal, manteve-se o recorte de região de origem do imigrante para a análise.

Para a realização da análise que segue, utilizaram-se as duas análises descritas no último item do Capítulo 3: a análise de rede e a descrição dos casos entrevistados. Ambas compõem a análise sobre a mobilidade residencial proposta neste item.

Mobilidade Residencial entre 1979 e 2007

Na Figura 24 são apresentados os gráficos com seus respectivos quadros com estatísticas referentes à análise da trajetória de residência dos entrevistados que migraram para Lucas do Rio Verde entre 1979 a 2007, os migrantes antigos. As mudanças de residência também se referem apenas ao mesmo período, entre 1979 e 2007, sendo que as mudanças de residência dos imigrantes antigos posterior a 2007 serão apresentadas a seguir.

Para as análises dos imigrantes mais antigos, os dados dos imigrantes da região Norte e Nordeste foram agrupados pelo número reduzido destes dentre os entrevistados pelo

¹²⁹ Ver p.144.

¹³⁰ Os detalhes sobre a metodologia utilizada para a análise de rede se encontram na p.148.

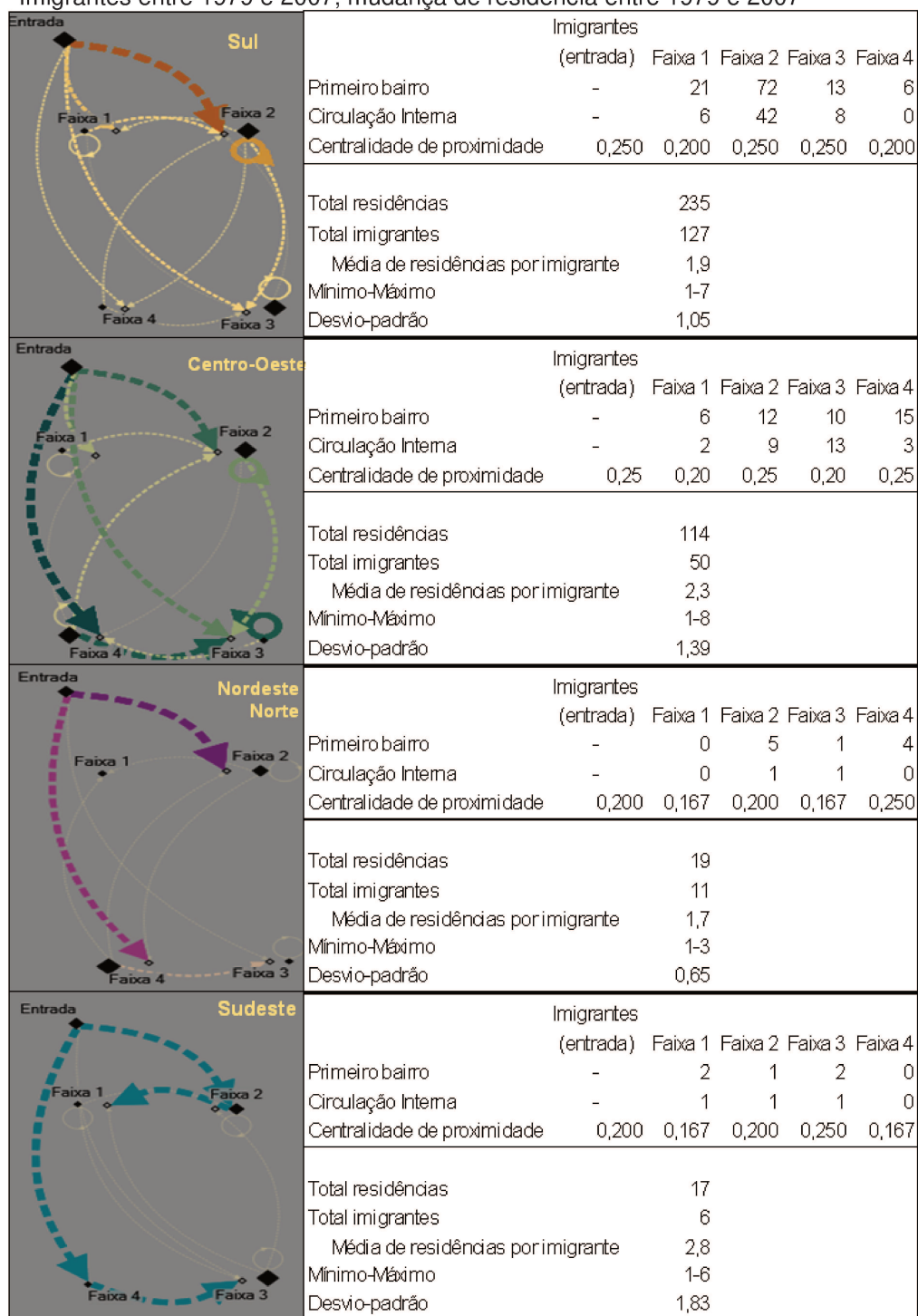
survey. Para a agregação, foi observado que tais grupos de imigrantes possuíam características semelhantes, a saber, imigrantes mais recentes com baixo percentual de proprietários (apenas 18%) e com tempo médio de permanência na residência inferior aos outros grupos (por volta de 1,5 anos, metade do tempo dos imigrantes do Sudeste). Feitas as descrições das especificidades da análise que segue, são apresentados abaixo os gráficos e os quadros com as estatísticas dos entrevistados que migraram entre 1979 e 2007 e as mudanças de residência no mesmo período.

Entre 1979 e 2007, o maior fluxo de imigrantes teve origem na região Sul (Figura 24). Os imigrantes do Sul tiveram como primeiro bairro de moradia aqueles localizados na Faixa 2, como o Menino Deus, devido aos terrenos doados durante o projeto de colonização e pela temporalidade de abertura dos bairros. Os bairros da Faixa 2 foram aqueles que prioritariamente abrigaram este grupo tanto no momento da chegada como nas mudanças posteriores de residência. Na verdade, os conjuntos de bairro da Faixa 3 apresentaram importância de troca com outros bairros, com destaque para os bairros das Faixas 1 e 4.

O segundo conjunto de bairros que se configuraram como primeira morada pelos imigrantes do Sul pertenciam a Faixa 1, principalmente o bairro Pioneiros. Contudo, o conjunto de bairros da Faixa 1 possuiu menor centralidade comparativamente, sendo que seus moradores mudaram de residência estritamente para os bairros da Faixa 2 e receberam moradores novos apenas dessa mesma faixa.

A média de residências por cada imigrante de origem sulista foi menor quando comparada a média dos outros grupos. A média de mudanças foi de aproximadamente duas residências por entrevistado, valor inferior à média dos imigrantes de origem das regiões Centro-Oeste (2,3) e Sudeste (2,8). Além disso, o desvio padrão também foi inferior quando comparado a esses mesmos grupos de imigrantes, o que representou uma concentração dos valores em torno da média de duas residências.

Figura 24 – Mobilidade residencial de acordo com a região de origem do imigrante
Imigrantes entre 1979 e 2007, mudança de residência entre 1979 e 2007



LEGENDA

Propriedade das arestas

Propriedade dos nós (vértices)

Peso do fluxo

(cor) Centralidade da proximidade

(tamanho)

Fonte: Dados do Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

O fato da maior parte das residências dos imigrantes de origem da região Sul se localizarem nos bairros Faixa 2 se deu principalmente por conta dos terrenos do projeto de colonização. Porém, além dos imigrantes assentados pelo projeto de colonização, os imigrantes do Sul que compraram terras fora do projeto também tiveram maior facilidade de acessar esses bairros mais centrais. É o caso da Dona Iraci. Ela chegou à Lucas do Rio Verde com apenas 23 anos em 1985. Recém-casada com Osni, ambos trabalhavam na terra no Rio Grande do Sul. Na época, souberam que com os vinte hectares de seu sítio em terras gaúchas conseguiriam comprar uma fazenda com mais de mil hectares no interior do Mato Grosso. O marido chegou para conhecer a Gleba Rio Verde e logo em seguida buscou a esposa para viverem no interior do Mato Grosso. Trouxeram na mudança ferramentas, sementes e um trator para não perder o investimento na nova fazenda e garantir, assim, uma farta produção, além dos utensílios da casa. O casal adquiriu terras e morou na fazenda por sete anos, período em que tiveram seu único filho. Sua casa na cidade foi construída numa área central, no bairro que se expandia na época: o Menino Deus. Iraci mudou para a cidade em 1998 para estar mais perto da escola do filho. A casa foi reformada ao longo dos anos e tomou todo o terreno que Iraci considerava grande demais no momento da primeira mudança. O filho acompanhou o pai desde pequeno, e atualmente ambos gerenciam a fazenda da família.

A história de Iraci representa o grupo de imigrantes sulistas do que se denominou como *posseiro-empendedor* (ZART, 1998). Apesar de não obterem suas terras junto ao projeto de colonização, eles a compraram em uma época muito próxima ao projeto. O casal possuía o maquinário e o capital necessários para investir na sua fazenda. Sua ida à Lucas do Rio Verde não se deu devido a uma rede de conhecidos já estabelecidos. Diversas vezes, em pesquisa de campo, encontrou-se situações nas quais os proprietários com fazendas relativamente pequenas no Sul souberam sobre as terras baratas no Mato Grosso através de caminhoneiros que circulavam pelas rodovias e estradas. Alguns caminhoneiros acabaram eles mesmos comprando propriedades no interior. Motivados pela informação sobre terras baratas, os pequenos proprietários no Sul iam até Mato Grosso para verificar a veracidade das informações e, logo que efetivavam a compra, voltavam para trazer suas famílias.

No início da constituição da cidade, muitos imigrantes não possuíam amigos ou conhecidos na região, sendo comum ouvir relatos sobre a solidão das mulheres quando moravam junto aos maridos no campo. Porém, a disposição espacial dos bairros, que funcionavam como a rede de integração (SABATINI, 2001b), fez com que estes vivessem

prioritariamente em uma região onde já havia um número de imigrantes sulistas proprietários de terra.

Os entrevistados do Sul que migraram antes de 2008 comumente moraram em apenas uma ou duas residências. Dentre os entrevistados, 86 moraram apenas em uma residência ou mudaram uma vez e 41 moraram em três ou mais residências. Aqueles que mudaram poucas vezes de residência frequentemente também são proprietários de terras. Por outro lado, os imigrantes antigos que mudaram várias vezes são trabalhadores rurais ocupados em outras propriedades.

É o caso da dona Adriana, que chegou à cidade em 1991 e, desde então, morou em sete residências distintas, único caso com sete mudanças dentre os imigrantes sulistas mais antigos na cidade. Adriana nasceu no Paraná, em Terra Rosa, mas conheceu o marido em Aral Moreira, em Mato Grosso do Sul. Ele já morava em Lucas do Rio Verde, tinha se mudado para o município em 1984 para trabalhar nas propriedades rurais da região. Após o casamento em 1991, Adriana se transferiu para Lucas do Rio Verde. Desde então, ela mudou várias vezes pela cidade principalmente motivada por melhores condições de aluguel. Nunca residiu em alguma casa distante da área mais central, já tendo morado nos bairros Menino Deus (Faixa 2) e Cidade Nova (Faixa 2) para, enfim, comprar uma casa no bairro Alvorada em 2003 (também na Faixa 2). Seu marido trabalhou em diferentes propriedades agropecuárias ao longo dos anos, até se aposentar. Escolheram um terreno amplo para construir a residência definitiva do casal.

A forma como o imigrante está inserido na ocupação do agronegócio influencia na sua estabilidade habitacional. O marido de Adriana, trabalhador rural e não proprietário de terras, permanecia por alguns meses na propriedade onde trabalhava e voltava eventualmente para a casa na cidade. Adriana buscava manter uma casa na cidade, pois “[...] nunca se sabe se o trabalho vai continuar” (fala da entrevistada) significando a instabilidade na morada, no trabalho e, conseqüentemente, na própria aquisição da casa. Diferentemente de Iraci, que possuía capital para comprar terras no rural e terras na cidade, Adriana apenas conseguiu comprar uma casa definitiva após quase vinte anos na cidade. Ela optou por mudar de residência diversas vezes em áreas onde os moradores eram da sua região de origem, ao invés de adquirir sua residência definitiva nos bairros mais afastados do centro, os quais são compostos por imigrantes de origens múltiplas, como será mostrado posteriormente. A rede de acolhimento (SABATINI, 2001b) se mostrou mais relevante que a própria compra da moradia definitiva.

Sociólogos urbanos das mais diferentes orientações destacaram a persistência dos grupos primários nas cidades, assinalando a importância das relações de afeto e segurança que tais grupos dão como base aos processos de socialização e para a integração social. Esses grupos podem ser a família, a vizinhança ou as organizações voluntárias. Até os mais apocalípticos e pessimistas na projeção das mudanças que a industrialização produziria na vida urbana – mudanças que atribuíram à cidade quando na realidade foram causadas pelo advento do capitalismo – constataram a persistência dos agrupamentos primários homogêneos. (SABATINI, 2001b, p. 172)

As bases sociais distribuídas pelo território são fundamentais para compreender a distribuição da população entre os bairros. Adriana viveu por vinte anos mudando de casa, por vezes em aluguel, por vezes cedida. Sua casa foi, então, comprada no bairro que possuía proximidade com a vizinhança, o que demonstra uma preferência pela vizinhança ideal do que pela estabilidade da casa.

O segundo maior fluxo do período são de imigrantes do Centro-Oeste, que somam cinquenta imigrantes, menos da metade dos sulistas, ainda sim um número expressivo. Este grupo apresentou uma trajetória residencial distinta dos sulistas. Os bairros de primeira moradia se localizavam principalmente na Faixa 4, caracterizada por menor rendimento. Tal fato pode ser verificado no segundo gráfico da Figura 24, com o fluxo de entrada assinalado em verde mais escuro. Foi a segunda maior média de residência por imigrante (2,3) e com um desvio padrão também maior, o que indica uma distribuição dos valores distantes da média. Estes imigrantes circularam entre vários bairros localizados nas Faixas 3, 4 e 2, de acordo com a representatividade do fluxo, e com pouca troca com os bairros da Faixa 1. De fato, os moradores dos bairros da Faixa 1 apresentaram uma circulação interna com pouca troca entre bairros externos à faixa. Além disso, os moradores do bairro da Faixa 4 se mudaram basicamente para os bairros da Faixa 3, uma troca apenas entre bairros de menor renda.

Entre os imigrantes do Centro-Oeste, o intervalo mínimo e máximo de número de residências foi entre uma e oito residências. Margarida representa o caso de morador com uma residência. Ela veio à Lucas do Rio Verde acompanhando o marido, que é mecânico agrícola e prestava serviços de manutenção para os maquinários do agronegócio. Na época em que se mudaram, o casal soube que o município possuía melhores oportunidades de trabalho que no município onde moravam naquele momento, Diamantino também em Mato Grosso. O casal adquiriu a casa atual logo que chegou ao município, em 2007, no bairro Cidade Nova, este classificado na Faixa 2. Eles escolheram a casa por conta das melhores condições do imóvel.

O marido de Margarida também era um trabalhador rural, porém com alguma especialização. A agricultura de precisão (ARACRI, 2010), que passou a ser largamente

utilizada em Lucas do Rio Verde após 2000, passou a exigir um conhecimento específico para sua aplicação, requerendo maquinário moderno e sofisticado. Este grupo de trabalhadores do agronegócio usufrui de condições de trabalho melhores que aqueles sem qualificação. O acesso imediato à residência própria demarca sua melhor posição social do que trabalhadores rurais menos qualificados, como o caso da Adriana relatado anteriormente.

No outro extremo está Luciana, que morou em oito residências distintas desde que chegou à Lucas do Rio Verde. Luciana é uma migrante nascida em Aquidauana no Mato Grosso do Sul e chegou a Lucas do Rio Verde em 2001. Ela teve influência de parentes que já moravam no município na decisão de imigrar, que também a abrigaram na sua residência, localizada no bairro Pioneiros (Faixa 1), assim que ela chegou. Logo que mudou para sua segunda residência, Luciana optou morar no bairro próximo aos parentes, mas, após 2005, foi morar em bairros mais distantes devido ao valor do aluguel: nos bairros Rio Verde, Alvorada e Jardim das Palmeiras, classificados respectivamente como bairros das Faixas 4, 2 e 3. Mais recentemente, em 2010, conquistou uma vaga em um concurso como agente de saúde municipal e optou por morar em um bairro mais próximo do trabalho, mas ainda assim residindo como inquilina.

Diferentemente das histórias de Iraci, Adriana e Margarida, Luciana não possuía relação direta com a dinâmica do agronegócio na cidade. Também diferentemente dos entrevistados dos relatos anteriores, Luciana chegou ao município por uma rede de parentes, que a acolheram em sua casa num primeiro momento. De um ponto de vista demográfico-social, a decisão de migrar (como a decisão de alugar residência, etc.) envolve a influência de condicionantes sociais que interferem/determinam/restringem o plano pessoal. A imigração envolvida por uma rede social diminui os custos e garante uma integração ao lugar de destino, minimizando os riscos do fracasso da migração (MASSEY, 1990). Contudo, Luciana não conseguiu manter seu local de residência nos bairros próximos aos parentes devido ao valor do aluguel, e optou por se mudar para uma residência alugada em um bairro mais distante. O acionamento da rede se mostra relevante no momento da imigração, mas a manutenção da sua proximidade depende de fatores externos a própria rede, como o valor do aluguel ou a possibilidade de aquisição da casa. A rede social primordial para o ato de migrar não necessariamente permanece próxima ao longo das mudanças de residência (VILLAÇA, 2001), outros fatores interferindo na distribuição espacial dos imigrantes.

O terceiro maior grupo em termos de volume não era tão expressivo como os anteriores, constituído por imigrantes vindos das regiões Norte e Nordeste e que somava onze

imigrantes. Este grupo apresentou uma distribuição de número de mudanças de residência concentrado nas proximidades da média de 1,7 residências, fato constatado pelo valor do desvio-padrão próximo a zero e pelo curto intervalo mínimo e máximo de número de residências, entre uma e três. O principal conjunto de bairros da primeira moradia se localizava na Faixa 2, seguida pelos bairros da Faixa 4. Dentre as mudanças internas, apenas o fluxo dos bairros da Faixa 4 para a Faixa 3 se destacou.

Luzia realizou justamente este movimento, saindo do bairro Rio Verde (Faixa 4) e se mudando para o Jardim das Palmeiras (Faixa 3). Luzia é uma imigrante nascida em Lago Verde no Maranhão. Por um longo tempo, ela viveu em Terra Nova do Norte, ao Norte do Mato Grosso, trabalhando em um garimpo junto com seu marido. Em 1994 aos 28 anos, Luzia se mudou para Lucas do Rio Verde buscando principalmente melhores condições de vida para seus filhos. Quando chegou nesta localidade, foi morar em uma casa no bairro Rio Verde (Faixa 4), residência que se adequava às suas condições financeiras. Quatro anos depois, em 1998, ela e o marido decidiram comprar um terreno em um bairro novo, o Jardim das Palmeiras (Faixa 3). Eles construíram a própria casa, via processo de autoconstrução. Mesmo estando em um terreno pequeno, posteriormente construíram duas pequenas casas no quintal. Uma estava alugada quando a entrevista foi realizada, o que complementava a renda da família. A outra casa estava ocupada por seu filho mais velho, assim o mesmo não precisava pagar aluguel, custo considerado caro pela família na cidade. Luzia e seu marido realizam serviços gerais, Luzia em uma escola e seu marido em uma secadora de grãos às margens da BR-163.

A trajetória migratória de Luzia tem relação com a decadência do garimpo nos anos 1990 no Norte do Mato Grosso. Assim que mudou, sua família conseguiu uma casa em um bairro que recorrentemente surgiu nas narrativas como mais barato e, conseqüentemente, de acolhimento dos imigrantes de menor renda, o Rio Verde (Faixa 4). Após somente 4 anos, ela conseguiu um terreno em um bairro que estava iniciando a venda de lotes, o Jardim das Palmeiras (Faixa 3). No final dos anos de 1990, o modo de conquista da casa própria era distinto daquele que passou a ser promovido pelos projetos habitacionais nos finais dos anos 2000. Ofertava-se o terreno e o morador realizava a autoconstrução da sua casa. A aparência das casas do bairro apresentam características extremas, ora com fachadas de madeira, ora com fachadas mais modernas; ora com calçada de terra, ora com calçadas de lajota; o que demonstra que o bairro possui sociabilidades distintas intrínsecas a sua vida cotidiana.

O terreno que Luzia adquiriu tinha metragens menores que os terrenos dos bairros mais antigos. Apesar disso, sua família construiu uma casa maior a frente do terreno e mais outras duas casas menores ao fundo do terreno. Este é um tipo de adensamento característico do processo de expansão da cidade: pequenas casas ao fundo voltadas aos membros da família quando eles constituem suas próprias famílias. Garantir essa segurança de moradia se torna relevante, pois ameniza os impactos financeiros do gasto com aluguel para os familiares. O adensamento familiar do terreno é mais frequentemente observado em áreas distantes do centro, sendo que os bairros próximos ao centro possuem outro tipo de adensamento que será explicitado posteriormente. O parente se muda de casa, porém sem sair do lugar, uma mobilidade sem troca de endereço, como coloca Smolka (1994). Ou seja, nos bairros com frequentes adensamentos familiares, a rede de parentesco se torna primordial para compreender a localização da moradia.

O quarto grupo foi dos imigrantes de origem na região Sudeste. Este grupo apresentou a maior média de número de residências por imigrantes, 2,8 residências por imigrante, com o máximo de seis residências por imigrante. Este é o caso da Clarice. Ela se mudou ainda jovem para Lucas do Rio Verde em 2000, com 15 anos, acompanhando os pais. Desde então, ela mudou de residência acompanhando os pais, entre os bairros Centro e Pioneiros (ambos classificados na Faixa 1), e Menino Deus (Faixa 2). Clarice conseguiu comprar sua primeira casa na Cidade Nova (Faixa 2) em 2010, mesma época que iniciou as atividades de sua empresa de materiais de construção em sociedade com seu marido. Já casados, eles mudaram de residência outras duas vezes após comprar sua primeira casa, buscando imóveis com melhores condições no próprio bairro da primeira residência, o bairro Cidade Nova (Faixa 2).

No outro extremo está Rita, com apenas uma mudança. Recém-casada, ela e o marido optaram por morar em um bairro recém-aberto na época, o bairro Cidade Nova (Faixa 2), em 1996. Mineira, Rita nasceu em Uberlândia, mas conheceu seu marido em Diamantino, Sul do Mato Grosso. Natural de Goiás, Milton é trabalhador rural até os dias de hoje, atuando em fazendas particulares de acordo com a variação da safra. Ele se mudou no ano anterior ao casamento para Lucas do Rio Verde, em 1995, por já ter parentes na cidade que lhe falaram sobre os vários empregos no município. Casou-se com a então namorada em Diamantino e ambos foram morar na casa recém-construída. Naquela época, não havia muitas construções no bairro. Hoje, apesar de o bairro contar com mais residências, os lotes localizados nos extremos do bairro ainda estão vazios.

Mobilidade residencial entre 2008 e 2015

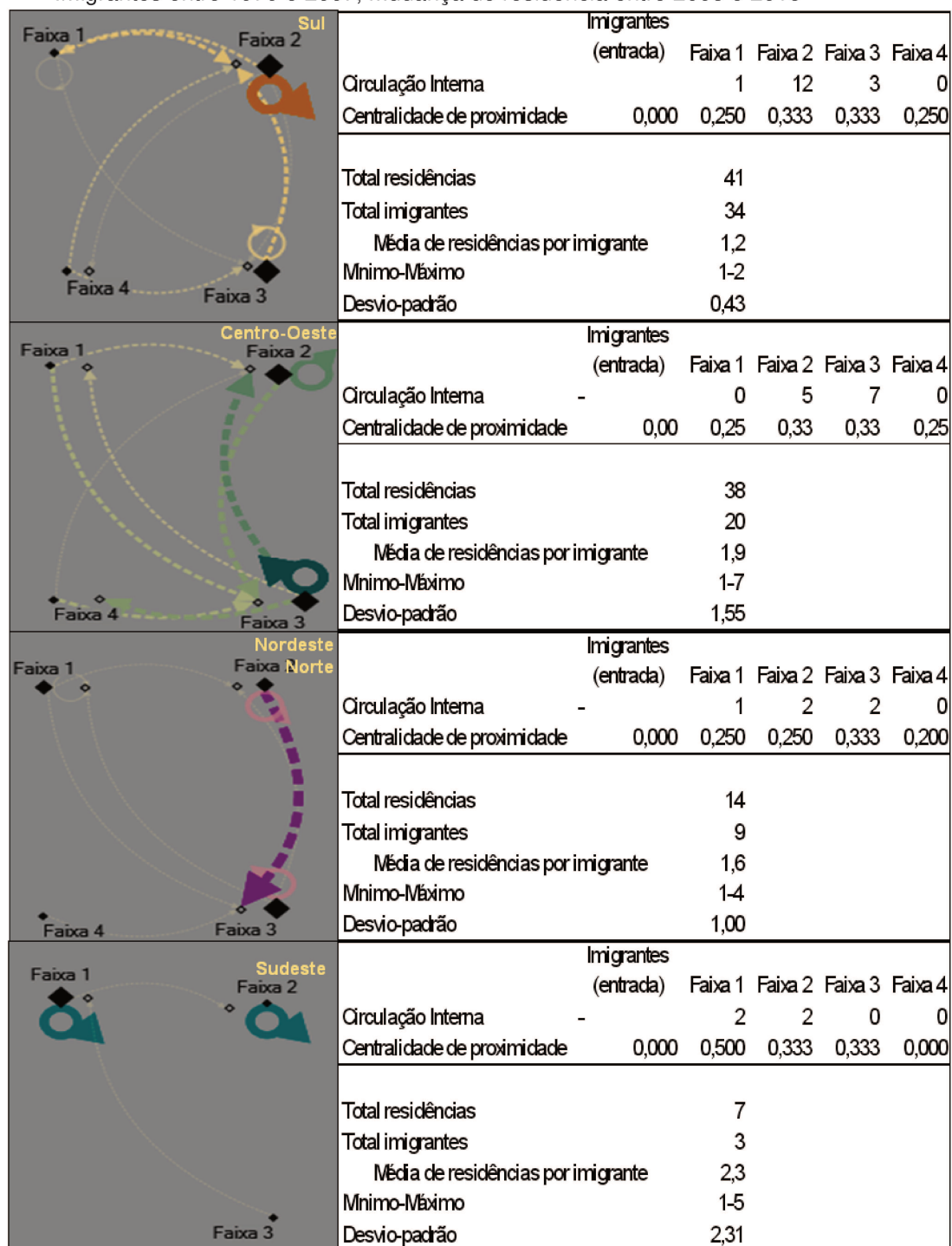
Neste tópico, serão tratadas as mudanças de residência que aconteceram entre 2008 e 2015. No caso dos imigrantes mais antigos, que chegaram ao município entre 1979 e 2007, manteve-se a divisão como foi realizado na análise anterior: Sul, Centro-Oeste, Nordeste com Norte e Sudeste. Já para a análise dos imigrantes recentes, entre 2008 e 2015 foram consideradas as cinco regiões: Sul, Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste.

Na Figura 25 apresentada abaixo, estão os gráficos relativos às informações daqueles imigrantes antigos (antes de 2007) que realizaram alguma mudança de residência intraurbana entre 2008 e 2015. Uma primeira comparação pode ser feita pela proporção de imigrantes por região de nascimento que realizaram alguma mudança após 2007. Dentre os imigrantes antigos, a quantidade de indivíduos que realizou alguma mudança de residência após 2008 varia de acordo com o lugar de origem: 26% dos imigrantes antigos do Sul, 40%, do Centro-Oeste; 82%, do Norte-Nordeste e 50%, do Sudeste.

Em termos de padrão de circulação, nota-se que os imigrantes do Sul predominantemente mudaram de residência para bairros da Faixa 2, caracterizando uma circulação interna a uma mesma Faixa. O movimento predominante dos imigrantes do Centro-Oeste também foi a circulação interna a uma Faixa, porém uma circulação entre bairros da Faixa 3. Para os imigrantes do Sudeste, as mudanças de residência pela circulação interna aos bairros da Faixa 1 e da Faixa 2 foram as que predominaram. Isto confirma uma tendência da mobilidade residencial trazida por outros autores (SMOLKA, 1994; CADWALLADER, 1992), que a preferência de mudanças se dá por lugares próximos.

Já os imigrantes de origem do Norte e do Nordeste tiveram como movimento predominante a saída dos bairros da Faixa 2 em direção a Faixa 3. Este movimento pode indicar uma saída dos dissemelhantes (SMOLKA, 1994), tendo em vista a mudança dos imigrantes em piores condições de moradia de bairros com maior renda para outro de menor renda. Ao contrário dos outros grupos de origens distintas, este foi o único grupo cujo movimento predominante de mudança de residência se deu pela saída de um conjunto de bairros para outro, um fluxo descendente, ou seja, de saída de bairros com população de maior renda para bairros de menor renda.

Figura 25 - Mobilidade residencial de acordo com a região de origem do imigrante
Imigrantes entre 1979 e 2007, mudança de residência entre 2008 e 2015



LEGENDA

Propriedade das arestas

Propriedade dos nós (vértices)

Peso do fluxo

(cor) Centralidade da proximidade

(tamanho)

Fonte: Dados do Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

A média de mudanças de residência também tiveram valores bem distintos entre os imigrantes antigos que se mudaram após 2007. Todos os grupos apresentaram uma média de número de residências menor comparando com a média de mudanças antes de 2007. Contudo, os imigrantes do Norte e Nordeste, e somente este grupo, apresentaram uma média muito próxima da anterior, 1,6 residências. Em ordem crescente, as médias de residência por imigrante são: Sul com 1,2 residências por imigrante; Norte-Nordeste com 1,6; Centro-Oeste com 1,9 e Sudeste com 2,3.

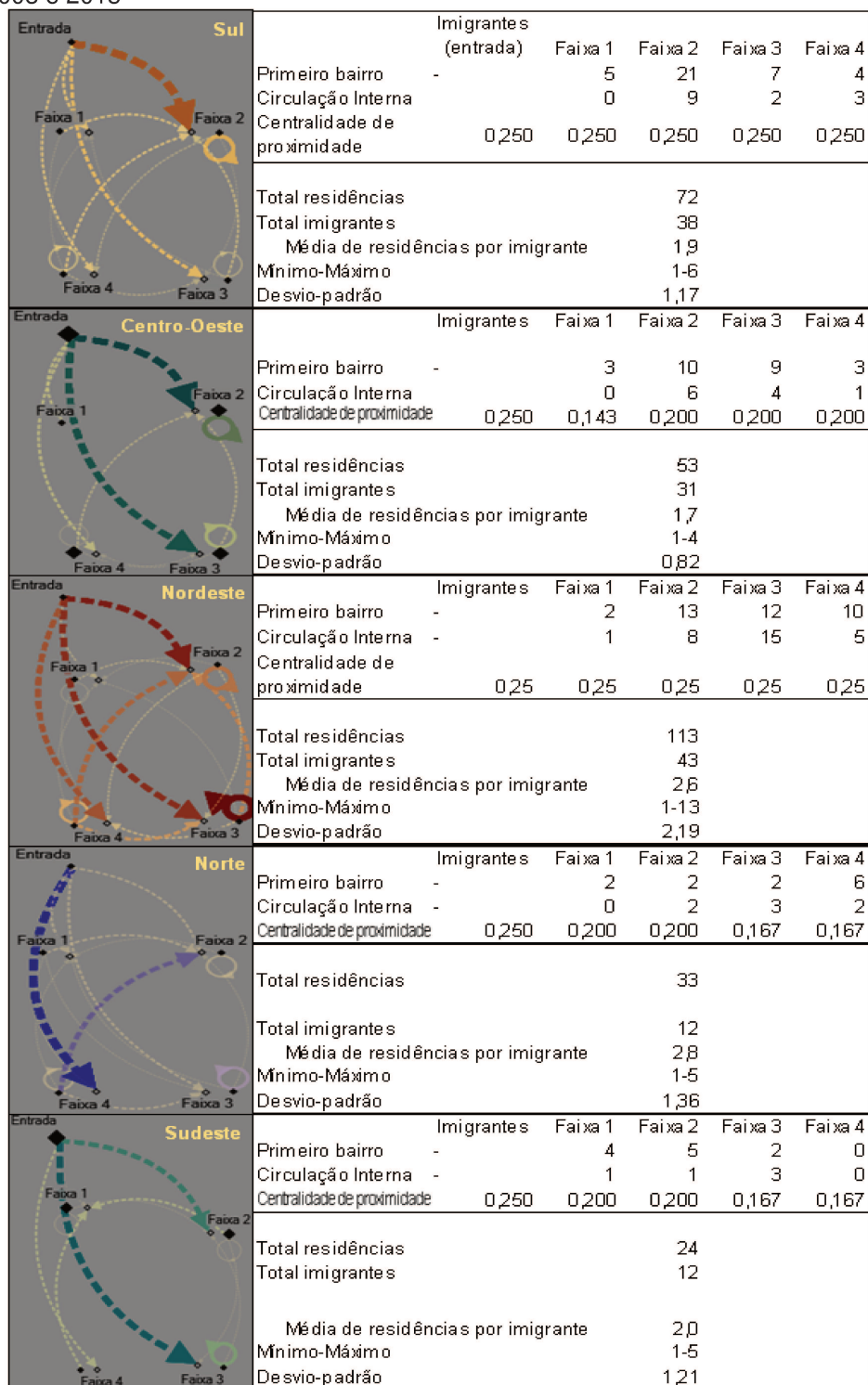
Ainda sobre os imigrantes antigos, analisando somente a centralidade da proximidade e desconsiderando os fluxos de mudanças, nota-se que os comportamentos são próximos para os imigrantes do Sul e Centro-Oeste. Para esses dois grupos, a maior centralidade são para bairros das Faixas 2 e 3, e em menor intensidade das Faixas 1 e 4. Para os imigrantes vindos do Norte e Nordeste, a maior centralidade se deu nos bairros da Faixa 3, seguido dos bairros da Faixa 1 e 2 e, com menor movimento entre os bairros da Faixa 4. Já os imigrantes do Sudeste mudaram prioritariamente entre os bairros da Faixa 1, não realizando nenhum movimento para os bairros da Faixa 4.

Finalmente, o último conjunto de gráficos a ser analisados refere-se às mudanças de residência de imigrantes mais recentes (entre 2008 e 2015). Segue-se a mesma metodologia que os grupos anteriores, com os gráficos de análise de fluxo entre os bairros classificados em faixas e estatísticas descritivas sobre os dados. Tanto os gráficos como as estatísticas estão expostas na Figura 26.

Os fluxos imigratórios se tornaram plurais após 2008 quando comparados a momentos anteriores, com fluxos mais intensos de outras regiões menos frequentes, sobretudo o Nordeste. Dentre os entrevistados, 43 de origem da região Nordeste declararam ter imigrado à Lucas do Rio Verde entre 2008 e 2015, muitos com poucos meses de residência na cidade, enquanto apenas 11 entrevistados declararam ter chegado entre 1979 e 2007, este último volume somado os imigrantes vindos do Norte.

Comparando os gráficos de análise de fluxo de mudanças referentes aos imigrantes recentes (Figura 26) aos gráficos de análise de fluxo dos imigrantes antes de 2008 (Figura 24, p. 208), é possível observar um primeiro grupo de imigrantes que manteve características espaciais e estatísticas semelhantes entre os dois períodos (imigrantes das regiões Sul e Norte) e um segundo grupo que apresentou características distintas (imigrantes do Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste). Primeiramente, são discutidos os grupos com características semelhantes, os imigrantes vindos do Sul e do Norte.

Figura 26 - Mobilidade residencial de acordo com a região de origem do imigrante
Entrevistados que migraram entre 2008 e 2015 com mudança de residência entre 2008 e 2015



LEGENDA

Propriedade das arestas

Propriedade dos nós (vértices)

Peso do fluxo

(cor) Centralidade da proximidade

(tamanho)

Fonte: Dados do Projeto Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: "follow up" do caso de Lucas do Rio Verde (MT), 2015.

Os imigrantes do Sul deixaram de ser o maior volume entre os entrevistados após 2008. Antes de 2007, os imigrantes nascidos no Sul totalizavam 127 dentre os entrevistados, após 2008 o volume caiu para 38 imigrantes. Porém, sua mobilidade residencial apresentou aspectos muito próximos entre os dois períodos. Após 2008, os bairros principais de entrada permaneceram sendo aqueles localizados na Faixa 2, assim como o fluxo em destaque de mudanças residenciais foi o de circulação interna entre os bairros da Faixa 2. A média de residências por imigrante permaneceu a mesma do período anterior, de 1,9 residências. A extremidade máxima de número de residências caiu de seis para cinco residências, sendo que o mínimo de um permaneceu.

Desta forma, mostra-se clara a influência da base territorial previamente constituída para a distribuição pelos bairros dos imigrantes recentes (SABATINI, 2001a; MASSEY, 1990). Os bairros da Faixa 2 tiveram grande importância ao longo de toda a história do município na distribuição dos imigrantes do Sul. É importante ressaltar que outras características sociais reforçam esse tipo de mobilidade residencial, incluindo as ocupações no mercado de trabalho exercidas pelos imigrantes do Sul, que são mais recorrentemente associadas a altos cargos.

Esse é o exemplo de Paulo, que chegou a Lucas do Rio Verde em 2014 transferido pela empresa Syngenta de Aracati no Ceará. Paranaense, ele se formou em engenharia agrônoma na região onde nasceu, Ivaté. Assim que foi transferido pela empresa para Lucas do Rio Verde, escolheu uma casa confortável para morar no bairro Centro (Faixa 1). Independente do conhecimento prévio dos moradores, a escolha de residência de Paulo privilegiou os bairros onde os imigrantes do Sul já se concentravam.

Salta aos olhos que os fluxos dos imigrantes do Sul nos bairros da Faixa 2 são mais intensos quando comparados aos fluxos de outros bairros. Marques (2007) mostrou que a rede social de indivíduos da classe média é menos localizada quando comparada a rede da população mais pobre, ou seja, os estratos médios possuem maior número de contatos na sua rede social com indivíduos externos ao seu bairro e à sua cidade. Ou seja, a probabilidade de um indivíduo de classe média conhecer previamente outros indivíduos na sua cidade de destino e, com isso, obter informações privilegiadas sobre a cidade, é maior do que entre indivíduos de classes mais baixas. Estando os imigrantes do Sul em ocupações melhores colocadas, isto poderia influenciar em um conhecimento prévio sobre as características dos bairros, como mais acesso aos serviços.

Paulo morava em uma casa construída no piso superior de um conjunto de lojas durante a entrevista de 2015. Este tipo de residência, pequenas casas ou apartamentos construídos em cima de lojas ou em formato de prédios baixos, é comum no centro e comumente ocupado por imigrantes mais recentes que chegam para exercer cargos mais qualificados no município. Este tipo de adensamento não é voltado necessariamente para servir de moradia para um membro da família, mas tem como função estrita o lucro com o aluguel para terceiros. Durante a pesquisa de campo, foi possível visitar alguns endereços com essas características, porém em vários casos a entrevista foi negada à equipe. Mesmo assim, foi possível traçar um perfil destes moradores através de algumas conversas com vizinhos. Também foi possível observar que estes apartamentos são ofertados através de imobiliárias, fomentando o mercado formal de imóveis. Diferentemente do adensamento do tipo familiar que, mesmo sendo alugado para terceiros, são geridos diretamente pelos familiares proprietários e não por imobiliárias.

Contrastando com a história de Paulo, que mora na mesma residência desde que migrou para Lucas do Rio Verde, está o caso de Joyce, que já morou em cinco residências. Joyce residia no bairro Alvorada (Faixa 2) em 2015, mas já morou nos bairros Veneza, Seiti Fujii, Rio Verde (Faixas 3 e 4) e Pioneiros (Faixa 1). Nascida em Manoel Ribas, interior do Paraná, Joyce se mudou ainda nova para Alta Floresta ao Norte de Mato Grosso. Veio para Lucas do Rio Verde em 2009 com 29 anos, pois os parentes relatavam a abundância de empregos na cidade. Quando chegou, foi morar com os parentes no bairro Rio Verde (Faixa 4). Depois disso, ela alugou uma casa e se mudou para o bairro Veneza e, posteriormente, se mudou duas outras vezes buscando um aluguel mais baixo. Em 2013 conseguiu uma casa pelo MCMV e passou a residir no bairro Seiti Fujii (Faixa 4). Porém, com o término do casamento, deixou a casa onde seu ex-marido morava e, sem dinheiro para adquirir uma casa, voltou a morar em casa alugadas. Joyce se casou novamente em 2015 e foi morar com seu atual marido. Ele trabalhava como açougueiro, mas ela estava desempregada no momento da entrevista.

Apesar de imigrante vinda do Sul, a rede de parentesco de Joyce não residia em bairros da Faixa 2, que historicamente abrigou parte dos imigrantes conterrâneos. Sua entrada se deu pelo bairro Rio Verde (Faixa 4). Desde então, ela circulou por entre bairros próximos aos familiares, exceto no momento da conquista da casa pelo MCMV, se mudando para um bairro mais distante. A conquista da casa própria de Joyce e a posterior perda devido à separação mostra um aspecto importante da mobilidade residencial, associado ao ciclo de vida

da família (RÉCIO, 2010; DOTA, 2015). Este é um aspecto observado em outras histórias, quando a independência dos pais ou o casamento significa uma mudança de residência..

O segundo grupo de imigrantes que apresentaram características espaciais de mudanças semelhantes aos imigrantes antigos foram aqueles nascidos na região Norte do país. Estes apresentaram um volume ainda pequeno dentre os entrevistados, 12 indivíduos ao total e com a média de residência superior ao período anterior, uma média de 2,8 residências recentemente contra 1,7 (considerando imigrantes do Norte e Nordeste juntos). Os primeiros bairros de moradia se localizavam, sobretudo, na Faixa 4. É o caso de Graciela, jovem nascida em Castanhal, região metropolitana de Belém. Graciela tinha contato com uma rede de parentesco já estabelecida em Lucas do Rio Verde, que estimulou sua vinda devido à facilidade em conseguir um emprego. Ela migrou em 2013 com 17 anos para residir no domicílio dos tios e primos no bairro Rio Verde (Faixa 4). Mudou-se para o bairro Jardim Imperial (Faixa 4), depois para os bairros Veneza e Cerrado (ambos classificados na Faixa 3). No momento da pesquisa, em 2015, morava no Jardim Primavera (Faixa 3), compartilhando a casa com dois amigos. Os três se empregavam em trabalhos de baixa qualificação, sendo que Graciela estava empregada como secretária em uma clínica médica.

Após a mobilização da rede familiar, a estratégia de sobrevivência em termos de moradia pôde privilegiar outras redes de forma a continuar vivendo na cidade. Compartilhar a casa com amigos se mostrou uma estratégia viável. Os jovens têm maior propensão em possuir redes sociais na esfera da amizade e estudo (MARQUES, 2007) e isto se mostra como uma estratégia para permanecer na cidade compartilhando os gastos de uma mesma morada.

Graciela viveu em cinco residências distintas desde que migrou a Lucas do Rio Verde, representando um caso da extremidade superior entre os nascidos no Norte. Ângela representa um caso do extremo inferior, com apenas uma mudança. Ângela mudou para Lucas do Rio Verde no mesmo ano da realização da pesquisa de campo, em 2015, tendo como finalidade acompanhar seu marido. Este recebeu um lote de terra no rural como herança de um parente, o que levou o casal a se mudar a Lucas do Rio Verde para cuidar da propriedade. Ela nasceu em Humaitá, no Amazonas, e ele é mato-grossense, porém ambos moravam há alguns anos em Paulo Afonso, no Tocantins. Assim que chegaram ao município, adquiriram uma casa própria no bairro Cidade Nova (Faixa 2), bem espaçosa.

Contrariando a tendência de aumento de número de mudanças dos seus conterrâneos, bem como o tipo predominante de posse da residência destes, a locação, Ângela comprou sua casa assim que se mudou para Lucas do Rio Verde. O casal, sendo proprietário

de terras, possuía uma condição privilegiada em comparação com outros imigrantes do Norte, que usualmente exercem atividades de baixa qualificação (Tabela 24, p.200). Sendo assim, o casal seria um caso atípico tanto em termos de número e de posse de residência como de ocupação exercida, como proprietários de terra.

Um segundo grupo de análise refere-se aos imigrantes recentes que apresentaram características espaciais e estatísticas em termos de mudança de residência dissemelhantes aos imigrantes antigos. Este grupo é composto por imigrantes vindos do Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Entre os entrevistados de origem da região Nordeste, estes apresentaram fluxos múltiplo entre os bairros comparativamente aos imigrantes antigos, quer dizer, número de trocas com diferentes bairros de origem e de destino. Se antes as mudanças se restringiam aos bairros de Faixas 2 e 4, no momento mais recente sua circulação se deu de forma mais intensa incluindo bairros da Faixa 3, como pode-se notar nos fluxos assinalados em vermelho mais escuro no segundo gráfico (Figura 26, p. 218). Os fluxos mais intensos não aconteceram apenas pelo aumento de volume, tendo em vista que o tamanho e a coloração dos fluxos são construídos considerando o peso do fluxo para aquele conjunto de imigrantes.

A centralidade de proximidade apresentou escores iguais, de 0,25, para todas as faixas de classificação dos bairros para os imigrantes recentes de origem da região Nordeste. Isso indica que os imigrantes acessaram de forma análoga bairros com diferentes rendas, aspecto distinto do momento anterior onde os bairros da Faixa 4 centralizavam a circulação de residência. Contudo, isso não significa fluxos iguais. Os bairros da Faixa 1 ainda recebiam poucos imigrantes vindos do Nordeste, tanto como bairro de primeira residência como durante a circulação intraurbana.

Ainda sobre os imigrantes vindos do Nordeste, a média de residências por imigrante aumentou e se tornou a mais alta após 2008, saltando de 1,7 para 2,6 residências por imigrante. Além disso, o intervalo de número de mudanças foi o maior dentre todos os períodos, sendo um o mínimo e treze o máximo.

A primeira moradia aconteceu prioritariamente em bairros da Faixa 2, mesmo conjunto de bairros onde os imigrantes mais antigos chegavam. É o caso da entrevistada Cláudia. Cláudia veio para Lucas do Rio Verde com seu marido em 2014. Saiu de Santa Inês, no Maranhão, cidade próxima da região onde nasceu e sempre morou. O marido trabalhava como revendedor de carros, mesmo emprego de antes da migração, e ela conseguiu emprego na produção de frangos da BRF depois que o casal migrou para cidade. A família optou por

não mudar para o bairro Tessele Junior, apesar de possuir esta possibilidade depois que Cláudia começou suas atividades na BRF como operadora comercial. Eles preferiram continuar na casa que moravam antes, no bairro Menino Deus (Faixa 2).

O bairro Tessele Junior representa bem a contradição entre integração e exclusão (SABATINI, 2001a). A construção de um bairro voltado para os trabalhadores da agroindústria buscava a integração, colocando indivíduos em situação parecida em termos de trabalho e origem migratória em um mesmo bairro. A garantia de moradia aos trabalhadores, que não estão sujeitos aos altos aluguéis da cidade, e a garantia de acesso à infraestrutura educacional e de saúde básica no entorno do bairro buscavam promover certa estabilidade de vida para estes trabalhadores. Além disso, muitos dos trabalhadores vieram com familiares ou foram convidados por familiares e amigos que já trabalhavam na BRF, garantindo os vínculos por uma rede social. Apesar dessa tentativa de criação de uma comunidade (MASSEY, 1990), a preferência frequentemente expressada entre a população é por não morar no Tessele Junior ou por se mudar o mais breve possível do bairro.

[...] quando predominam os sentimentos de exclusão ou *marginalidade social* entre seus habitantes, porque estes não vêem maiores possibilidades de integração à sociedade, abre-se caminho para o desapego territorial. Não existe um grande *sentido de futuro* nesse lugar. A identidade com o bairro enfraquece. O progresso pessoal passa a depender da possibilidade de abandonar o lugar, de trocá-lo por outro melhor; como essa possibilidade é remota, proliferam o desalento e a sensação irremediavelmente excluído do sistema social e das oportunidades de progresso. (SABATINI, 2001a, p. 178)

Apesar do bairro Tessele Junior não estar relacionado entre os setores de aplicação, foi possível visitá-lo e conversar com alguns moradores. O sentimento de exclusão é repetido recorrentemente, assim como o desejo de deixar o bairro. Além do caso da família da Cláudia, outros entrevistados revelaram ainda trabalhar na BRF, mas optaram por não morar no bairro devido ao sentimento de exclusão. A exclusão, que tem suas razões na distância e na barreira física (a rodovia, as indústrias e os galpões) entre o bairro e a estrutura antiga da cidade; ou pela própria paisagem monótona do bairro, casas iguais com uma metragem mínima para a sobrevivência dos seus moradores, que podem ser familiares ou não.

Em 2015 iniciou-se uma conversa entre a BRF, a prefeitura e os moradores do Tessele Junior para promover à venda das casas aos seus inquilinos. Todavia, questiona-se se a política de venda das casas do Tessele Junior aos trabalhadores irá garantir uma permanência duradoura ou a diminuição dos problemas sociais enfrentados no bairro, tendo

em vista que não houve uma reflexão associada à arquitetura do bairro e que sua localização não irá, por certo, se alterar.

Retornando ao caso da Cláudia, ela e seu marido optaram por morar no bairro Menino Deus (Faixa 2), em uma casa pequena num bairro mais atrativo. A casa onde moravam, na verdade, era um imóvel amplo e compartilhado por várias famílias, dividido em um número reduzido de cômodos. Esta é uma forma de adensamento que está se tornando rara no centro da cidade, porém que persiste em áreas no entorno do centro: a pequena quitinete “adaptada”, seja dividindo casa amplas em pequenas quitinetes, seja construindo pequenas quitinetes em terrenos adjacentes. Pouco a pouco esta forma vai deixando de existir nas áreas mais centrais para dar lugar a quitinetes com melhor estrutura ou pequenos apartamentos para os trabalhadores melhores qualificados que chegam à cidade. Porém, esse tipo de moradia persiste nos bairros mais antigos, e permite que moradores que não teriam acesso ao bairro vivessem em uma área próxima ao centro. A existência de tais casas explica o fluxo de imigrantes que tem como primeira moradia os bairros localizados na Faixa 2.

No outro extremo entre os imigrantes vindos do Nordeste, um caso atípico dentre os entrevistados foi Virgulino com treze mudanças em oito anos. Ele saiu do interior do Maranhão em 2008 devido às histórias de prosperidade da região contadas pelos parentes que já moravam em Lucas do Rio Verde. Quando ele chegou à cidade, morou com esses mesmos parentes por um tempo no bairro Jardim das Palmeiras (Faixa 3). Logo depois, conseguiu um emprego em uma transportadora e morou no bairro Industrial, mas logo saiu deste trabalho e voltou a morar perto dos parentes no bairro Rio Verde (Faixa 4). Deste então morou em dez residências distintas, quase todas localizadas no bairro Veneza sempre em busca de um melhor valor de aluguel. Em 2013, casou-se e foi morar em uma casa do MCMV no bairro Seiti Fujii (Faixa 4), mas, com um ano, de casamento se separou e retornou ao bairro Veneza (Faixa 3). No momento da entrevista, compartilhava uma pequena casa com um amigo no bairro Veneza, casa de madeira com apenas três cômodos. Ambos estavam desempregados no momento da entrevista.

Virgulino se mostrou em constante circulação na cidade. As idas e vindas em diferentes moradas – ora associadas ao ciclo de vida, ora associadas à conquista e posterior perda do emprego – desvelam que a migração de trabalhadores de baixa renda não permite uma permanência segura na nova cidade. “Nova cidade”, pois não é sua cidade natal. Foram oito anos de vida em Lucas do Rio Verde, entre 2008 e 2015, com instabilidade para permanecer em uma moradia. A população mais empobrecida não possui recursos para arcar

com mudanças e, por isso, não se mudam para regiões mais longínquas (CUNHA, 1995), permanecendo em circulação de aluguel para aluguel dentro de um mesmo bairro ou entre bairros adjacentes.

Um segundo grupo que apresentou diferenças nas características sobre a mobilidade residencial foi dos imigrantes vindos da região Centro-Oeste. Entre 1979 e 2007 o primeiro bairro de moradia era prioritariamente bairros da Faixa 4. Entre 2008 e 2015, os fluxos de entrada ou os fluxos intraurbanos associados aos bairros da Faixa 4 perderam representatividade. Os fluxos de entrada aconteceram principalmente para os bairros da Faixa 2 seguidos daqueles da Faixa 3. Os bairros da Faixa 4 ainda possuíam alguma importância em termos de circulação intrabairros, fato constatado pela centralidade de proximidade, porém não em termos de fluxo de mudanças de residência.

Após a década de 1980, a migração intrarregional assumiu a função de suprir o município com mão-de-obra qualificada, porém de funções medianas. O perfil dos imigrantes vindos do Centro-Oeste se tornou mais diversificado. Os entrevistados que migraram antes de 2008 exerciam majoritariamente atividades de baixa qualificação, tanto no agronegócio como em outras áreas. Os imigrantes com movimentos posteriores a 2008 estão predominantemente empregados em atividades de baixa qualificação, entretanto o conjunto de atividades exercidas se tornou mais diversificado, se empregando com maior frequência em atividades médias ou de alta qualificação (Tabela 24).

É o caso, por exemplo, de Nilce. Nilce e o marido são professores da rede municipal de ensino. Ambos nasceram em Mato Grosso e moravam em Sinop, também no Mato Grosso, até se mudarem para Lucas do Rio Verde. Eles alugaram a casa no bairro Alvorada (Faixa 2) assim que migraram. A proprietária da residência onde Nilce era inquilina foi entrevistada pela equipe do projeto em 2009. A proprietária construiu uma residência no terreno ao lado para morar com o filho, além de outras duas quitinetes que ficam ao fundo da casa de Nilce. Nilce e o marido migraram para Lucas do Rio Verde não por uma rede social constituída anterior, mas pela vaga de professor que conquistaram através de concurso público. O perfil ocupacional dela e do marido era distinto do perfil ocupacional estabelecido pelos imigrantes do Centro-Oeste.

Os imigrantes anteriores a 2008 tinham como primeiros bairros prioritariamente aqueles classificados na Faixa 4, segundo o gráfico da Figura 24 (p. 208). Contudo, os movimentos para os bairros da Faixa 3 em todos os casos se mostraram mais relevantes. Ou seja, havia uma concentração dos imigrantes do Centro-Oeste em bairros da Faixa 3. Nilce

não migrou, nem teve uma preferência de moradia com base em sua rede social, nem mobilizou a base espacial anterior para sua mudança, estabelecendo outro tipo de mobilidade residencial associada aos imigrantes do Centro-Oeste. Os imigrantes melhores qualificados optam por morar em bairros melhores localizados, comprando suas casas logo que chegam. Isso também provocou que a média de número de residências dos imigrantes do Centro-Oeste diminuísse de 2,3 para 1,7 entre os dois períodos analisados.

Em contraste ao caso de Nilce, a migração de Daniela esteve inserida em uma rede social durante a migração, a qual auxilia compreender a localização de sua residência (SABATINI, 2001a). Daniela nasceu e Tangará da Serra e lá viveu até seus 17 anos, em 2010, ano em que mudou para Lucas do Rio Verde com seus pais. Quando a família migrou, escolheu no bairro Jardim Imperial (Faixa 4). Depois disso, ela mudou mais algumas vezes com a família até seus pais conseguirem comprar uma casa no bairro Jardim Primavera (Faixa 3), em uma área com um loteamento recém-aberto. Quando se casou, em 2015, alugou uma casa com o marido no Jardim das Palmeiras, também classificado na Faixa 3. Desta forma, a rede social de Daniela se manteve nas proximidades e se constituiu como uma rede social mais localizada (MARQUES, 2007). Ou seja, uma rede social que se concentra nas suas proximidades especialmente no próprio bairro.

O último grupo que apresentou dados distintos entre os períodos foi aquele dos imigrantes vindos da região Sudeste. O total de imigrantes nesta condição permaneceu reduzido, de 6 imigrantes entre 1978 e 207 para 12 no momento mais recente. Porém, a média de residências diminuiu de 2,8 residências por imigrante para 2,0. Os principais bairros de primeira moradia se localizam na Faixa 2 e na Faixa 3. Porém os bairros da Faixa 3 não são prioritários no momento de mudança de residência intraurbana, sendo que os bairros das Faixas 1 e 2 participam mais ativamente da circulação.

O intervalo de número de residências também diminuiu. Com uma mudança apenas, apresenta-se o caso de Taís. Taís é mineira e morava há cinco meses em Lucas do Rio Verde no momento da entrevista. Ela migrou acompanhando seu marido que jogava em um time de futebol local. O clube em que seu marido atuava saldava o aluguel de sua residência, um apartamento pequeno, com apenas quarto, cozinha e banheiro. Apesar do imóvel pequeno, ele estava localizado próximo no bairro Centro (Faixa 1), o que facilitava o acesso aos serviços do município. O casal está temporariamente em Lucas do Rio Verde por conta das incertezas do trabalho do marido.

O extremo máximo de número de mudanças, totalizando cinco, refere-se ao caso de Letícia, que veio com a família para Lucas do Rio Verde em 2008. Assim que chegou, a família optou por morar no bairro Menino Deus (Faixa 2) devido à maior proximidade do trabalho do seu pai. Em 2010, compraram uma casa no bairro Bandeirantes (Faixa 1), bairro este que havia sido recém-loteado na época com terrenos bem localizados e amplos. Ela se casou com Alberto, imigrante também de São Paulo, que chegou ao município para trabalhar de fiscal sanitário na BRF e o casal alugou uma casa no bairro Jardim Primavera (Faixa 3), distante do bairro dos pais em termos físicos e de valores de alugueis. Em 2015, Letícia estava cursando a faculdade e estagiava em uma Escola Estadual.

A rede familiar é importante para a decisão de imigrar, muitas vezes oferecendo o lugar da primeira morada. Entretanto, a manutenção do imigrante nas proximidades da rede familiar depende de condicionantes sociais (DUREAU et al., 1994) e socioterritoriais. No caso da Letícia, ambas as condicionantes estavam. Primeiro, uma condição socioterritorial. O bairro Bandeirantes foi criado em uma expansão recente e contava com um baixo adensamento de casas e um grande número de terrenos vazios, com pouca disponibilidade de casas para alugar, mas com terrenos para comprar. Letícia iniciou seu ciclo familiar, recém-casada e provavelmente sem recursos para já construir uma casa, o que representa uma limitação social. Optou por morar em um bairro distante dos pais, com um aluguel mais barato.

Em síntese, alguns movimentos entre os bairros devem ser destacados para auxiliar nas considerações do capítulo:

- os imigrantes de origem da região Sul do Brasil mudaram de residência prioritariamente nos bairros localizados na Faixa 2 em todo o período analisado;
- os bairros da Faixa 4 foram ocupados pelos imigrantes do Centro-Oeste, Norte e Nordeste entre 1978 e 2008. Após 2008, os mesmos bairros receberam moradia de imigrantes do Nordeste e Norte;
- os imigrantes do Centro-Oeste de antes de 2008 mostraram uma trajetória residencial distinta dos imigrantes após 2008. Antes de 2008, os imigrantes optaram por estabelecer sua primeira moradia nos bairros da Faixa 4 com movimentação interna de bairros da Faixa 4 para bairros da Faixa 3. Após 2008, este grupo de imigrantes optou por morar em bairros da Faixa 2 e mudar de residência entre os bairros da mesma faixa;

- os bairros da Faixa 1 foram ocupados principalmente antes de 2008 por imigrantes do Sul e do Centro-Oeste. Após 2008, os fluxos para tais bairros diminuíram, mas continuaram a ser realizados pelos mesmos grupos de imigrantes;

- os imigrantes do Nordeste de antes de 2008 se movimentaram pouco internamente, com primeiro bairro nas Faixas 2 e 4. Os imigrantes após 2008 mostraram uma dinâmica mais intensa;

- a média de residências dos imigrantes entre 1978 e 2008 com mudanças no mesmo período era maior para os imigrantes do Sul, Nordeste e Norte quando comparada a média de residência dos imigrantes após 2008. A maior média de residências foi dos imigrantes do Norte (2,8) que chegaram após 2008, seguida da média de residência dos imigrantes vindos do Nordeste (2,6) no mesmo período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se insere nos estudos que tratam da distribuição e redistribuição da população, tendo como foco as mudanças de residência dos indivíduos internas a uma cidade. Teve como objetivo compreender a relação entre um elemento regional de constituição da população – os fluxos imigratórios – e uma face intraurbana da distribuição populacional – a mobilidade residencial. A tese buscou compreender o comportamento de mudança de residência de acordo com a região de origem dos imigrantes.

Para atender a tal objetivo, dois grupos de questões foram levantados. Um primeiro conjunto de questões buscou investigar o contexto mais geral sobre as transformações populacionais em um nível macro. Quem migrou? Quais foram os principais fluxos migratórios? As características dos imigrantes se alteraram ao longo do tempo? Um segundo conjunto de questões atendeu a perspectiva micro desta tese ao se aprofundar sobre o tema das mudanças residenciais. Quais os bairros onde os imigrantes moram? Em que momento eles se mudaram? Quais as razões que levaram à mudança? A constituição territorial ou a rede social influenciou no lugar de moradia? A origem imigratória repercutiu em trajetórias residenciais diferenciadas?

Um primeiro passo foi se aproximar da constituição territorial do município de Lucas do Rio Verde, área de estudo desta tese. Foi mobilizado, primeiramente, o escopo teórico sobre expansão da *fronteira* entre os anos de 1970 e finais de 1980, partindo de uma conjuntura nacional e observando as repercussões na dimensão local. Um segundo ponto essencial à constituição sociodemográfica do município foi o debate sobre a reestruturação produtiva, em especial no que tange à produção agropecuária. Deste modo, tem-se que processos globais, nacionais e locais se interligam, servindo não somente como pano de fundo, mas explicando as razões das transformações migratórias e urbanas.

Para responder as questões sobre os fluxos migratórios, foi necessário compreender a territorialização do capital do agronegócio através do processo de reestruturação produtiva e das transformações no mundo do trabalho. A partir dos dados censitários desde 1991 até 2010, realizou-se a análise das características dos imigrantes tendo como perspectiva as transformações da estrutura laboral. Foram desenvolvidas categorias de trabalho do agronegócio que abrangessem a cadeia grãos-carne como um todo, não se restringindo aos trabalhadores rurais.

Os imigrantes foram fundamentais para a constituição da força de trabalho no município durante todo o período analisado. Porém, se em 1991 eles se concentravam no trabalho dentro das fazendas, em 2010 eles se ocupavam em atividades externas à propriedade rural, em serviços e em indústrias ligados ao agronegócio. Em 1991, os trabalhadores de dentro das fazendas representavam 14% do total da população ocupada; em 2010, tal proporção se reduziu para apenas 2%. Em comparação entre 1991 e 2010, os trabalhadores fundamentais de dentro das propriedades passaram a ser gerentes ou administradores, e o trabalho braçal passou a ser realizado através de contrato temporário ou em forma de prestação de serviços. O mercado de trabalho se tornou mais complexo. No início da ocupação na década de 1980, os trabalhadores ocupados possuíam em média baixa escolaridade e se concentravam em postos de trabalho de baixa qualificação. Posteriormente, e até os dias atuais, trabalhadores de altos cargos, trabalhadores especializados e trabalhadores de baixa qualificação conviviam no mesmo município. Tais achados já haviam sido debatidos pela literatura.

O que os resultados tratam de forma distinta ao debate da literatura refere-se à origem imigratória da população ocupada. Após o processo de reestruturação produtiva, as ocupações na indústria da cadeia grãos-carne apresentaram maior concentração de imigrantes recentes de origem da região Nordeste do Brasil. Dentre as categorias de ocupação analisadas, a única que não teve predomínio de imigrantes vindos do Sul brasileiro foi a categoria de ocupações associadas à indústria. Durante a pesquisa de campo, também se notou uma presença de imigrantes vindos do Norte, os quais passaram a ser agenciados para a indústria após 2010. Estes imigrantes foram arregimentados diretamente em suas cidades de origem e trazidos já contratados pela indústria de processamento de carnes de Lucas do Rio Verde, a BRF.

Em grande medida, os postos de trabalho associados à indústria referem-se a um trabalho da linha de produção, ou seja, um trabalho manual de intensiva exploração. Nota-se, com isso, que se manteve uma dinâmica migratória do município com a região Nordeste semelhante àquela vivenciada durante o processo de urbanização de São Paulo, ou seja, a região Nordeste como reservatório de força de trabalho. Os municípios da região Norte se inseriram nessa mesma dinâmica. As especificidades da estrutura do mercado de trabalho relativo ao agronegócio abarcou a origem imigratória dos trabalhadores, podendo se visualizar a sobreposição da origem imigratória e de situação ocupacional.

A dinâmica migratória teve repercussões no espaço intraurbano? Para responder a pergunta central da tese, foi fundamental a realização do trabalho de campo. Não é possível captar uma mudança residencial intraurbana, ou seja, uma alteração dentro de uma mesma cidade, através de dados censitários tendo em vista que este trata apenas de movimento migratórios entre cidades. Por conta disso, realizou-se um trabalho de campo com a aplicação de um *survey*, o qual permitiu reconstruir a trajetória residencial intraurbana de 329 entrevistados tendo como método de análise a construção de rede. Juntamente à análise de rede, foram descritos alguns casos específicos, constituindo um desenho de análise utilizando multi-métodos. A análise dos dados de pesquisa de campo, apresentados nos capítulos 4 e 5, levaram a considerações que são aqui apresentadas em subtemas.

Homogeneização dos bairros?

As hipóteses centrais que conduziram este trabalho associavam a reestruturação produtiva no município de Lucas do Rio Verde com a distribuição populacional regional e com a distribuição populacional intraurbana. Analisar tais aspectos exigiu tratar da dinâmica migratória como forma de apreender a dimensão regional e tratar da mobilidade residencial para apreender a dimensão intraurbana.

O município de Lucas do Rio Verde teve sua inserção no mercado mundial como exportador de *commodities* de produtos originados pela cadeia de produção grãos-carne. Nessa forma de inserção produtiva, o espaço urbano, entendido enquanto nó de relação entre o local e o global, assumiu múltiplas funções a fim de atender as novas demandas de acumulação capitalista. Mais do que assumir novas funções, as cidades do agronegócio são aquelas “[...] cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas às demais funções” (ELIAS e PEQUENO, 2007). A hipótese de homogeneização dos bairros está associada a maior complexificação do mercado de trabalho, com incremento de trabalhadores nas pontas da estrutura ocupacional, de baixa e de alta qualificação, que culminou na criação de bairros específicos para cada perfil de trabalhadores. Outros elementos ajudaram a entender o processo de homogeneização, como a efervescência do mercado imobiliário, o aumento de preços de terrenos devido a sua localização e a ocupação de áreas de risco.

O processo de exclusão social refere-se à inserção laboral excludente de acordo com a região de origem do imigrante, o que também significaria uma forma específica de inserção espacial no espaço intraurbano. Através dos achados de pesquisa, verificou-se que o

processo de homogeneização se manifestou naqueles bairros de abertura recente, após 2008. Quatro bairros estariam relacionados a este processo de forma explícita: o bairro voltado aos trabalhadores de fábrica, o Tessele Junior; o bairro construído pelo empreendimento do MCMV, o Seiti Fujii; o bairro de ocupação de área de preservação (já desocupado), o Recanto dos Macucos; e o primeiro condomínio fechado horizontal do município, a Reserva da Mata. Os limites destes quatro bairros estavam bem traçados em relação ao seu entorno, seja pela distância entre eles, seja pelos muros que o cercam. Os quatro bairros confinam uma população com características semelhantes: alta ou baixa renda, ocupação e, em certa medida, origem imigratória.

Contudo, quando se analisou as áreas mais antigas, a hipótese de homogeneização não se confirmou em absoluto. As áreas centrais e as áreas às margens das principais vias estão se tornando cada vez mais comerciais. Isto não significou uma homogeneização em termos de origem imigratória nos bairros. Estes foram os primeiros bairros do município que acolheram os proprietários beneficiados pelo projeto de colonização e os primeiros imigrantes, que possuíam majoritariamente origem na região Sul do Brasil. Através das trajetórias residenciais, foi possível observar que os imigrantes de origem do Sul do país preferencialmente tiveram como bairro de primeira morada e de circulação interna os bairros das Faixas 2 e 1, mais próximos das regiões centrais. Isto aconteceu não apenas com os imigrantes mais antigos, mas também se confirma para os casos dos imigrantes pós-2008.

Todavia, é possível notar que, principalmente após 2008, os fluxos de origens migratórias distintas também circularam pelos bairros da Faixa 2, como Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. Desta forma, tem-se que os bairros centrais permaneceram acessíveis para diferentes imigrantes, aspecto compreendido quando se observa a estrutura territorial intraurbana (VILLAÇA, 2001) que ali se constituiu, cuja abrangência remetia a casas modernas em grandes terrenos até a pequenas quitinetes em casas compartilhadas.

Se nas áreas centrais a homogeneização não foi evidente, foi possível uma maior semelhança das características de região de origem migratória em bairros mais distantes do centro. Os bairros da Faixa 4 receberam majoritariamente os imigrantes com mais baixa qualificação e aqueles de origem das regiões Norte e Nordeste. Outro aspecto observado referente à saída dos dissemelhantes (SMOLKA, 1994) sugere que os imigrantes do Norte e Nordeste que chegaram entre 1979 e 2007 partiram maciçamente de bairros localizados na Faixa 2 para aqueles localizados na Faixa 3 entre 2008 e 2015.

Além da hipótese central, a investigação suscitou pontos importantes de reflexão sobre o espaço intraurbano, o agronegócio, as migrações, a mobilidade residencial e a exclusão social, que serão apresentadas a seguir. Antes de serem reflexões findadas, estão aqui colocadas para serem aprofundadas em futuros trabalhos.

Horizontalização da ocupação urbana

O processo de horizontalização da ocupação urbana está fortemente associado à expansão urbana pautada nos vazios urbanos e não necessariamente à chegada de novos imigrantes. Notou-se que o número de mudanças de residência em Lucas do Rio Verde foi superior ao número de chegada de novos imigrantes. Se os movimentos intraurbanos foram mais intensos que a própria chegada de novos imigrantes, conclui-se que não se deve atribuir estritamente à migração o crescimento da mancha urbana. Além disso, os imigrantes recentes já moraram em um maior número de residências quando comparado aos imigrantes mais antigos, especialmente aqueles associados às ocupações de baixa qualificação. Em outras palavras, os indivíduos que migraram recentemente ao município não logram em se estabilizarem um lugar de moradia, seja por conta dos altos alugueis, seja pelas condições precárias das edificações. Estes circulam entre as residências, buscando menores alugueis, contratos de locação mais flexíveis (ou sem contrato de locação) ou melhores condições de moradia.

Casa própria, pertencimento social?

Ser proprietário de uma casa possui diferentes significados: marcar a passagem no ciclo vital familiar; representar a estabilidade profissional, uma ascensão social ou a participação em um projeto de colonização. Não à toa, a literatura aponta para a importância da aquisição da casa própria desde a década de 1970 (RECIO, 2010). Na análise dos resultados, foi possível observar três modos relevantes da obtenção da casa própria para compreender as particularidades de Lucas do Rio Verde: a autoconstrução os empreendimentos de habitação popular e o projeto de colonização.

A autoconstrução se fez presente na dinâmica habitacional do município. Um procedimento recorrente foi a construção de uma casa pequena aos fundos do terreno para abrigar os moradores enquanto a casa principal ia sendo construída aos poucos. Este movimento foi um processo recorrente no bairro Jardim das Palmeiras (Faixa 3), de expansão nos finais da década de 1990. Outras casas autoconstruídas se localizavam no bairro Jardim

Primavera II (Faixa 3). O terreno foi adquirido em um bairro recém-aberto e se construiu rapidamente, em um fim de semana por exemplo, uma estrutura com um ou dois cômodos. Construir uma edificação permitia que os moradores ocupassem os terrenos adquiridos mesmo quando a prefeitura não havia liberado as construções de casas. Caso a fiscalização encontrasse as construções pela metade poderiam demoli-las, assim era necessário construir uma estrutura onde fosse possível morar em um curto período de tempo.

Um terceiro tipo de processo de autoconstrução refere-se à construção de uma casa destinada aos parentes aos fundos do mesmo terreno da casa principal da família. Dentre os quatro casos descritos nos resultados, cujos filhos acompanharam a família e, posteriormente, constituíram sua própria família, apenas um entrevistado declarou a construção da casa aos fundos do terreno para os filhos. Essa foi Luzia, que migrou para o município em 2000 com a decadência do garimpo ao Norte do Mato Grosso. Apesar de morar em um terreno pequeno, outras duas casas além da principal foram erguidas. Estas possuíam um quarto, uma cozinha e um banheiro compartilhado. No caso de Luzia, a construção da casa esteve atrelada ao bem estar da família do filho, para este não se submeter aos alugueis caros ou às más condições de moradia.

Uma segunda forma de aquisição da casa própria relevante na cidade se deu através dos empreendimentos de moradia popular, o MCMV. O programa teve grande impacto em termos de provimento de moradia, totalizando 940 unidades habitacionais considerando somente os projetos finalizados até 2015, as quais representavam 6,7% do total de domicílios do município em 2010. Dentre os casos descritos com maior profundidade, apenas dois relataram já terem vivido em uma dessas unidades habitacionais, mas não estavam morando ali no momento da entrevista em 2015. Ambos os casos representavam o máximo de mudanças dentre os respectivos grupos de imigrantes, aqueles vindos após 2008 das regiões Nordeste e Sul. Também em ambos os casos o motivo de ter deixado o bairro foi a separação do então cônjuge. Os eventos do ciclo vital da família, os casamentos e separações, constituem uma parte importante da trajetória residencial (RECIO, 2010).

Questiona-se se a construção das unidades habitacionais através do MCMV garantiria de fato a casa própria para a população que foi contemplada pelo programa, independente do ciclo vital. Os empreendimentos de unidades habitacionais populares sofrem de forma mais explícita com o processo de horizontalização. Distantes e envoltos por barreiras físicas em relação ao centro estabelecido, os moradores presenciam a exclusão social de forma sensível através do “efeito borda” causado pelos vazios entre seu bairro de moradia

e a cidade consolidada. Sabatini (2011a) associa o desejo de se partir de um determinado bairro ao efeito borda. Esse é um dos elementos que ajudou a compreender a alta rotatividade dos moradores do Tessele Junior (Faixa 4) e o preconceito expressado pelos moradores “da cidade”, já que alguns moradores do Tessele Junior diferenciaram seu bairro do restante da cidade. Não foi possível realizar incursões em campo no Seiti Fujii. Muitas residências ainda estavam vazias, apesar das obras de parte das unidades habitacionais estarem prontas desde 2013.

Um último caso relevante de aquisição de moradia refere-se à conquista do terreno próprio através do projeto de colonização, que cedeu um terreno urbano para cada assentado no início da década de 1980. Esta forma de conquista da casa própria está atrelada aos indivíduos que migraram entre 1979-1982 para o município, que, dentre os entrevistados, correspondiam predominantemente aos imigrantes de origem da região Sul. Dentre os casos descritos com profundidade, nenhum possuía especificamente este tipo de posse. Contudo, as características destes terrenos, com amplas áreas de 500m² a 800m², e a redefinição das localizações engendrou a valorização destes terrenos, ajudando a compreender as transformações dos bairros mais centrais.

As áreas da região central e às margens das principais vias de circulação passaram por um processo de especialização comercial, e abrigaram serviços – bancos, comércios de roupas e de alimentos, estabelecimentos de rede nacional (Subway, O Boticário, Cacau Show), etc.. Juntamente com a especialização comercial, apartamentos, *flats* e quitinetes em pequenos prédios ou no piso superior de salas comerciais multiplicaram-se nos bairros mais centrais, destinados, sobretudo, à locação (ELIAS e PEQUENO, 2007; MIGNACCO, 2011). Dentre os setores visitados em 2009, aqueles que apresentaram maior proporção de casa junto a um comércio eram justamente aqueles em regiões centrais ou próximos ao centro. Também foram esses setores que apresentaram maior percentual de casas e de apartamentos vazios, ou seja, que estavam para locação em 2015.

Ao mesmo tempo, os setores centrais tiveram o maior número de entrevistas negadas. Durante o trabalho de campo, foi recorrente a situação em que moradores de apartamentos em prédios e moradores de casas no piso superior de estabelecimentos comerciais se recusaram a fornecer a entrevista. Em conversas com a vizinhança nas proximidades dessas residências, notou-se que havia alta rotatividade de moradores, indicando que ali residiam como locatários, e que estes exerciam profissões de média qualificação. Ou seja, onde foi possível obter informações, encontrou-se que os moradores

eram professores, comerciantes e relacionados à área técnica. Além disso, um dos casos descritos com profundidade nos resultados apresentava uma situação de moradia semelhante: um engenheiro agrônomo, transferido pela Syngenta e que optou morar no centro por conta da proximidade com serviços.

Verificaram-se dois tipos de adensamento de bairros, ou seja, o aumento de número de construções em um determinado terreno. Um primeiro tipo de adensamento tinha maior relação com a localização do bairro, recorrente nos bairros Centro e Menino Deus (próximo ao centro), onde havia duas ou mais casas, apartamentos ou quitinetes no terreno, sendo que estes imóveis eram voltados ao aluguel. A finalidade, neste caso, era a geração de renda, pois o proprietário ou seus familiares não viviam no terreno, e quem gerencia essas residências eram as imobiliárias. Este tipo de adensamento estaria associado ao processo de incremento da população qualificada na cidade, que buscou bairros com maior disponibilidade de serviços e maior segurança.

Um segundo tipo de adensamento refere-se à construção de casas associadas à estratégia familiar de garantia de moradia. No mesmo terreno da residência principal foram construídas casas pequenas ou quitinetes. Uma dessas edificações pode se destinar ao aluguel para complementar a renda familiar e eram negociadas diretamente com o proprietário ou seus familiares. Contudo, seu primeiro objetivo consistia em garantir a moradia de algum parente, principalmente filhos. Em distintos bairros – Jardim das Palmeiras e Jardim Primavera – a divisão dos lotes tinha como finalidade a habitação para os filhos recém-casados. Os terrenos – grandes ou não – eram segmentados para atender esta demanda. Mais do que um processo associado ao desenvolvimento do agronegócio da cidade, este tipo de adensamento também se realiza pelo ciclo familiar.

O aspecto consonante dos diferentes discursos – das instituições públicas, das instituições privadas e da população em geral – presenciados em campo foi a associação entre possuir uma casa e o sentimento fazer parte efetivamente da dinâmica do lugar onde se vive. De fato, possuir a casa significava maior estabilidade e segurança, entretanto o pertencimento social à cidade não se dava de forma instantânea ao acesso à residência. Outros fatores além da posse da residência influenciavam na maior ou menor aderência à dinâmica da cidade. Um destes aspectos recaiu sobre os problemas relativos ao efeito borda pelo qual as distâncias e barreiras físicas explicitam a exclusão social. Um segundo aspecto que pode influenciar na aderência à dinâmica da cidade consistia em morar próximo à rede estabelecida de conhecidos, mesmo que isso significasse permanecer como inquilino ou em uma residência cedida. Este

foi o caso de uma imigrante antiga que, apesar da abertura de bairros novos, privilegiou a aquisição de sua residência em bairros antigos onde possuía uma rede estabelecida. Neste sentido, a rede de relacionamentos, as afinidades e os preconceitos se tornam essenciais para se avaliar o pertencimento social a um determinado lugar.

Ademais, cabe salientar que a população mais empobrecida possui mais dificuldade na conquista da casa própria. Independente do meio de acesso, a população mais empobrecida demanda recursos mínimos para realizar a compra da casa (CUNHA, 1995). Nestes casos, as opções de moradia passavam, muitas vezes, pela coabitação ou pelas casas coletivas nos bairros mais populares, ou a ocupação de áreas de preservação ambiental, como margens de córregos (MACEDO, 2013). O Recanto dos Macucos consistia em uma área situada às margens do Rio Verde ocupada em 2007, mas que foi desocupada em 2009. Esta era uma área reconhecida pela pouca infraestrutura, porém com terrenos mais baratos. Além disso, dentre os casos descritos, três entrevistados viviam em coabitação. Todos eram migrantes recentes vindos do Nordeste e Norte. Dois deles, Virgulino e Graciela, compartilhavam a residência com amigos em bairros classificados na Faixa 3, exercendo atividades de baixa remuneração. Já Cláudia morava em um bairro em uma faixa de renda superior, na Faixa 2, contudo, a casa onde morava era uma subdivisão de um imóvel mais amplo, tendo apenas divisórias e portas trancadas entre as famílias ocupantes. Ela também exercia atividade de baixa remuneração, estando empregada como operadora comercial na BRF. Desta forma, os entrevistados com baixas ocupações foram aqueles associados às condições de coabitação no município.

As redes sociais na migração e na mudança de residência

Considera-se a rede de acolhimento, na qual se compreende familiares, parentes e amigos, fundamental para a migração, pois minimiza os riscos no ato de migrar (MASSEY, 1990). Dentre os casos descritos com profundidade, nove declararam que migrar esteve associado a uma rede de parentes, sendo que quatro representavam uma migração familiar (três casos com crianças acompanhando a família e um caso por função do casamento). Além do ato de migrar, a rede de parentes foi essencial para a conquista de trabalho.

Se a rede de parentesco foi um dos elementos que influenciou na decisão de migração, ela também se mostrou relevante na distribuição espacial dos imigrantes. Apenas três dentre os casos não permaneceram nos bairros próximos aos parentes nas mudanças sucessivas pela cidade de Lucas do Rio Verde. Sabe-se que moradores que tiveram como

primeira morada a casa de parentes em bairros das Faixas 3 e 4 permaneceram nestas mesmas faixas. Contudo, deve-se refletir em que medida as escolhas de residência estão de fato associadas à rede de acolhimento. Em grande parte das respostas, a justificativa fundamental era mudança por melhores condições de aluguel. Como o caso de uma entrevistada que migrou a Lucas do Rio Verde com sua família, mas se mudou distante dela para um bairro da Faixa 3 buscando melhores condições de aluguel. Tal aspecto não foi possível ser captado satisfatoriamente através dos questionários. Neste sentido, deve-se ter cautela em análises sobre a relação da mobilidade residencial associada a redes de parentesco em pequenos e médios municípios.

Outras redes também se mostraram importantes no momento de migração: as redes de circulação de informações no momento da expansão da fronteira e as redes relacionadas ao trabalho. Um dos casos entrevistados relatou o conhecimento das terras tidas como devolutas na então Gleba Rio Verde através de caminhoneiros que realizavam o transporte rodoviário entre os estados. A informação, se mostrando procedente, motivou a migração no início da década de 1980. Outros três entrevistados que migraram após 2008 declararam ter redes de trabalho como motivo da migração, seja através da transferência de município realizada pelo empregador (dois casos), seja através de concurso público (um caso). Esta é uma rede que não promove obrigatoriamente o acolhimento, mas se mostrou relevante para o ato de migrar. Apesar de não necessariamente influenciar no lugar de moradia, estes entrevistados migraram em condições melhores de inserção social e isso se refletiu no número de mudanças por eles realizados, apenas uma, e nos bairros escolhidos para moradia, localizados nas Faixas 1 e 2.

O trabalho e a permanência na residência

Apesar dos casos descritos com profundidade não terem como propósito a representatividade da população entrevistada, eles podem indicar tendências para uma análise posterior da relação entre o trabalho e a trajetória residencial. A atividade produtiva central do município, o agronegócio, interferiu nas ocupações laborais exercidas pelos entrevistados ou pelos seus cônjuges. Dentre os sete endereços visitados de migrantes anteriores a 2008, em cinco casos um dos cônjuges possuíam atividades relacionadas ao agronegócio: proprietário de fazenda, trabalhador rural, mecânico agrícola e serviços gerais em uma secadora de grãos. Entre os dez casos descritos de imigrantes após 2008, quatro possuíam um dos cônjuges

exercendo alguma atividade associada ao agronegócio: proprietário de terras, engenheiro agrônomo, fiscal sanitário e operador comercial na BRF.

É interessante observar que a própria mudança na estrutura da atividade agropecuária no município repercutiu no perfil ocupacional de imigrantes. Antes de 2008, o município era um grande produtor e exportador de *commodities*, e os imigrantes deste primeiro período se declararam em atividades associadas ao cultivo dentro da terra. Após 2008, a constituição da cadeia grãos-carne se concretizou e os imigrantes recentes que trabalhavam com agronegócio ou se posicionaram em uma colocação mais especializada, como engenharia agrônoma, ou estavam empregados na agroindústria.

Ademais, reforça-se a perspectiva do trabalho no agronegócio associado à constituição do espaço intraurbano. Aqueles que declararam exercer a atividade de trabalhador rural não passam mais longas temporadas nas fazendas. Também as mulheres destes trabalhadores, que viviam uma parte do tempo entre o campo e a cidade, passaram a morar permanentemente na cidade. Isto pode estar relacionado ao envelhecimento do domicílio: a permanência das mulheres na cidade com finalidade, primeira de estar próxima à escola dos filhos; depois de alguns anos, por conta do acesso a médicos e a hospitais. O envelhecimento do domicílio do trabalhador rural também pode estar relacionado ao próprio “envelhecimento” deste tipo de trabalhador agropecuário, tendo em vista que nos dois casos entrevistados, a migração aconteceu na década de 1990.

Em termos gerais, quem morou apenas em uma casa exercia atividades mais qualificadas (como mecânico agrícola especializado antes de 2008 e professor e engenheiro após 2008) ou eram proprietários de terras. Estes eram também quem fundamentalmente moravam nas Faixas 1 ou 2, com as maiores rendas. Os imigrantes mais antigos tiveram acesso aos bairros de tais faixas quando ainda eram bairros novos, recém-abertos. O único imigrante antigo que não morava nestas faixas era Luzia, que apenas conseguiu comprar sua casa com a abertura dos bairros mais distantes, residindo na Faixa 3 em 2015. Entre os imigrantes novos, os melhores qualificados apenas se mudaram uma vez e residiam em bairros das Faixas 1 e 2. Estes não eram tão bem qualificados, ou viviam em condições mais precárias de coabitação, ou tinham o aluguel pago pelo trabalho.

Dentre os entrevistados mais recentes, quem se mudou com maior frequência foram os imigrantes menos qualificados. Não se sabe ao certo se suas trajetórias laborais eram ou não estáveis, aspecto não captado pelo questionário, todavia sabe-se que estes eram menos qualificados e, conseqüentemente, suscetíveis aos contratos de trabalho mais flexíveis. Neste

sentido, infere-se que a insegurança no trabalho poderia refletir em uma maior instabilidade sobre a moradia.

O acesso à moradia e a condição permanentemente improvisada

O processo de expansão da cidade se desenvolveu tendo como fator predominante o processo de exclusão. A exclusão se expressa pela expansão de novos bairros de forma segregada, como o bairro Tessele Junior que oferecia moradia à população com ocupações de baixa qualificação, ou como o bairro Seiti Fujii e o MCMV, com moradias voltadas para população com renda entre um e três salários mínimos. Ao mesmo tempo, a exclusão se expressava pela dificuldade em se acessar uma moradia definitiva ou uma moradia de longo tempo. A diferença do número de residências entre os imigrantes de diferentes origens, principalmente após 2008 com o aquecimento do mercado imobiliário, mostra que as condições de vida variam de acordo com a origem migratória. Tal fato está associado a uma sobreposição de fatores que levam à exclusão social (SABATINI, 2001a).

O processo de exclusão social não remete exclusivamente a um recorte espacial intraurbano. A maior heterogeneidade de região de origem dos fluxos de imigrantes para Lucas do Rio Verde após 2008 esteve associada ao processo de consolidação da cadeia produtiva grãos-carne, com a implantação da agroindústria. A agroindústria foi uma chave para compreender tal heterogeneidade, uma vez que se tornou o elo de conexão entre o município no interior do Mato Grosso e as regiões que dispunham de reservatório de força de trabalho (BRITO, 1997) em lugares distantes dali, em cidades do Nordeste e do Norte. Quando chegavam à cidade para trabalhar na agroindústria, os imigrantes sentiam o processo de exclusão culminado pelas características do bairro dos trabalhadores, o Tessele Junior. Chegavam também em piores condições, já marcados pelo preconceito contra o trabalhador da agroindústria que, muitas vezes, se expressava contra sua própria região de origem. Estes imigrantes não se transferiram somente para a agroindústria, mas também buscavam o emprego em outras áreas do município. A própria agroindústria se tornou uma forma de acesso a outros trabalhos no município. Todavia, estes imigrantes apresentaram maiores dificuldades em termos de estabilidade na moradia. Após 2008, eles mudaram, em média, o maior número de vezes de residência entre todos os imigrantes analisados.

Vive-se, assim, uma insegurança sobre sua moradia em condição de *permanentemente improvisado*. O termo *permanentemente temporário* de Martins (1988, p. 48) se refere aos migrantes que realizam trabalhos em outras localidades distantes de sua terra

de origem e que eram trazidos por “gatos”, indivíduos que intermediavam a ida dos trabalhadores na região de origem para a cidade de destino. Contudo, os migrantes não possuíam a perspectiva de retorno à terra de origem e circulavam entre as periferias das cidades do interior. O termo *permanentemente temporário* busca demonstrar que o sentimento de provisoriedade não remete meramente à saudade do lugar de origem, mas às relações sociais vivenciadas tanto na terra de origem como nos lugares de circulação, as cidades e suas periferias. No lugar de origem, tem-se a expropriação da terra ou a falta de emprego; no lugar de destino, as más condições envolvem as condições de trabalho – trabalhos braçais, precários, o lugar reservado a estes na sociedade de destino – do pobre, alvo de preconceito, e a própria condição de moradia – alugada, cedida, em grupos grandes, entre desconhecidos.

Outras dimensões sobre as condições de vida enfrentadas pelo migrante poderiam ser tratadas, como as condições de trabalho ou o preconceito. A conjugação de condições precárias explicaria o que se define como *permanentemente temporário*. O termo *permanentemente improvisado* refere-se a uma dentre essas dimensões da condição de vida deste migrante, a de moradia. O termo *improvisado* é empregado pelo IBGE (2011) para descrever domicílios em lugares onde, segundo a definição, a edificação não teria sido construída para servir de residência, mas seria utilizada com tal finalidade. A definição de improvisado abarca estabelecimentos não residenciais (bares, lojas, etc.), galpões, barracas, habitações sob viadutos, prédios em construção, ou seja, edificações inadequadas para servir com finalidade de habitação. A noção de improvisado não traz somente uma perspectiva de inadequação, como também de transitoriedade. O conceito de improvisado carrega o pressuposto de superação de tal condição para se atingir um *domicílio permanente* que, segundo a definição do IBGE (2011, p. 5), “é o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação”. Entretanto, contraditoriamente, o improvisado pode ser a forma de moradia de toda uma vida e o imigrante pode se encontrar numa situação de moradia *permanentemente improvisada*.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 2007.

ACERVO Folha. **CFP inicia compras no interior**. 10 fev. 1984, Economia, p. 9. Acesso em: 15 ago. 2014. Disponível em: acervo.folha.com.br/. Acesso em: 24 nov. 2015.

AKAISHI, A. G.. Desafios do planejamento urbano-habitacional em pequenos municípios brasileiros. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. n. 14, 2011. p. 41–50. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/45504>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

ALISSON, E.; ARANTES, J. T.. Produção da agricultura paulista aumenta em mais de 90% nas últimas duas décadas. **Agência Fapesp**, 26 ago. 2016. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/producao_da_agricultura_paulista_aumenta_em_mais_de_90_nas_ultimas_duas_decadas/24008/>. Acesso em: 5 dez. 2016.

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARACRI, L. A. dos S.. Informatização do Cultivo da Soja em Mato Grosso e Suas Repercussões Territoriais. In: BERNARDES, J. A. e FREIRE FILHO, O. L. (orgs.). **Geografias Da Soja: BR-163**, Fronteiras Em Mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

_____. **Sistemas de produção agrícola e meio técnico-científico-informacional: a difusão da agricultura de precisão e a modernização do espaço agrário em Mato Grosso**. Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=184625>. Acesso em: 5 fev. 2015.

ARANTES, A.. **Afirmações e Contradições do agronegócio nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso - região Norte do estado de Mato Grosso**. 2012. Tese de Doutorado – UNISC, 2012. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/Teses/AlmirArantes.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

ARNT, R.; PINTO, L. F.; PINTO, R.. **Panará: A Volta dos Índios Gigantes**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

ARRUDA, Z. A.. **Onde esta o agro deste negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000417779>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BAENINGER, R.. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 15, ed. 2, 1998, p. 67–81.

_____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI, XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...**, Caxambu, 2008.

_____. Migração, migrações. **Idéias**, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/462>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

_____. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2012.

_____. Rotatividade Migratória no Brasil: entre o local e o global. In: VI CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2014, Lima. **Anais...** Lima: [s.n.], 2014. Disponível em: <http://www.alapop.org/Congreso2014/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2014_FINAL57.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BALÁN, J.. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos Cebrap**. n. 5, São Paulo: Cebrap, 1973.

BECKER, B. K.. Fronteira e urbanização repensadas. **R. bras. Geogr.**, n. 47 (3/4), dez. 1985.

_____. Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia. In: COSTA, W. M.; BECKER, B. K.; ALVES, D. S. (Orgs.). **Dimensões Humanas da Biosfera-atmosfera na Amazônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007a.

_____. Logística e nova configuração do território: que geopolítica será possível? In: DINIZ, C. C. (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional**. Brasília: Editora da UNB, 2007b.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **A urbe Amazônida: a floresta e a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BEHRING, R. E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 9. ed., 2011.

BERNARDES, J. A.. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CÔRREA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/tamoios/article/view/618>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

_____. Cadeia carne/grãos: novas fronteiras do capital no cerrado da BR-163 mato-grossense - Brasil. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. **Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Buenos Aires, maio 2010. Disponível em:

<<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/445.htm>>. Acesso em: 07 set. 2014.

BEZERRA, M. O.. Pertencimento local, políticas de município e gestão de populações em duas áreas de agronegócio. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59297>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

BONDUKI, N. J., ROLNIK, R.. *Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. (Cadernos de Estudos e Pesquisas, 2). São Paulo: PRODEUR/USP, 1979.

BOURDIEU, P.. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, C. A.. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRITO, F.. Ensaios sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Rev. bras. estud. Popul.**, v. 12, n. 1-2, jan.-dez. 1995.

_____. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro**. Tese de Doutorado – Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 1997.

_____. **Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?** In: CARDEAL, A. (Org.). *Transições Migratórias*. [S.l.]: IPLANCE, 2002.

BRF. Relatório Anual e de Sustentabilidade. 2014. Disponível em <<https://www.brf-global.com/brasil/responsabilidade-corporativa/relatorio-anual>>. Acesso em: 06 jun. de 2015.

BUENO, M. C. D.. **Grade estatística: uma abordagem para ampliar o potencial analítico de dados censitários**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000937903>>. Acesso em: 8 set. 2016.

CADWALLADER, M. **Migration and residential mobility: macro and micro approaches**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1992.

CANALES, A. I.; CANALES-CERON, M.. Población y territorio en el modelo económico chileno. El caso de la comarca del Aconcagua. **Papeles de Población**, v. 22, n. 88, p. 9–46, 2016.

CANALES, A. I.. **E pur si muove: elementos para una teoría de las migraciones en el capitalismo global**. 1. ed Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, (Colección Desarrollo y migración), 2015.

CANO, W.. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

_____. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, n. 193, jul. 2011a.

_____. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930. **Ensaio sobre a crise urbana**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011b.

_____. Bases e superestrutura em São Paulo: 1886-1929. In: **Ensaio sobre a crise urbana**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011c.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAÚJO, F. S.. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. **Anais... Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 14, n. 0, 2011. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3082>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CARMO, R. L., DAGNINO, R. S., CAPARROZ, M. B., LOMBARDI, T. T. N.. Agroindústria, grandes projetos de infraestrutura e redistribuição espacial da população: tendência populacionais recentes no Mato Grosso e Pará. **Caderno de Estudos Sociais**, n. 27, 2012, p. 58–90.

CARMO, R. L.; CRAICE, C.; CAMARGO, K. C.; FURTADO, S. Relatório do projeto **Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “follow up” do caso de Lucas do Rio Verde (MT)**. Relatório parcial. Campinas-SP: CNPq, 2015. Processo n.: 479551/2013-8.

CARMO, R. L. **Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “follow up” do caso de Lucas do Rio Verde (MT)**. Projeto de pesquisa – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2013.

CARPENEDO, V. T. F.. **SICREDI Ouro Verde: 25 anos de cooperação**. Lucas do Rio Verde: RDC Editora, 2015.

CARVALHO, C. E. S.. **Mudanças e conquistas: história oral da vida de mulheres migrantes em Lucas do Rio Verde-MT 1980-2006**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19062012-120046/en.php>>. Acesso em 04 abr. 2015.

CASTILHO, A. L.. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOLLETT, D. L.. From Sugar to Blackberries: Restructuring Agro-export Production in Michoacán, Mexico. **Latin American Perspectives**, v. 36, n. 3, p. 79–92, 2009.

CLEARY, D.. After the Frontier: Problems with Political Economy in the Modern Brazilian Amazon. **Journal of Latin American Studies**, v. 25, n. 2, 1993.

COMPANS, R.. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M.. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. **Encontro Nacional da ANPUR Anais...**, 6., Brasília: ANPUR, 1995. p. 420-430.

CRAICE, C.; LOMBARDI, T. T.. Mobilidade e fronteira em duas áreas da Amazônia brasileira: a cadeia grãos/carne em Lucas do Rio Verde (MT) e Santarém (PA). **Anais.. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, São Pedro - SP, 2014.

CRAICE, C.; VAZQUEZ, F. F.. Migração e trabalho no agronegócio: o trabalho para além da porteira e sua relação com os fluxos migratórios na cadeia carne/grãos. **Anais...**, XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu, 2016.

CRAICE, C.. **População e consumo : efeitos de características sociodemográficas sobre o consumo de energia elétrica domiciliar em Lucas do Rio Verde (MT) e Santarém (PA)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2013. <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000907588>>. Acesso em: 03 fev. de 2014.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R.. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, v. 18, n. 43, abr. 2005. p. 87–101

CUNHA, J. M. P.. Migração intrametropolitana: movimentos dos pobres? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 12, n. 1/2, p. 59–80, 1995.

_____. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracao_centro2/migracao_centro2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso do Mato Grosso. **Rev. bras. estud. Popul.**, vol. 23, n. 1, p. 88–107, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. La Amazonia Legal y el Cerrado en el contexto de la migración interna en el Brasil en el período 1995-2010. **Notas de Población**. n. 96, año XL, p. 117–203, 2013.

_____. **Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o Caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, SP: Librum Editora, 2015. Disponível em: <<http://www.librum.com.br/mobipop/info/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

D'ANTONA, A. O.; DAL GALLO, P. M.. Urbanização, agronegócio e mudanças climáticas no Centro-Oeste. In: MARANDOLA JR, E.; D'ANTONA, A. O.; OJIMA, R. (Orgs.) **População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste**. Campinas; Brasília: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp; UNFPA, 2011.

D'ANTONA, A. O.. **Metodologia do campo urbano do projeto “Desflorestamento da Amazônia e a Estrutura das Unidades Domésticas”** - entrevista com o prof. Álvaro D'Antona realizada por Carla Craice da Silva. Campinas, novembro de 2012.

DEDECCA, C. S.; ROSADINSKI, E. N.. Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000. **Revista da ABET**. V. III, n. 2, jul-dez 2003.

DELAUNAY, D.; DUREAU, F.. Componentes sociales y espaciales de la movilidad residencial en Bogotá. **Estudios demográficos y urbanos**, v. 19, n. 55, abr. 2004.

DELGADO, G. C.. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone e Unicamp, 1985.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

DESCONSI, C.. **A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. Disponível em: <<http://campohoje.net.br/livros-da-pesquisa/a-marcha-dos-%E2%80%98pequenos%E2%80%99-proprietarios-rurais-trajetorias-de-migrantes-do-sul-do-b>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

DIACON, T. A.. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DOTA, E. M.. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000951871&fd=y>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

DUHAU, E.. División social del espacio metropolitano y movilidad residencial. **Papeles de Población**, v. 9, n. 36, p. 161–210, 2003.

DUREAU, F.; CÓRDOBA, H.; FLÓREZ C. E.; ROUX G. L.; LULLE T., MIRET N. **Encuestas movilidad espacial Bogotá METAL 2009. Metodología de las encuestas**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011.

DUREAU, F.; HOYOS, M. C.; FLÓREZ, C. E.. Soacha: un barrio de Bogotá. **Desarrollo y Sociedad**, Bogotá. n. 3, 1994.

ELIAS, D.; PEQUENO, R.. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, maio 2007.

ELIAS, D.. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. X, n. 218(3), 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2108765>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. Redes Agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**, v. XII, n. 270(74), 2008.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, 2011.

ESPÍNDOLA, C. J.. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. **VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Anais...** São Paulo, 2014.

FERNANDES, A. C.; NEGREIROS, R.. Desenvolvimento econômico, divisão de trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimento ao plano real. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. (Org.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERREIRA, I. N. R.. **Parcerias para a Gestão Ambiental em Propriedades Rurais: O caso de Lucas do Rio Verde - MT**. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FREDERICO, S.. Economia Política do Território e as Forças de Dispersão e Concentração no Agronegócio Brasileiro. **GEOgraphia**, Ano. 17, n. 35, 2015.

GIVISIEZ, G. H. N.; RIOS-NETO, E. L. G.; SAWYER, D. Projeção da demanda demográfica por domicílios: aplicação da metodologia das taxas de chefia baseada em modelos de idade-período-coorte. In: GUIMARÃES, J. R. (Org.). **Demografia dos negócios**. Campinas: Abep, 2006.

GOMES JUNIOR, E. ; CRAICE, C.. O Matopiba e a concepção de última fronteira agromineal do mundo. **Anais... III Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade (SEDRES): A questão regional, uma questão (de) política**, Blumenau. 2016.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GRAHAM, D. H.; HOLANDA, S. B.. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migração Interna: Textos Selecionados**. Fortaleza: BNB; ETENE, 1980.

GRAZIANO da SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GUIMARÃES, E. N. C.; LEME, H. J.. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Editora Unicamp; 2002.

GUNTHER, H.. **Como elaborar um questionário**. Série Planejamento de Pesquisa em Ciências Sociais. N. 1 Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. Disponível em http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Metodo%20de%20pesquisa/Metodos%20de%20pesquisa%202013/Texto_11- Como elaborar um quesitonario.pdf Acesso em: 20 out. 2015.

HANSEN, D.; SHNEIDERMAN, B.; SMITH, M. A.. **Analyzing Social Media Networks with NodeXL: Insights from a Connected World**. 1 edition ed. Burlington, MA: Morgan Kaufmann, 2011.

HARVEY, D.. **A Condição Pós-moderna**. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. [1989]

HENN, C. G.. **Chapecó (SC) para além de pólo regional, uma cidade média no oeste catarinense**. Dissertação de Mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M; LEITE, S. P.. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 25(74):159–76. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2014.

HOGAN, D. J.; D’ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. D.. Dinâmica demográfica recente da Amazônia. In: **Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação**. São Paulo, EDUSP, 2008.

IANNI, O.. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 1970, 1975, 1985 e 1995.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – **Conceitos e Definições**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Panará. s.d. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/panara/587>> Acesso em: 20 ago. 2015.

JAKOB, A. A. E.. A dinâmica intra-urbana do Município de Santos vista sob o prisma dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 1, p. 117–136, 2004.

JIMÉNEZ BLASCO, B. C.. La movilidad residencial intraurbana. **ANALES DE GEOGRAFÍA DE LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE, Anais...**, 9, Madrid. Madrid: Ed. Un. Comp., 1989. p. 271–277.

KOWARICK, L.. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In: **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

KRAUSE, C.. O Programa Minha Casa Minha Vida em Municípios de até 50 mil habitantes: quadro institucional e prognósticos da provisão habitacional de interesse social. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Nº 6, IPEA, Dirur, 2011.

LEE, B. A.; OROPESA, R. S.; KANAN, J. W.. Neighborhood Context and Residential Mobility. **Demography**, v. 31, n. 2, p. 249–270, 1994.

LEITE, M. P.. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994.

LOJKINE, J.. Da política estatal à política urbana: o papel do Estado na urbanização capitalista. In: **O Estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOMBARDI, T. T. N.. **As fronteiras Amazônicas : dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de sobrevivência familiares em três áreas urbanas da**

Amazônia brasileira. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000936269&fd=y>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

LU, D.; MORAN, E.; HETRICK, S.. Detection of impervious surface change with multitemporal Landsat images in an urban-rural frontier. **ISPRS J Photogramm Remote Sens**, v. 66, n. 3, p. 298–306, 2011.

MACEDO, F. C.. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, p. 35–50, 2013.

MAGALHÃES, D. J. A. V.; RIOS-NETO, E. L. G.. Uma abordagem multinível para análise da mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Rev. bras. estud. popul.**, v. 21, n. 1, jun. 2004.

MARICATO, E.. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, E. C.. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. Tese de Livre Docência – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

_____. (Org.). **A Metrópole de São Paulo no século XXI: Espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2015.

MARTINE, G.; CAMARGO L.. Crescimento e Distribuição da População Brasileira: tendências recentes. **Rev. Bras. Estud. Popul.** v.1, n.1/2, jan./dez. 1984.

MARTINE, G. **Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?** In: MOURA, H. A. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB; ETENE, 1980.

_____. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: Fundação SEADE. **História e População: estudos sobre a América Latina**. São Paulo. Fundação Seade, 1990.

_____. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova, n. 23, p. 7–37, 1991.

_____. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral**. Documento de Trabalho n. 12. Brasília: Instituto SPN, 1992.

_____. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século. **Rev. bras. estud. popul.**, v. 11, p. 41–60, jun. 1994.

MARTINS, J. de S.. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012 [1997].

MARX, K.. **O capital**. Ed. Nova Cultura, 1996 [1867].

MASSEY, D. S.. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, v.56, n.1, 1990. p. 3-26

MAY, P. H.; LIMA, M. S. B.. A expansão da soja na Amazônia: redes, projetos e recursos de poder presentes nas estratégias dos atores ligados à cadeia da soja. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). **Mundo rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2007.

MAZZALI, L.. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MELO, M. A. B. C.. A década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MENDONÇA, J. G.. Mobilidade residencial e segregação sócio-espacial na região metropolitana de Belo Horizonte. In: **X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Anais...**, 2002, Diamantina: Cedeplar, UFMG, 2002.

MIGNACCO, G. J.. Venado Tuerto: un territorio moderno y un espacio de racionalidad, asociado al agronegocio. In: **I JORNADAS INTERINSTITUTOS DE NIVEL SUPERIOR DEL SUR DE LA PROVINCIA DE SANTA FE, Anais...** Venado Tuerto, Argentina: [s.n.], 2011.

MIRÓ, C. A.; RODRÍGUEZ, D.. Capitalismo y población en el agro latinoamericano: tendencia y problemas recientes. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 16, Abr. 1982, p. 53–74.

MOLINATTI, F.; ROJAS-CABRERA, E. S.; PELÁEZ, E.. Movilidad residencial intraurbana en contextos de escasos recursos. Córdoba (Argentina). **Bitácora Urbano Territorial**, v. 2, n. 24, 19 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/37404>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MONTE-MÓR, R. L.. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, n. 111, p. 09–18, 2006.

MORAN, E.; VANWEY, L.; LU, D.; CARMO, R.; HOGAN, D. **Projeto temático: Amazonian Deforestation and the Structure of Household Phase III**. Projeto de pesquisa. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS; UNIVERSIDADE DE INDIANA; Campinas/ Bloomington, 2006.

MORENO, G.. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892-1992**. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007.

MUELLER, C. C.. **O Estado e a expansão da fronteira agrícola no Brasil**. Seminário a expansão da fronteira agrícola e o meio ambiente na América Latina, CEPAL. Brasília, 1981.

_____. Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. **Rev. Adm. púb.**, jul/set. 1992.

OLIVEIRA, A. U. de. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

PAGLIARO, H.. A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kayabí do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-2007. **Cadernos de Saúde Pública**, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/5649>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

PASTRE, R.. **Reprimarização do desenvolvimento : o papel das principais agroindústrias brasileiras de soja no Centro-Oeste (1994-2014)**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000969246&fd=y>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PEREIRA, G. G.. **Entre o partir e o chegar: os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP**. 2015. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000951162>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

PINTO, A. V.. **El pensamiento crítico en Demografía**. Santiago de Chile: CELADE, 1973.

PRADO, S.. Corrida da soja chega ao Paralelo 13. **Acervo Folha**. 22 de fevereiro de 1994. Disponível em: <acervo.folha.com.br/>. Acesso em: 15 ago.2014.

QUADROS, W. J.; MAIA, A. G.. Estrutura sócio-ocupacional no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 443–468, dez. 2010.

RÉCIO, M. E. M. **Desigualdades na pobreza: trajetórias e transições em uma favela paulistana**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-18102010-123644/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

RICARDO, C.. **Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959 [1940].

ROCHA, B. N.. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”: A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m_betty_rocha_2006.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

ROCHA, B. N. Posse da Terra e Diferenciação Social em Lucas do Rio Verde (1970-1980). **XIII Encontro de História ANPUH, Anais....**, Rio de Janeiro. 2008.

SABATINI, F.. Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile. In: OLIVEIRA, M. C. A. (Org.). **Demografia da exclusão social**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Nepo, 2001a.

_____. Residencial segregation pattern changes in Chile's main cities: scale shifts and increasing malignancy. **International Seminar on Segregation and the City. Anais...**, Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy. 2001b.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAWYER, D.. Fluxo e Refluxo da Fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, n. 1/2, p. 3–34, 1984. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/3>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. População e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

SCHMIDT, B. V.. Metropolização no Brasil. In: **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, L&PM, 1983.

SEAWRIGHT, J.. **Multi-Method Social Science: Combining Qualitative and Quantitative Tools**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SILVA, C. A.. Grupo André Maggi. Corporação e rede em áreas de fronteira. **Entrelinhas**, Cuiabá, 2003.

SILVA, S. C. **A família de municípios do agronegócio: expressão da especialização produtiva no front agrícola**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000417290>>. Acesso em: 23 set. 2015.

SILVA, F. C. N. DA. **A história do cotidiano de Lucas do Rio Verde do início de sua colonização à sua emancipação**. Monografia – UNIJUÍ, Ijuí, 2010. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/589>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

SILVA, E. J. M.. A atuação das grandes tradings do agronegócio da soja no avanço da fronteira agrícola na BR-163. **VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Anais...** João Pessoa: [s.n.], 2013.

SINGER, P.. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SMOLKA, M. O.. Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos: “dinâmica imobiliária” e segregação residencial na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 9, n. 1, p. 3–21, 1992a.

_____. Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação social à segregação residencial no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 9, n. 2, dez. 1992b.

_____. Dinâmica populacional e estruturação intra-urbana: uma abordagem integrada da mobilidade através dos registros de transações imobiliárias. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 1994, Caxambu. **Anais...** Caxambu: [s.n.], 1994. p. 241–272.

SOUZA, N. S.. **As sociabilidades possíveis em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): o caso de Viçosa – MG**. Dissertação de Mestrado – UFV, Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/6298>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SPOSITO, M. E. B.. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SYDENSTRICKER, J. M. N.. **Parceiros de Machadinho: história migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia**. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/NEPO; UNIVERSIDADE DE INDIANA/ACT. **Manual do entrevistador: projeto NIH fase 3**. Campinas: [s.n.], 2009.

VAINER, C.. **Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração**. In: PATARRA, N. (Org.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995.

VILLAÇA, F.. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001 [1998].

VOLOCHKO, D.. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, n. 16, p. 18–38, 2013.

ZART, L. L.. **Desencanto da nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80**. Dissertação de Mestrado – UFSC, Florianópolis, 1998. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77824>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

6. Seu marido / o senhor / nasceu em LRV? 1. Sim 2. Não
.....3. 88 4. 99

7. Há quanto tempo ele mora sem interrupção em LRV?
____|____anos ____|____ meses desde que nasceu
.....1. 88 2. 99

Se desde que nasceu → vá para questão 8

7.1. Quando ele chegou a LRV (1.a vez)? /
.....1. 88 2. 99

q8 e qErro! Fonte de referência não encontrada.1: perguntar sobre o movimento mais recente do casal para LRV

8. Qual foi o último município onde a senhora morou antes de vir para LRV?
Município/UF/Pais: 1. Rural 2. Urbano 3. 88 4. 99

Se 88 → vá para questão 9

8.a: Quais atividades você praticava nesse lugar?

1. Produção agrícola 2. Trabalho em indústria 3. Dono de comércio
4. Trabalho em comércio ou serviços 5. Autônomo 6. Outros _____

9. Qual foi o último município onde o seu marido / senhor / morou antes de vir para LRV? Município/UF/Pais: 1. Rural 2. Urbano 3. 88 4. 99

Se 88 → vá para questão 10

9.a: Quais atividades você praticava nesse lugar?

1. Produção agrícola 2. Trabalho em indústria 3. Dono de comércio
4. Trabalho em comércio ou serviços 5. Autônomo 6. Outros _____

10. Por qual motivo a senhora e seu marido escolheram morar em LRV?

- | | | | |
|------------|--|------------|--|
| 10a | 1. <input type="checkbox"/> Emprego
2. <input type="checkbox"/> Parentes
3. <input type="checkbox"/> Saúde
4. <input type="checkbox"/> Localização
5. <input type="checkbox"/> Casamento
6. <input type="checkbox"/> Qualidade de Vida
7. <input type="checkbox"/> Para acompanhar a família
8. <input type="checkbox"/> Outros _____
9. <input type="checkbox"/> 88 | 10b | 1. <input type="checkbox"/> Emprego
2. <input type="checkbox"/> Parentes
3. <input type="checkbox"/> Saúde
4. <input type="checkbox"/> Localização
5. <input type="checkbox"/> Casamento
6. <input type="checkbox"/> Qualidade de Vida
7. <input type="checkbox"/> Para acompanhar a família
8. <input type="checkbox"/> Outros _____
9. <input type="checkbox"/> 88 |
|------------|--|------------|--|

11. Quando chegaram, foram morar com

- | | | | |
|------------|---|------------|---|
| 11a | 1. <input type="checkbox"/> Parentes
2. <input type="checkbox"/> Amigos
3. <input type="checkbox"/> A própria família
4. <input type="checkbox"/> Outros _____
5. <input type="checkbox"/> 88 | 11b | 1. <input type="checkbox"/> Parentes
2. <input type="checkbox"/> Amigos
3. <input type="checkbox"/> A própria família
4. <input type="checkbox"/> Outros _____
5. <input type="checkbox"/> 88 |
|------------|---|------------|---|

Você perguntará sobre as escolhas da residência da dona e do dono desde que chegou a última vez em LRV.

Se mora na mesma residência desde que chegou em LRV, então será preenchida apenas uma linha.

Se mudou mais de uma vez, preencher as informações sobre cada residência onde morou, inclusive a informação do primeiro lugar que residiu.

12. a Data de mudança para a residência	13. a Por que escolheu esse bairro para morar?	15. a Qual era o bairro de residência

12. b Data de mudança para a residência	13. b Por que escolheu esse bairro para morar?	15. b Qual era o bairro de residência

Se o ego morou em apenas uma residência → vá para questão 17

16. Por que saiu do último domicílio?

- | | | | |
|----------------|---|------------------------|---|
| 16a | <ul style="list-style-type: none"> 1. <input type="checkbox"/> Desapropriação 2. <input type="checkbox"/> Valor do aluguel 3. <input type="checkbox"/> Busca de melhores condições de moradia 4. <input type="checkbox"/> Aquisição de imóvel 5. <input type="checkbox"/> Falta de segurança 6. <input type="checkbox"/> Casamento 7. <input type="checkbox"/> Outros 8. <input type="checkbox"/> Distância do centro. 9. <input type="checkbox"/> Distância do trabalho. 10. <input type="checkbox"/> Outras distâncias (parentes, escola). 11. <input type="checkbox"/> Vendeu o imóvel anterior | 16b | <ul style="list-style-type: none"> 1. <input type="checkbox"/> Desapropriação 2. <input type="checkbox"/> Valor do aluguel 3. <input type="checkbox"/> Busca de melhores condições de moradia 4. <input type="checkbox"/> Aquisição de imóvel 5. <input type="checkbox"/> Falta de segurança 6. <input type="checkbox"/> Casamento 7. <input type="checkbox"/> Outros 8. <input type="checkbox"/> Distância da escolaparentes,... 9. <input type="checkbox"/> Distância do trabalho.. 10. <input type="checkbox"/> Outras distâncias (parentes, escola). 11. <input type="checkbox"/> Vendeu o imóvel anterior |
| Senhora | | Senhor \ Marido | |

17. Vocês estão temporariamente em LRV?..... 1. Sim 2. Não

Se Não → vá para questão 18

17.1. Qual o motivo? 1. Estudo 2. Trabalho 3. Outro _____

17.2. Onde fica a sua residência permanente?

Município/UF/Pais: _____ 1. Rural 2. Urbano

III. MEMBROS DA UNIDADE DOMÉSTICA (ATUAL) SE NÃO HÁ DONA DA CASA, A REFERÊNCIA É O HOMEM

ID	18. Nome Completo	19. Relação com a dona Ver códigos	20. Sexo Fem.: 1 Masc.: 2	21. Data do nascimento mês/ano	22. Local do nascimento			23. Estado civil Ver códigos	24. Data da união mês/ano	25. Anos de estudo completos Anos	26. Está na escola agora? Sim, Pública: 1 Sim, Privada: 2
					1	2	3				
1				/				/			
2				/				/			
3				/				/			
4				/				/			
5				/				/			
6				/				/			
7				/				/			
8				/				/			
9				/				/			
10				/				/			

ID	27. Trabalha fora da casa? Ver códigos	28. Ocupação principal		29. Posição na ocupação principal Ver códigos	30. Onde trabalha?		31. Interrompeu qualquer trabalho por motivo de saúde nas 2 últimas semanas? Se não → vá para questão 34	31. b Motivo	32. Quantos dias nas 2 últimas semanas?	33. Tem plano de saúde? Sim: 1 Não: 2	34. Sofre de alguma doença ou deficiência (mental ou física) que te impede de trabalhar? Se não → passe para o próximo membro	35. Tipo de doença ou deficiência Escreva o tipo
		a. Atividade	b. Empresa									
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

Q19: 1. A senhora; 2. Senhor / Cônjuge; 3. Pai; 4. Mãe; 5. Sogro; 6. Sogra; 7. Filho; 8. Filha; 9. Filho adotivo; 10. Filha adotiva; 11. Neto; 12. Neta; 13. Irmão; 14. Irmã; 15. Cunhado; 16. Cunhada; 17. Genro; 18. Nora; 19. Amigo(a); 20. Outro (qual).

Q22.1: 1. outro estado; 2. Mato Grosso, exceto LRV; 3. Lucas do Rio Verde

Q22.2: Código da UF (se 22.1.1) ou Código do Município (se 22.1.2. Veja a lista dos códigos dos Estados e municípios do Mato Grosso em anexo do manual

Q22.3: Escreva "R" para Rural e "U" para Urbano, conforme a situação do local de nascimento.

Q23: 1. solteiro (nunca casado); 2. casado; 3. anistiado/unido; 4. separado/divorciado; 5. viúvo

Q27: 0. Não trabalha fora; 1. Sim e possui 1 emprego; 2. Sim e possui 2 ou mais empregos

Q29: 1. trabalhador agrícola temporário; 2. trabalhador agrícola permanente; 3. parceiro ou meeiro; 4. trabalhador doméstico;

IV. CARACTERÍSTICAS DA CASA

36. Este domicílio é:
1. Próprio – já pago / quitado
 2. Próprio – ainda pagando - valor mensal _____
 3. Alugado – valor do aluguel mensal _____
 4. Cedido
 5. Outra condição _____
37. Qual o material utilizado na construção das paredes externas deste domicílio?
1. Toda de alvenaria
 2. Madeira
 3. Mista alvenaria - madeira
 4. Material reaproveitado (total ou parcial)
 5. Outros materiais _____
38. Quantos cômodos existem neste domicílio?
39. Quantos servem permanentemente de dormitório?
40. Este domicílio é servido pela rede de energia elétrica? 1. Sim 2. Não
41. Qual a forma de abastecimento de água utilizada no domicílio? **Se NÃO for 1.1 ou 2.1 → vá para questão 42**
1. Com canalização Interna
 - 1.1. Rede geral 1.2 Poço ou nascente 1.3 Outra forma
 2. Sem canalização interna
 - 2.1. Rede geral 2.2 Poço ou nascente 2.3 Outra forma
 3. Outra _____
- 41.1. Durante uma semana, o fornecimento de água encanada é:
1. Continuado (o dia todo, todos os dias)
 2. Durante algumas horas, todos os dias
 3. Em dias alternados da semana
 4. Menos de 3 dias por semana
42. Existe sanitário utilizado pelos moradores (considere apenas os que contêm chuveiro/banheira e aparelho sanitário) 1. Sim 2. Não
- 42.1. O banheiro é de uso exclusivo do domicílio? 1. Sim 2. Não

43. De que forma é feito o escoadouro deste banheiro ou sanitário?

1. Rede coletora de esgoto ou pluvial
2. Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial
3. Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial
4. Fossa rudimentar
5. Vala
6. Direto para o rio, córrego ou lago
7. Outra forma _____
8. Não sabe

44. Qual o destino do lixo deste domicílio? **Se resposta for diferente de 1 ou 2, vá para questão 45.**

1. Coletado diretamente
2. Coletado diretamente + coleta seletiva
3. Coletado indiretamente
4. Coletado indiretamente + coleta seletiva
5. Queimado
6. Enterrado
7. Jogado em terreno baldio
8. Jogado em rio ou lagoa
9. Outro destino _____

- 44.1. Qual a frequência da coleta do lixo?

1. Diária
2. Uma vez por semana
3. Mais de uma vez por semana
4. Irregular

Explique à entrevistada que fará algumas questões sobre rendimentos e despesas da UD.

45. Quanto de renda a unidade doméstica recebeu no último ano de cada uma dessas fontes:
- R\$/mês
- 45.1. Renda do governo (aposentadoria, pensão, BPC, Bolsa-Família, etc.)
- 45.2. Remessa de parentes
- 45.3. Venda de produtos caseiros
- 45.4. Salário
- 45.5. Renda de negócios (bar, loja, etc.)
- 45.6. Outro (qual? _____)
- 45.7. Outro (qual? _____)
46. Qual é a despesa mensal da unidade doméstica com cada um destes itens:
- R\$/mês
- 46.1. Comida / alimentação
- 46.2. Saúde (remédios, consultas, plano de saúde)
- 46.3. Educação
- 46.4. Transporte (incl. combustível)
- 46.5. Roupas
- 46.6. Diversão
- 46.7. Bebidas alcoólicas e/ou cigarro
- 46.8. Energia para casa
- 46.9. Água
- 46.10. Telefone (fixo e/ou celulares)
- 46.11. outros (Qual _____)
- 46.12. outros (Qual _____)

Explique à entrevistada que fará algumas questões sobre os **Bens** existentes nesta UD

47. Bens	48. Qtde
1. Fogão a gás	
2. Geladeira	
3. Máquina de lavar roupas	
4. Micro ondas	
5. Rádio	
6. Aparelho de som	
7. Computador	
8. TV preto e branco	
9. TV colorida	
10. Antena Parabólica / Satélite	

11. Telefone celular	
12. Telefone fixo	
13. Carro	
14. Caminhonete	
15. Caminhão	
16. Bicicleta	
17. Moto	
18. Tablet	

IX. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

100. Na sua opinião qual o principal problema de Lucas do Rio Verde?

- Educação
- Segurança
- Moradia
- Transporte
- Saúde
- Meio Ambiente
- Trabalho/emprego
- Outros: _____
- Não sabe
- Nenhum

101. Tenho uma lista com algumas coisas que podem ser problemas no seu bairro. Para cada uma, diga-me se o senhor(a) acha muito grave, pouco grave ou se isto não é problema.

1- muito grave 2- pouco grave 3- não é problema 4- não sabe

- água para beber
- poluição do ar
- lixo jogado em qualquer lugar
- esgoto
- poluição de água (rios, córregos)
- mau cheiro/odores
- superpopulação/ excesso de gente
- queimada
- pouca quantidade de área verdes

Anexo B

Tabela 28 – Códigos e denominações das ocupações associadas à cadeia grãos-carne e suas referentes a 1991, 2000 e 2010 de acordo com a compatibilização da CONCLA

CNAE Domiciliar 2.0 (2010)		CNAE-Dom (2000)		Código IBGE (1991)
Cód	Denominação	Cód	Denominação	Código
Setor Primário				
1101	Cultivo de arroz	1101	Cultivo de arroz	13
1102	Cultivo de milho	1102	Cultivo de milho	20
1103	Cultivo de outros cereais para grãos	1103	Cultivo de outros cereais para grãos	022, *025
1107	Cultivo de soja	1107	Cultivo de soja	21
01118	Produção de sementes e mudas certificadas	1109	Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	* 025
01109	Cultivo de outras lavouras temporárias não especificadas anteriormente			
01110	Horticultura	1110	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	*023
01118	Produção de sementes e mudas certificadas	1111	Cultivo de flores, plantas ornamentais e produtos de viveiro	*023
01111	Cultivo de flores e plantas ornamentais			
01112	Cultivo de frutas cítricas	1112	Cultivo de frutas cítricas	*025
01115	Cultivo de uva	1115	Cultivo de uva	*025
01117	Cultivo de outras plantas e frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	1117	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	011,*025
01117	Cultivo de outras plantas e frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	1118	Cultivos agrícolas mal especificados	25
01118	Produção de sementes e mudas certificadas			
01201	Criação de bovinos	1201	Criação de bovinos	*026
01202	Criação de outros animais de grande porte não especificados anteriormente	1202	Criação de outros animais de grande porte	*026
01203	Criação de caprinos e ovinos	1203	Criação de ovinos	*026
01204	Criação de suínos	1204	Criação de suínos	*026
01205	Criação de aves	1205	Criação de aves	27
01208	Criação de outros animais não especificados anteriormente	1208	Criação de outros animais	*026, *042
		1209	Criação de animais mal especificados	
		1300	Produção mista: lavoura e pecuária	29
01401	Atividades de apoio à agricultura e pós-colheita	1401	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	*581, *902, *545, *025
81020	Atividades paisagísticas			
01402	Atividades de apoio à pecuária	1402	Atividades de serviços relacionados com a pecuária - exceto atividades veterinárias	*581
02000	Produção florestal	2001	Silvicultura e exploração florestal	024, 031, 032, 033, 034, 035, 037
		2002	Atividade de serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal	*581
03002	Aqüicultura	5002	Aqüicultura e serviços relacionados	*042
Setor Secundário (fora da porteira - indústria)				
10010	Abate e fabricação de produtos de carne e pescado	15010	Abate e preparação de carne e pescado	*260, *261
10021	Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	15021	Produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	*260
10022	Fabricação de óleos vegetais e gorduras vegetais e animais	15022	Produção de gorduras e óleos vegetais	*260
10030	Laticínios	15030	Fabricação de produtos do laticínio	*260, *261

CNAE Domiciliar 2.0 (2010)		CNAE-Dom (2000)		Código IBGE (1991)
Cód	Denominação	Cód	Denominação	Código
10092	Fabricação e refino do açúcar	15041	Fabricação e refino do açúcar	*260, *261
10093	Torrefação e moagem de café	15042	Torrefação e moagem de café	*260, *261
10099	Fabricação de outros produtos alimentícios	15043	Fabricação de outros produtos alimentícios	*260, *261
10091	Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais			
Setor Terciário (fora da porteira - serviços)				
45020	Manutenção e reparação de veículos automotores	50020	Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores	*522, *525, *587
48010	Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	53010	Representantes comerciais e agentes do comércio	582, *584
48020	Comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	53020	Comércio de produtos agropecuários	*410, *411, *424
48030	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	53030	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	*410, *411
		53041	Comércio de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e armarinho	*412
		53042	Comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados	*412, *424
48050	Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	53050	Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	*410, *413, 415, *424, *416, *523
48073	Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência	53061	Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência	*416, *424, *413
48075	Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto eletrodomésticos	53064	Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos - exclusive eletrodomésticos	*416, *414
48078	Comercio de residuos e sucatas	53066	Comércio de resíduos e sucatas	*424
48079	Comércio de produtos novos não especificados anteriormente	53067	Comercio de produtos extrativos de origem mineral	*410
48030	Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	53090	Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo, televisão, internet e outros meios de comunicação	*424
48079	Comércio de produtos novos não especificados anteriormente			
95030	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos	53111	Reparação e manutenção de eletrodomésticos	*521, *545
		53112	Reparação de calçados	*532
		53113	Reparação de objetos pessoais e domésticos - exclusive eletrodomésticos e calçados	*521, *522, *523, *525, *542
49040	Transporte rodoviário de carga	60031	Transporte rodoviário de cargas - exclusive mudanças	*471, *473
		60032	Transporte rodoviário de mudanças	*473, *583
52010	Armazenamento, carga e descarga	63010	Carga e descarga, armazenamento e depósitos	*587, *583, *588, *471
52020	Atividades auxiliares dos transportes e atividades relacionadas à organização do transporte de carga	63021	Atividades auxiliares aos transportes	*587, *588, *586
		63022	Organização do transporte de cargas	*584, *586, *588
79000	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	63030	Agências de viagens e organizadores de viagens	*586
53001	Atividades de Correio	64010	Atividades de correio	*481, *586
53002	Atividades de malote e de entrega			
61000	Telecomunicações	64020	Telecomunicações	*481, 482, *586

CNAE Domiciliar 2.0 (2010)		CNAE-Dom (2000)		Código IBGE (1991)
Cód	Denominação	Cód	Denominação	Código
85021	Serviços auxiliares à educação			
77020	Aluguel de meios de transportes, maquinas e equipamentos sem operador e gestão de ativos intangíveis não financeiros	65000	Intermediação financeira	*451, 452, *584, *464
66001	Atividades auxiliares dos serviços financeiros			
64000	Serviços financeiros			
65000	Seguros e previdência privada	66000	Seguros e previdência privada	*453, 612
66001	Atividades auxiliares dos serviços financeiros	67010	Atividades auxiliares da intermediação financeira	*451, *464, 462, *585
66002	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde	67020	Atividades auxiliares dos seguros e da previdência privada	*453, *572, *585
81012	Condomínios prediais	70002	Condomínios prediais	*542
77020	Aluguel de meios de transportes, maquinas e equipamentos sem operador e gestão de ativos intangíveis não financeiros	71010	Aluguel de veículos	*587, *586
		71020	Aluguel de máquinas e equipamentos	*581, *584
72000	Pesquisa e desenvolvimento científico	73000	Pesquisa e desenvolvimento	614
70000	Atividades de consultoria em gestão empresarial	74012	Atividades de assessoria em gestão empresarial	*573, *581
81013	Atividades de limpeza	74060	Limpeza de prédios e domicílios	*542
74000	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente			
82001	Serviços de escritório e apoio administrativo			
82002	Atividades de teleatendimento	74090	Outros serviços prestados às empresas	*571, *575, 576, *577, *584, *589, *533
82003	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos			
82003	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos			

Fonte: Comissão Nacional de Classificação (CONCLA)